

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, MESTRADO  
E DOUTORADO

**CLAUDICÉA ALVES DURANS**

**PARTICULARIDADES DA QUESTÃO NEGRA NO BRASIL E SEUS  
DESDOBRAMENTOS NAS INTERPRETAÇÕES E POLÍTICAS FOCALIZADAS DE  
RAÇA E CLASSE**

São Luís  
2019

**CLAUDICÉA ALVES DURANS**

**PARTICULARIDADES DA QUESTÃO NEGRA NO BRASIL E SEUS  
DESDOBRAMENTOS NAS INTERPRETAÇÕES E POLÍTICAS FOCALIZADAS DE  
RAÇA E CLASSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

**Orientador:** Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros.

São Luís  
2019

**CLAUDICÉA ALVES DURANS**

**PARTICULARIDADES DA QUESTÃO NEGRA NO BRASIL E SEUS  
DESDOBRAMENTOS NAS INTERPRETAÇÕES E POLÍTICAS FOCALIZADAS DE  
RAÇA E CLASSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em 19/6/2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros**  
Doutor em Estudos Étnicos e Africanos- UFBA  
(PPGPP-UFMA / Orientador)

---

**Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da Silva**  
Doutor em Ciências Sociais- PUC/SP  
(PPGCS-UFMA / Avaliador Externo ao Programa)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Franci Gomes Cardoso**  
Doutora em Serviço Social- PUC/SP  
(PPGPP-UFMA / Avaliadora Interna)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria do Socorro Sousa de Araújo**  
Doutora em Políticas Públicas-UFMA  
(PPGPP-UFMA / Avaliadora Interna)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Viviane de Oliveira Barbosa**  
Doutora em História- UFF/ RJ  
(PPGHIST-UEMA / Avaliadora Externa à Instituição)

*“A história de toda a sociedade até os nossos dias  
nada mais é do que a história da luta de classe”.*

*Karl Marx*

## AGRADECIMENTOS

No percurso de uma jornada acadêmica são muitos desafios que se apresentam. A construção dessa rota requer um olhar cirúrgico e a determinação sobre nossas escolhas. Como somos resultado de múltiplas determinações- familiar, cultural, político, sindical, profissional tudo isso tem ação direta na forma como vemos o mundo e fazemos a síntese final do trabalho científico. O espaço acadêmico é mais um lugar que integra esse processo, talvez seja o espaço menos duradouro, por isso mesmo uma experiência ímpar vivida. Com entusiasmo concluo esta etapa de pesquisa, mas não as reflexões que dela decorrem, são problemas da questão social que coletiva, por meio da práxis engajada e projeto revolucionária de sociedade é possível buscar respostas. Agradeço a colaboração direta e indireta de pessoas preciosas nessa minha jornada. Meus sinceros agradecimentos

Agradeço de maneira especial: A meus pais, José Ribamar Durans e Maria do Carmo, obrigada por todos os ensinamentos, torcida e carinho! Esta é mais uma conquista nossa, meus eternos agradecimentos!

Ao Professor Evaldo Almeida Barros, grande incentivador e entusiasta da tese, obrigada pelas valorosas reflexões, em aceitar prontamente o convite para a orientação e a seriedade com que encarou esse desafio.

Ao meu Amado, Hertz Dias, duas décadas de partilha de muito afeto, respeito e admiração mútua. Obrigada pelas reflexões e estímulos!

Aos meus filhos Amados, Lênin Akil e Hertz Filho, razão da minha vida, que souberam administrar minhas ausências em momentos especiais das suas. Todo esse esforço foi por vocês!

A meus irmãos dos quais tenho imenso orgulho e partilho momentos adoráveis: José Ribamar Filho, Nicinha, Márcio, Claudimar, Marcelo, Ester, Antônia, especialmente Cláudia, irmã, comadre por duas vezes, grande incentivadora; e Marília, por dedicar parte de sua vida a normalizar este trabalho!

Aos meus sobrinhos queridos: Jorginho, Aécio, Alisson, Mariana, Helena, Marcelinho, Mônica, Renatinho, Higor, Pedro, Marcinho, Malcolm, Ribamar Neto, Felipe, Sofia, Dandara, Luca Pierre, Kaio, Luiza, Carol, Théo. Cada passo dado é pensando em vocês!

Aos cunhados, também registro um imenso carinho: Verck, Wagner, Mayara, Ebe, Léa, Rose,

As Aos colegas da turma do Programa (Doutorado e Mestrado) pelo companheirismo e grandes reflexões compartilhados. Sucesso na vida de cada um!

A Dona Isabel e Edson, pela atenção, orientação e respeito com que tratam cada pessoa na secretaria do programa em busca de informação;

Aos professores do Programa de Políticas Públicas, que, competência intelectual e didática, souberam conduzir o processo ensino- aprendizagem;

Às Professoras Franci Cardoso, Socorro Sousa de Araújo e Lourdes Leitão pelas contribuições durante o desenvolvimento desta pesquisa.

A minha Amiga e Companheira de todas as horas, Suly Rose, finalmente, estamos concluindo nosso Doutorado!

Aos Camaradas do PSTU, com quem partilho cotidianamente reflexões e militância, e em especial a Regional de São Luís- MA, a Regional da Zona Sul de São Paulo, aos Camaradas da SNNN: Hertz, Wagner, Vera, Julinho, Cláudio, Maristela,

Klayton e Walter pelas reflexões. Orgulho e respeito por todos vocês! Somos gigantes!

Aos professores, técnicos e alunos do Instituto Federal do Maranhão, orgulho de fazer parte dessa casa!

Aos Camaradas do SINASEFE, CSP- CONLUTAS! Firmeza da luta!

## RESUMO

Estudo sobre as particularidades da Questão Negra no Brasil em diferentes contextos e narrativas. Focalizam-se os aspectos ideológicos, políticos e a incorporação dessa temática como uma política de ação afirmativa. Apresentam-se um quadro de referência histórico sobre formação econômico-social em perspectiva marxista no sentido de tornar válida a importância dessa categoria para analisar o Brasil. Analisam-se a formação do Estado centrado no patrimonialismo, escravidão e racismo, a partir do pensamento intelectual clássico brasileiro para capturar os aspectos centrais de análise. Abordam-se os conceitos de raça, racismo e relações étnico-raciais e seus desdobramentos ideológicos e políticos em diferentes contextos da sociedade brasileira. Discutem-se as categorias democracia racial e cordialidade como construções ideológicas para interpretar a realidade brasileira no pós-abolição. Enfatizam-se as pesquisas sobre as relações raciais no país, patrocinadas pela Unesco, que tiveram grande repercussão, contribuindo para desmistificar a propalada democracia racial. Descrevem-se as diversas formas de organização, lutas dos movimentos negros, estratégias de combate ao racismo, bem como a influência deste movimento na agenda política do governo para implementar políticas de ações afirmativas. No intuito de apreender as ações afirmativas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, este estudo analisa a legislação, planos estatais e políticas, a fim de investigar os fundamentos teóricos, políticos e sociais dessas ações. Esta pesquisa, guiada pela perspectiva qualitativa e fundamentada no materialismo histórico-dialético, busca apreender as particularidades da questão negra no país em diversos ângulos e contextos.

**Palavras-chave:** Raça, Racismo, Relações Étnico-Raciais, Estado, Políticas de Ações Afirmativas, Movimento Negro.

## **ABSTRACT**

Research on the particularities of the black racial issue in Brazil in different contexts and narratives. We focus on the ideological and political aspects and the incorporation of this theme as an affirmative action policy. We present a historical reference framework on economic and social formation in a Marxist perspective in order to validate the importance of this category to analyze Brazil. We analyze the formation of the state centered on patrimonialism, slavery and racism, from the classical Brazilian intellectual thought to capture the central aspects of analysis. We approach the concepts of race, racism and ethnic-racial relations and their ideological and political deployments in different contexts of Brazilian society. We discuss the categories racial democracy and cordiality as ideological constructions to interpret the Brazilian reality in the post-black slavery abolition period. We emphasize the researches on racial relations in the country, sponsored by Unesco, which had great repercussions, contributing to demystify the propaled racial democracy. We describe the various forms of organization, struggles of black movements, strategies to combat racism, as well as the influence of this movement on the political agenda of the government to implement affirmative action policies. In order to apprehend the affirmative actions developed by the Brazilian state, this study analyzes the legislation, state plans and policies to investigate the theoretical, political and social foundations of these actions. This research, guided by the qualitative perspective and based on historical-dialectical materialism, aims to apprehend the particularities of the black racial issue in the country in different angles and contexts.

**Keywords:** Race, Racism, Ethnic-racial relations, State, Affirmative Action Policies, Black Movement.



## LISTA DE SIGLAS

- ACN** Associação Cultural Negra
- ADC** Ação Direta de Inconstitucionalidade
- AIT** Associação Internacional dos Trabalhadores
- CEAO** Centro de Estudos Afro Orientais
- CEAP** Centro de Articulação das Populações Marginalizadas
- CECAN** Centro de Cultura e Arte Brasileira
- CNE** Conselho Nacional de Educação
- DEM** Democratas
- IPCN** Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
- IPEAFRO** Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
- LGBT** Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
- MNU** Movimento Negro Unificado
- ONG** Organização não governamental
- ONU** Organização das Nações Unidas
- OSCIP** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- PC do B** Partido Comunista do Brasil
- PCB** Partido Comunista Brasileiro
- PCN** Parâmetros Curriculares Nacionais
- PMDB** Movimento Democrático Brasileiro
- PROUNI** Programa Universidade para Todos
- PUC** Pontifícia Universidade Católica
- STF** Supremo Tribunal Federal
- SUDENE** Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- TEN** Teatro Experimental do Negro
- UDN** União Democrática Nacional União Democrática Nacional
- UERJ** Universidade Estadual do Rio de Janeiro
- UFRGS** Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRJ** Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNB** Universidade de Brasília
- UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- USP** Universidade de São Paulo

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO</b> .....	25
1.1 <b>Formação -Social:</b> validade de um conceito marxista para a particularidade brasileira.....	26
<b>2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RACISMO BRASILEIRO:</b> reflexões sobre o negro na intelectualidade.....	63
2.1 <b>Raça, Racismo e Mestiçagem:</b> implicações ideológicas e políticas no contexto brasileiro.....	66
2.2 <b>Cordialidade e democracia racial:</b> novos rumos pensados para a questão negra e as relações étnico-raciais.....	82
2.3 <b>Breve incursão sobre as pesquisas patrocinadas pela Unesco acerca da questão racial no Brasil</b> .....	111
<b>3 O LUGAR DO NEGRO COMO SUJEITO HISTÓRICO E NA LUTA DE CLASSES</b> .....	131
3.1 <b>Do Protesto Negro ao Movimento Social:</b> a ação mobilizadora, estratégias e mediação da questão negra na agenda política.....	145
3.2 <b>Protesto Negro Reivindicatório, Mobilização Social e Resistência:</b> breve incursão histórica do Ativismo Negro.....	146
3.3 <b>Política de combate ao racismo:</b> a educação como estratégia.....	162
<b>4 A QUESTÃO NEGRA NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO BRASILEIRO</b> .....	166
4.1 <b>As cotas raciais:</b> as fronteiras entre a proposta e a implementação.....	171
4.2 <b>A Lei 10.639/03 e As Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como políticas de ações afirmativas</b> .....	182
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	189
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	196

## INTRODUÇÃO

O presente texto busca investigar a Questão Negra com base em algumas narrativas de raça, racismo, relações étnico-raciais e classe, focalizando-se os aspectos ideológicos, políticos em diferentes contextos da realidade brasileira. O marco dessa trajetória histórica é o contexto da formação do Estado brasileiro fundamentado no patrimonialismo, escravidão e racismo. Nessa direção, busca-se revisitar os clássicos da intelectualidade brasileira, analisar suas interpretações acerca do tema, bem como a mediação que estabeleceram entre desenvolvimento econômico do país e formação étnico-racial.

Cumprir destacar que o entendimento dessa estreita relação é comum entre a maioria dos intelectuais pesquisados, de forma que o entendimento do fator de atraso do país é resultado do tipo de colonização, da escravidão e do capitalismo dependente que foram desenvolvidos no Brasil. Nessa ordem, alguns desses intelectuais não conseguiram captar esse movimento, atribuindo a causa do fracasso aos negros e nações indígenas, as principais vítimas desses perversos modelos econômicos, colocando toda a carga de responsabilidade a esses povos, por sua cultura e seu modo de vida. São vistos como entraves ao desenvolvimento econômico.

Poucas são as análises acerca do papel que cumpriu a burguesia neste país, sua política de manutenção da ordem e de seus privilégios, aliando-se aos setores internacionais com a função subserviente, capaz de qualquer negociata em favor de seus interesses. Parte da intelectualidade brasileira é produto dessa elite, daí resulta seu compromisso social com sua classe, buscando narrativas de interpretação da nação, do desenvolvimento econômico e da população brasileira com base no que consideram atraso cultural e econômico dos povos formadores do país. Buscam assim dar resposta moral a questões de cunho econômicas e políticas e por conseguinte deformam as nações indígenas e povo negro, criando estereótipos negativos, quer como seres produtivos econômica e culturalmente, quer como sujeitos políticos.

Nessa direção, este estudo procurou captar no pensamento intelectual as ideologias construídas sobre raça e relações raciais e as implicações políticas. Desse modo, procedeu-se a uma incursão histórica do período da abolição e pós- abolição,

analisando-se as mudanças significativas que ocorreram, sobretudo nesse último período.

A transição do trabalho escravo para trabalho livre não possibilitou mudanças significativas na condição social dos negros, não houve reparações históricas, nem tampouco políticas públicas que os beneficiassem. A mobilidade social foi um ponto discutido entre vários teóricos, principalmente a partir da década de 1950, entendida como um fator de equalização social em que os negros poderiam ser incorporados de forma natural, sem qualquer interpelação do Estado, ou seja, exime-se o Estado de qualquer responsabilidade pelos longos séculos de escravidão, delegando-se ao próprio negro a tarefa e esforço individual, em uma sociedade competitiva e liberal.

Percebe-se neste percurso que há estreita relação entre os contextos sociais e econômicos com a questão racial, de forma que a caracterização sobre o negro resulta dessa dinâmica. Para ilustrar toma-se a transição do período colonial para o pós-abolição. No primeiro momento, o negro era descrito como escravo, animal, passivo, sem cultura, atrasado; e no pós-abolição, considerado como um vadio, malandro, caracterizado pela manifestação de atitudes cordiais.

A mudança dessa caracterização no período pós-abolição é resultado da ideologia da democracia racial que pregava a não existência de racismo no país e que as oportunidades são oferecidas a todos sem distinção. Ora, num país que oferece oportunidades iguais, a culpa acaba sendo do próprio indivíduo. Destas análises decorrem visões e propostas paternalistas e assistenciais para o negro, visto como um desventurado.

Cumprido destacar que as pesquisas patrocinadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO na década de 1950 por intelectuais com Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris e outros sobre as relações raciais nos estados da Bahia, São Paulo Rio de Janeiro e Pernambuco, foram fundamentais para desconstruir tanto a ideia da democracia racial como a passividade do negro. A discriminação racial nesse sentido é mostrada em vários aspectos da esfera da vida humana.

Vale afirmar que na dinâmica social do país o negro foi fundamental. Atuou em várias frentes como sujeito político em guerras, rebeliões, movimentos como a quilombagem, em organizações específicas e de movimentos sociais mais amplos.

Propôs medidas de combate ao racismo em vários espaços sociais, direcionando à promoção de políticas na área da educação e no espaço escolar.

Na atualidade, o Movimento Negro tem influenciado e atuado na implementação de políticas de ações afirmativas com corte racial, enfim, o negro e suas organizações sociais têm história e são propositivos. Diante do exposto considera-se que a Questão Negra é fundante na trajetória da sociedade brasileira, perpassa toda a história do país tendo implicações econômicas, sociais, políticas culturais e educacionais.

Esta pesquisa se propõe dentro de um contexto histórico e atual a investigar a questão negra com base nas interpretações de alguns intelectuais e no protesto negro, focando as estratégias desse movimento no combate ao racismo e como influenciador de políticas de ações afirmativas no país. Cabe destacar que a questão racial é pauta na agenda política no mundo. Há várias discussões e propostas de implementação de políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

No Brasil, essas iniciativas são denominadas políticas de inclusão social ou ações afirmativas, no entanto é preciso investigar que tipo de política, quais as áreas de atuação, recursos disponíveis e quem se beneficia dessas políticas. Evidencia-se também que a emergência dessa discussão, ainda que recente, é parte do processo histórico de colonização dos territórios invadidos, migrações, tráfico negreiro, novas ondas migratórias dos países pobres em direção aos países centrais, que resultaram na inserção, no mesmo espaço geográfico, povos de etnias e culturas diferenciadas. No entanto, segundo Senghor (1979) Antes do século XV não havia preconceito racial o racismo-etnocentrismo carregado de diferenças, reais ou imaginárias- não tem mais de quatro séculos.

Desta forma, o racismo, como ideologia elaborada, é fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, Ásia e África. A ideologia racista se manifesta a partir do tráfico escravo, mas adquire o status de teoria após a revolução industrial europeia. Os fatores históricos, econômicos e sociais do racismo e todas as formas de intolerâncias, combinados aos efeitos da globalização econômica, têm ampliado os problemas nas relações sociais materializando-se na violação de direitos humanos e desigualdades sociais. As políticas de ações afirmativas nascem num terreno complexo que envolve a defesa de direitos humanos;

justiça distributiva; o direito de ser ao mesmo tempo igual e diferente, da identidade e a consciência nacional (MUNANGA, 2014).

Ampliando-se essa complexidade cita-se a crise migratória, o desemprego crescente, as desigualdades sócio- raciais, fobia pelo imigrante, enfim, na fase de decadência do capitalismo tem-se ampliado o genocídio da população indígena e negra, assim como a violência contra as mulheres e LGBTs. Além desses fatos, soma-se a administração de governos de ultradireita e conservadores, a exemplo de Donald Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil, governos que têm se mostrado contrários às políticas migratórias e compensatórias. Defendem políticas misóginas, racistas e homofóbicas e ameaçam constantemente retirar direitos sociais, diminuindo o papel social do Estado em favor do mercado financeiro.

Neste sentido, é preciso além de denunciar esses governos, compreender que as demandas democráticas no sistema capitalista são efêmeras e transitórias, por isso devem ser combinadas com a luta contra o sistema, exigir reparações históricas associadas às medidas redistributivas, para promover a igualdade racial. Nisto reside à atualização da questão social, na perspectiva de superar as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais.

Embora se destaque a contribuição da Organização das Nações Unidas-ONU na construção da 3ª Conferência de 2001 em Durban<sup>1</sup> no combate ao racismo e a determinação aos países signatários para efetivarem políticas de ações afirmativas às vítimas de racismo e outras formas de intolerância, é preciso analisar de forma crítica os organismos internacionais, investigar o papel da ONU na tarefa enquanto apaziguadora de conflitos raciais e sociais. Considera-se que o problema racial vai além das cotas, o racismo foi institucionalizado por meio da escravidão, do tráfico de negros e da situação de desigualdade racial em diferentes esferas produtivas, é, portanto, um problema estrutural, sendo um dos maiores crimes que o capitalismo cometeu.

Há que se ter a cautela para que as demandas democráticas e históricas do movimento negro não sejam transformadas em ações superficiais, focalistas, diluídas em programas sociais usados como chavão para diminuir a pobreza e não

---

<sup>1</sup> A Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância foi realizada em 2001 com a participação de 173 países, 4 mil organizações não governamentais (ONGs) e um total de mais de 16 mil participantes. O Brasil esteve presente, com 42 delegados e cinco assessores técnicos.

como políticas sociais, ou seja, como direito e conquista dos trabalhadores. Nessa direção é fundamental delimitar o quadro teórico em que se apoia para caracterizar as políticas de ações afirmativas. Assim, esta pesquisa opta pela definição de Silvério (2002) entendendo essas políticas como um conjunto de ações e orientações do governo para proteger grupos étnicos, curiosamente denominados como “minorias”, que tenham sido discriminados no passado.

Para Gomes (2002), as ações afirmativas definem-se como políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Com esta definição conjectura-se que as políticas de ações afirmativas, ainda que comumente denominadas de políticas compensatórias, fazem parte do quadro clássico de enfrentamento da questão social, isto porque estão vinculadas diretamente à esfera pública, ou seja, ao Estado enquanto mediador de conflitos e por conta desta função, deverá possibilitar a igualdade de direitos entre os membros da sociedade. Essa é a forma como o Estado é apresentado.

O Estado se apresenta como organização neutra, capaz de regular as relações conflituosas e sobre o prisma do direito. Entretanto, esta concepção é liberal e carrega consigo o enfoque no sentido ideológico da função do Estado. Neste sentido Marx (2007) destaca qual é o verdadeiro sentido do Estado numa sociedade de classes:

Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para garantia recíproca de sua propriedade e dos interesses. (MARX, 2007, p. 75).

Na análise de Marx há a afirmação de que o Estado é instrumento da classe dominante e surge das relações de produção em interesse dos burgueses para garantir a propriedade privada, tomando os seus interesses como uma ferramenta universal. Nesta ordem o direito, mediado pela ideologia da classe dominante, garante a posse da propriedade e seus interesses, tanto internamente como externamente permitindo a existência do Estado. Marx discorre que:

Como o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. (MARX, 2007, p. 76).

O Estado pôs-se a serviço da classe dominante com sua atribuição política, ou seja, o direito também é privado assim como a propriedade, beneficiando os economicamente privilegiados. A lei reduz o direito enquanto ilusão de uma vontade geral, porque na verdade a vontade é arbitrária e individual e não geral. O Estado conta com aparatos de diversos tipos, como a polícia, os tribunais e as forças da repressão, como o exército e as polícias.

Considera-se que o Estado também pode apresentar-se como mediador sobre um território ou sobre a população e isto se dá concomitantemente de forma objetiva (através da máquina estatal- burocrática e administrativa) ou subjetivamente (por meio da democracia formal, ideologia burguesa).

Cabe destacar que existem várias concepções teóricas sobre o Estado, a mais comum e também utilizada na mediação com as políticas públicas é o Estado como mediador de conflito. Esta perspectiva se fundamenta em Engels e Marx ao situarem a origem e a essência do Estado no tempo e no espaço, a partir da sociedade capitalista cujo desenvolvimento econômico tem gerado as desigualdades de classes e conflitos entre explorados e exploradores.

Ele é determinado pela estrutura social de modo a atender as demandas específicas de uma dada forma de sociabilidade, garantindo que essa forma se mantenha. O Estado na concepção marxista só deixa de existir quando forem abolidas as relações de dominação na sociedade de classes e como mediador situa-se no contexto da acumulação capitalista e na luta de classes, assim, deverá responder às demandas sociais decorrentes desse processo desigual.

Esse processo desigual e contraditório está na base da produção capitalista, que conseqüentemente expressa as variadas situações da questão social no cotidiano, a exemplo da violência, da fome, do desemprego e do racismo.

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (TELES, 1996, p. 85).



Na análise de Teles (1996) a questão social expressa a essência do capitalismo, portanto, não há compatibilidade entre a produção coletiva realizada pelos trabalhadores e apropriação da riqueza pelos capitalistas (contradição capital/trabalho). Esta contradição permeia toda a sociedade, reproduzindo além das desigualdades das condições de vida e no acesso às políticas públicas a necessidade dos trabalhadores em superarem esses problemas. Todavia esse processo se efetiva por meio da consciência, organização e luta dos trabalhadores. É neste contexto que a questão social se expressa:

[...] é fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder e, em especial pelo Estado. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho, consubstanciados em serviços e políticas sociais, o que, nos países centrais expressou-se [...] no Estado Social (IAMAMOTO, 2001, p. 47).

Dito de outra forma, a questão social reflete a luta dos trabalhadores, dos excluídos e subalternizados exigindo por meio do poder, mobilização, luta para a transformação da sociedade. Para Behing e Boschetti (2006)

As primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social [...] houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abandonou seus princípios liberais e incorporou orientações socialdemocrata num contexto socioeconômico e das lutas de classes, assumindo um caráter social, com investimento em políticas sociais (BEHING; BOSCHETTI, 2006, p. 63).

Esta análise ressalta que ambos os Estados mantêm os fundamentos do capitalismo, contudo, é no Estado Social, também denominado de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) que se realizaram intervenções na economia para fortalecer e expandir o setor público, consequências da mobilização e organização dos trabalhadores. A partir dessa tônica, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, que foram implementadas de forma gradual e diferenciada em vários países.

É, portanto nesse contexto de pressão sobre o Estado (Estado interventor) que surgem às políticas sociais como forma de intervenção na realidade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas, sendo que as ações da administração

pública se reportam também às atividades de auxílio imediato no exercício do Governo.

Seja na perspectiva do Estado, com a implantação de um projeto de governo, por meio de programas de ações voltadas para setores específicos da sociedade (HÖFLING, 2001) ou como “Estado em ação” (GOBERT; MULLER, 1987) as políticas sociais se materializam, a partir do momento em que o Estado faz intervenção na sociedade, por meio de programas e projetos para solucionar problemas e ou atender demandas.

Pensar na adoção de políticas sociais no Brasil requer analisar as suas peculiaridades, tendo em vista que sua formação social recente em comparação com os países da Europa, baseou-se num processo de colonização assentado no tripé: trabalho escravo, monocultura e latifúndio para fins da acumulação originária do capital nos países centrais.

Em se tratando das ações afirmativas, são políticas sociais de responsabilidade do Estado, mas envolvem a relação dialética entre interesses distintos, buscando atender, mesmo que em graus diferenciados, às demandas dos diversos sujeitos sociais que se confrontam na formulação, operacionalização de projetos, programas e diretrizes políticas para atender às necessidades sociais, a partir de um processo de decisão que envolve: órgãos públicos, agentes da sociedade e entidades relacionadas à política implementada (PEREIRA, 2008).

Nesta direção, o Estado ao executar um plano de governo por meio de programas, projetos e ações voltados para áreas específicas da sociedade representará de forma dicotômica através dessas políticas a reprodução da ordem burguesa, mas também incorporará as lutas sociais e direitos sociais dos trabalhadores (PEREIRA, 2008; BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

Pereira (2008) chama atenção que nesse terreno de comprometimento do Estado com as forças e agentes sociais, a política social se afigura como uma política pública, ou melhor, é um tipo, um gênero, dentre outros tipos de políticas públicas. No campo do debate acerca das políticas públicas há duas interpretações que concorrem entre si sobre o papel do Estado, desta forma destaca que:

A que privilegia o Estado como produtor exclusivo de política pública, a ponto de conceber o termo público como sinônimo de estatal; e a que privilegia a relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade como o fermento da constituição e processamento dessa política (PEREIRA, 2008, p. 94).

Conforme a autora, as duas interpretações se diferenciam, mas mantêm em comum a análise segundo a qual as diferentes expressões da questão social, tais como demandas por educação, saúde, trabalho, habitação, assistência social, segurança, cultura auxiliam o conteúdo das respectivas políticas. Contudo, é na segunda manifestação que se expressa o envolvimento de diversos sujeitos sociais, possibilitando o embate e conquistas de interesses divergentes.

Nessa mesma direção, a autora estabelece a distinção entre os termos público e estatal, sugerindo que o primeiro é mais abrangente. Esta análise parte da própria origem etimológica do termo público que deriva do latim “res publica, isto é, res (coisa), pública (de todos) e por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade” (PEREIRA, 2008).

[...] quando se fala de políticas públicas, está se falando de uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual. O caráter público desta política não é dado apenas pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do agregado social que lhe demanda atenção (Rua), mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade (PEREIRA, 2008, p. 95).

Pereira (2008) enfatiza que as políticas públicas envolvem além das políticas sociais, as políticas econômicas. Também destaca que os mecanismos de participação e de controle social podem estar presentes na operacionalização das duas políticas. As políticas de ações afirmativas se inserem nesse contexto, pois são políticas públicas, podendo ser também privadas e visam, a partir do princípio jurídico da igualdade material, corrigir as desigualdades raciais históricas, promovendo a igualdade de oportunidades, bem como transforma positivamente as imagens dos negros na sociedade brasileira.

São políticas públicas com corte racial, dentre as quais cita-se, a partir da intervenção do Movimento Negro, a Marcha Nacional pelo Tricentenário de Zumbi dos Palmares em 1995 que deu origem a um documento sobre a Política de Reparações para que fosse aprovado na época pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

As políticas de ações afirmativas implementadas no Brasil, diferentemente de outros países, estão focalizadas na área de educação, especificamente através das cotas raciais e da incorporação da temática étnico-racial no currículo – Lei

10.639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de Cultura Afro-brasileira e Africana, que obrigam as escolas a ministrar o ensino de História da África e dos descendentes de africanos no Brasil. Elas partem do pressuposto de que a educação deve promover as condições para o desenvolvimento intelectual e socioeconômico dos grupos étnicos discriminados, eliminando as desigualdades étnico-raciais.

Trata-se de diretrizes institucionais, previstas na legislação educacional, a exemplo da Lei 10.639/03 que é constituída por apenas dois artigos que reforçam a necessidade de estudos da cultura africana nos diversos campos de conhecimentos, no intuito de mudar o foco eurocêntrico do processo educativo, ampliando-se o debate sobre a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira de forma a desconstruir estereótipos, preconceitos e discriminação sobre a África e seus descendentes.

Diante deste quadro a pesquisa tem por objetivo:

- Analisar as particularidades da formação do Estado brasileiro centrado no patrimonialismo, escravidão e racismo, a partir do pensamento intelectual brasileiro, seus desdobramentos ideológicos e políticos, bem como a contribuição do protesto negro no enfrentamento às discriminações raciais e na execução de políticas afirmativas no país;
- Analisar os conceitos de raça, racismo e relações étnico-raciais e sua implicação política nos diferentes contextos da sociedade brasileira;
- Investigar a ação política e práticas do protesto negro no combate ao racismo bem como as mediações e estratégias que transformaram as demandas do povo negro em ações do governo;
- Identificar políticas de ações afirmativas desenvolvidas pelo Estado Brasileiro, a partir do levantamento e análise da legislação, dos planos e ações na área da educação.

Em face da necessidade de apreensão desse processo, foram consideradas, para fins de investigação e aprofundamento, as seguintes categorias: raça, racismo, relações étnico-raciais, Estado, políticas de ações afirmativas, movimento negro, numa perspectiva dialética, isto é, a realidade social, além de suas aparências, compreendidas como um processo dinâmico, efetuado pela ação

humana. A dialética, tomada nessa perspectiva, situa-se então “no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama das relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformados fatos” (LEFEBVRE, 1991, p.186).

Nesse sentido, buscou-se compreender os fenômenos aqui destacados, visto que se trata da materialização de políticas em cenários complexos, que envolvem elementos da chamada globalização da economia, os fluxos migratórios e, num contexto onde se intensificam debates sobre cultura, identidades e produção da diferença. Portanto, procura-se distinguir a aparência da essência, compreendendo-se o processo de mudança efetuado pela ação humana. Conforme afirma Kosik (1976, p.45): “O conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica, isto é, de crítica, interpretação e avaliação de fatos-processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos”.

Essa perspectiva parte do pressuposto de que o universo e tudo o que nele habita tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido (MARX & ENGELS, 1986). Por conseguinte, o conhecimento, produzido objetivamente pelo sujeito, deve ter como meta a aproximação do real, em suas múltiplas determinações. Esta é uma tarefa complexa, tendo em vista a realidade que se apresenta de forma caótica. Por isso, é por meio da abstração, da análise das partes que podemos reconstruir o concreto real que está na base do conhecimento.

Nesse processo, a relação sujeito-objeto em Marx conserva sempre a noção de que o objeto sobre o qual trabalha é um objeto produzido pelos homens. Isso significa que inevitavelmente o sujeito está auto- implicado no objeto. Não há uma relação de exterioridade, há uma relação de auto- implicação, que não é uma relação de identidade, mas uma relação de unidade. Marx opera sempre com a categoria da totalidade, entendendo ser a realidade social um complexo constituído de múltiplos complexos. Isso significa dizer que há em Marx sempre o enorme cuidado com a especificidade das distintas instâncias sociais. Isso impõe a necessidade da mediação enquanto categoria teórica central na compreensão dos fenômenos sociais. (PAULO NETTO, 2001, p. 58-60).

Compreende-se a perspectiva dialética num contexto amplo que se refere não apenas à concepção de realidade, da existência do ser, mas também como um método de construção, de apreensão do conhecimento. Lefebvre (1991) destaca que o desafio do pensamento é trazer para o plano do conhecimento esta dialética real, ou seja, os aspectos ontológicos e gnosiológicos regidos pelas leis da dialética:

totalidade, movimento, contradição, qualidade-quantidade, historicidade, lógica, racionalidade.

Nessa direção, foi analisada a formação do Estado brasileiro, no contexto internacional, o modo de produção capitalista dependente aqui desenvolvido e seus nexos com raça, racismo e relações étnico-raciais, além dos debates promovidos no país sobre a questão racial tendo implicação no combate à manutenção das desigualdades sociais e raciais.

Também foi discutido o papel político e organizacional dos negros no enfrentamento às políticas excludentes, bem como sua participação em diversas lutas. Cabe destacar que estratégias de combate ao racismo, sobretudo na área de educação, foram fundamentais para mediar a relação com o Estado. Trata-se de estabelecer os nexos entre políticas de ações afirmativas e as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, problematizando a educação e as respostas do Estado como eixos fundamentais na análise desta problemática.

Desse modo, esta pesquisa, fundamentada numa perspectiva ao mesmo tempo qualitativa e materialista histórico-dialética, tem como objeto a *questão negra no Brasil*, considerando-se, especialmente, duas de suas dimensões fundantes e irremediavelmente imbricadas: de um lado, as interpretações das relações raciais e do lugar do negro na história e na sociedade brasileira; de outro lado, as ideias, noções e interpretações sobre negros e negras na história e na sociedade brasileira presentes nos discursos e práticas do movimento social negro, e os fundamentos teóricos e políticos de algumas políticas públicas voltadas para a população negra no Brasil.

A primeira dimensão é aquela dos modos como diferentes intérpretes, ao longo da história do Brasil, têm definido o lugar do negro na história e na sociedade brasileira. Não se trata aqui tão somente de revisitar os clássicos do pensamento social e as ideias daqueles que estabeleceram verdadeiros paradigmas de interpretação racial do Brasil, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e outros. O que aqui se pretende é mostrar que os debates sobre a população negra e seu lugar no Brasil são absolutamente centrais para a agenda intelectual dominante no território nacional. São essas ideias que servirão de fundamento ou serão questionadas quando da concepção e formulação das diferentes políticas públicas voltadas para a população negra no Brasil.

Desse modo, a devida compreensão dos debates que se farão, especialmente, a partir de finais dos anos 1990 e, de modo mais acentuado, a partir

dos anos 2000, no que tange às políticas públicas voltadas para a população negra, precisam considerar aquelas interpretações e suas reverberações para serem devidamente compreendidos.

Assim, nesta pesquisa tentamos mostrar como a “questão negra” aparece nos textos daqueles que se consolidariam como principais intérpretes do Brasil. Neste contexto foi fundamental atentar para interpretações divergentes e convergentes, especialmente, por pensarem o problema desde perspectivas diferentes, algumas vezes antagônicas e outras complementares, como se pode conceber a partir de visões econômicas e/ou sociais e/ou raciais.

Até que ponto estas interpretações e debates acadêmicos influenciarão a agenda dos movimentos sociais negros e a formulação de políticas públicas para essa população? Em que medida as principais ideias defendidas pelos movimentos negros concordam ou discordam com esses paradigmas? Em que medida as discussões dos paradigmas de interpretação das relações sociais e raciais brasileiras incidem sobre os fundamentos teóricos e políticos implícitos e explícitos das principais políticas públicas da população negra no Brasil recente? Estas questões conduzem à segunda dimensão constitutiva do objeto desta pesquisa, que consiste na segunda parte deste trabalho.

Diretamente conectada àquela primeira, esta segunda dimensão do trabalho tem como intenção observar, descrever e analisar as principais ideias e formulações sobre o lugar do negro na história e na sociedade brasileira observáveis nas formas de organização, nas lutas e movimentos negros, nas estratégias de combate ao racismo, bem como na influência deste movimento na agenda política do governo para implementar políticas de ações afirmativas. Buscou-se ainda analisar os fundamentos teóricos, políticos, sociais e raciais das políticas de ações afirmativas implementadas pelo Estado brasileiro, especialmente a política de cotas raciais, a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura africana e afrobrasileira e as Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais.

Este estudo seguiu algumas etapas, não estanques, mas ordenadas de maneira flexível e integradora. Realizou-se, então, uma pesquisa bibliográfica sistemática, que atravessou todo o processo de investigação objetivando aprofundar as categorias mencionadas vinculadas à análise de fontes primárias obtidas pela pesquisa documental: legislação, planos de ações de políticas inclusivas para a questão étnico-racial, elaboradas pelo Estado Brasileiro. Neste caso os documentos

classificados foram: legislações acerca das cotas raciais, da Lei 10.639/2003 e normas sobre as Diretrizes Curriculares das Relações Étnico- Raciais.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, fez-se um recorte sobre a formação do Estado brasileiro fundamentado no patrimonialismo, racismo e escravidão, buscou-se aprofundar o debate acerca do tipo de colonização que se desenvolveu no país, o modo de produção capitalista dependente e aspectos apresentados pelos teóricos clássicos brasileiros, destacando a construção desse pensamento com a trajetória sócio- econômica. Analisou-se também as particularidades da formação social do Brasil,

No segundo capítulo, analisou-se as categorias raça, racismo e mestiçagem e suas implicações políticas e ideológicas no contexto da sociedade brasileira. Em seguida abordou-se cordialidade e democracia racial como principais teses sobre o caráter nacional a partir de 1930, bem como as pesquisas sobre as relações étnico-raciais produzidas pela UNESCO que contribuíram para analisar a o racismo e a dificuldade de mobilidade social enfrentada pelos negros.

No terceiro capítulo, investigou-se o papel dos negros enquanto sujeitos políticos. Para tanto, apresentou-se as diferentes formas do protesto negro, as estratégias de combate ao racismo e ação dos movimentos, atores e grupos na construção das ações afirmativas. Nessa direção, abordou-se a mediação e estratégias políticas utilizadas pelas entidades negras com Estado que foram paulatinamente transformando as reivindicações históricas e ação mobilizadora em pautas governamentais para a implementação de ações afirmativas.

No quarto capítulo, analisou-se os fundamentos teóricos, políticos, sociais e raciais das políticas de ações afirmativas implementadas pelo Estado brasileiro, especialmente a política de cotas raciais, a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira e as Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais.



## **1 PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**

Nas diversas interpretações intelectuais sobre o Brasil, tanto do ponto de vista histórico como atual, há uma análise pessimista sobre a nossa formação histórica. Em geral, costuma-se caracterizar o país como tendo um atraso econômico, político e cultural decorrente do processo de colonização portuguesa centrado no patrimonialismo e na escravidão. Conforme essas análises, até hoje o país não conseguiu se inserir no mundo “moderno”, principalmente pela forma como foi incorporado na economia capitalista mundial, tendo como consequência a dependência econômica e dificuldades de constituir-se como “nação”. Esse fato tem um grande peso na vida social, seja na estrutura econômico- social ou nas narrativas cotidianas sobre o Brasil, ou ainda nas relações e interesses de classes sociais.

Reflexões de como se deu a origem do Estado brasileiro, o tipo de colonização, sistema econômico vigente - se na época a economia era capitalista, tipo de regime de trabalho na estrutura de produção, a forma de exploração em determinado nível das forças produtivas e a composição social e étnico-racial da população são alguns aspectos levantados pelos teóricos clássicos brasileiros.

Na historiografia brasileira há vasta e diversificada interpretação dessas análises. Teóricos de tradição marxista ou adeptos de outras correntes têm se debruçado a estudar o Brasil. Nessa direção, procede-se a um levantamento histórico sobre o Brasil, tomando por base alguns clássicos das Ciências Sociais como Holanda (2014), Prado Júnior (1989), Furtado (1997), Freyre (2013), Fernandes (2005), Costa Viotti (1966), Moura (1988), buscando configurar a formação do Estado brasileiro fundamentada no patrimonialismo, racismo e escravidão.

Nesta seção, analisa-se o debate acerca do tipo de colonização que se desenvolveu no país, o modo de produção capitalista dependente e outros aspectos apresentados pelo pensamento brasileiro mediatizado pela literatura clássica mundial como Marx, Eric Williams (2012) e outros, a fim de compreender as particularidades de nossa formação social, bem como a influência das ideias de raça, racismo e relações étnico-raciais produzidos no país.

### 1.1 Formação Econômico-Social: validade de um conceito marxista para a particularidade brasileira

Laclau (1975), em seu artigo intitulado Feudalismo e Capitalismo na América Latina, fez um estudo acerca de diversas obras do período colonial, identificando quais eram as questões formuladas pelos autores e se havia alguma relação com os problemas da realidade. Ele chegou à conclusão de que a caracterização da estrutura econômica da América Latina, sua origem e natureza era o problema central. Essas discussões giravam em torno do caráter capitalista ou feudal<sup>2</sup> dessas sociedades.

Ele também ressalta que o entendimento desses teóricos sobre o caráter feudal está associado ao tradicional, às sociedades fechadas, resistentes a mudanças. Para os teóricos estudados por Laclau, o alcance da fase capitalista, isto é, a superação da fase de estagnação para a etapa de desenvolvimento econômico, passa por uma revolução democrático-burguesa, entendida por um processo de aliança entre os socialistas e a burguesia nacional para formar uma frente única contra a oligarquia e imperialismo (LACLAU,1975). Esta é uma tarefa da “revolução democrático-burguesa<sup>3</sup> para destruir o feudalismo.

---

<sup>2</sup> A ideia de questão feudal na formação econômica brasileira está presente em Sodré (1978). Ele afirmava que no Brasil o atraso das forças produtivas capitalistas decorria da influência dos restos feudais no pensamento da elite brasileira ao longo da formação histórica. A etapa feudal foi fortemente criticada por vários intelectuais brasileiros, pois além de apresentar uma visão mecanicista da história e romper com a perspectiva dialética, destaca o papel central da burguesia contra o latifúndio por compreender que a industrialização, a partir de um embate feudal entre produtores e classe dominante, seria a superação a ser conquistada. Este pensamento é fruto de sua corrente política, o PCB (SODRÉ, 1978).

<sup>3</sup> Cabe destacar que este é um debate histórico que se produziu no seio da organização internacional do movimento operário da chamada Associação Internacional dos Trabalhadores- AIT, mais conhecida como a Internacional, da qual participaram Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e tantos outros com base nos princípios programáticos do Manifesto Comunista (de 1848). Sobre o caráter mundial da economia capitalista, a posição comum entre eles é a de que, desde o início, o funcionamento do mercado e da economia burguesa se efetiva de maneira global, portanto, o proletariado, classe que nasceu desse modo de produção, é antagônico à burguesia e tem a tarefa histórica de lutar contra o sistema que lhe oprime, explora e humilha. Se de início estabelece unidade com a burguesia para derrotar o feudalismo e a aristocracia, no processo foram se evidenciando diferenças políticas e táticas, principalmente após as derrotas democrático-burguesas em 1848 na França, Alemanha, Áustria, Itália, Polônia e Hungria. Segundo SAGRA (2010), o fato de a burguesia nesse período não ser conseqüente contra a nobreza e o temor que tinha dos operários de dirigir a luta, a partir de seus interesses de classe, gerou desconfiança nessa unidade. Ao longo dos anos, quando a burguesia se torna classe hegemônica, essas diferenças se ampliam, fazendo com que a luta seja contra o sistema e contra a classe dirigente. de Marx de que as etapas a serem desenvolvidas seriam burguesas, por meio de demandas democráticas: eleições livres, república, reforma agrária, libertação das nacionalidades oprimidas, etc. Sobre a Rússia havia um ceticismo, por ser um país semifeudal que somente em 1861 aboliu a servidão. Esta característica, bem como o traço da composição camponesa, tornava os marxistas incrédulos sobre o potencial revolucionário socialista

Os que defendem a tese capitalista entendem que desde o início da colonização essas sociedades estiveram incorporadas ao mercado mundial, porém, com caráter dependente. Laclau (1975) refletindo sobre o dualismo de posição quanto ao modo de produção na América Latina, afirma:

[...] designam por feudalismo e capitalismo fenômenos relativos à esfera da troca de mercadorias e não à esfera de produção, pelo que a presença ou a ausência de um vínculo com o mercado transforma-se no critério decisivo para distinguir entre ambas o tipo de sociedade. Tal concepção é nitidamente oposta à teoria marxista, segundo a qual capitalismo e feudalismo são modos de produção (LACLAU, 1975, p. 35).

A síntese de Laclau (1975) sobre as produções científicas a respeito da formação econômica na América Latina, o dualismo que orientou o debate acerca do caráter da economia do continente americano é, segundo o autor, um debate antigo nessa região. Foi formulado no século XIX pelas elites liberais das sociedades latino-americanas que, ao incorporarem seus países ao mercado mundial como produtores primários, submeteram seus países ao imperialismo. É também um debate sustentado pelos partidos comunistas e da esquerda latino-americana, marcado pela posição de interpretação feudal na América Latina, constatada por Laclau (1975) como deformações do marxismo.

Seria exaustivo explicar aqui as razões dessa deformação, mas creio que podem ser resumidas no seguinte fato: a esquerda latino-americana surgiu, historicamente, como ala esquerda do liberalismo e sua ideologia foi, conseqüentemente, determinada pelas categorias ideológicas básicas elaboradas pelas elites liberais do século XIX... E o dualismo era um elemento essencial neste sistema de categorias. Dali derivou a tendência constante em identificar feudalismo com estagnação e economia fechada, e capitalismo com dinamismo e progresso. Esta típica deformação do marxismo mais tarde gerou seu complemento dialético na posição oposta, desenvolvida no decorrer da última década. (LACLAU, 1975, p.50-51).

---

daquele país, acreditando-se que a revolução se realizaria primeiramente em países europeus de capitalismo avançado. Nesse debate, um setor no partido russo, os mencheviques, defendia a unidade entre operários, campesinato, intelectualidade e burguesia liberal para derrotar a monarquia e instaurar o regime democrático burguês para posterior etapa da revolução. Lênin questionava o papel da burguesia nesse processo, argumentando o seu caráter reacionário e seu atrelamento ao regimento czarista, por isso defendia a unidade no campo da classe entre operários e camponeses para derrubar o regime e implementar a ditadura do proletariado. Da mesma forma, Trotsky (2010) compreendia o papel dirigente do operariado, mesmo sendo numericamente menor entre a população russa.

Nesse entendimento, um aspecto que foi sendo incorporado foi sobre o sujeito da revolução, sobretudo a partir de 1905, quando o processo iniciado pela Revolução Russa traz a polêmica sobre a dinâmica de classe e a direção do processo revolucionário naquele país. Tomou-se como base o pensamento

Laclau (1975) não concorda com o dualismo, pois considera que os defensores seguem com uma explicação dogmática, economicista partem da análise da economia colonial, no qual a política determina a história, bem como discutem nesse processo o papel das burguesias locais. Ele afirma que é preciso caracterizar as relações de produção dominantes na América Colonial e o porquê dessas relações.

No dualismo não se estabelece conexão entre os dois modos, se estabelecem dicotomias extremadas entre o moderno e o arcaico. Contudo, o autor conclui que o conhecimento histórico e atual torna evidente que na América Latina as economias sempre foram de mercado e que o fracasso nessa região é resultado da política das elites reformistas e progressistas revelando também a relação entre o moderno e tradicional, portanto, desde o início há tendência na América Latina para o capitalismo. Em um diálogo com o teórico marxista Frank<sup>4</sup>, ele afirma que a tese capitalista é indefensável e que é preciso ter rigor na determinação do objeto de análise sobre os complexos processos socioeconômicos latino-americanos.

É preciso compreender, por exemplo, a desintegração da economia de países dessa região, por conta de determinações das burguesias locais que levaram a uma competição desleal com o mercado europeu. Nessa região, por conseguinte, foi se desenvolvendo um capitalismo subdesenvolvido e preso a esse mercado numa teia de relação de produção baseada na super- exploração, incluindo nesse processo os Estados-Nação e outras situações de exploração que envolvem os povos originários, os camponeses e todos os pequenos produtores diretamente ligados à cadeia produtiva, ampliando nesse processo a relação de explorados e exploradores.

Tais elementos, fulcrais nesse debate, nos levam a presumir o quanto é importante a compreensão sobre o continente latino-americano e suas especificidades. As diversas interpretações intelectuais que foram sendo construídas sobre essa região, segundo Laclau, foram marcadas pelo pessimismo e influência do caráter evolucionista, universal das sociedades europeias e pela necessidade de superação dessas sociedades, incorporando-as ao mercado mundial. A nosso ver, esse debate é também político.

---

<sup>4</sup> Andrew Gunder Frank é marxista, conhecido defensor da tese do caráter capitalista na América Latina desde os tempos da colonização. Para ele, o capitalismo já havia chegado a ser geral no século XVI nos países metropolitanos e na América Latina.

Nesse sentido, há uma relação intrínseca, na medida em que mesmo a caracterização capitalista dessas sociedades só poderia ter surgido a partir de condições anteriores, criadas no feudalismo. Por outro lado, o argumento feudal apoia-se na concepção de sociedade atrasada, na necessidade de superar, avançar para outro estágio – o capitalista. Portanto, este debate tem consequências políticas e está associado à ideia de superação de modelos de sociedade e de desenvolvimento econômico na América Latina.

Esta discussão é também uma antiga polarização que se deu no seio do marxismo e tem a ver com as explicações que foram realizadas, a partir da leitura e interpretações sobre o modo de produção<sup>5</sup> em Marx, tendo consequências e desdobramentos em outras questões. Dessa forma, tomam-se as etapas dos modos de produção em Marx para se encaixar os países da América Latina, dentre eles o Brasil, sem estabelecer os nexos com as especificidades de forças produtivas locais numa relação de totalidade com a produção capitalista que, por sua vez, não nasce do acaso, mas é resultado de um processo histórico-material e transitório numa época determinada (MARX, 1987).

Portanto, ao não considerar as sociedades latino-americanas como produto histórico, vistas de forma dialética, assim como o caráter dinâmico da realidade, sua origem e seu desenvolvimento, esta se constitui como uma análise minimamente dogmática, portanto, um erro metodológico. No livro *Cartas Filosóficas* e o *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx examina o livro *Filosofia da Miséria*, de Proudhon<sup>6</sup>, e deslinda o erro desse autor ao analisar o desenvolvimento da produção capitalista com base em categorias imutáveis. Nessa ordem, Marx nos diz que:

---

<sup>5</sup> Na compreensão sobre modo de produção, Marx refere-se ao que a humanidade produz num certo momento e como se organiza para executar essa produção, ou seja, as relações que são postas para produzir e reproduzir a vida material (relações sociais de produção). Estas relações equivalem ao movimento e desenvolvimento das forças produtivas sempre ligadas a outras estruturas como a jurídico-política e ideológica. Nessa relação dialética, a totalidade que compõe o modo de produção se constitui das estruturas econômicas, jurídico-políticas, tendo a estrutura econômica, em última instância, a determinação sobre as demais. A partir da explicação geral sobre modo de produção, ou seja, das características essenciais das relações sociais de produção, distribuição, meios, apropriação, as classes, forma de Estado, leis, ideologias, etc, Marx chegou à conclusão da existência de vários modos de produção a saber: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo. Essas etapas analíticas não são cronológicas (MARX, 2010).

<sup>6</sup> A obra de Proudhon, intitulada *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*, foi publicada em 1846. Na época da publicação, ele trabalhava em uma empresa fluvial (Lyon) e teve experiência com diversos trabalhadores, conhecia o movimento operário. Teve contato com as ideias de Kant, Fichte, Hegel e Feuerbach e Bakunin, constituindo, a partir dessas relações, sobretudo com Bakunin, sua perspectiva anarquista e a polarização que se deu no interior da I Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores- 1864), organização operária mundial que reunia

Assim, Proudhon, devido principalmente a sua falta de conhecimentos históricos, não viu que os homens, ao desenvolverem suas faculdades produtivas, ou seja, ao viverem, desenvolvem certas relações entre si, e que a natureza destas relações muda necessariamente com a modificação e o desenvolvimento das faculdades produtivas. Não percebeu que as categorias econômicas são expressões abstratas dessas relações reais, permanecendo como verdadeiras apenas enquanto essas relações subsistirem. Portanto, incorre no erro dos economistas burgueses, que veem essas categorias econômicas como eternas e não como leis históricas, próprias de um desenvolvimento histórico particular, de um determinado desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 1985, p. 20).

Esta citação nos fornece a compreensão de Marx sobre as relações econômicas, ao mesmo tempo em que, de certa forma, explicita o seu método. As relações econômicas e sociais de produção são entendidas por ele como um processo amplo que se desenvolve em condições históricas, a partir do homem que, para viver e satisfazer suas necessidades, tanto individual como no trabalho e na procriação, precisa desenvolver os meios de produção. Isso se realiza pelo trabalho.

Essa relação, natural por um lado, e social por outro, é coletiva e está sempre ligada a um determinado modo de produção ou determinada fase industrial, própria de uma força produtiva acessível aos homens e condicionada ao estado social. Portanto, essa é história da humanidade que, segundo Marx, deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e da troca e todo o desenvolvimento das relações e modo de produção. É a concepção materialista da história (MARX, 2007).

Marx (2007) prossegue seu raciocínio explicando que a partir da divisão social do trabalho, que ocorre mediante o aumento da produtividade, surgimento de novas necessidades e crescimento populacional, se processa a distribuição desigual do trabalho e de seus produtos, alcançando a propriedade, formas diversas e distintas etapas de desenvolvimento. A propriedade tem história e assume diferentes formas. Para ele, a primeira forma de exploração ocorre na família, onde mulher e filhos são escravos do homem. São formas de propriedade a concentração da terra em poucas mãos, o comércio, que para além da troca de produtos entre os indivíduos e países

---

membros de diversas matizes e posicionamentos ideológicos (de Marx ao anarquismo de Bakunin, Proudhon). O centro do debate está relacionado à análise da sociedade capitalista e sua superação. Para Proudhon o capitalismo produz aspectos positivos e negativos, ou, em outras palavras, lado bom e lado mau. Para superar as desigualdades que este produz, será preciso manter aquilo que é positivo e descartar o que é negativo, chegando a um momento de plena igualdade de condições. Para Marx isto é irrealizável, pois o capitalismo é, em sua essência, desumano. Marx escreve, posteriormente, *A Miséria da Filosofia* (1985), no qual estabelece interlocução com Proudhon e aponta diferenças.

diferentes se consubstanciou no mundo inteiro em forma de domínio de meio de oferta e procura, a maquinaria, o dinheiro, a manutenção da propriedade privada através de determinada classe social por meio do Estado, no qual se organizam diferentes criações teóricas e formas de consciência como a religião, filosofia, a moral etc.

Assim analisa a sociedade capitalista, na qual tanto a divisão do trabalho quanto a propriedade privada são expressões idênticas e essência daquela, cujo objetivo é o poder de dispor, por parte de uma classe, da força de trabalho alheia e da riqueza produzida coletivamente. Para ele:

[...] Quanto mais no curso de desenvolvimento se expandem os círculos singulares que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial, de modo que, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que na Índia e na China tira o pão a inúmeros trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invenção torna-se um fato histórico-mundial; ou pode-se demonstrar o significado histórico mundial do açúcar e do café no século XIX pelo fato de que a falta desse produto, resultado do bloqueio continental napoleônico, provocou a sublevação dos alemães contra Napoleão e foi, portanto, a base real das gloriosas guerras de libertação de 1813. Segue-se daí que essa transformação da história em história mundial não é um mero ato abstrato da “autoconsciência”, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico qualquer, mas sim uma ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste. (MARX, 2007, p.40).

Nas palavras de Marx (2007), a história é um fato empírico que se inicia com a atividade dos indivíduos, expande-se no mundo, tornando-se alheio aos indivíduos. A história nada mais é do que o desenvolvimento do processo real de produção, a partir dos indivíduos, para prover a vida material por meio da troca e organização estabelecida no modo de produção, com estágios que vão desde a ação até diferentes criações e formas de consciência como a religião, a filosofia, a ciência etc. Nota-se, a partir do exposto, que há uma evolução das relações de produção na história da humanidade. Essa evolução se realiza em um processo de interação constituído por forças produtivas, relações e meios de produção.

Em suas várias obras, o autor apresenta um quadro explicativo sobre esse processo de forma ampliada e detalhada. Interessa-nos, neste momento, a compreensão desse processo, por isso a opção em deduzir algumas partes de suas obras de como se realiza as leis históricas de desenvolvimento para efeito de didático.

Chama-nos a atenção o raciocínio deste autor para a evolução qualitativa que ocorre nas relações de produção, bem como o aparecimento de fatores e elementos que contribuem para a mudança dessas relações produtivas que, conseqüentemente, geram a passagem de um modo de produção a outro, que por sua vez tem variações nos diferentes países.

As relações sociais estão intimamente vinculadas às forças produtivas. Ao descobrir novas forças produtivas, os homens mudam de modo de produção, e ao mudarem de modo de produção, a maneira de ganhar a vida, mudam todas as suas relações sociais. O moinho movido a braço engendra a sociedade dos senhores feudais; a moinho a vapor, a sociedade dos capitalistas industriais". (MARX & ENGELS, 2007, P.179)

O modo de produção é, para Marx (2007), a base de qualquer formação econômico-social, pois tanto determina os bens materiais, instrumentos de produção, caráter do regime social e a vida econômica, política e cultural dos homens, como constitui as ideias, teorias, políticas e as instituições sociais. Nesse aspecto, o autor entende que não só as mercadorias, mas também as relações sociais, são gestadas pelos homens de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, dando origem às representações mentais, não mais na forma de princípios absolutos ou eternos, mas como expressões próprias de determinado período histórico.

No capitalismo, segundo o autor, reside a produção mercantil, baseada na troca, na produção coletiva e na apropriação privada da riqueza pelos capitalistas. Embora o capitalismo tenha suas leis gerais, as condições naturais e circunstâncias históricas mediam a realidade social de diferentes povos e geram diversificadas formações sociais. É importante notar que para Marx o modo de produção é um instrumento operatório, um conceito que compõe toda a relação de produção, é a base de toda e qualquer formação econômico-social, que ganha forma concreta determinada de acordo com a especificidade de cada sociedade.

Já o conceito de formação econômico-social pode ser caracterizado a partir de Marx (2009) como sendo a realidade concreta e específica, um fato histórico que existe objetivamente. Neste sentido, o conceito de formação social está dialeticamente contido e situado em determinada época histórica, ligada ao modo de produção, podendo ser um conceito que nos permite compreender as especificidades de cada sociedade, as transformações que passam em relação ao modo de produção vigente (MARX, 2008).



Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o seu lugar, antes que as suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. [...] Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, feudal e burguês moderno (MARX, 2008, p. 48).

Em outras palavras, na formação social há um movimento que se realiza a partir do desenvolvimento das condições econômicas (forças produtivas) e tem como consequência um novo momento histórico, com o nascimento de novas formações sociais e modo de produção. O conceito de formação econômico-social, portanto, nos fornece a base para compreensão das especificidades das sociedades. Nele se apoia nos para investigar as particularidades da formação social brasileira. Acrescentamos que esta categoria tem constituído o quadro de análise de diversos teóricos no país.

Para Milton Santos (1977), formação social é teoria e método. Santos formulou o seu conceito de formação socioespacial para interpretar a realidade brasileira. Partiu da ideia de que a Geografia, enquanto ciência, necessita compreender o espaço como objeto de estudo para além de imagens cristalizadas e estáticas, mas como resultado da ação humana, do trabalho social, portanto, um espaço dialético. Nesse sentido, Santos (1982), destaca que a Geografia precisa superar o foco no interesse apenas da forma das coisas e buscar a formação como teoria válida do espaço.

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1982, p.1)

Nesta citação, Santos descreve o espaço como um processo dinâmico e histórico, um fato histórico-social. Ele adota o termo formação socioespacial, a partir do conceito de formação econômico-social de Marx para o estudo do espaço. Ele afirma que a categoria formação econômica e social de Marx é a mais adequada para analisar o espaço, bem como a evolução das diversas sociedades. Considera importante e válida a explicação do trabalho humano como elemento de transformação da natureza e as leis históricas da dialética para a compreensão de qualquer sociedade, que no seu entendimento, são a base de tudo.

Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social (F.E.S.), tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la deveria permitir aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou (SANTOS, 1982, p.1).

Nota-se a importância da formação econômico-social e a necessidade de incorporar a este conceito a categoria de espaço ou natureza que, para ele, são sinônimos, entendidas como resultado da produção humana. Santos (2015) ocupa-se metodologicamente em estabelecer a conexão entre totalidade e especificidade e também a necessidade de interpretar o espaço em termos de tempo acumulado e o presente.

Sobre a totalidade, destaca que é preciso se relacionar com o mundo como um todo, então o espaço nacional, que é contínuo e compõe as partes, deve ser delimitado em suas variáveis e significações. Ao considerar as noções de totalidade e de especificidade, ele chega à conclusão de que no aspecto nacional, sobretudo a partir da dicotomia entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, há necessidade de a Geografia definir o espaço. Neste sentido, questiona: “É possível chegar a uma definição universal de espaço, como um tipo de chave-mestra? A Geografia burguesa tentou fazê-lo: o subdesenvolvimento foi simplesmente um apêndice ou um capítulo suplementar nos manuais “gerais” “(SANTOS, 2015, p. 4).

Sobre esse questionamento, ele afirma que existem variáveis que compõem o espaço que são de fato universais, contudo, é importante verificar se no centro e na periferia do sistema mundial as manifestações que ocorrem são as mesmas. Ele então propõe três aspectos essenciais para investigar esse processo:

1) aquelas forças que promovem a modernização e que operam no centro do sistema não alcançam a periferia ao mesmo tempo; existe um efeito decrescente definido da distância. Isto poderia explicar historicamente a acumulação do capital no sistema capitalista, as variações entre países e as desigualdades regionais dentro dos países; 2) alguns pontos no espaço são alcançados por novas forças, enquanto outros não recebem tais impactos. Sem dúvida, esses impactos não se dão ao acaso, sendo dirigidos do centro do sistema em termos de máxima produtividade. A história do espaço é assim de tipo seletiva; 3) as forças emitidas dos centros (polos) mudam à medida que alcançam a periferia. Ainda que se possa encontrar isomorfismo, o valor do fenômeno é diferente. Por exemplo, a noção de “cidade primada” na França, ou de “metrópole incompleta” nos Estados Unidos e Alemanha, não pode ser interpretada da mesma forma nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2015, p.15).

A partir desses elementos, Santos conclui que o “espaço subdesenvolvido” tem suas especificidades e ordem de prioridades. As prioridades de importância variam, mesmo quando operam nas mesmas manifestações do geral. É algo que os geógrafos ocidentais têm tido grande dificuldade em entender. Para ele, é preciso resgatar as experiências de países subdesenvolvidos, dos teóricos da Geografia, sob pena de não impor categorias marxistas em estruturas débeis. Neste sentido, ao usar a categoria de formação socioespacial, que tem como unidade geográfica o Estado Nacional, ele a entende como ferramenta epistemológica necessária que pode ser utilizada na compreensão sobre o Brasil.

No livro “*O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*”, Santos ressalta a importância do estudo do território, sinônimo de espaço geográfico para analisar sistematicamente a constituição desse espaço. Ele é constituído de unidade e diversidade. Isto é central na história da humanidade e de cada país, desde a sua constituição, passando pelas suas diversas etapas, chegando ao momento atual. Sobre o Brasil, Santos compreende o território brasileiro como território utilizado, ou seja, a partir do meio natural, os diversos meios técnicos e o meio técnico científico informacional ligado à economia internacional.

A busca de uma periodização do território brasileiro é um partido essencial para um projeto ambicioso: *fazer falar o território*. Assim como a economia foi considerada como a fala privilegiada da nação por Celso Furtado, o povo por Darcy Ribeiro e a cultura por Florestan Fernandes, pretendemos considerar o território como a fala privilegiada da nação (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 27).

Nota-se em Santos e Silveira (2005) a expectativa de explicar o território brasileiro como espaço político de uma nação, desse modo a teoria de território possibilitou fazer a caracterização do país subdesenvolvido com diferenças regionais e urbanização seletiva, submetido a forças externas do processo de industrialização. Em síntese, Milton Santos adequou a categoria marxista de formação econômica social fundamental para o estudo sobre o espaço brasileiro, mostrando a validade desta categoria. Convém ressaltar que outros autores também utilizaram este conceito em suas interpretações sobre o Brasil.

Marilena Chauí (2003) denomina mito fundador as diversas representações que desde a época de descobrimento foram sendo constituídas no país. Esta concepção unifica as categorias *fundação* e *formação*. Para explicar este processo, a

autora estabelece as diferenças entre os termos, o que os unifica, como se engendra na estrutura da sociedade e influência ou determina a maneira de pensar.

Insistimos na expressão mito fundador porque diferenciamos fundação e formação. Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa palavra, o registro da formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que ocultam (isto é, as ideologias). Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade (no nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou nação) da qual ela emana. É por isso que estamos nos referindo à fundação como mito. (CHAUI, 2003, p. 9-10).

Esta citação de Chauí explicita que a categoria mito fundador é utilizada para explicar a origem da sociedade brasileira com base em narrativas. São representações sobre o Brasil e seu povo, tomando por base a caracterização do mito desde o sentido etimológico para explicar narrativas de feitos lendários gregos, passando para o objetivo do mito como mediador de conflitos e tensões.

Chauí afirma que é um conceito atemporal e perene, se repete, bloqueia a realidade e ao se ligar a *fundação*, que por sua vez se refere ao momento passado imaginário, se mantém vivo no curso do tempo e engendra representações da realidade. A autora também distingue *formação* de *fundação*. A primeira está relacionada ao processo transformador. É a história com base nos acontecimentos, representações, mas também aqueles que estão encobertos (ideologias) É temporal.

A segunda está ligada ao passado, fixa-se no tempo e para além dele, é atemporal. O mito fundador acompanha tanto o movimento histórico da formação como da fundação, serve a interesses dominantes, bem como tem sido um meio para justificar a existência de uma sociedade autoritária, apoiando-se nas representações produzidas em vários momentos.

Para ilustrar seu pensamento, Chauí explica como a ideia de nação se solidifica, tendo diversos significados ao longo do processo histórico, alicerçado inicialmente no conceito e surgimento do Estado Moderno, no qual delimita fronteiras

de cada país, sua administração política, econômica e militar. A ideia de nação fornece elementos para se compreender como um aspecto amplo foi forjando uma unidade indivisível entre seus habitantes, ou seja, a construção do nacional que passa pela unidade dos indivíduos, chegando à unificação nacional pelo território, governos, estado, monopólio da moeda, língua, coletividade, enfim, por um conjunto de meios para garantir a homogeneidade num contexto de conflitos de interesses de classes e apropriação de bens materiais e simbólicos. Neste sentido, a classe dominante no Brasil lançou mão da ideia do nacional para garantir sua hegemonia, “transforma o patrimonialismo em nacionalismo, isto é, patriotismo se torna estatal, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada” (CHAUÍ, 2003, p.18)

Portanto, a ideologia está contida nessa ideia de nação que transporta a passagem dos princípios da nacionalidade, dos fenômenos da identidade nacional, em ação mobilizadora do nacionalismo, sentimentos e práticas políticas do civismo dos “cidadãos”. Neste aspecto, a identidade nacional, segundo Chauí, se pauta na harmonia, sem conflitos, na qual a consciência de classe e/ou raça é transformada em consciência nacional.

A mestiçagem do povo brasileiro é vista como harmoniosa e constitui a identidade nacional numa sociedade marcada pelo passado colonial escravista que soube superar o atraso da instituição escravagista e a desigualdade social, ocultando as diferenças e dominação apoiada em ideologias do caráter nacional ou identidade nacional no qual crises, conflitos sociais e de classe foram vistos como perigo, desordem, caso de polícia, não de interesse e ordem comum.

Chauí (2003) também destaca que o país possui uma classe dominante autoritária que mantém os setores populares em permanente estado de subserviência e clientelismo. O mito fundador é, dessa forma, compreendido como elemento para explicar a fundação do país e do seu povo. Ele é eternizado e, em cada momento histórico de formação, é ressignificado, por isso se repete constantemente.

Estes aspectos são importantes para compreender a hierarquização da sociedade brasileira em todos os aspectos da vida social. As relações sociais no país são atravessadas por desigualdades, pesando a opressão física, psicológica, dominação e discriminação encobertas pelo manto da unidade da nação e a naturalização das desigualdades e exclusões socioeconômicas, ou seja, são

explicações importantes para a compreensão da coesão nacional e coerção presentes na sociedade brasileira.

Estas reflexões de Chauí foram escritas no momento da passagem de celebração dos 500 anos do Brasil. Taxativamente, a autora afirma que não há nada o que comemorar. Cabe destacar que o livro, escrito no ano 2000, momento em que o então Presidente do país, Fernando Henrique Cardoso, (PSDB) fazia as honras para comemorar em Porto Seguro, na Bahia, o quinto centenário de descobrimento, um evento “cívico” que foi marcado por muitos protestos e indignação de diversas organizações sociais<sup>7</sup> e nações indígenas.

Chama a atenção algumas categorias adotadas no livro de Chauí. As expressões: mito fundador, esquerda, cidadania democrática, garantia de direitos e justiça social, categorias estas não marxistas, levando-nos a concluir que a autora não se orienta, pelo menos nesta obra, na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico dialético, ao contrário do que se apregoa. Estas categorias exprimem um ecletismo teórico, bem como indicam não apenas sua perspectiva intelectual, mas também posição político-partidária<sup>8</sup>.

Nesse ecletismo, a compreensão da realidade se fundamenta a partir de pressuposto do semióforo. Os fatos históricos só têm sentido se estiverem ligados a conceitos e representações associadas a esse pressuposto, que é determinante para explicar a história pelo imaginário, representações e tornar os seus membros unos e indivisíveis, portanto, o semióforo serve para camuflar conflitos.

Nesta ordem não existe luta de classes, não há autonomia política da classe trabalhadora, aliás, se fala em classes populares e em movimentos sociais cada vez mais despolitizados, o que contribui para diminuir a construção de direitos e

---

<sup>7</sup> Diversas etnias indígenas, contabilizando em torno de mais de 2000 povos indígenas decidiram ficar de fora dos festejos de celebração dos 500 anos. Eles caracterizam o descobrimento como invasão europeia e que a história não começa com a conquista da América, já que cerca de 40 mil anos atrás, povos indígenas se estabeleceram nesse continente. O movimento “Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” em articulação com entidades sociais, populares e sindicais. (Manifesto 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. 2012, p. 111- 113).

<sup>8</sup> Chauí é uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores. Foi Secretária de Cultura no Governo de Luíza Erundina (1989-1992). É filiada, contribui com a formação de seus militantes. No site desse partido, contém palestras e atualmente está aberta inscrição para um curso de formação pelo Instituto Lula sobre “Democracia e seus Bloqueios” para seus adeptos. Se posicionou contrária ao escândalo do Mensalão, corrupção política que ocorreu entre 2005 e 2006 durante e com o envolvimento do governo do PT, definindo-o como construção “fantasmagórica”. Tem se posicionado sobre a conjuntura, contra o Impeachment de Dilma (2015) e a prisão de Lula na Operação Lava-Jato (2018).

da cidadania. Chauí (2003) destaca que a classe dominante é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião dos interesses dos grupos sociais. Nesse autoritarismo de elite, a sociedade é vista como perigosa e inimiga e, por outro lado, bloqueia as iniciativas dos movimentos sociais e sindicais, portanto, é uma sociedade antidemocrática, tanto em relação à questão econômica quanto à liberdade política, ou seja, “*em suas palavras, não há igualdade econômica (ou justiça social) nem liberdade política (cidadania democrática)*”(CHAUÍ, 2003, p.93).

Justiça social e cidadania política são expressões do modo de produção capitalista que, em perspectiva marxista, não rompe com esse modo de produção. Têm caráter ideológico, estão ligadas ao aspecto jurídico, no nível das ideias que se expressam em leis, e não em base material. Em seu livro, fica evidente o sentido do que pensa ser uma sociedade democrática<sup>9</sup>, qual seja, aquela que vive e acolhe a diversidade, diferenças e conflitos e por conta disso se reinventa constantemente.

Neste sentido, a autora indica que o rumo de uma sociedade democrática é ser histórica, além de possuir valor universal, pois atinge todas as classes. Na concepção marxista, democracia se refere não a um conceito propriamente dito, nem tampouco a uma forma de governo, se estabelece o nexos com o Estado capitalista e o Estado no período de transição do socialismo para o comunismo, dando significado a ditadura e democracia, a partir da luta e seu conteúdo, ou seja, está ligada à história.

Desta forma, a ideia de democracia burguesa, centrada no valor universal, é ideológica, pois no capitalismo o Estado é um meio e um fim de dominação de classe, bem como esconde a luta de classes. A plena liberdade dos homens nesse modo de produção não pode ser alcançada pelo simples fato de sua essência ser constituída pela contradição de classe (produção coletiva dos meios de produção e apropriação individual) e isto choca com os interesses do capital.

Já a expressão de ditadura do proletariado refere-se ao período de transição para o comunismo em que o proletariado toma o poder (destitui o Estado) e impõe seu poder político de classe sobre as demais, para finalmente implementar a

---

<sup>9</sup> A partir dos anos de 1980 no Brasil, período de abertura política, passa-se a ter novas bases para a reconstrução da democracia para garantir uma “cidadania usurpada”. Neste sentido tem-se a ideia de fortalecimento dos movimentos sociais e a ideia de cidadania como pertencimento: direitos políticos e sociais. A cidadania passou a ser identidade da classe trabalhadora, a luta de classe passou a ser considerada na mediação com frações da burguesia, através da unidade entre as classes e o projeto de constituição de outro modo de produção social estava distante da realidade, portanto a luta de classes distante da realidade, um futuro...

verdadeira democracia. Portanto, não é um conceito dado a priori, um conceito em si mesmo, é um conceito histórico que pressupõe mudança social.

Outro tema abordado na obra de Chauí (2003) é o sistema binário esquerda e direita<sup>10</sup>, que também não é uma concepção marxista, mas no país foi utilizado para designar as diferenças ideológicas, programáticas, alianças eleitorais e de governo entre os partidos políticos.

Identifica-se alguns pontos da autora que consideramos insuficientes para a compreensão da formação econômica e social do Brasil. Em sua obra há um ecletismo teórico-metodológico, centralização no aspecto político, seja externa com base na colonização e na fase atual neoliberal e domínio político-econômico das elites sem participação popular, além de que não explicita o processo de luta de classes no país, demonstrado de certa forma a visão pessimista na capacidade de reação dos trabalhadores. Não só isso, mas na capacidade do homem, enquanto ser social de transformação a partir do trabalho. A autora não estabelece a mediação do Estado brasileiro (dependente) com o capitalismo mundial em contexto histórico determinado em estrutura complexa que mantém o nexos com as condições sociais contemporâneas.

Entende-se que é preciso comparar o tipo de colonização do Brasil com as demais, suas especificidades econômicas, políticas, sociais e culturais, apreender a cisão com o todo, sua dinâmica, enfim, compreender que nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem em níveis de forças produtivas, das formas de propriedade e de relações sociais, pois estão submetidas às leis de totalidade e contradição. Nessa direção, refletir sobre a formação econômica e social do Estado brasileiro requer analisar suas implicações políticas e teóricas.

Quanto à questão política, esta compreensão remete ao debate acerca do desenvolvimento econômico do país, o papel que cumprem as direções políticas, incluindo a burguesia nacional no cumprimento do “desenvolvimento econômico”. Em relação à questão teórico-metodológica, a categoria Formação Econômico Social é um dos fundamentos do materialismo histórico dialético e fornece a orientação para

---

<sup>10</sup> Categoria usada desde a Revolução Francesa e ao longo dos séculos XIX e XX para designar o papel central como sistema classificatório de partidos políticos. Pós queda do muro de Berlim este conceito foi reavaliado no cenário mundial. No Brasil é usado para designar as diferenças ideológicas, programáticas, alianças eleitorais e de governo entre os partidos políticos. Para Maí (2006) o significado de esquerda-direita estava intimamente relacionado ao envolvimento, ou não, de partidos e grupos políticos com o antigo regime autoritário e posteriormente para uma dimensão econômica (desregulamentação/privatização).



se compreender o movimento das sociedades concretas, de relações de produção em movimento que definem a estrutura econômica e perpassam historicamente essas sociedades.

Nelson Werneck Sodré tratou deste tema em sua obra “Formação Histórica do Brasil (1963). Segundo ele, seu livro é resultado de um curso sobre formação histórica do Brasil que ministrou desde 1956 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e trata-se de uma pesquisa minuciosa, de aproximadamente cinco anos, fundamentada em teóricos que buscavam compreender os antecedentes e os nexos da realidade atual brasileira. “É um livro que deriva de uma posição política: deriva de uma posição política [...] Não a separo, pois, do trabalho que se vai ler; ela faz parte deste trabalho, parte intrínseca: é a sua alma”. (SODRÉ, 1967, p.9).

Por isso a posição política de Sodré, em plena conexão com o ISEB, era de que o Brasil deveria ser plenamente industrial com ajuda da burguesia nacional. Para ele, a burguesia, enquanto classe social, não estava presa ao imperialismo, tendo um perfil progressista e nacionalista. Ela também é aliada das classes médias e dos trabalhadores, portanto a burguesia para ele cumpre a tarefa de conduzir a modernização do país, eliminando os resquícios feudais e do latifúndio, efetuando nesse processo a etapa da revolução democrático- burguesa.

Cabe destacar que esta ideia resulta dos princípios de sua organização partidária, o Partido Comunista Brasileiro- PCB, que, por sua vez, baseia-se nos princípios da corrente stalinista<sup>11</sup>. No entanto, esta posição, principalmente a tese da superação do sistema feudal no Brasil, não era consenso, visto que não havia acordo entre a intelectualidade sobre ter existido no país este modelo econômico. Divergindo

---

<sup>11</sup> Como já foi explicitado em trechos anteriores, estas ideias desenvolvidas no seio da Internacional Comunista têm posições divergentes. Para FONTANA (2018, p. 10) há setores que defendem real e honestamente a revolução democrática usando a fórmula de Lênin de ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, ou seja, apostam numa aliança. Este debate, somado à posição de Stalin do socialismo num só país definiu a política para a URSS e para a III Internacional. De acordo com ela, o socialismo poderia se desenvolver plenamente nos limites nacionais, não necessitando da revolução mundial para ser vitorioso... Essa teoria representou uma ruptura com o marxismo, serviu para justificar a coexistência pacífica com imperialismo e para não expandir a revolução a outros países, respondendo a interesses da burocracia soviética. O resultado foi o isolamento da URSS e, conseqüentemente, a restauração do capitalismo. A partir dos anos de 1990, a maioria dessas correntes e desses partidos foi abandonando inclusive a perspectiva de qualquer tipo de revolução, fazendo retroceder o debate para a forma que se dava na II Internacional: reforma ou revolução. Ou, voltando mais atrás ainda, socialismo ou capitalismo, já que muitos ex-socialistas se tornaram meramente republicanos, sociais-liberais ou neodesenvolvimentistas.

desta posição citamos Caio Prado Júnior, que também foi militante do PCB. Seu entendimento sobre a economia brasileira era basicamente:

[...] a economia brasileira, desde seu início (isto é, desde que se organizou a colonização do Brasil) foi essencialmente mercantil, isto é, fundada na produção para o mercado, o que é mais, para o mercado internacional. É este traço que precisamente caracteriza a economia colonial brasileira. É o reverso, portanto do que ocorre na economia feudal, cuja decadência e desintegração começam justamente quando nela se insinua o comércio, precursor do futuro capitalismo (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 4).

Dito de outra forma, a economia brasileira era desde o início mercantil, com uma organização destinada ao abastecimento do comércio internacional, portanto, não se baseava nem nas relações feudais de produção e nem de trabalho. O feudalismo, ao contrário, é um sistema não mercantil com uma economia camponesa ocupada por pequenos produtores em relação de serventia contratual.

Prado Júnior (1989) caracteriza o Brasil como colônia, visto que produz gênero alimentícios e matérias primas ao comércio internacional, cujo principal setor é o agrícola, baseado na plantação, emprego do trabalho escravo. Este é para ele o traço geral da colonização brasileira. Sodré (1967) para explicar seu pensamento, inclusive a tese de feudalismo na economia brasileira, apoia-se em Marx na clássica divisão de modos de produção para justificar que no Brasil coexistiram diferentes formas pré-capitalistas de produção, ou seja, formas feudais ou semifeudais e comunidades primitivas, representadas pelas nações indígenas já existentes quando os europeus aqui chegaram.

Ele explica que a escravidão tornou possível, em grande escala, a divisão do trabalho entre agricultura e indústria, desenvolvendo a cultura do mundo antigo e, no Brasil, contribuiu para o desenvolvimento da produção do açúcar no século XVI. Ressalta o papel exercido pelos árabes com o fluxo mercantil, a cultura islâmica e a influência da cultura oriental (Império Bizantino) na Europa, o que impulsionou a transição do mundo feudal para o moderno. Nesse sentido, o autor enfatiza o papel mercantil que teve Portugal, tanto nas rotas marítimas como na produção do açúcar e, posteriormente na colonização do Brasil.

Ele menciona que em Portugal existia um grupo mercantil relativamente poderoso, porém não era a burguesia enquanto classe social. Este grupo teve importância significativa no comércio ultramarino, na exploração dos produtos nativos e dos cultivados. Estas experiências foram fundamentais para o processo de

colonização do Brasil. Não que houvesse interesse de imediato de Portugal colonizar o país, até porque Sodré, assim como Caio Prado Júnior, destacam que o descobrimento das terras brasileiras foi um acidente de percurso e que a produção açucareira, bem como o escravismo e montagem da colonização açucareira fazem parte do investimento e solução encontrada por Portugal para garantir seu monopólio colonial sobre o Brasil.

Diante disto, Sodré destaca que a solução açucareira tem consequências, como por exemplo o regime escravista, que foi imposto para resolver um problema fundamental do trabalho. O autor destaca que o colonizador nesta época encontra um regime de comunidade primitiva e não havia mercadoria, situação, portanto, diferente da estrutura proposta pela metrópole. A estrutura colonial que foi montada no Brasil centrou-se sobre a produção de grande propriedade, baseada no modo escravista de produção e regime colonial. Esta é a forma como se montou toda a estrutura de colonização do país, bem como embasou todo o sistema de produção até chegar ao monopólio da coroa portuguesa.

Os que apoiam a tese da existência de características capitalistas na empresa de colonização foram levados a isso, certamente, pela confusão que reinou por longo tempo entre as noções de capital comercial, característica da fase mercantil, e capitalismo. Hoje, parece claro que, embora tenha contribuído para a transformação de que resultou o aparecimento do modo capitalista de produção, o capital comercial, como se apresentava na época da expansão ultramarina, estava longe de apresentar-se e mais ainda de caracterizar o referido modo de produção. Como estava longe de apresentar-se como aquilo que, no modo de produção capitalista, tem o mesmo nome de capital comercial. Assim, a conclusão a que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo escravista de produção. (SODRÉ, 1967, p. 82)

O autor destaca que o movimento de expansão ultramarina, resultando nas descobertas, fundou o capital comercial, por isso faz questão de destacar a importância histórica da fase de capital comercial. Contudo, o acidente de algumas descobertas em áreas não produtoras levou à necessidade de montar a estrutura de produção através de investimento inicial, suprimentos contínuos de mão de obra para depois consumir. Nesse sentido, afirma que é um sistema de transplantação adotado no Brasil pela metrópole.

Foi essa estrutura, melhor dizendo, a empresa de colonização, que foi montada no país. Mercantilismo, colonização constituem, segundo ele, a nova fase de desenvolvimento, na qual o capital comercial instala o sistema produtor,

fornecendo os meios e mão de obra, e continua a operar na esfera de circulação, resultando numa produção isolada, fechada e ausente no mercado interno.

Sodré (1967, p.85) cita que no Brasil desde muito cedo foi verificada uma enorme capacidade de acumulação que opera na área de circulação e, por sua vez, comanda a produção. “*Toda economia colonial corresponde a uma transferência de renda do interior para o exterior*”, articulada com a Coroa Portuguesa, tendo representação da classe dominante de senhores feudais metropolitanos e os senhores de engenho, como classe dominante da colônia escravista.

Nesse sentido, o autor demonstrou que a colonização portuguesa levou o país a um estágio de escravismo, montando um sistema monocultor para atender aos seus interesses. Ele caracteriza esse processo de modo de produção escravista implementado pelos colonizadores durante os primeiros séculos, que contraditoriamente encontraram em estágio evolutivo feudal, como uma espécie de feudalismo ou semifeudalismo, como foi mencionado.

Destaca, dessa forma, a exploração das terras conquistadas, passando pelo Maranhão até o Sul, explicita o declínio da colonização, o processo da independência do Brasil, a Revolução Industrial. Enfim, Sodré apresenta de forma explicativa problemas internos do Brasil, atrelados à situação externa, o que tornou o país dependente economicamente e vulnerável politicamente.

Nesta acepção, Sodré defende a modernização, porém descreve que há um desenvolvimento desigual do país, o que, em suas análises, necessita passar por etapas históricas distintas. O próprio modo de escravidão que se instalou no país não foi uniforme, segundo ele. Para tanto, exemplifica que em alguns lugares o foco não era a exportação, as relações de trabalho eram diversas, tendo inclusive trabalho remunerado em espécie e relação próxima à servidão. Nesse aspecto, o autor destaca que uma relação feudal de trabalho se define pelo laço de dependência entre dominador e dominado, assim como a concentração de terras, fenômeno do patriarcalismo (SODRÉ, 1967).

Enfim, Sodré afirma que no Brasil se instaurou um modo de produção atrasado, o feudal, tendo desde então vocação agrária, fato que tem impacto até hoje no desenvolvimento econômico do país que, para evoluir, deverá passar por outros estágios de produção. Esta posição, a nosso ver, é dogmática e linear. O fato de tomar os cinco estágios do modo de produção de Marx e encaixar no país, rotulando-

o de atrasado, é transplantar modelo, portanto, não tem nada de dialético, muito menos de marxista, por isso foi bastante questionado.

Por outro lado, a saída que propõe para superar o “atraso econômico” é depositada no papel político, que segundo ele, cabe à burguesia nacional, em superação os resquícios feudais, se aliando aos trabalhadores e derrubando as barreiras impostas pelo imperialismo, através de desenvolvimento da economia nacional. Esta discussão esteve presente também em Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Eles têm apresentando divergências em relação a Sodré, mas também muitos aspectos comuns. Prado Júnior, em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1967), aborda a evolução do país desde a colônia, quando este é transformado em ampla empresa comercial até a construção da nação, buscando investigar o sentido da colonização, atrelada ao plano mundial e internacional.

Mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destina a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 1967, p.25).

Ou seja, o sentido da colonização, segundo o autor, está ligado ao mercado, à exploração comercial e mercantilista que transformou as diversas colônias em meras fornecedoras de produtos para o mercado europeu, ampliando a riqueza desse território.

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (PRADO JÚNIOR, 1965, p. 26).

Ele também delimita em termos cronológicos a colônia que surge a partir do descobrimento e vai até o período final com a transição para nação, período importantíssimo para se estabelecer o nexos com o Brasil de hoje, carregado de resquícios do período colonial, tanto nos aspectos geográficos, passando pelo econômico, social, cultural e político. Prado Júnior (1965) evidencia o que se convencionou chamar de “descobrimento” a partir do século XV, que nada mais é do que a história do comércio europeu, tudo o que passa nesse contexto são incidentes da imensa empresa comercial europeia, que se dedicou a aventurar oceanos afora

para explorar a costa africana, o descobrimento e colonização das ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de vários setores.

É sempre como traficantes que os povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias... Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem, cuja existência se admitiu a priori. Os espanhóis, situados nas Antilhas desde o descobrimento de Colombo, exploram a parte central do continente: descobrirão o México... Os portugueses também figurarão nesta exploração do Extremo-Norte americano com os irmãos Cortês Real, que descobrirão o Labrador. Os franceses encarregarão o florentino Verazzo de iguais objetivos... tudo isso lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente em nenhum. É o comércio que interessa e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 23).

Este é um traço da economia brasileira, fundada numa organização puramente produtora, industrial desde o período colonial que se manteve por vários séculos. Para ele, mesmo que se agregue outros elementos a esse contexto, são ainda secundários e incipientes. Ter a compreensão desse quadro que se apresentou no início da formação do país e como se fundamentou, bem como os nexos que se estabelecem na atualidade é essencial para este autor.

Furtado (1997) parte da mesma constatação de que a colonização de terras americanas pelos europeus teve como objetivo central a expansão comercial europeia, aliás de intenso comércio, a partir do século XI, elevando-se no século XV. Não havia grandes pretensões para os portugueses, pelo menos durante todo esse meio século.

O interesse pelas novas terras americanas só surge a partir do momento em que a Espanha se torna um país forte e de referência por conta da apropriação da riqueza das terras americanas. Neste processo, outros países entram, seja para disputar as “descobertas” ou atacar os espanhóis. A ocupação do território brasileiro, para Furtado, é consequência de pressões exercidas sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias, alegando que os dois países só teriam direito às terras legalmente ocupadas se ocupassem-nas de fato. Decorre daí o interesse da França, com apoio da Igreja e dos governos, na criação da colônia de povoamento, inclusive na Costa Setentrional do Brasil. Por conta disso, Portugal se subordina à corte francesa com medo de perder as novas terras.

Essa disputa envolveu vários países. Furtado (1997) cita que a Holanda, França e Inglaterra contestam a não ocupação de terras e isso faz com que, por um lado, a Espanha defenda seus “territórios” ricos em metais preciosos, é o caso de México e Peru, mas a prática de invasão de países inimigos continua. Este fato obriga a Espanha a criar uma operação basicamente militar nesses territórios. Enquanto isso, Portugal buscou novas formas de explorar as terras conquistadas, o que se deu por meio da exploração agrícola das terras brasileiras. Num primeiro momento, segundo o autor, essa exploração parecia na época apenas uma aventura que não lograria êxito, devido à distância entre América e Europa e ao elevado custo de transporte.

O êxito de Portugal decorre da experiência na produção do açúcar na Ilha do Atlântico, bem como dos conhecimentos sobre as técnicas de produção desse produto, que era bem apreciado em toda a Europa, e conseqüentemente levou ao êxito da empresa brasileira. Ao discorrer sobre a experiência de Portugal na produção do açúcar, Furtado (1997) diz que tudo indica que o açúcar português inicialmente entrou nos canais tradicionais controlados pelos comerciantes das cidades italianas. Veneza detinha o monopólio do refinamento do açúcar, que foi sendo perdido para a produção portuguesa nas ilhas do Atlântico, encaminhando sua produção e açúcar diretamente pelos portos flamengos até Lisboa, onde era refinado e comercializado em toda a Europa.

Nesse transcurso, Portugal teve apoio dos flamengos e dos holandeses. Este último ajudou na expansão comercial do açúcar e na produção no Brasil, visto que detinha o domínio marítimo da Europa, tornando possível a colonização, através da instalação de empresa comercial do açúcar. Com a produção do açúcar favorável a Portugal, os holandeses também se aproveitaram para se apropriar de conhecimentos técnicos e organizacionais da indústria do açúcar, desenvolvendo, segundo Furtado, um mercado paralelo, concorrente de Portugal. Esta concorrência estimulava a desvalorização da moeda portuguesa em comparação ao ouro, tornando-se vantajosa apenas para aqueles países que exportavam seus produtos. Os holandeses vão se fixar na Região Nordeste do Brasil.

Furtado (1997) lembra que a disputa pelo território americano, sobretudo aquele conquistado pela Espanha, era acirrada. Em meio a esse processo, Inglaterra e França invadem as ilhas do Caribe no século XVII, surgindo daí uma poderosa economia de produtos tropicais, desenvolvendo uma nova colonização, a partir de aquisição de terras por meio de trabalho produzido. Cabe ressaltar que o povoamento

que se deu em terras caribenhas teve maior fluxo dos ingleses. A Inglaterra criou companhias para financiar a transferência de populações inglesas, que em dada circunstância foi a saída para um problema que ocorria desde o final do século XVI – o excedente de mão de obra precária da agricultura britânica.

Nesse sentido, foi estimulado um certo regime de servidão limitado nas colônias inglesas, estimulando também a produção de novos produtos como o algodão, anil, café e fumo para o mercado europeu, um negócio lucrativo que fez aumentar a mão de obra em regime de servidão.

Os esforços realizados, principalmente na Inglaterra, para recrutar mão-de obra no regime prevalecente de servidão temporária, se intensificaram com a prosperidade de negócios. Por todos os meios, procurava-se induzir as pessoas que haviam cometido qualquer crime ou mesmo contravenção a vender-se para trabalhar na América em vez de ir para o cárcere. Contudo, o suprimento de mão-de-obra deveria ser insuficiente, pois a prática do rapto de adultos e crianças tendeu a transformar-se em calamidade pública nesse país. Por esse e outros métodos, a população europeia das Antilhas cresceu intensamente, e só a ilha de Barbados chegou a ter, em 1634, 37.200 habitantes dessa origem (FURTADO, 1997, p. 23).

Diante do avanço da produção nas Antilhas e mão de obra insuficiente, Furtado (1997) acrescenta que a alternativa encontrada foi a incorporação de mão de obra escrava do continente africano, por um lado, e por outro, manteve o regime de servidão baseado em distribuição de pequenas propriedades em troca de trabalho para os europeus. Furtado lembra a presença dos holandeses nas Antilhas, logo após a expulsão do Brasil. Ele destaca que nesse território encontraram condições favoráveis para a produção do açúcar, visto que era produção qualificada, além de financiarem a compra de escravos africanos e a apropriação de terras. Esses fatos resultaram no aumento da população africana escravizada nessa região, diminuindo a população europeia, consistindo, assim, em uma nova forma de povoamento da região norte-americana.

Furtado (1997) destaca que as colônias no Norte dos Estados Unidos se desenvolveram na segunda metade do século XVII como parte do processo de desenvolvimento econômico das Antilhas. Desse modo, pontua três momentos distintos desse povoamento.

A primeira etapa consistia basicamente na exploração de mão-de obra preexistente com vistas a criar um excedente líquido de produção de metais preciosos; a segunda se concretiza na produção de artigos agrícolas tropicais por meio de grandes empresas que usavam intensamente mão de obra



escrava importada. Nesta terceira etapa, surgia uma economia similar à Europa contemporânea, isto é, dirigida de dentro para fora, produzindo principalmente para o mercado interno, sem uma separação fundamental entre atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Uma economia desse tipo estava em flagrante contradição com princípios da política colonial e somente graças a um conjunto de circunstâncias favoráveis pôde desenvolver-se (FURTADO, 1997, p. 29).

Nas Antilhas, o domínio era da Inglaterra. Portugal, então, ligou-se a esta potência, fazendo concessões econômicas por conta de garantias políticas, mantendo-se como potência colonial, apesar da decadência do mercado de açúcar, que só melhora com a descoberta do ouro no Brasil, no século XVIII. Portugal importou a manufatureira inglesa para a exploração de metais preciosos com base em acordo econômico. Este pacto fez elevar a população de maioria europeia no Brasil, bem como fez com que a Inglaterra desenvolvesse o setor manufatureiro.

Para a Inglaterra, o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa. A Portugal, entretanto, a economia do ouro proporcionou apenas uma aparência de riqueza, repetindo o pequeno reino a experiência da Espanha no século anterior (FURTADO, 1997, p. 35).

No século XVIII, houve a decadência do ouro no Brasil. Portugal estava em total dependência da Inglaterra, que por sua vez, estava em plena revolução industrial, o que resultou na necessidade de ampliar mercados para manufaturas que estavam em processo de mecanização.

Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, dentro da tradição das relações luso inglesas, pagamentos em privilégios econômicos, de importantes favores políticos. Os acordos foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal- inclusive os de extraterritorialidade- e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial[...] Portugal tinha em mãos uma carta de alto valor: sua independência política da Inglaterra. Se se interpretasse a independência do Brasil como um ato de agressão a Portugal, a Inglaterra estava obrigada a vir em socorro de seu aliado agredido... O que importava era garantir junto ao novo governo brasileiro a continuidade dos privilégios conseguidos sobre a colônia. (FURTADO, 1997).

Esta citação de Furtado explicita os interesses no processo de independência. As perspectivas econômicas eram mais auspiciosas na colônia do que em Portugal. Foi por isso que a Inglaterra transferiu seus privilégios que tinha com

Portugal para o Brasil, garantindo a proteção política deste país, ampliando as dificuldades econômicas e desagregação territorial no Brasil. Isso perdura até o fim do “passivo político da colônia portuguesa”, ou seja, até 1842 quando se livra do acordo com a Inglaterra.

Com a produção do café, a economia brasileira cresce, firmando acordo com os Estados Unidos, principal importador, mas a estrutura econômica se mantém primária, voltada para exportação e mão de obra escrava. Somente em meados do século XIX, com a expansão do café, se inicia, de forma embrionária, um sistema econômico autônomo que pode gerar o crescimento. Esta é a fase que finaliza o processo colonial, segundo Furtado (1997).

Enfim, Celso Furtado apresenta a ideia de formação social do Brasil a partir da trajetória econômica do país, tomando por base a inserção no mercado mundial numa economia primária agroexportadora com interesse imperialista. Ele também evidencia em suas análises as diferentes perspectivas de colonização com base em interesses econômicos dos países europeus na América e na África. Destaca, por exemplo, que as Ilhas do Caribe foram tomadas pela França e Inglaterra, que instalaram colônias de povoamento com objetivos militares, concentrando também núcleos de populações europeias – colonos, criminosos, pessoas sequestradas –, oferecendo pedaços de terra que deveriam ser pagos com a força de trabalho.

Nesse sentido, o autor ressalta que a imigração foi primeiramente um fator de exploração de mão de obra europeia. Para tanto, houve todo um financiamento a ponto de alcançar um excedente de produção, remetendo a população restante para a produção de gado, submetendo-a a regime de servidão por tempo limitado até acumular patrimônio.

Portugal e Espanha, segundo Furtado, estavam preocupados em atrair mercados em expansão, mas tiveram dificuldades em suas campanhas, devido ao lento desenvolvimento em suas colônias no início, bem como à escassez de mão de obra. A colonização nesses países, como já foi apresentado, deu-se por pressão da França, Holanda e Inglaterra em relação ao direito às terras americanas. Portugal, por exemplo viu-se obrigado a ocupar permanentemente o Brasil para não o perder, garantindo sua hegemonia no país.

O autor ressalta que a colonização americana ocorreu em três etapas: a primeira, baseada na exploração de obra local para extração de metais preciosos; a

segunda, para a produção de artigos agrícolas tropicais por mão de obra escrava africana; e a terceira, para o consumo interno.

Furtado ressalta a saga de Portugal com a economia agrícola que inicialmente parecia aventura, pela experiência com a economia açucareira, o êxito com empresa agrícola de produtos tropicais, o conhecimento com o mercado africano<sup>12</sup> de escravos, um século antes dessa exploração econômica que abasteceu toda a Europa, mas afirma que foi o açúcar que garantiu circunstâncias favoráveis à hegemonia de Portugal em grande parte do território sul-americano.

Ao abordar a escravidão dos africanos no Brasil, Furtado (1997) enfatiza as causas, afirmando que foi necessária grande oferta de mão de obra para o empreendimento das plantações açucareiras não disponíveis na Europa. A escravidão foi então um negócio lucrativo, apesar dos altos custos com o tráfico negreiro.

Vale lembrar que no livro “Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII”, Furtado (1997, p. 91) justifica sua opinião sobre a escravidão negra destacando que “a escassez e o atraso cultural do indígena levarão o português a transportar para a nova terra a mão-de-obra africana escravizada”. Em outro trecho disse que “os negros tinham uma tradição de contato com culturas superiores que o índio não conhecia” (FURTADO, 1997, p.125), o que demonstra argumentos raciais e culturais carregados de preconceitos.

Contrariando esses argumentos, salienta-se que as nações indígenas durante muito tempo constituíram a mais importante mão de obra explorada no país e no novo mundo. A escravidão das nações indígenas esteve atrelada ao contingente abundante desta população como demonstra Peregalli (1994, p. 6) chegando a ser encontrados, na América espanhola, antigos impérios ameríndios Astecas, Incas e Maias. Ele afirma em sua obra “Escravidão no Brasil de 1988” que no país foram escravizados cerca de trezentos mil índios e que a discussão em torno da escravização indígena e negra tomou posições diferentes no seio da igreja católica,

---

<sup>12</sup> Desde o início da expansão marítima pelo Atlântico, Portugal esteve presente em diversas regiões africanas: Moçambique, Costa do Marfim, Congo, Angola e Guiné. Áreas fornecedoras dos trabalhadores que Portugal tanto carecia pra enviar à sua colônia americana. Em 1539, o donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, já pedia ao rei de Portugal, D. João III, que lhe fosse concedida permissão para “comprar alguns escravos-de-Guiné”, como eram chamados os africanos na época. Em 1559, atendendo aos apelos dos senhores de engenho, a coroa finalmente editou o alvará que regulamentava a introdução de escravos africanos no Brasil.

uns a favor e outros contra a escravidão indígena. Grosso modo, o que prevalecia era o argumento de que,

[...] os escravos nasciam para ser escravos, senhores para serem senhores, sem negar a escravidão, insistia na tese que um bom escravo cristão é aquele que aceita a escravidão, e que um bom senhor cristão é aquele que trata bem aos escravos. Pregava-se a resignação de uns, a benevolência a outros. O pecado do senhor era a crueldade, o pecado do escravo a revolta. Ser cristão não era pretexto para não ser escravo. Qualquer homem, mulher ou criança que não aceitasse o cristianismo podia ser escravizado: este é o ponto da guerra justa” (PEREGALLI, 1994, p. 28).

Portanto, coube à Igreja o papel de definir sobre quem deveria ser escravizado, visto que a falta de mão de obra era evidente para a economia colonial desse período. Peregalli questiona qual a diferença entre escravizar um negro e escravizar um índio e porque a Igreja fez vista grossa à escravidão do negro e se posicionava contra a escravidão dos indígenas. Ele afirma que no início da colonização foi uma necessidade, uma vez que o sistema de escambo, ou seja, a troca de produtos da terra por produtos europeus se mostrou insuficiente para as necessidades, enquanto para a Coroa foi mais rentável a escravidão do negro, pois fixavam-se altas taxas com importações dos negros escravizados, dividendos com as companhias, com as autorizações, lucro com o tráfico, enfim, havia promoção de acumulação de capital na metrópole, além de que o sistema colonial exigia uma estrutura voltada para fora, travando as tentativas de negócios internos como a escravidão nações indígenas (PEREGALLI, 1994, p. 29).

Para além do Brasil, a escravidão indígena e negra foi resultado de um processo de acumulação primitiva do capital que levou ao extermínio, servidão e pilhagem do continente africano e indígena, como nos mostra Marx:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1968, p. 868).

Nesta direção, Marx (1968) também destaca o tratamento diferenciado, concedido as nações indígenas nas colônias:

O tratamento que se dava aos nativos era naturalmente mais terrível nas plantações destinadas apenas ao comércio de exportação, como das Índias Ocidentais, e nos países ricos e demasiadamente povoados, entregues à matança e à pilhagem, como México e Índias Orientais. (MARX, 2013, p.869).

Eric Williams <sup>13</sup> (2012, p. 33) no livro “Capitalismo e Escravidão”, ressaltando as razões econômicas da escravidão nas colônias do Caribe e nas colônias do Sul dos Estados Unidos, destaca que com a redução da população na Europa no século XVI não havia como subsistir diante da quantidade de trabalhadores livres para a produção em grande escala de cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo: *“Por isso foi necessária a escravidão; e para conseguir escravos, os europeus recorreram primeiro aos aborígenes e depois à África”*.

Desta forma, Williams deixa evidente que a escravidão foi uma instituição econômica que forneceu a base para o capitalismo moderno e que não se tratava naquele momento de uma escolha em detrimento do trabalho livre, nem tampouco identifica a escravidão dos povos africanos como uma questão moral, mas como um fenômeno econômico. Por isso afirma:

A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo: católico, protestante e pagão. O primeiro caso de tráfico e trabalho escravos que se desenvolveu no Mundo dizia respeito, em termos raciais, não ao negro, mas ao índio. Os indígenas sucumbiram rapidamente ao excesso de trabalho exigido, à alimentação insuficiente, às doenças do homem e à incapacidade de se adequar ao novo modo de vida. Acostumados a uma vida de liberdade, a constituição física e o temperamento dos índios não se adaptavam bem aos rigores da escravidão nas fazendas (plantations) [...] (WILLIAMS, 2012, p. 34-35).

Nestes termos, o autor deixa evidente que era comum a prática de escravizar diversos povos. Em relação às nações indígenas, essa prática era corrente entre as colônias espanholas, passando a ser seguida por França e Inglaterra. Contudo, para este último país, a escravidão dessas nações não foi extensa, era algo

---

<sup>13</sup> Esta obra se tornou, a partir da década de 1950, uma referência para as Ciências Sociais brasileira, principalmente para a escola de sociólogos da Universidade de São Paulo, influenciou intelectuais como Furtado. Eric Williams ousou em estabelecer a relação recíproca entre o desenvolvimento do capitalismo e a escravidão negra. O seu estudo aborda de forma aprofundada de como a escravidão e o tráfico contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo britânico como fornecedores do capital e financiaram a revolução industrial nesse país, bem como do papel do capitalismo industrial maduro na destruição do sistema escravagista.

corriqueiro, tida “como penalidade preventiva e não uma condição normal e permanente” (WILLIAMS, 2012, p. 36).

Comparando com a escravidão dos africanos, frisa que os espanhóis descobriram que um negro valia por quatro índios, entretanto a substituição de mão de obra indígena deu-se inicialmente pelos trabalhadores brancos pobres de vários tipos<sup>14</sup>, ou melhor, de distintas formas de trabalho compulsório. Convém ressaltar que esta emigração estava em consonância com as teorias mercantis da época, que defendiam o trabalho útil e produtivo, bem como a emigração voluntária ou não dos pobres como forma de reduzir a pobreza, ou ocupar os “vagabundos” no exterior. Este processo, somado à necessidade de povoação das colônias do Novo Mundo, levou os ingleses a recorrer à escravidão negra:

Os engajados não chegavam à América em quantidade suficiente para substituir os que haviam cumprido o prazo de contrato. Nas fazendas, para o engajado branco era fácil fugir; mais fácil do que para o negro, o qual se era alforriado, costumava, por uma questão de autodefesa, continuar na mesma localidade onde era conhecido e estaria menos sujeito a ser capturado como fugitivo ou vagabundo. O engajado esperava receber terra ao término do contrato; o negro, num ambiente estranho, destacando-se pela cor da pele e pelos traços, ignorando a língua e os costumes do homem branco, podia jamais vir a ter acesso a um lote de terra. Com as diferenças raciais ficava mais fácil defender e racionalizar a escravidão negra, arrancar uma obediência mecânica como a um boi de tração ou a um cavalo de carga, exigir aquela resignação e aquela completa sujeição moral e intelectual indispensável para a existência do trabalho escravo. Por fim, e este era o fator decisivo, o escravo negro era mais barato. O dinheiro por dez anos de serviço de um branco comprava toda a vida de um negro[...] O serviço forçado branco foi a base histórica sobre a qual se edificou a escravidão negra. (WILLIAMS, 2012, p. 49-50).

Erick Williams é categórico em afirmar que a escravidão dos povos africanos foi, em certa medida, uma circunstância histórica para a produção do açúcar na região do Caribe que necessitava de mão de obra. De modo geral, a produção açucareira de 1650 a 1850 teve um acelerado desenvolvimento. Nesse sentido, foi

---

<sup>14</sup> Alguns engajados, assim chamados porque, antes de sair da terra de origem, se obrigavam a prestar serviços por tempo determinado para custear o preço da passagem. Outros chamados quitadores, combinavam com o capitão do navio que pagariam a passagem na chegada ou dentro de determinado prazo a contar da chegada; se não cumprissem o acordado, o capitão os venderia em hasta pública. Outros ainda eram criminosos condenados, enviados por política deliberada do governo para trabalhar por um período de tempo estipulado (WILLIAMS, 2012, p.37-38).

O autor afirma que este negócio foi lucrativo, surgindo várias iniciativas em torno dele, como o projeto de Lei (1664) que previa o degredo de todos os vagabundos, ciganos para as colônias; o poderoso monopólio de transporte de engajados, envolvendo a alta cúpula palaciana, etc.

utilizado o trabalho escravo, assim como o trabalho livre, exploração e escravização de populações de diversas etnias e raças. Assim, a escravidão africana chegou a ser a *força e energia* do mundo ocidental, diz Williams. E para que esta fosse realizada, foi necessário o tráfico de escravos negros.

Temos acordo com Eric Williams sobre a estreita relação entre capitalismo e escravidão. Nesta direção, ao longo dos séculos XVI a XVII, como foi evidenciado nesta seção, as colônias do Novo Mundo expandiram a produção da cana-de-açúcar, a partir do trabalho escravo e outras formas de trabalho compulsório. Com base nessa produção, sob a égide do capital comercial, subordinado à produção de mercadoria por todo o mundo, foi possível criar as bases para o desenvolvimento do capitalismo. Nas palavras de IANNI (1978):

Foi o capital comercial que gerou as formações sociais construídas nas colônias do Novo Mundo, provocando dessa maneira uma intensa acumulação de capital nos países metropolitanos, em particular na Inglaterra. Devido à sua preeminência crescente no sistema mercantilista mundial, a Inglaterra pôde impor à Espanha, Portugal e outros países condições de comércio que aceleraram a acumulação de capital em territórios. Acresce que sob o mercantilismo os lucros eram bastante elevados (IANNI 1978, p. 3-4)

Sobre este processo, Marx em “O capital” ressalta que:

O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio, de que falava Lutero, eram poderosas alavancas de concentração do capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apesadas fora da Europa pela pilhagem, escravidão e massacre refluíam para a metrópole, onde se transformavam em capital (MARX, 2013, p. 871).

Nestes termos, fica evidente a contradição do processo de acumulação primitiva<sup>15</sup>, estando sob o comando do capital comercial, sustentado pelo comércio da prata, ouro, açúcar e outros produtos numa organização de produção baseada na

---

<sup>15</sup> Para Ianni (1978, p. 4) a acumulação primitiva poderia ser considerada o processo social, isto é, político e econômico, mais característico da transição do feudalismo ao capitalismo. Como processo de âmbito estrutural, a acumulação primitiva envolveu principalmente a força de trabalho e o capital, nos seguintes termos. Quanto à força de trabalho, o que ocorreu foi um divórcio generalizado e radical entre trabalhador e a propriedade dos meios de produção. Historicamente, esse fenômeno ocorreu tanto na agricultura como nos grêmios e corporações de ofícios. Ele se deu em concomitância com a criação de valores culturais e padrões de comportamento que compreendiam os princípios da cidadania, principalmente a faculdade de oferecer-se livremente no mercado, sem limitações ou amarras das instituições gremiais, patriarcais, comunitárias ou outras. Quanto ao capital, o processo de acumulação primitiva envolveu intensa acumulação e concentração do capital, inclusive dos meios de produção. Apoiado na ampliação e intensificação do comércio internacional, nos quadros do mercantilismo, o capital comercial reproduziu-se em elevada escala.

escravidão que estabeleceu regras na divisão social, controlado pela Inglaterra e outros países europeus nas colônias americanas e africanas. Esta fase econômica criou as condições básicas para o surgimento do capitalismo industrial. Ou seja, o contexto histórico de contradição e transição para o capitalismo e distintas formações sociais do Novo Mundo é que deu origem à servidão moderna.

Diante desse quadro, buscamos nesta pesquisa evidenciar o peso que teve a escravidão no Brasil, afinal um país que até antes do “descobrimento” era desconhecido do mundo e esquema europeu, mas que no transcurso de sua formação social se estruturou com base na escravização dos povos africanos e nações indígenas e negros durante quase quatro séculos de escravização.

O Brasil, enquanto colônia produtora, forneceu a base de circulação de produtos primários e mão de obra, assim como tem papel destacado no tráfico, por ser um dos países da América que mais importou escravos<sup>16</sup>. Desse modo, Prado Júnior (1989, p. 21) diz que: “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o mercado europeu”.

Fica evidente a análise do autor sobre o papel que o Brasil cumpriu enquanto colônia para o mercado europeu, ao mesmo tempo em que executa um longo processo de escravidão, sistema este consubstanciado numa organização produtiva agrícola, e em certa medida industrial, ligada à grande extensão de terras e domínio de uma elite oligárquica. Este é o traço de nossa formação social.

A escravidão, nesse sentido, foi um ponto de coesão entre as elites nacionais, que a consideravam como um fato natural, de ordem econômica. Foi por isso que para se ter vantagens sobre a escravidão a elite brasileira criou um pacto, mantendo a escravidão por mais tempo, a ponto de ganhar o título de maior país escravista do mundo em 1791<sup>17</sup> e último país da América a abolir a escravidão. Nessa direção, o papel da elite foi o de estruturar, em articulação com o Estado, a solidez do escravismo, seja em nível ideológico ou mediante o incremento do aparelho

---

<sup>16</sup> Em 1817-1818, o quantitativo de 1,930 milhão de escravos representava 50,5% da população total. Em 1850 esse quantitativo alcançou a cifra de 2,5 milhões, representando 34,5% da população total.

<sup>17</sup> Segundo Herber Klein, o Brasil recebeu entre 4 e 5 milhões de escravos ao longo do tráfico, intensificou a importação destes nos últimos 70 anos. Nos primeiros 250 anos importou 1.895.500 escravos, enquanto nos últimos 70 anos teria recebido 2.113.900 escravos.



repressivo, para conter qualquer forma de organização dos escravizados e de seus interesses vinculados à economia mundial.

Não foi por acaso que o processo abolicionista no país perdurou por mais de um século, passando por etapas até ser extinto oficialmente em 1888. Essas etapas vão desde as pressões internacionais: tratados contra o tráfico em acordo com a Inglaterra; fiscalização do território brasileiro por navios ingleses; acordo de proteção e asilo político da família real no Brasil, conflito<sup>18</sup> entre Inglaterra e Brasil; pacto não cumprido com a participação de escravizados na guerra do Paraguai em troca de alforria, além do lento processo de abolição que se deu pela legislação: Lei do Ventre Livre (1871), dos Sexagenários e por fim, a Lei Áurea, em 1888.

Convém destacar que a luta entre senhores e escravos nesse período foi um fator determinante para a extinção do escravismo no país, embora este elemento não seja tão enfatizado no pensamento intelectual brasileiro, que tem insistido na subserviência e passividade dos africanos escravizados e da população negra de modo geral.

Em linhas gerais, tem-se enfatizando que a deterioração do escravismo se deu por suas contradições objetivas, por questões estruturais e econômicas ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas, ou então argumenta-se em favor da classe dominante ou da classe média, alegando interesses na ação modernizadora da ordem econômica ou por atitudes de benevolência e humanitária para cumprir este papel. Maestri (1888) descreve:

A resistência servil foi, ao mesmo tempo, quotidiana e episódica. O cativo rejeitava no dia-a-dia o trabalho: mostrava-se inábil, preguiçoso, irresponsável. Sabotava os meios de trabalho. Sob os olhos ou às espaldas dos amos e capatazes, realizava pequenos furtos para minorar a ingente miséria material e moral em que vivia. O cativo exasperado suicidava-se. Levantava o braço vingador contra o branco – mesmo se o seu “branco” fosse um capataz ou um senhor negro. Fugia para travestir-se de forro, perambulava sozinho pelas matas ou aquilombava-se. Os cativos rebelavam-se contra os amos e a escravidão. Esta exasperante e ininterrupta oposição do cativo ao escravismo determinou a produção escravista enquanto ela mostrou-se como forma de produção historicamente dinâmica. No caso do escravismo colonial, a resistência servil criou as condições para a crise e superação da crise escravista. A abolição da escravatura, em 1888,

---

<sup>18</sup> Os últimos episódios deste conflito têm como marco o fato de a Inglaterra invadir o território brasileiro em 1850 para aprisionar navios negreiros, surgindo a partir daí a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu a entrada de africanos escravizados. Contudo, houve aumento do tráfico interno, principalmente para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

foi resultado direto da ação insurgente dos cativos, aliado ao movimento abolicionista (MAESTRI, 1988, p.86-87).

O fato é que a escravidão legitimada e moralmente aceita, num dado momento, por interesses econômicos, garantiu um peso enorme, generalizando-se em todo o território. Gorender (2000) chegou a afirmar que a existência de uma classe dominante nacionalmente coordenada por interesse comum, na defesa da instituição escravagista, foi importante para manter a unidade do território nacional. Esta unidade, segundo o autor, se fundamentou com base em três razões:

Em primeiro lugar, a instituição escravista se alimentava do tráfico negreiro africano, então perseguido pela Inglaterra, a superpotência da época. Em segundo lugar, a unidade nacional se fazia necessária a fim de garantir o tráfico interno da mercadoria escravo[...] por último, a unidade nacional permitia a utilização de um aparelho repressivo centralizado, capaz de sufocar levantes de escravos em qualquer ponto do país (GORENDER, 2000, p.16).

Como se observa, a escravidão no país teve um papel econômico e político durante a colonização. Passou pela Monarquia e República. Esteve desde o início associada ao latifúndio, às grandes extensões de terra, aos setores de bens e serviços, ligada à mineração, à pecuária, serviços urbanos e domésticos, enfim, exerceu um grande papel na economia à custa da exploração, opressão e humilhação de um grande contingente populacional africano.

Posteriormente, quando o sistema escravista começou a ser abolido gradualmente, num período de decadência dessa instituição, como foi explicitado anteriormente, forte campanha pela libertação dos escravos foi sendo difundida. Para tanto, foram utilizados argumentos liberais e raciais de que a escravidão era algo irracional, por constituir-se do trabalho forçado e que o trabalho livre era racional.

Nesta direção, os negros e nações indígenas foram considerados inaptos ao trabalho livre, atribuindo-lhes estereótipos negativos, classificando-os como atrasados, que impediam o desenvolvimento, além de serem inadequados à nova fase capitalista, enfim, todos os males da escravidão, atraso econômico foram atribuídos aos negros e povos indígenas. Estes fatos deixaram sequelas e marcaram a sociedade brasileira, caracterizada até hoje pela hierarquização, desigualdade social e racismo. Para Costa (1982, p. 09): “O negro permaneceu na situação de dependência econômica e as atitudes e representações sociais que regulavam as relações entre as raças só, muito vagarosamente, foram modificadas”.

São fatos relevantes de nossa formação social. Em essência as análises sobre os problemas do Brasil limitam-se em investigar o aspecto estrutural de dependência econômica, desde o período colonial. Neste sentido, autores como Sodré, Prado Júnior e Furtado acrescentam que é necessário superar os problemas históricos para chegar ao desenvolvimento econômico.

Aspectos como a questão agrária, mercado de trabalho, passado escravagista, construção de indústria nacional são destacados como problema brasileiro. Cabe à burguesia a missão política de conduzir um projeto nacional que supere os resquícios do colonialismo. No texto “A Revolução Brasileira”, publicado no período da ditadura militar de 1964, o autor exprime com exatidão sua perspectiva política e os desafios colocados para o Brasil para superar os resquícios da colonização, deixando evidente que é preciso superar a dependência do capital internacional, bem como a premência de uma reforma agrária para equilibrar a relação entre capital - trabalho (PRADO JÚNIOR, 1966).

Esta ideia se coaduna com a de Sodré (1978) ao destacar a etapa da revolução brasileira. Segundo o autor, esta etapa está associada à manutenção e ampliação do regime democrático, uma saída nacionalista para o enfrentamento dos problemas de exploração econômica e da superação dos resquícios das relações semifeudais que existiram desde o início da colonização. O autor destaca o nacionalismo como libertação, ideal democrático e necessidade de compor um novo quadro que medeie os interesses de classe e tenha em comum a defesa do que é nacional entre nós (Sodré, 1978). Veja sua posição:

Nova composição social que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideologicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos organizemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas do seu papel histórico... Nova é a indústria nacional, superada a etapa de bens de consumo e iniciada de bens de produção, limitada embora pelo atraso na capacidade aquisitiva do mercado interno e onerada por uma política de obstáculos e de dúvidas. Volta Redonda é o novo que altera a paisagem brasileira e a Petrobrás é o novo que afirma a nossa capacidade de realização sem interferências. Novo, em suma, é o nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para frente e rompe como o que nos trave e entorpece (SODRÉ, 1978, p.182-183).

Reafirmando-se o que já foi caracterizado sobre esse autor, a ideia de superação do atraso do país se dará por meio de um modelo econômico que invista

nas indústrias nacionais, no papel político e econômico da burguesia nacional para realizar e partilhar o empreendimento nacional e articular-se com as demais classes sociais, com objetivo comum em torno desse desenvolvimento econômico.

Cumprir enfatizar que na trajetória das relações entre as classes sociais, a burguesia nacional sempre cumpriu um papel de capacho do imperialismo, estando atrelada, desde o início de nossa formação, aos ditames internacionais, utilizando-se da escravidão, submetendo nações indígenas e negros à exploração e opressão e fez do país uma das nações mais desiguais do mundo. Seu projeto e interesses econômicos sempre foram antagônicos aos das camadas populares.

O exemplo da independência pacífica que ocorreu no país com base na negociação entre a Corte Portuguesa e a burguesia rural é parte dessa política. Outro fato histórico similar é do período de desenvolvimento do ciclo do café. Os cafeicultores paulistas, que em essência dominavam essa produção, estabeleceram aliança com o comércio de escravos, uniram-se à burocracia imperial e ao Exército para reprimir as lutas nacionais, tomando-as como caso de polícia ou de pessoas ignorantes e até mesmo antinacionalistas, portanto, segue de acordo com seus interesses de classe. É, portanto, uma burguesia patrimonialista e oligárquica.

Mesmo no período da industrialização, anos de 1940 e 1950, a burguesia industrial nascente se alia à oligarquia agrária, conservando a estrutura desigual, a concentração de terras, sem interesse algum de promover a reforma agrária. Utiliza-se do Estado para as suas benesses, criando instituições de acordo com sua fisionomia, valores e perspectiva de mundo.

Portanto, a nosso ver, na trajetória política do país há interesses de classes inconciliáveis entre a burguesia e camadas populares. A tão propalada unidade nacional não pode ser vista apenas na perspectiva do desenvolvimento econômico à custa da superexploração das camadas populares, em detrimento do parasitismo da classe dominante. São muitos os problemas que se originam da estrutura desigual injusta que se consolidou na nossa formação e se mantém até hoje. É preciso superar a subserviência do país ao imperialismo econômico, bem como desenvolver medidas para promover a verdadeira democracia racial.

Do ponto de vista mais amplo, a unidade nacional, por meio de um projeto nacionalista de desenvolvimento, foi recebida com entusiasmo pela intelectualidade brasileira, principalmente com a expansão econômica que ocorreu na década de 1930 e nos anos de 1950, por meio da industrialização e urbanização do país. Neste

cenário, questões democráticas, desigualdades econômicas e sociais e também as diferenças étnico-raciais foram secundarizadas sobre o pretexto de que seriam resolvidas com o desenvolvimento econômico.

Vale lembrar neste transcurso que de 1937 a 1945 o Brasil viveu o Estado Novo e mundialmente, com o fim de experiências totalitárias de fascismo e nazismo na Itália e Alemanha, e também a II Guerra Mundial<sup>19</sup>, que evidenciou conflitos mundiais ligados às questões nacionais – problema étnico, separatismo e autonomia de regiões, os quais passaram a ser preocupação de organismos internacionais como a ONU, fundada pós II Guerra Mundial.

Então, o desenvolvimento econômico em países como o Brasil, o contexto de conflitos étnicos e sociais do pós-guerra e a tão propalada experiência de “democracia racial” vivida no país foram destaque internacional. Comparado com Estados Unidos e África do Sul, países com regime de segregação racial declarado, o Brasil foi descrito como uma sociedade multirracial, sem conflitos raciais. Tal caracterização levou a Unesco a se interessar por essa prática, inclusive patrocinando pesquisas sobre essa experiência.

De 1952 a 1955 essas pesquisas foram dirigidas por Artur Ramos, um especialista da cultura africana no Brasil, posteriormente a tarefa foi delegada a Roger Bastide e Florestan Fernandes, então professores da Universidade São Paulo que destinaram a esta universidade a tarefa de analisar as relações raciais no país. Compõem o quadro de pesquisadores René Ribeiro, Thales de Azevedo, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, Donald Pierson, além de participação de Abdias do Nascimento e Edson Carneiro, dentre outros.

Neste estudo, não se pretende lançar um olhar aprofundado sobre a Unesco e as pesquisas raciais patrocinadas por essa organização no Brasil. Apenas destacamos brevemente o interesse e o patrocínio de organismos internacionais em pesquisas nacionais. Desse modo, focamos também a presença da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal, buscando apresentar uma saída para o desenvolvimento nacional no Brasil e na América Latina.

No país, um dos mentores dessa proposta foi Celso Furtado, já mencionado neste trabalho. Ele propôs, segundo Pécaut (1999), a industrialização pautada na

---

<sup>19</sup> A ONU foi fundada durante a II Guerra Mundial, no dia 24 de outubro de 1945. Nesse período, possuía 51 estados-membros, hoje são 193.

substituição de importações incentivada pelo Estado, visando ampliar o mercado interno. Verificamos que esse modelo foi solidificado através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE em 1959. Portanto, a perspectiva de desenvolvimento nacional que se consolidou no país teve interferência de organismos internacionais como a Unesco e Cepal e influenciaram diretamente o pensamento intelectual brasileiro da época.

## **2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RACISMO BRASILEIRO:** reflexões sobre o negro na intelectualidade

Já se mencionou anteriormente que o grande desafio do Brasil, segundo alguns teóricos citados no capítulo anterior, é o de constituir-se enquanto nação independente e soberana. Nesta direção, eles têm acordo que é indispensável superar a dependência econômica de outros países e os resquícios da escravidão. Em relação à escravidão, sobretudo, no decurso de sua fase de decadência, o argumento consolidado de que era um entrave ao desenvolvimento econômico e social do país consolidou.

Na historiografia brasileira há diversas interpretações sobre o sistema escravista, as relações étnico-raciais que decorrem desse processo e sobre o negro, descrito e simbolizado de forma etnocêntrica. Cabe destacar que para o pensamento intelectual e a elite brasileira, estes são aspectos importantes para o rumo da nação. Interessa-nos neste capítulo elaborar um quadro das diversas interpretações clássicas sobre o negro que foram sendo desenvolvidas ao longo desse processo.

Skidmore (1976) nos alerta que antes da abolição em 1888 a elite tinha pouco interesse sobre a questão de raça e das características raciais e fenotípicas. Raramente se reportava à raça como fenômeno social, as discussões giravam em torno da abolição e também das reformas e mudanças institucionais decorrentes desse movimento, pois se acreditava que naturalmente esse processo levaria o país ao “progresso”.

Fora do país, mais precisamente nos países europeus, as questões de raça e determinismo climático eram amplamente discutidas. O debate de raça, portanto, nasce de fora para dentro. Segundo o autor, os europeus manifestavam-se com expressões estereotipadas e negativas sobre a América Latina e principalmente sobre o Brasil por conta da forte influência africana. Por outro lado, os intelectuais brasileiros, via de regra, absorviam esses pensamentos sem ter um olhar crítico.

Caudatários, na sua cultura, imitativos, no pensamento – e cômicos disso – os brasileiros do meado do século XIX, como outros tantos latino-americanos, estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa. Isso não quer dizer que as teorias deterministas sobre raça e clima fossem universalmente tidas por dogmas no Brasil. Seria mais exato dizer que muitos pensadores brasileiros as aceitavam tacitamente, e que outros assumiam implicitamente sua possível validade. Poucos, todavia, ousaram fazer face à tese básica da raça, antes de 1888. Tal pensamento anunciava os dolorosos

dilemas que iam formar a maior parte da vida intelectual brasileira – nas décadas que se seguiram à abolição. (SKIDMORE, 1976, p. 13).

Skidmore deixa evidente que ao empregar o termo “brasileiros” está se referindo à elite, destacando que os membros dessa classe social, nesta época, viviam em “dois mundos”, ou melhor, eram parte dos poucos “educados” do país formados na Europa, principalmente em Portugal, influenciados pela cultura jesuítica e humanista. Posteriormente no século XIX, suggestionados pela cultura francesa, inspiraram-se pelas ideias iluministas, materialistas e laicas. O autor conclui que a elite brasileira sempre foi fortemente influenciada pelas ideias europeias, sendo que no transcurso do século em questão, foi guiado pelo liberalismo trazido da Inglaterra e depois pelos Estados Unidos.

O liberalismo europeu do século XIX, bem como a Revolução Industrial e a urbanização acelerada, contribuíram para a evolução do pensamento abolicionista<sup>20</sup> no Brasil. Nesse sentido, o autor destaca que o crescimento econômico e o domínio das potências europeias sobre o Novo Continente foram justificados pelas teses do liberalismo. Assim, surgem argumentos em torno da suposta superioridade das potências europeias como forma de justificar a dominação e, com isto, formula-se a crença de raças superiores, clima ideal e civilização.

O determinismo, seja ele climático ou racial, foi coroado nas obras clássicas de escritores como Henry Thomas Buckle e Arthur de Gobineau, este último menos influente no Brasil. Skidmore sublinha que as ideias de Gobineau foram mais absorvidas nos Estados Unidos, enquadrando-se perfeitamente no seu sistema de separação racial, mais conhecido como apartheid ou Lei Jim Crow<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> O abolicionismo foi um movimento político pela abolição da escravatura no Brasil. Segundo Alonso (2014) este movimento é anterior a 1879. Ela lembra que Associações antiescravistas remontam às vésperas da lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico ultramarino de escravos em 1850. As manifestações coletivas contra a escravidão se fortaleceram na segunda metade dos anos 1860, antes da Lei do Ventre Livre. Ela fez um levantamento sobre este movimento em 35 jornais de nove províncias, 1.446 eventos de protesto abolicionista no Brasil no período de 1868 e 1888 que teve diferentes estratégias de mobilização, inclusive manifestações públicas, como também iniciativas institucionais, ações diretas, simbólicas, de difusão e confrontação no país ao longo de duas décadas de 1868-1888.

<sup>21</sup> Em um artigo intitulado “12 Estereótipos Racistas dos EUA que você já viu mas não percebeu” Jardim (2018) explica a origem do termo Jim Crow. Baseada em pesquisas de sites e artigos norte-americanos, a autora comenta que Thomas D. Rice, comediante novaiorquino em visita ao Sul deste país, fez a descoberta de que os homens brancos dessa localidade comparavam os escravos a corvos, que em inglês é “crow”. Os escravos em suas folgas cantavam uma música sobre uma figura lendária – Jim Crow. Foi a partir disso que Rice criou seu personagem usando a ferramenta de black face, ou seja, pintou-se de preto, deformando práticas e comportamento dos negros, ridicularizando-os para servir de gracejo ao público branco dos EUA. Cumpre destacar que a prática desse tipo de teatro, denominado “*Minstrel Show*”, vigorou de 1830 a 1930 nesse país. Posteriormente, com a



Gobineau foi um defensor da teoria de raças biológicas, ou seja, defendia que as características físicas e morais são transmitidas por linhagem. Seu argumento sustenta a ideia de que atributos são prefixados geracionalmente, desse modo, seu posicionamento é determinista e ancora-se na ideia de superioridade branca x inferioridade negra. Além disso, compreendia a miscigenação como uma degeneração<sup>22</sup> da espécie humana. Por meio deste posicionamento, chegou à seguinte conclusão sobre o Brasil:

Uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia... nem um só brasileiro tem sangue puro porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas quanto nas superiores (GOBINEAU apud SKIDMORE, 1976, p.46).

A despeito de Gobineau, Schwarcz (1993) notabiliza que ele ficou quinze meses no Rio de Janeiro como enviado francês. Durante esse período fez prognóstico sobre os brasileiros. Em um artigo para o periódico “*Le Correspondant*” (1874) declarou que seria uma raça propensa a desaparecer em menos de duzentos anos, devido à degenerância genética. Defendeu que para o renascimento da raça seria necessário a contribuição de valores das raças europeias para melhorar a saúde pública, o temperamento moral, etc. Skidmore destaca que Gobineau nutria desprezo por colegas de outras nacionalidades, no entanto, vocábulos mais duros dirigia aos brasileiros.

Todo mundo é feio aqui, mas incrivelmente feio: como macacos (*Tout le monde est laid ici, mais laid à ne pas croice, des singes*)... À exceção do imperador, ninguém nesse deserto povoado de marotos (*Sauf l'empereur, personne dans ce désert peuplé de conquins*). (GOBINEAU apud SKIDMORE, 1976, p. 47).

---

consolidação da prática de hierarquização racial, através do *apartheid* ou Lei Jim Crow, no período de 1876 a 1965 os EUA desenvolveram um sistema de segregação compilado em leis não apenas separando brancos de negros em instalações públicas e serviços, mas também reservando aos negros os piores lugares e atendimentos.

<sup>22</sup> Munanga (1999, p. 42-43) destaca que o termo “degenerado” foi uma expressão usada por Gobineau no seu ensaio sobre Desigualdades das Raças Humanas, publicado em 1853 e 1855 para explicar como as civilizações nascem e por que elas desaparecem, independente da vontade de Deus. Desaparecem porque são degenerados. A palavra é aplicada a um povo, para significar que não tem mais o mesmo valor que outrora possuía, pois não tem mais o mesmo sangue, devido ter sido afetado por alterações decorrentes da mestiçagem. A civilização morre junto e só se desenvolve quando uma nação conquista outra e se põe diante de mestres vigorosos e passe a compartilhar com estes de um novo olhar e melhor destino. Os povos só degeneraram devido à mistura que sofreram e de acordo com as proporções e as qualidades dessas misturas.

Enquanto Gobineau postula suas ideias fincadas num determinismo racial, a partir da noção de raça biológica e de linhagem, Burckle, baseado numa espécie de determinismo climático, deduz que as sociedades humanas são regidas pelos condicionantes geográficos.

Skidmore (1976) lembra que a densa obra “História da Civilização na Inglaterra”, de Buckle, publicada em dois volumes sucessivamente em 1857 e 1861, foi traduzida integralmente para o Português em fins do século XIX. Esta obra aborda o clima, inclusive do Brasil, sem que o autor tivesse realizado um estudo detalhado de campo, com rigor científico e empírico. A pesquisa apoia-se em fontes secundárias, principalmente em descrições de viagens de naturalistas que passaram no país. Com base nessas análises, o autor descreve o Brasil de forma bastante pessimista, como nos aponta Skidmore:

Em oito páginas, Buckle analisou precipitação, topografia, sistema hidrográfico e regime dos ventos no Brasil. Sem nunca ter visitado o país e sem dispor de estudos genuinamente científicos como evidência, Buckle fiou-se em relações de viagem, que citou copiosamente. Sua descrição do Brasil soa muito como o estereótipo romântico. (SKIDMORE, 1976, p. 44).

Veja o discurso de Buckle apontado pelo autor:

Em nenhum outro lugar há tão penoso contraste entre a grandiosidade do mundo exterior e a pequenez do interno... E a mente, acovardada por ser luta desigual, não só foi incapaz de avançar, mas sem ajuda estrangeira teria, indubitavelmente, regredido. Porque mesmo no presente, com todos os aperfeiçoamentos originários da Europa, não há sinais de progresso real[...] (BUCKLE apud SKIDMORE, 1976, p. 45).

Esta obra foi bastante lida pela intelectualidade brasileira como nos aponta Murari (2007). Ela acrescenta que este escritor está presente em muitas produções, seja através de críticas ou em citações diretas por ensaístas como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Araripe Jr. e Capistrano de Abreu.

## **2.1 Raça, Racismo e Mestiçagem:** implicações ideológicas e políticas no contexto brasileiro

Cumprido destacar que o período de penetração das ideias desses teóricos, bem como de outros deterministas e evolucionistas no país, data de 1870 até 1930. Segundo Schwarcz (1993), tais ideias serviram para explicar as diferenças raciais, o

processo de miscigenação e questões geográficas. Por conseguinte, o país torna-se “*um grande laboratório racial*”, nas palavras da autora. A nossa fauna e flora, inclusive grupos raciais, foram utilizadas como cobaias para validar a construção de conceitos e modelos.

É nesse sentido que o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais. Mais a adoção dessas teorias não podia ser tão imediata nesse contexto. De um lado, esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez – como o final da escravidão – começavam a ser publicamente colocadas em questão. Do outro lado, porém, acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar. É na brecha desse paradoxo – no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento – que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas (SCHWARCZ, 1993, p.18)

Schwarcz deixa evidente o contexto em que as diferenças socio-raciais foram tomadas, há diversos interesses em jogo, que pela forma como foram colocados, inviabilizavam a construção do projeto de nação, tão presente no meio intelectual e na elite. Este contexto, como nos aponta a autora, foi marcado por importantes fatos sociais da chamada modernidade, como o fim da Guerra do Paraguai, o surgimento do Partido Republicano, a publicação da Lei do Ventre Livre, a criação e desenvolvimento de centros de ensino e pesquisas nacionais como o Instituto Histórico, os museus etnográficos, faculdades de Direito e Medicina, que além de terem no cerne de suas preocupações e produções o tema do desenvolvimento fincado na biologização da história, consideravam o tema racial como fator de atraso do processo civilizatório brasileiro, isto por conta da influência de ideias deterministas e evolucionistas europeias. Para Schneider (2014):

No Brasil, como não poderia deixar de ser, os termos “raça”, “povo”, “nação” e “natureza tropical” compunham um vocabulário quase inescapável às discussões políticas do período. A “geração modernista de 1870” – segundo a expressão de Antônio Cândido (1963) – dialogou e deixou-se impactar pela vida intelectual europeia da segunda metade do século XIX, marcada por um momento decididamente antiespiritualista e antimetafísico. Nesse período, as influências de autores como Comte (1798-1857), Darwin (1809-1882), Spencer (1820-1903), e Buckle (1821-1862), Renan (1823-1892), Taine (1828-1893) Haeckel (1834-1919) e Gumpowicz (1839-1909) acionaram o determinismo, caracterizado pela adoção dos princípios constitutivos das ciências naturais, do saber empírico e da mentalidade experimental. As noções de “meio, raça e momento”, recolhidas em Taine, foram empregadas, com variações e ênfases diversas, por boa parte dos intelectuais brasileiros da época, como Capistrano de Abreu, Sívio Romero, Araripe Junior, mas com notáveis exceções. (SCHNEIDER, 2014, p. 69-70).

Assim, temas como raça, nação e clima foram amplamente debatidos pela elite, intelectuais e políticos no país. Via-se a necessidade urgente de desenvolvimento da nação e superação de um dos principais entraves internos, que era o problema de mão de obra escravizada, por apresentar ameaça constante às elites com a rebeldia permanente dos negros, o medo de não se reproduzir aqui o que aconteceu no Haiti<sup>23</sup> e a necessidade do capital em incorporar o trabalho livre.

Neste contexto, as ideias evolucionistas e deterministas produzidas por ensaístas influenciaram as ciências naturais e caíram como luva para justificar as desigualdades raciais, tendo grande prestígio no meio intelectual brasileiro. Este era o retrato da sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX.

No campo das ciências, as diferenças raciais denominadas de “teorias raciais”<sup>24</sup> ganharam status e tiveram êxito em meados dos anos oitocentos na Europa, chegando no Brasil com atraso. Entretanto, foram acolhidas com entusiasmo pela intelectualidade.

Compete revelar que as teorias raciais, também chamadas de racismo científico ou racialismo, perduraram na história da humanidade por mais de um século. Elas surgiram no século XVIII, mas se tornaram conhecidas por volta do século XIX. Decorrem da escravidão moderna para justificar a escravidão, utilizando-se de argumentos da suposta superioridade e inferioridade de determinados grupos humanos e povos. Buscaram formas de cientificar a dominação econômica.

Temos acordo com Carneiro (1993, p. 17) quando afirma que o fenômeno do racismo envolve uma dupla análise, concentrada na teoria e no comportamento, ou seja: “*Primeiro, nas ideias e na construção doutrinária; e segundo nos fatos e nas atitudes*”. Nesse entendimento, tem-se como traço fundante das teorias raciais a necessidade de comprovar a existência de uma raça superior e outra inferior. A partir

---

<sup>23</sup> O Brasil recém-independente herdaria por seu turno estas incômodas pressões da nação capitalista mais poderosa de então[...] Também caberia ao novo país uma outra herança, igualmente decisiva para que se começasse a pensar a necessidade de se extinguir a escravidão. Era o grande medo suscitado pela sangrenta revolução em São Domingos, onde os negros não só haviam se rebelado contra a escravidão na última década do século XVIII e proclamado sua independência em 1804, como também – sob a direção de Toussaint l’Ouverture – colocavam em prática os grandes princípios da revolução francesa, o que acarretou transtornos fatais para muitos senhores de escravos, suas famílias e propriedades (AZEVEDO, 1987, p. 35).

<sup>24</sup> Na atualidade já foi comprovado que as teorias raciais não passam de pseudociências. Trata-se de um racismo científico que utilizou as diferenças biológicas para inculcar a ideia de que certos grupos humanos (raças) são superiores e outros inferiores, sem nenhuma justificativa científica ou método de comprovação. Tratam-se, portanto, de discursos colonialistas.

disso, conjectura-se que a gênese do racismo não é científica e nem tampouco considera-se que os homens e mulheres nascem racistas. O racismo tem base nas relações econômico-sociais, configura-se nas políticas como forma de justificar a desigualdades, escamoteando os verdadeiros interesses que é a exploração econômica e política.

No transcurso de mais um século, vários arautos das ideias racistas, em diferentes áreas de conhecimento, passaram parte de suas vidas tentando provar que as diferenças eram resultado de fatores de ordem biológica e cultural, e para comprovar essa concepção, formularam o conceito de raça humana. Um dos primeiros estudos sobre raça humana foi desenvolvido por Blumembach em 1775 em sua tese “A variedade nativa da raça humana”, no qual defendeu a existência de cinco raças, a saber: caucasoide (branca), mongoloide (amarela), malaia (marrom), etiópica (negra) e americana (vermelha). Ele utilizou esta classificação com base na craniologia, ciência que fazia o estudo do tamanho e volume do crânio.

Embora a hierarquização das raças humanas tenha sido acolhida, a determinação de quantidade a ser classificável foi um entrave, visto que até o século XIX não se definiu com exatidão a classificação racial das populações, chegando cada “especialista” a estipular as raças a seu bel-prazer:

Georges Cuvier reduziu as raças a 3, James Prichard encontrou 7, Louis Agassiz aumentou-as para 12, Charles Pickering preferiu 11 e Thomas Huxley sugeriu 4. As coisas pioraram no século XX, com as novas descobertas dos exploradores e etnólogos. Joseph Deniker enumerou 29 raças em 1900 e Egon von Eickstedt listou 38 em 1937, enquanto outros propunham sistemas com mais de uma centena de raças". (MAGNOLI, 2009, s.p).

A tese de superioridade da raça caucasoide (branca) foi sistematizada por Gobineau, embora fosse comum nesse período hierarquizar os grupos humanos. Schwarcz (1993) destaca que o termo foi introduzido na literatura especializada no século XIX por George Cuvier, tentando demonstrar a ideia de herança física dos indivíduos.

São vários adeptos e autores deste postulado racista. Schwarcz (1993) cita duas vertentes que os aglutinaram: a monogenista, como base na Bíblia de que o homem tem origem comum e que as graduações e tipos humanos decorrem da perfeição ou degeneração do Éden. Ela foi dominante até o século XIX. Já a poligenista, surgida em meados do século XIX, com base nas ciências biológicas,

afirmava que o comportamento humano resulta de leis biológicas e naturais (SCHWARCZ, 1993, p. 48). A autora aponta que a visão poligenista contribuiu para o desenvolvimento de outros estudos como a frenologia (desenvolvida por Franz Joseph Gall, no qual utiliza o crânio, ou melhor, o formato da cabeça para determinar o caráter, personalidade e grau de criminalidade); antropometria (estudo da mensuração do corpo humano e de suas partes, usada por exemplo para identificar um criminoso), a craniologia técnica (que mede o índice cefálico); a antropologia criminal (tese elaborada por Cesare Lombroso, segundo a qual a criminalidade é um fenômeno físico e hereditário); estudos sobre loucura aplicando a frenologia, dentre outros (LOMBROSO, 2001, p. 49).

Para Frota-Pessoa (1996, p. 33) o núcleo central da tese racista pode ser resumido da seguinte forma:

A humanidade está dividida em raças, que se distinguem por traços hereditários, podendo alguns atingir frequências de perto de 100% em uma raça e zero em outra. Uma raça pura, que não sofreu miscigenação recente, é formada por pessoas que apresentam um bloco de traços hereditários físicos e psicológicos, ausentes em outras raças. As raças puras são superiores umas às outras e todas são superiores às miscigenadas. Para o bem da humanidade, as raças superiores devem dominar as inferiores e usá-las para funções subalternas. Deve-se incentivar a reprodução das pessoas das raças superiores e restringir ou anular a das pessoas das raças inferiores, para melhorar o patrimônio genético da humanidade. As raças superiores não devem se cruzar com as inferiores, para não introduzirem em sua descendência traços indesejáveis.

Esse postulado acima descrito foi a base do pensamento racista, no qual, além de criar a hierarquização das raças humanas, se contrapõe à miscigenação, por considerá-la como instrumento de degeneração da espécie humana e sugere a eugenia para “melhorar o patrimônio genético das populações”.

Para Skidmore (1976, p. 66), a corporificação dessas teorias deu-se por volta de 1860, nos EUA e Europa, a partir do que denomina de escolas de teorias racistas. Ele as classifica em três blocos. A primeira, etnológico-biológica, foi responsável pela formulação filosófica nos Estados Unidos nos anos de 40 e 50 com a ideia de poligenia, isto é, a produção de raças humanas por meio de mutações diferentes das espécies. Ele explica que:

Os etnógrafos Samuel Morton, Josiah Nott e George Glidden publicaram tomos de “provas” (medidas cranianas de múmias egípcias, etc) para concluir que as raças humanas tinham sempre exibido diferenças fisiológicas, em sua conformação racial-genética. Ofereciam, na realidade, uma nova versão da antiga hipótese poligenista da criação do homem. A base do seu argumento era que a pretendida inferioridade das raças – índia e negra – podia ser correlacionada com suas diferenças físicas em relação aos brancos; e que tais diferenças eram resultado direto da sua criação como espécie distintas... Nos cinquenta anos seguintes, os cientistas continuaram a elaborar tabelas de medidas cranianas, estrutura de esqueleto e histórias de doenças, segundo categorias – as raças –, tidas por cineticamente definíveis. (SKIDMORE, 1976, p. 66-67).

A segunda escola é a histórica, representada por Gobineau, já citado nesta seção. Seus ideólogos afirmavam que havia diferenças entre as raças humanas, sendo a branca a superior entre as demais.

Na Inglaterra, por exemplo, Thomas Arnold, Robert Knox e Thomas Carlyle interpretavam a história como uma sucessão de triunfos das raças criadoras, dentre as quais a anglo-saxônica era preeminente. Gobineau e outros acólitos menos conhecidos da escola histórica ajudam a propagar a mensagem pela Europa de que a raça era o fator determinante da história humana (SKIDMORE, p. 67).

A última escola, segundo Skidmore, era o darwinismo social. Schwarcz (1993) lembra que após a publicação do livro “A Origem das Espécies” em 1859, bastante lido na época, é que cessou o debate entre os poligenistas e os monogenistas, que acreditavam na evolução da origem uma da humanidade e na hierarquização de raças e povos. Ambas as correntes se fundamentaram na ideia de evolução, nisso, Darwin acabou por influenciar no debate. Não apenas nesse aspecto como atesta a autora, mas também:

Forneceu as bases para a relação com natureza aplicada em várias disciplinas sociais como Antropologia, Sociologia, História, Teoria Política e Economia [...]. No entanto, não são poucas as interpretações de A Origem das Espécies que desviam do perfil originalmente esboçado por Charles Darwin, utilizando as propostas e conceitos básicos da obra para análise do comportamento das sociedades humanas. Conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade” passavam a ser aplicados aos mais variados ramos do conhecimento: na psicologia, com H. Magnus e sua teoria sobre as cores, que supunha uma hierarquia natural na organização dos matizes de cor (1877); na Linguística, com Franz Bopp e sua procura das raízes comuns da linguagem (1867) na Pedagogia, com os estudos do desenvolvimento infantil; na Literatura naturalista, com a introdução de personagens e enredos condicionados pelas máximas deterministas da época, para não falar da sociologia evolutiva de Spencer e da história determinista de Buckle. (SCHWARCZ, 1993, p. 55-56).

A escola do darwinismo social descrevia os negros como:

Espécie incipiente, tornando assim possível continuar a citar toda a evidência – da anatomia comparada, frenologia, fisiologia, e etnografia histórica – oferecida previamente em apoio da hipótese poligenista, ao mesmo tempo em que se dava à teoria racista uma nova respeitabilidade conceitual, (SKIDMORE, 1976, p. 69).

Não é difícil de imaginar que tais escolas influenciaram o pensamento intelectual brasileiro no que se refere à realidade do país em suas análises sobre a composição étnicorracial. Skidmore relata que a elite brasileira no período de 1888 a 1914 acreditava na ideia de superioridade ariana como fator de determinismo histórico, ao mesmo tempo, na crença de degenerância latina.

Assim, nutre-se uma visão hierarquizada e negativa sobre os povos formadores da sociedade brasileira. Vale lembrar que entre os europeus a concepção era também gradualista, os iberos, por exemplo, foram considerados os mais atrasados. Nessa ordem, os portugueses são estereotipados negativamente como imorais, indolentes e imprevidentes, portando, qual seria o destino desta nação composta por povos atrasados na concepção dessas teorias?

Skidmore endossa a ideia de que o tema do desenvolvimento e da identidade nacional é parte significativa de interesses da intelectualidade brasileira em finais dos séculos XIX e XX. Foi nessa direção que se deu a organização do Estado e de suas instituições políticas e culturais para que se desenvolvesse o espírito da consciência nacional, bem como se analisassem os problemas do país.

Schwarcz (1993) lembra que a instalação dos primeiros estabelecimentos culturais e científicos no Brasil como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real foram criados durante a permanência da Família Real no Brasil, datam no século XIX. Tinham a função de reproduzir os valores culturais, a memória e o controle português sobre a Colônia. A intelectualidade brasileira, em sua maioria formada em Coimbra, estava presa ao modelo metropolitano, reproduzindo, portanto, suas ideias.

Mesmo depois da independência, D. Pedro apoiou a fundação de novas instituições do saber como as escolas de direito, lembra a autora. As instituições científicas e culturais, sobretudo a partir de 1870, adotaram uma espécie de “*imperialismo interno*”, nas palavras da autora, utilizando o país como objeto de investigação. Assim, as diferentes nuances raciais, a adoção da ideologia de



superioridade branca e inferioridade negra faziam parte dessas análises, foi por isso que teorias evolucionistas, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo foram concepções que fundamentaram tais estudos.

As instituições de pesquisas e culturais foram também responsáveis por criar uma consciência nacional, como nos aponta Reis (1988). Nessa ordem Skidmore relembra que a elite, em finais dos séculos XIX e XX, desenvolveu três critérios para avaliar um perfil de uma nação, a saber: a originalidade de sua literatura; a estabilidade de suas instituições políticas e o nível de desenvolvimento de sua economia.

Não por acaso que na literatura brasileira houve uma adaptação às teorias raciais europeias, que passaram a orientar a entender o caráter racial brasileiro. Schwarcz (1993, p. 65) destaca que esse tipo de teoria transformou o Brasil em uma espécie de “jargão” comum até os anos 30 e que é quase impossível fazer a catalogação dos intelectuais nacionais que opinaram sobre a questão racial. Foi por isso que ela optou em estudar os autores a partir de seus vínculos com as instituições de pesquisa e cultura. Neste caso, destaca que os “homens de ciencia” encontraram nesses espaços um lugar apropriado para emitir suas ideias e ter reconhecimento pessoal.

A autora selecionou algumas instituições nacionais, bem como seus principais representantes e o posicionamento sobre a questão racial. Ela destaca entre essas instituições os museus etnográficos como o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense de História Natural que de 1870 a 1930 apoiaram-se em perspectivas biológicas de investigação e modelos evolucionistas de análise.

Ela cita que o Museu Nacional foi presidido por João Batista Lacerda entre os anos de 1895 e 1915 e que nesse período foram criados arquivos e publicações de revistas, conforme os centros europeus. Ela descreve que nessas publicações consagravam-se homenagens aos naturalistas estrangeiros. Um bom exemplo é o primeiro número da “Revista Archivos do Museu Nacional” no qual Lacerda escreve um ensaio “Anthropologia das raças indígenas no Brasil”, propondo estudo sobre os povos indígenas Botocudos, colocando à disposição para fins de investigação o acervo do museu, que continha onze cérebros desses povos indígenas (SCHWARCZ, 1993, p.74). Sobre o ensaísta, Schwarcz (1993, p. 75) destaca: Lacerda, poligenista convicto, acreditava na existência de vários centros de criação humana (AMN, 1887, p. 75), mas continuava supondo que a evolução era a única em direção à civilização.

Ou seja, à frente do Museu Nacional Lacerda foi um defensor das ideias poligenistas, fornecendo material humano para as pesquisas biológicas em face do processo evolutivo da espécie humana e estabelecimento da desigualdade natural do ser humano.

Skidmore (1974) aponta que Lacerda em 1911 fez uma defesa científica da tese de branqueamento para o *First Universal Races Congress*, que ocorreu em Londres. Não só isso, em 1912, apoiado no censo estatístico brasileiro, fez cálculo sobre a redução da população negra, concluindo que até o ano de 2012 esta desapareceria.

Outra instituição mencionada por Schwarcz é o Instituto Histórico e Geográfico, tido como guardião da história oficial. Ela lembra que a nata política imperial fazia parte como sócio recebendo cerca de 75% do orçamento do Estado. Além de políticos, proprietários de terra e elite fez parte desse instituto uma geração romântica como Gonçalves Dias, literatos e pesquisadores a exemplo de Silvio Romero e Euclides da Cunha.

A maioria das produções em sua análise eram de história, tentando construir a identidade nacional a partir de eventos e fatos históricos que marcaram a trajetória do país como o descobrimento, entendido como marco de origem, a independência, os problemas da nação com análises bastantes pessimista sobre seus rumos e sobre a população.

É apenas a existência parasitária em culto romano. Estamos em presença de um exemplo de aplicação da grande lei de adaptação ao meio de seleção natural da luta pela vida [...]. É exatamente por causa de sua incompatibilidade com o romantismo e com a civilização que as práticas africanas fetichistas estão fadadas a desaparecer completamente [...] O elemento negro está cada vez mais absorvido pelo cáucaso. Por isso dentro em breves dias os fetiches não terão mais adoradores. Les dieux s'em vont. (RIHGB, 1912, p. 195-260 Apud SCHWARCZ, 1993, p. 117).

Nota-se que a perspectiva do Instituto era de retirar o negro das contribuições culturais e da história, colocando-o como fator de atraso cultural. Os institutos históricos e geográficos se instalaram em várias regiões do país e marca a fala oficial que era evolucionista e desigual. Schwarcz destaca também as faculdades de Direito, principalmente as de São Paulo e Recife, surgidas no contexto da independência do país com o objetivo de criar uma legislação nacional. A de Recife,

por exemplo, teve como principal mentor Tobias Barreto e Sílvio Romero, ambos adeptos do evolucionismo, da crença de superioridade branca e inferioridade negra.

A autora destaca que a fala mais radical em relação ao racismo se fez presente nas faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Nessas instituições procurava-se provar a inferioridade racial de determinados grupos, principalmente dos mestiços. Nina Rodrigues, por exemplo, seguidor de Lombroso<sup>25</sup>, escreveu o livro “Mestiçagem, degenerância e crime” em 1899, tentando comprovar a mestiçagem como um fator de degeneração da espécie humana. Ele lutou para introduzir a medicina criminal nas faculdades de direito, bem como propôs a instalação de manicômios judiciários.

Schwarcz lembra que no Rio de Janeiro, vários médicos acreditavam na ideia de que as epidemias que causavam mortes tinham procedência na África, daí a política de higienização que se deu no país.

[...] Na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Renato Kehl elogiava a política da África do Sul, e além disso propunha, em 1921, projetos de esterilização dos mestiços – e vocês sabem quão imprecisa pode ser a categoria mestiços. O que mais impressiona é como no país de alardeada “democracia racial”, estamos a um passo do apartheid social e ninguém notou (SCHWARCZ, 1993, p.176).

Cumprido destacar que Renato Kehl não foi um simples médico brasileiro. Publicou vários trabalhos sobre raça, imigração, casamento interracial, higiene mental e principalmente sobre a eugenia. Tanto que se tornou conhecido como “pai da eugenia no Brasil”. Esteve à frente das primeiras organizações eugênicas no país que, por sua vez, tiveram grandes contribuições para a política nacional de saúde. Neste círculo, orientando-se pelas ideias de Francis Galton, defendeu que seria importante, assim como já ocorria na Europa e EUA, construir sociedades eugênicas no país para combater o alcoolismo, a sífilis, a tuberculose e todos os fatores disgênicos. Esta seria uma forma de aperfeiçoar as raças humanas, portanto, os conhecimentos eugênicos

---

<sup>25</sup> Cesare Lombroso – psiquiatra, cirurgião, higienista, criminologista, antropólogo e cientista. Segundo Molina (2013), Lombroso fundamentou seus estudos na análise do delito, preocupando-se em estudar o “homem delinquente”. Estudou mais de 25 mil reclusos de prisões europeias, cerca de seis mil delinquentes vivos e o resultado de cerca de quatrocentas autópsias, chegando à conclusão de que entre os delinquentes existem características físicas e psicológicas comuns, ou seja, há um perfil de delinquência, portanto, o crime é um fenômeno biológico.

teriam como tarefa moldar o organismo humano, precavendo as gerações futuras da delinquência.

Baseados no argumento de preocupação com os males que assolam a nação, os adeptos da eugenia aconselhavam uma série de medidas profiláticas autoritárias a serem implementadas no campo e na cidade. Essas medidas vão desde a reforma urbana, higienização de cidades como o Rio de Janeiro, campanhas de vacinação popular, educação higiênica, instrução, controle de natalidade, esterilização de criminoso, até campanhas eugênicas de orientação matrimonial como a propaganda pela adoção do exame pré-nupcial para evitar degenerações hereditárias.

As medidas eugênicas visavam ter um controle social para “aperfeiçoar” as características das futuras gerações. Assim, se posicionavam a favor de uma raça superior – a ariana – e contra a miscigenação, porém o objeto de investigação e da política era o negro, caracterizado como legítimo representante de uma raça inferior.

Tais medidas consistiam em uma espécie de seleção artificial genética dos tipos humanos superiores para aprimorar a espécie humana. Nessa ordem, os racialistas têm interesse pela miscigenação, através das “grandes raças”, focando-a como “método” para selecionar os tipos “puros”. Por essa ordem é que o debate sobre mestiçagem no país é mais ideológico, tendo um controle sobre o biológico, do que propriamente um fenômeno universal de fluxo de genes de intensidade e duração variável entre as populações (MUNANGA, 1999).

Munanga, em seu livro “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil”, buscou tratar os fundamentos ideológicos e conteúdos simbólicos e políticos da mestiçagem. Também fez um esforço para situá-la na defesa das identidades múltiplas, debate este bastante atual. Ele destaca que a construção da identidade nacional no país recorreu a métodos eugenistas, com objetivo de embaquecimento físico da sociedade, projeto esse que fracassou, mas deixou sequelas psicológicas no inconsciente coletivo brasileiro.

Ele relata que durante os séculos XIX e XX, os doutrinários do racismo defendiam que o desenvolvimento das culturas dependia da pureza de sangue, bem como argumentavam que o declínio de uma cultura é explicado pela degeneração decorrente da mistura das raças. Nesse raciocínio, todos os males sociais e imorais eram atribuídos à miscigenação. O alcoolismo, o uso abusivo de tabaco, a “falta de

religião”, o descontrole emocional, a pornografia, a irritabilidade, etc são fatores de distúrbios do “sangue misturado”.

Munanga ressalta o debate sobre mestiçagem promovido pelos filósofos. Nesta acepção, havia duas posições contrárias – a de Voltaire e a de Buffon, já destacado na seção anterior. Para Voltaire, a mestiçagem é uma anomalia, fruto da união escandalosa entre as raças distintas. O filósofo ressalta que há diferença entre a estrutura interna do negro e a de um branco. O mulato, para ele, é uma raça bastarda.

Para Buffon, não há nada de escandaloso na mestiçagem. Os fatores climáticos e culturais é que determinam a variedade humana. Considera ainda que a mestiçagem se realiza por tamanho, formas físicas e pela cultura. Um aspecto levantado nesse período é sobre a fecundidade do mestiço. A maioria das teses defende a esterilidade e, dentre os que argumentam ser o mestiço fértil, citamos Buffon e Diderot.

Para Diderot, a fecundidade das mestiças é a prova da unidade da espécie humana. Nesse aspecto, aconselha que é preciso levar às regiões mais longínquas algumas centenas de jovens vigorosos, laboriosos e sábios para se casarem com pessoas da região, formando uma só família, fundindo artes e conhecimentos ocidentais.

Buffon acredita que a mestiçagem:

É o meio mais rápido para reconduzir a espécie a seus traços originais e reintegrar a natureza do homem: bastaria, por exemplo, quatro gerações de cruzamentos sucessivos com o branco para que o mulato perdesse os traços degenerados do negro (BUFFON apud MUNANGA, 1999, p. 26).

Enfim, o debate sobre o caráter da mestiçagem nesse período, seja para explicar a unidade da espécie humana na perspectiva de Buffon, seja para negá-la, entendendo-a como uma degenerância, conforme apontado por Voltaire, foi pensado com base num determinismo biológico, sustentado por aspectos econômicos, políticos e ideológicos (MUNANGA, 1999).

Este é um ponto importante, pois as explicações sobre o fenômeno racial brasileiro neste século se nutriram das ideias racistas ocidentais, em que a construção da nacionalidade é vista como problemática por conta da diversidade racial. Munanga afirma que mesmo influenciado pelas ideias ocidentais, os intelectuais brasileiros

apresentaram uma proposta original. Neste contexto, consubstanciado pelo fim da escravidão em 1888, impôs uma nova ordem: pensar a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Isto exige também pensar a situação dos ex-escravos – deverão estes fazer parte do país, ter nacionalidade e ter identidade?

A identidade étnica e o tipo étnico brasileiro passaram a ser preocupação de vários pensadores: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, etc. Com raras exceções, tinham em comum a ideia de inferioridade dos não brancos e a degeneração como resultado da mestiçagem.

A mestiçagem, então, foi tomada do ponto de vista ideológico e político e uma saída para a construção de um novo fenótipo humano, cultural e homogeneizador da sociedade brasileira. Nestes termos, Sílvio Romero presume que na fusão entre as raças deve prevalecer a seleção natural. Com a intensificação da imigração europeia no país, supõe que a tendência natural seria o branqueamento da população, ou seja, a miscigenação para ele era transitória e um meio para chegar ao branqueamento.

Nina Rodrigues, ao contrário, via a miscigenação como uma adaptação forçada e imposta que provocaria desequilíbrios e perturbações psíquicas (MUNANGA, 1999, p. 54). Sugere a institucionalização da responsabilidade penal atenuada, bem como a divisão de quatro regiões para efeito da legislação penal. Desta forma, suas ideias aportam para uma espécie de separatismo racial. Convém ressaltar que os preconceitos em relação à mestiçagem não se limitaram ao discurso ideológico. Eles se fizeram presentes na legislação de 1808, a qual afastou os mestiços da propriedade da terra. Oliveira Viana acreditava que existia uma hierarquia entre os mestiços: um superior e outro inferior.

O primeiro, resultado do cruzamento do branco com o negro do tipo inferior, é um mulato incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade. O segundo, produto do cruzamento entre branco e negro do tipo superior, é ariano pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, é suscetível de arianização, outro modo capaz de colaborar com os brancos na organização e civilização do país. São aqueles que em virtude de caldeamentos felizes mais se aproximam pela moralidade e pela cor do tipo de raça superior. Eles tendem a subir, a insinuar-se e dissimular-se entre brancos, aristocratizando-se. A fuga do seu meio nativo era o melhor e o mais rápido recurso para realizar esse objetivo. Por isso emigraram-se, engajaram-se nas bandeiras que lhes permitiram a posse de terra à qual não teriam acesso em seus meios originais. (VIANA, 1920 apud MUNANGA, 1999, p. 6768).

Munanga, ao comentar sobre os mecanismos seletivos descritos por Viana, endossa que estes aspectos quebraram a unidade entre os próprios mulatos, dificultando a identidade comum. Ele tece críticas ao autor por ignorar o contexto colonial, que não possibilitava nenhum processo de ascensão social aos não brancos. Em vez de criticar a situação colonial e o colonizador, vai encontrar resposta na própria vítima.

Fica bastante difícil para nós entender como Viana conseguiu inventar indivíduos que, por mais miscigenados que fossem, tivessem mentalidades justapostas na cabeça, e essa justaposição se faz de acordo com a origem dos seus ancestrais. Também fica difícil entender como ele ignorou que o contexto colonial não podia favorecer as possibilidades de ascensão cuja falta ele joga no negro, índio e mestiço. Em vez de criticar a situação colonial e o colonizador, que reprimiram as oportunidades de manifestação dessa vontade, ele encontra a explicação na psicologia da própria vítima (MUNANGA, 1999, p. 69).

A ascensão do mestiço é explicada em função da arianização, neste sentido tem na mestiçagem uma visão positiva, pois poderá levar ao branqueamento da sociedade brasileira. Desse modo, diz ele:

O que importa para as conclusões sociológicas não é tanto determinar o tipo puro (genótipo), mas sim o tipo aparente (fenótipo). Com efeito, têm-se duas espécies de brancos: o branco puro (genótipo) e o branco aparente (fenótipo), isto é, o mestiço brancóide, de aspecto ariano (fenótipo). O mesmo se dirá do negro e do índio, distinguindo o negro puro do mulato negroide e o índio puro do mameluco indióide. Em antropologia física, estes dois tipos – puro e aparente – são biologicamente distintos, mas em antropologia social, eles se equivalem. (VIANA, 1920 apud MUNANGA, 1999, p. 76).

Desta forma, foi sendo gestada no país uma resposta rápida ao fenômeno racial, tanto para absorver a diversidade, quanto em relação à tal “inferiorização” das raças não brancas, “forjando um tipo humano genuinamente brasileiro”, contribuindo para a construção da nação com base no elemento fenótipo nascente. Por outro lado, a miscigenação cumpriu também o papel de anular a superioridade numérica dos negros, bem como serviu para “alienar” seus descendentes mestiços, evitando conflitos raciais nos moldes dos EUA.

Não há perigo de que o problema negro venha surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo amor. A miscigenação roubou o elemento negro da população de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com rara exceção), acolhe-o, estima-o e aceita-o em seu meio. Como nos asseguram os etnólogos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência

do 'elemento superior'. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ele vai eliminar a raça negra daqui. É "óbvio que isso já começou a ocorrer. Quando a emigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção" (VIANA, 1920, p. 90 apud MUNANGA, 1999, p.78).

Nas palavras de Oliveira, é possível entender as implicações ideológicas e políticas que cumpriu a miscigenação, para além de ser um fenômeno universal do ponto de vista populacional. Ela foi utilizada como um instrumento intermediário para hierarquizar as diferenças étnicas com base num modelo evolucionista e racista.

Nesta seção, destacamos de forma mais acentuada Oliveira Viana, por ter sido, na década de 1920, o advogado e historiador mais lido por sua tese sobre embraquecimento e sobre a ideia de consciência nacional. Publicou muitos artigos e livros, foi professor do Curso da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, influenciando inúmeras gerações nesse período.

Contudo, suas previsões acerca do processo de arianização do país baseado nos censos, a ideia de miscigenação seletiva, tomando o branco puro como referência, e a adaptação ao meio como mote de seu enunciado para chegar a um processo gradativo de branqueamento do país em poucos anos, foram muito questionadas. Gilberto Freyre foi um dos maiores críticos das ideias de Oliveira Viana, principalmente sobre o seu ensaio de embraquecimento. A ponto de julgar-lhe como "o maior místico do arianismo que ainda surgiu entre nós" (FREYRE, 2013, p. 305).

As críticas a Oliveira Viana se inserem num contexto de desenvolvimento da Antropologia Moderna, ciência que tomou a cultura como centralidade, investigando a diversidade cultural humana. Franz Boas (1858- 1942), um dos fundadores desta área de conhecimento, propõe o estudo da cultura, rejeitando qualquer aspecto de determinismo de raça, o evolucionismo unilinear e universal das sociedades e culturas. Propõe que a partir do estudo da cultura é possível compreender a dinâmica das sociedades existentes, os processos históricos e a evolução das formas de vida, bem como as relações entre indivíduo e sociedade, traços de comportamentos que são moldados pela cultura e o modo pelo qual as diversas culturas se estabeleceram nas sociedades.

É nesse contexto que o debate da identidade nacional e a questão racial são deslocados do eixo de raça para adentrar na cultura. Por este ângulo é que as ideias de Gilberto Freyre se inserem no país, principalmente através de sua obra



clássica “Casa-Grande e Senzala” (1933). Na edição primeira do livro, Freyre deixa explícita a influência do antropólogo Franz Boas:

O Professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou hoje maior impressão. Conheci-o nos meus primeiros dias em Columbia. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação...Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor- separados dos traços de raça os feitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamentalmente a diferença entre raça e cultura, a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os influentes sociais, de herança cultural e do meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (FREYRE, 2013, p. 3132).

Freyre, que antes da influência de Boas possuía visão negativa sobre a mestiçagem, como relatou na citação decorrida, passou a compreendê-la situando num contexto cultural e social, caracterizando o hibridismo do Brasil positivamente e interpenetrado pela cultura negra, indígena e portuguesa. O livro de Freyre ainda é uma das obras mais lidas no Brasil e em muitos países, e de certo modo, concedeu o crédito ao país de ser uma “democracia racial”, apesar de muitas vezes discordarem disso. Ele faz interlocução com os principais teóricos brasileiros das concepções raciais e do determinismo climático, tecendo defesa sobre a harmonia das relações étnicas constituidora da nação brasileira, além de fazer destaque a cultura negra, indígena e portuguesa.

Casa-Grande e Senzala virou a cabeça para baixo a afirmação de ter a miscigenação causado dano irreparável. *O pot-pourri* étnico do Brasil, dizia Gilberto Freyre, era, ao contrário, uma vantagem imensa. Mostrou como as pesquisas de nutrição, medicina, psicologia, sociologia e agronomia tinham tornado obsoletas as teorias raciais e apontado novos vilões – a dieta insuficiente, a indumentária pouco prática, a doença tantas vezes nem diagnosticada nem tratada (especialmente a sífilis). Citava estudos de cientistas brasileiros, produto da nova e profunda preocupação por parte da intelectualidade brasileira pelos problemas sociais longamente ignorados do país a fim de mostrar que o índio e o negro tinham feito efetivas contribuições para uma dieta mais sadia e para um estilo de roupa mais prático. Assim, Gilberto Freyre conseguiu valer para um vasto público a consciência que o país começava a ter das dimensões raciais do seu passado (SKIDMORE, 1976, p.2 10- 211).

Neste aspecto, o livro de Freyre teve um papel resoluto no debate sobre miscigenação- identifica a proeminência das culturas africana, indígena e portuguesa

na formação da sociedade brasileira. As ideias de Freyre ajudarão a construir o caráter nacional multiétnico, principalmente num contexto em que as teorias raciais entram ainda mais em decadência e perdem credibilidade. Por outro lado, ainda em uso, estas serviam de base para a implementar políticas segregacionistas de Estado, sendo alvo de muitos questionamentos. Um exemplo disso é a experiência concreta do antissemitismo da Alemanha nazista, do apartheid nos EUA e na África do Sul.

## **2.2 Cordialidade e democracia racial:** novos rumos pensados para a questão negra e as relações étnico-raciais

Como já mencionamos anteriormente, a obra *Casa-Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, foi fundamental para construir as novas bases sobre o caráter nacional a partir da década de 1930, isto graças à suposta ideia de democracia racial que ganhou ares internacionais e elevou o Brasil à categoria de modelo a ser seguido. Neste sentido, o problema racial encontra resposta na mestiçagem cultural e biológica, passando a ser um símbolo maior da identidade nacional. Nas palavras de Munanga (1999, p. 110), a miscigenação é “peça central da ideologia racial brasileira”.

Ao lado da obra de Gilberto Freyre acrescentamos, com igual valor, o livro *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, responsável por interpretar a propalada “cordialidade brasileira” como característica essencial do “homem nativo”, bem como a sua análise sobre a estrutura colonial agrária, fundada em relações patrimonialistas e burocráticas.

Interessa-nos, nesta seção, abordar as categorias mestiçagem, democracia racial e cordialidade apresentadas nas obras mencionadas, bem como suas implicações na construção do caráter nacional. Convém destacar que estes livros alcançaram sucesso popular. Antônio Candido (1967) chegou a afirmar que a geração desse período aprendeu a refletir e a se interessar pelo Brasil a partir dessas obras ele destaca também o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior. Ele os considera peças-chaves do radicalismo intelectual e da análise social que surgiu depois da Revolução de 1930. Sobre Holanda, descreve Cândido (1967, apud Holanda, 2014, p.15):

Com este instrumento, Sérgio Buarque de Holanda analisa os fundamentos do nosso destino histórico, “as raízes”, aludidas à metáfora do título, mostrando a sua manifestação nos aspectos mais diversos[...] Trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso efetivo – são pares que o autor destaca no modo-de-ser ou na estrutura social e política, para analisar e compreender o Brasil e os brasileiros (CÂNDIDO, 1967 apud HOLANDA 2014, p.15).

Na linha de mensuração sobre a importância dessas obras para explicar o quadro da realidade brasileira daquele momento, destacamos Schwarcz (1999), Skidmore (1976), Munanga (1999), que pontualmente fizeram destaque às colaborações de Freyre em Casa-Grande e Senzala. Para Munanga (1999, p. 79):

A grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira; influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina e outros causara dano irreparável ao Brasil, era vista por ele como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor de Casa-Grande e Senzala permitiu definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são raça negra, branca e índia.

As obras assinaladas se inserem num contexto de desenvolvimento da República e do pós-abolição num processo de acontecimentos históricos que vinham se desenhando dentro e fora do país gerando inquietações e revoltas. O quadro que se apresenta de crise econômica e disputa por poder político entre as frações dominantes vai gerar uma difícil situação no país. Fatos anteriores, como a participação na demorada guerra do Paraguai (1864-1870), a quebra da bolsa de Nova York em 1929 que levou à crise do principal produto de exportação do país – o café; o período entre guerras mundiais: 1ª Guerra (1914-1918) 2ª Guerra (1939-1945); o domínio das oligarquias na condução da vida política do país e usurpação da máquina estatal foram fatores também de muitas insatisfações.

Aspectos como o desenvolvimento da industrialização concentrada nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o processo de urbanização acelerado que se deu nesse período, devido ao êxodo rural com a crise do café, conduzindo a uma rápida concentração de pessoas nessas regiões e

que ajudaram a constituir a mão de obra; a substituição da mão de obra imigrante<sup>26</sup> pela nacional, regulada no governo de Getúlio Vargas, bem como o surgimento de novas classes sociais: burguesia industrial, proletariado e classes médias, demarcaram a situação econômica, política e social do país nesse período e endossaram a preocupação com o destino da nação, principalmente em torno do desenvolvimento nacional.

A industrialização em marcha causou grande impacto na vida da classe trabalhadora, o número de operários cresceu de forma vertiginosa, tornando-se uma força social importante. Esse fato impôs que o governo se antecipasse para que não demandasse revoluções operárias, conflitos trabalhistas nos moldes da Europa. Foi nesse período que se consolidam as leis de trabalho, normas de funcionamento de um sindicalismo corporativista e atrelado ao Estado, no então governo de Getúlio Vargas.

Para Sodré (1976), o processo nacional de desenvolvimento altera toda a vida do país, repercutindo em todos os setores e constituindo o palco das manifestações. Representa, em suas análises, um problema de ordem democrática, daí a preocupação com a construção de uma estrutura nacional de produção. Contudo, a força do imperialismo e o entreguismo da burguesia nacional em aliança com a oligarquia resultaram na transferência da estrutura de nossa produção para as multinacionais, encerrando assim o conflito em pleno período de ascenso da industrialização brasileira.

Esse quadro de crise, bem como a tentativa de restaurar o país economicamente e politicamente, teve no campo do conhecimento, principalmente na literatura e nas artes, a necessidade de superar o tradicionalismo da sociedade brasileira e construir a identidade nacional a partir de suas raízes.

Desse modo, a cultura brasileira passa a ser o caráter de unificação nacional. Do ponto de vista estatal, essa centralização se deu com a ideia de uniformizar as práticas administrativas, criando por exemplo o Ministério do Trabalho,

---

<sup>26</sup> Durante os anos de 1930 e no início de 1940 várias medidas de restrições aos trabalhadores imigrantes foram aprovadas. Em 1933 foi aprovada a emenda constitucional que estabelecia o teto de entrada no país de apenas 2% do total de imigrantes de determinada nacionalidade prejudicando imigrantes japoneses e alemães. A emenda constitucional de Miguel Couto defendia a orientação branca, cristã e nacionalista para a imigração, proibindo pessoas da raça branca e amarela, bem como exigia a obrigatoriedade do exame de sanidade física e mental dos imigrantes estrangeiros.

o Ministério da Educação e Cultura, padronizando o currículo escolar e a difusão de rádio, fatos gestados no governo de Getúlio Vargas<sup>27</sup>. A cultura nacional passou a ser divulgada. Foi nesse período que o samba passou a ser ritmo nacional e o futebol símbolo da identidade local.

Nessa direção, também se espalham no país movimentos culturais regionais em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. A maioria desses movimentos está atrelada à aristocracia rural decadente. O Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, publicado em 1926, o Movimento Modernista e a Primeira Semana Afro-Brasileira realizada em Recife (1934) são alguns exemplos desses movimentos culturais.

Toda terça-feira, um grupo apolítico de "Regionalistas" vem se reunindo na casa do Professor Odilon Nestor, em volta da mesa de chá com sequilhos e doces tradicionais da região - inclusive sorvete de Coração da Índia - preparados por mãos de sinhás. Discutem-se então, em voz mais de conversa que de discurso, problemas do Nordeste. Assim tem sido o Movimento Regionalista que hoje se afirma neste Congresso: acadêmico mas constante. Animado por homens práticos como Samuel Hardman e não apenas por poetas como Odilon Nestor; por homens politicamente da "esquerda" como Alfredo Moraes Coutinho e da extrema "direita" como Carlos Lyra Filho.

Seu fim não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e redes feitas por cearense ou alagoano tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentem importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no País outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que ele deve ter. (FREYRE, 1996, p. 47-75).

Com se nota, a preocupação descrita no Manifesto é com as "coisas do Brasil". Nesse aspecto, este movimento constituído por intelectuais, valoriza o cotidiano e a cultura do país. Santos (2011), em um artigo intitulado "Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do Manifesto Regionalista", destaca que as questões centradas pelo "movimento modernista" na década de 1920 e 1930 giram

---

<sup>27</sup> De 1930 a 1954, Getúlio Vargas foi figura central na política brasileira. A Era Vargas não se limita ao Estado Novo (1937- 1945), Vargas chefiou o governo provisório (1930-1934), foi presidente eleito pela Assembleia Constituinte (1934-1937) e imposto por um golpe militar no período de 1937-1945. Em 1950, foi eleito presidente e governou até 1950, quando cometeu suicídio. Esse período é denominado pelos historiadores de modernização conservadora, pois nasceu de um regime autoritário que servia aos interesses das velhas e novas elites. Nesse processo, o Brasil tornou-se agrário-industrial, a industrialização cresceu. Vargas integrou diversas regiões do país por meio de transportes e comunicação, dentre outras mudanças.

em torno da nação e identidade nacional, e buscam fomentar a consolidação da cultura nacional.

Observa-se, no entanto, que há diferenças no interior desse movimento. Há um setor que opera para explicar a cultura nacional com base numa releitura do passado colonial da formação social, que congrega a cultura portuguesa, africana e indígena e também focaliza o aspecto rural. Isto se expressa no Manifesto de Recife, que valorizou o folclore, a linguagem, a comida e as tradições. Faz parte de um regionalismo atrelado à figura de Gilberto Freyre.

De outro lado, se localiza a concepção modernista que no Rio de Janeiro é reduto da burguesia tradicionalista e conservadora, enquanto em São Paulo é estimulada pelo progresso, inspirada na vanguarda europeia. Nesta ordem, São Paulo, com um perfil cosmopolita, devido ao rápido e intenso processo de industrialização e também pelo fato de ter passado a constituir o principal centro produtor do país, foi aclamada como *locus* irradiador da cultura nacional. Este fato gerou desavença no movimento modernista, principalmente entre o de Recife e o de São Paulo. Freyre vai atuar na defesa de um modernismo regionalista, ou seja, na defesa das tradições rurais patriarcais nordestinas. Para D' Andrea (1992), o Manifesto Regionalista esboçava:

Tradicionalismo via colonização portuguesa, tradição via patriarcalismo é a tônica da ideologia da ordem na década de 20 aqui no Brasil, do ponto de vista do regionalismo-tradicionalista nordestino. Em torno desses interesses urgia lutar contra as forças desagregadoras do declínio rural. Mercê de uma visão apaixonada e a-histórica, são metidas no mesmo saco as “causas” dessa desagregação: a República que implantara o Estadualismo, trazendo como consequência a descentralização regional, o progresso burguês, o positivismo, o liberalismo, o cientificismo, o militarismo, a democracia liberal e o “futurismo” (D' ANDREA, 1992, p. 83).

Desta forma, o futuro é visto com preocupação. As cidades e as transformações que ocorrem do processo de urbanização são vistas com cautela por Freyre.

Em 1923, ele está de volta ao Recife, disposto a escrever um estudo singular, que nunca realizou: uma história da vida de menino no Brasil. Enquanto isso, enxerga o horror que está sendo praticado em sua cidade. Em nome do progresso e da modernidade, Recife está perdendo os sobrados antigos e ganhando prédios altos. Antigas ruas cedem espaço para avenidas. Dessa espécie de pororoca cultural – o moderno pensamento sociológico, o retorno à terra natal, a urbanização modernizante, o fim da velha identidade – surge a convicção de que alguma

coisa precisa ser feita. Algo que receberia o nome de Centro Regionalista do Nordeste. A ideia é mais do que simplesmente promover a preservação do patrimônio edificado. Trata-se de reorganizar a identidade local, vista agora pelas lentes da sociologia (REVISTA SUPERINTERESSANTE, 2003).

É nessa configuração que se insere a obra Casa-Grande e Senzala. Utilizando argumentos coloniais, a casa e a senzala são metáforas para explicar dois mundos. De um lado, a estrutura social escravagista, patriarcal e latifundiária e, de outro, os negros escravizados, principal força de trabalho desse período.

O cotidiano e cultura fazem parte do enredo de Freyre. A casa-grande é o espaço doméstico, uma unidade analítica que reflete a organização da família brasileira aristocrática nos moldes patriarcal, a intimidade, inclusive sexual, a religião, modos de vida, até estruturas mais complexas do sistema colonial. Essa foi a forma encontrada pelo autor para configurar a formação e o caráter do Brasil. No arcabouço de sua obra, descreve:

No Brasil, as relações entre brancos e raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária: do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas do pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, em uma grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária. E exigiu uma enorme massa de escravos. A criação de gado, com possibilidade de vida democrática. Deslocou-se para os sertões. Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal- uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígonos, do alto das casas grandes de pedra e cal, não os escravos criados aos magotes nas senzalas como lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palhas vassalos das casas grandes em todo o rigor de expressão.

Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram, entretanto, de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de construir família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. (FREYRE, 2013, p. 33).

Como se percebe, o autor apresenta as relações raciais de início da colonização como uma “confraternização” entre um povo superior e vencedor, o português que se impôs aos atrasados na técnica e militarmente. Exibe os atrasados, nesse caso, os índios e africanos, como passivos. O equilíbrio é apresentado pelas

relações genéticas e sociais que se materializam a partir da necessidade do colonizador de formar famílias pela ausência de mulheres brancas. É a partir dessa necessidade que o “povo superior” se aproxima dos dominados e essa aproximação se deu pela predisposição do português para miscigenar e de adaptar-se ao clima.

A inclinação tanto para a vida tropical quanto para os povos indígenas e africanos é apresentada pelo autor como um perfil característico do português. Um povo de “sangue mouro ou negro”, “aventureiro”, nas palavras do autor, que se antes de sua chegada ao Brasil já usufruía de larga experiência na Índia e na África (FREYRE, 2013, p.66).

A própria localização geográfica de Portugal entre Europa e a África, além de ter um clima marítimo influenciado pelo Oceano Atlântico e por ser uma nação costeira, são condições que contribuíram para a prática da miscigenação, diminuindo a distância social entre a casa-grande e a senzala. Diferentemente de outros autores descritos nesta pesquisa, Freyre avalia positivamente a colonização portuguesa, colocando-a em nível superior comparada à inglesa, francesa e espanhola, sobretudo em relação à miscigenação.

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. **Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo no primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com os povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora.** A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas (FREYRE, 2013, p. 70-71, grifos nossos).

Neste aspecto, Freyre, em tom sexista, diz que o português forma famílias, relacionamentos, procria filhos legítimos ou não. A miscigenação é uma forma de democratização, mobilidade e superação da escassez de mulheres. A miscigenação se contrapõe à visão eugenista pelo fato de atribuir a esse processo todos males das gerações, como falta de atributos físicos, problemas de saúde, indisposição para o trabalho, apatia, etc. Nesse aspecto, imputa a responsabilidade não à miscigenação, mas à monocultura latifundiária, que tem exposto os negros escravizados a excessiva carga de trabalho, à alimentação deficiente, imprópria e de péssima qualidade, o que tornava as pessoas doentes e degeneradas.



Para ele, a sociedade patriarcal trouxe problemas e benefícios. O português, ao mesmo tempo que imprimiu a “raça adiantada” sobre a “atrasada”, desenvolveu novas condições de vida e de ambiente, esse é o legado do colonizador. O português tornou-se, nas suas palavras, “um luso-brasileiro”, que fundou novas ordens econômicas e sociais simbolizadas na casa-grande e senzala.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo o sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater família, culto dos mortos etc); de vida sexual e de família (o patriarcado polígono); de higiene do corpo e da casa (o tigre, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhões e viúvas, recolhendo os órfãos[...] A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal (FREYRE, 2013, p.37-38).

Ou seja, no mundo colonial brasileiro, a organização social, política e as instituições estavam sobre o controle do senhor de engenho. Para o autor, este proprietário de terra criou o tipo de civilização mais estável na América hispânica (p.43). A vida social desse período é a própria história íntima que se fixou na casa grande, como foi demonstrado na citação anterior.

O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariando pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e negra- mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona<sup>28</sup>, a oitavona<sup>29</sup>, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos (FREYRE, 2013, p.33).

Com base na citação anterior, é possível entender que a compreensão sobre o papel sexual desempenhado pelas diferentes mulheres no contexto da sociedade patriarcal, de certa forma, explica as bases da dominação e a condição das mulheres, apoiando-se na caracterização de família patriarcal enquanto unidade

<sup>28</sup> Segundo o Dicionário Aurélio (2000), quadrarona é aquela que tem um quarto de sangue negro.

<sup>29</sup> Oitavona, feminino de oitavão, diz-se daquelas que têm um oitavo de sangue negro.

produtiva, símbolo de autoridade e elemento de coesão que se integrou “perfeitamente” na sociedade brasileira.

A sociedade patriarcal, como já mencionamos, caracterizada pela família patriarcal, é simbolizada pela casa-grande, espaço da origem de vida propriamente dita da sociedade brasileira. Nela tudo se realiza e ocorre, por isso tem um caráter natural e positivo. O autor considera que esse modelo de sociedade desenvolvido no país constitui socialmente e culturalmente as bases de civilidade.

Cabe destacar que a ideia de sociedade patriarcal desenvolvida pelo autor se apoia na concepção de Weber. Ele entende que o patriarcado é um sistema de dominação, uma forma de organização que tem à frente um patriarca como autoridade central na comunidade econômica ou familiar. É um tipo ideal, no conceito weberiano uma autoridade familiar, doméstica. Nessa organização também se define a divisão social do trabalho e de gênero.

Para Saffioti (2004), o termo *patriarcado* pode ser concebido como um esquema de dominação e exploração das mulheres, porém deve-se colocar em evidência a situação de exploração e opressão em que as mulheres são submetidas, pois fazem parte da mesma moeda, ou seja, dominação e dominados estão intimamente ligados.

Nessa direção, há um forte debate no seio do movimento feminista. O termo patriarcado é central nas análises do movimento tendo diversas interpretações. As diversas análises fazem vários recortes. Há enfoque associando-o ao desenvolvimento da sociedade, a partir da evolução da família, atrelado à divisão social do trabalho em que o gênero é tomado para definir papéis. Enquanto outros o ligam às determinações estruturais; há aqueles que empregam o termo para explicar a condição feminina na sociedade, outrem para explicar a origem do poder e dominação masculina, outros demonstram a estrutura e organização social de gênero autônoma a classes sociais e até quem o utiliza como uma ideologia para justificar a submissão da mulher ao homem.

Essas diferentes perspectivas sobre o patriarcado, em nosso ponto de vista, têm em comum a necessidade de dar visibilidade à situação das mulheres num contexto histórico em que se produziu a sujeição das mulheres, daí a necessidade de aprofundar estudos e pesquisas sobre a condição das mulheres nesse contexto e os nexos com a realidade atual. Por outro lado, consideramos que a condição social de inferiorização da mulher é engendrada no processo de apropriação privada dos meios

de produção no qual definiu papéis sociais, bem como relações de poder que envolvem a classe, gênero e raça. Compreende também os conflitos, lutas que se processam no interior das relações sociais. Para Fourier, citado por Marx:

A humilhação do sexo feminino é uma característica essencial tanto da civilização quanto da barbárie, porém com a diferença de que a ordem civilizada eleva todos os vícios que a barbárie comete de um modo simples a um modo de pensar bem mais complexo, de duplo sentido, equívoco e hipócrita[...] A pena por manter a mulher na escravidão não atinge a ninguém de um modo mais profundo do que o próprio homem. (FOURIER apud MARX, 2009a, p. 219).

Feito este adendo, é preciso também destacar que o tipo de família patriarcal que se desenvolveu no início no país se estruturou com base em um núcleo familiar composto de pai, autoridade máxima, mãe e filhos legítimos para fins de herança e controle do patrimônio, convivendo naturalmente com relações extraconjugais em forma de concubinato, com filhos bastardos tidos com indígenas e negras, poligamia, prostituição consentida pela moral da igreja católica para proteger as mulheres virgens de boas famílias e as esposas, e liberdade sexual total para os homens. Assim, não há nada de harmonioso no patriarcado do início da colonização. Este tipo de patriarcado foi imposto pelo colonizador. Os escravos, neste tipo de organização, eram apenas propriedade do senhor para gerar lucro. É uma peça, objeto semimovente que não tem nenhuma liberdade. Tem sua humanidade negada. As escravas, assim como os escravos, exerciam tarefas árduas nos engenhos, não tinham qualquer direito, seja em relação à maternidade ou à constituição de família.

Convém destacar que o tráfico de escravos e a escravidão são considerados um dos maiores crimes contra a humanidade, não há nada de benevolência nessa história. Houve desagregação social e familiar de povos inteiros de africanos com a diáspora africana, partilha do Continente Africano<sup>30</sup>, a estigmatização de seus valores, cultura e povos. Davis (2016, p. 20), analisando a situação da mulher negra durante a escravidão nos EUA, destaca:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma

<sup>30</sup> Também conhecida como Conferência de Berlim. Foi realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885 e teve como objetivo a divisão da África entre as potências europeias.

expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica do seu trabalho. As exigências desta exploração levavam os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão. Assim como mulheres negras dificilmente eram “mulheres” no sentido corrente do termo, o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros. Uma vez que maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente submetidas à autoridade absoluta dos feitores, o fortalecimento da supremacia masculina entre a população escrava poderia levar a uma perigosa ruptura na cadeia de comando. Além disso, uma vez que as mulheres negras não podiam ser tratadas como “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à lei de “provedor da família”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava (DAVIS, 2016, p. 20).

Embora o contexto em tela seja os EUA, fatos semelhantes aconteceram no sistema escravista brasileiro. O próprio Freyre, no prefácio do livro *Casa Grande e Senzala*, mostra a semelhança entre a colonização portuguesa e a inglesa do Sul dos EUA, de modo que pode ser utilizado como parâmetro, pois assim como no Brasil, a relação social de produção escravista desenvolve-se nas plantações agrícolas e por meio da escravização dos povos africanos.

Assim, tanto lá como aqui a população negra foi tratada com crueldade, escravizada, superexploração, oprimida e humilhada, seja ela criança ou adulto. Davis (2016) nos ajuda a compreender a situação de vulnerabilidade das mulheres negras nos EUA que, enquanto objeto, não se enquadravam nem sequer como sexo frágil ou dona de casa.

Se por um lado há um tratamento diferenciado entre as mulheres brancas e negras, por outro, os estereótipos de sexo frágil, dona de casa designam papéis sociais que esse sistema reservou às mulheres brancas, relegando-a ao ambiente doméstico com a função sexual de procriar, apoiada no mito da inferioridade e fragilidade feminina.

Esse ordenamento de papéis e familiar excluiu as mulheres brancas da sucessão de bens, sejam elas filha, mãe, esposa e viúva, pois eram vistas como propriedade do senhor. O casamento mediado pela Igreja Católica e a vida sexual das mulheres era regulada pela moral da igreja e dos homens da época. Portanto, a opressão das mulheres brancas evidencia que diferentes formas de submissão foram utilizadas para oprimir as mulheres de diferentes grupos étnicos no sistema patriarcado.

Em relação às mulheres indígenas, também foram designados “papéis sociais”. Na abordagem de Freyre, elas cumpriram no início da formação social brasileira, as seguintes tarefas:

Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone (FREYRE, 2013, p.160)

Assim, cumpriram função sexual, bem como na economia doméstica e fabricação de utensílios. Elas, depois de “batizadas” no catolicismo, assumiriam o papel de mães e esposas. Formava-se, segundo o autor, um enorme contingente de índias que ajudaram a povoar a imensidão de terras brasileiras num “*ambiente que começou a vida brasileira de quase intoxicação sexual*” (FREYRE, 2013, p.161).

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2013, p.161)

Esta é uma visão misógina sobre as mulheres indígenas segundo a qual, por estarem em grande quantidade, eram sexualmente disponíveis. Com base nessa análise, são sexualmente promíscuas, trocam-se por objetos, são sexualmente liberadas, excitam os senhores e sacerdotes. No trecho a seguir, Freyre mostra que para a constituição da sociedade híbrida do início da colonização, as mulheres indígenas foram peças importantes.

À mulher gentia temos que considerá-la não só a base física da família brasileira, aquela que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento da cultura, pelo menos material, na formação da sociedade brasileira. Por seu intermédio, enriquece-se a vida do Brasil[...] de uma série de alimentos ainda hoje em uso, de drogas e remédios caseiros, de tradições ligadas ao desenvolvimento da criança, de um conjunto de utensílios de cozinha, de processos de higiene tropical – inclusive o banho frequente ou pelo menos diário, que tanto deve ter escandalizado o europeu porcalhão do século XVI[...] Da cunhã é que nos veio o melhor da cultura indígena. O asseio pessoal. A higiene do corpo. O milho. O caju. O mingau. O brasileiro de hoje, amante do banho e sempre de pente e espelinho no bolso, o cabelo brilhante de loção ou óleo de coco. (FREYRE, 2013, p.165)

Apesar de ter destacado alguns aspectos pitorescos da cultura indígena, Freyre (2013, p. 167), é categórico em afirmar o foco de seu estudo: “da cultura moral dos primitivos habitantes do Brasil, interessa-nos principalmente, dentro dos limites que impusemos neste ensaio: as relações sexuais e de família; a magia e mítica”. Não difere de sua pesquisa no capítulo IV e V em que descreve a vida sexual do escravo e da família brasileira.

Ao se referir a povos indígenas, Freyre utiliza expressões do tipo “semicivilizados”, de “cultura adolescente”, “verde incipiente”, “incapaz” de acomodar-se à nova técnica econômica e ao novo regime moral e social expressando de certo modo visão eurocêntrica, evolucionista e colonialista sobre esses povos. Estas visões foram influenciadas pelas fontes de pesquisa utilizadas pelo autor, com base a partir do “descobrimento”.

Assim, a exaltação da superioridade do português, bem como do papel da igreja no sentido da catequização dos índios fazem parte dos discursos e saga dos “fundadores”. Convém lembrar que vários exemplos na historiografia oficial e das fontes históricas sobre a América Indígena pré-colombiana e colonial partem desse pressuposto. Esse fato vem contribuindo enormemente para a marginalização, exclusão e exploração desses povos.

A ideia de imensidão de terras brasileiras também fortalece no imaginário a noção de que a colonização foi necessária como exigência de um território a ser conquistado, colonizado e escravizado, um êxito do colonizador, naturalizando todo o processo de exploração e opressão dos povos indígenas. Nesta ordem, vende-se a ideia de que o contato com europeus foi fundamental para o “desenvolvimento” da nação e “benéfico” para os povos indígenas.

Nos capítulos IV e V do livro Casa-Grande e Senzala, Freyre, apoiado em relato de viagens, cartas e documentos, destaca a superioridade negra em relação aos ameríndios no que se refere à técnica e à cultura. O negro contribui melhor que o índio na agricultura (FREYRE 2013, p. 370). Também destaca a “inserção” do escravo na vida sexual e nas famílias brasileiras, e neste sentido a miscigenação é tomada como ponto de referência. O autor apresenta os bastidores da vida íntima colonial, mostra a seletividade dos senhores na escolha de suas “parceiras” negras, bem como evidência o fato ilícito do clérigo na proliferação de filhos bastardos com mulheres indígenas e negras. Este é um aspecto que choca com os preceitos religiosos, tendo em vista o celibato imposto pela Igreja Católica. O autor destaca também o sadismo

e masoquismo do português, dos senhores de engenho, que está presente na sociedade brasileira.

Nas condições econômicas e sociais favoráveis ao masoquismo e ao sadismo criadas pela colonização portuguesa – colonização, a princípio, de homens quase sem mulher – e no sistema escravocrata de organização agrária do Brasil; na divisão da sociedade em senhores todo-poderosos e em escravos passivos é que se devem procurar as causas principais do abuso de negros por brancos, através de formas sadistas de amor que tanto se acentuaram entre nós; e em geral atribuídas à luxúria africana. (FREYRE, 2013, p. 301).

Nessa condição imposta, o autor descreve os negros como passivos e acentua a “benevolência” com as mães-pretas, que em sua opinião foram tratadas com “honras” e eram “parte da família patriarcal”.

Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a bênção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleeiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca ex- escravas vindas da senzala. É natural que essa promoção de indivíduos da senzala à casa-grande, para o serviço doméstico mais fino, se fizesse atendendo a qualidades físicas e morais; e não à toa e desleixadamente. A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes para substituir-lhe a própria mãe - é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala. Dentre as mais limpas, mais bonitas, mais fortes. Dentre as menos boçais e as mais ladinas - como então se dizia para distinguir as negras já cristianizadas e abasileiradas, das vindas há pouco da África; ou mais renitentes no seu africanismo (FREYRE, 2013, p. 435).

As “honrarias” de que trata o autor são simplesmente para o ato de servir. Estas não têm vida própria, servem para o trabalho doméstico, preparam comida, são amas de leite, cuidam das crianças, São subservientes e sempre disponíveis às famílias patriarcais. A “ascensão” nesse tipo de sociedade é de acordo com seus atributos físicos e morais.

O autor também relata os castigos, mutilações e violências físicas sofridas pelas mulheres negras por conta de “questões sexuais”, ciúmes das mulheres brancas, o que demonstra o quanto as mulheres negras eram vítimas de todo tipo de violência. Eram objeto sexual de seus senhores, iniciavam a vida sexual dos filhos dos senhores de engenho, sofriam mutilações, estupros e abusos sexuais, situações que de forma alguma podem ser vistas como naturais e harmônicas.

Para Castelo (2010), o livro *Casa-Grande e Senzala* é um marco na invenção da identidade brasileira. Freyre destacou de forma positiva o hibridismo numa época de nazismo alemão, racismo nos EUA e popularização de ideias racistas no Brasil. A autora, estudiosa das obras de Freyre, para além do que está dito no texto, diz que é preciso abordar o contexto. Assim, no prefácio do livro “Um brasileiro em terras portuguesas”, assevera que entre as décadas de 1930 e 1940 o Estado Novo Português<sup>31</sup> rejeitou o livro *Casa-Grande e Senzala*. Isto por conta do foco na “*mestiçagem, interpenetração das culturas, herança árabe e africana na gênese do povo português*” (CASTELO, 2010, p.14).

Somente com o fim da II Guerra Mundial, a queda do nazismo e as preocupações em torno da independência, liberdade e autodeterminação, bem como, a imposição feita pela ONU para que os países coloniais iniciassem um processo de administração para a independência<sup>32</sup> dos países colonizados é que Portugal vai se interessar pela obra de Freyre, já em 1945. Assim, Portugal instalou um programa de unidade nacional, salvaguardando o seu domínio nas colônias que, por sua vez, passaram a ser chamadas de províncias ultramarinas ou ultramar. Neste aspecto,

Angola e Moçambique, colônias de Portugal, pontualmente sofreram “modernização e fomento econômico”. Foi neste contexto que Freyre formaliza um acordo com o governo de Portugal para visitar<sup>33</sup> os territórios sob o seu domínio, exceto Macau e Timor, para enfim construir uma visão do lusotropicalismo, servindo como política externa. Era a filosofia oficial do governo de Salazar, uma propaganda ideológica do Estado Novo português, particularmente aplicada nas províncias ultramar, fontes principais de abastecimento econômico de Portugal.

Nesse país, o pensamento de Freyre com base no lusotropicalismo penetrou no meio acadêmico e científico, formou quadros da administração ultramarina e incluiu medidas legais interna e externamente. Castelo (2010) destaca

---

<sup>31</sup> Estado Novo em Portugal, também conhecido como Salazarismo, referência a Antonio de Oliveira Salazar, líder e mentor. Foi um regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção. A Ditadura Nacional (1926-1933) e o Estado Novo de Salazar e Marcello Caetano (1933-1974) foram, conjuntamente, o mais longo regime autoritário na Europa Ocidental durante o séc. XX.

<sup>32</sup> Nesse período, Portugal dominava alguns países africanos como: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe; na Índia: Goa, Damão e Diu e os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli; no Oriente: Macau e Timor (CASTELO, 2010, p. 14).

<sup>33</sup> Freyre visita colônias lusas em outubro de 1951, depois de ter estado alguns meses em Portugal continental: parte para Guiné-Bissau, depois a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Goa em dezembro e, em meados de janeiro de 1952, viaja para Moçambique. Percorre ainda Madeira e, finalmente, Portugal (MEDINA, 2000, p.54).



que as ideias e o relatório de viagens de Freyre serviram ao ultramar português, ou seja, o lusotropicalismo que começou a ser produzido no Estado Novo legitimou o colonialismo português, ideias estas contidas no livro Casa-Grande e Senzala, estando acima de questões de soberania política.

O mestiço, obra positiva do português, a defesa do método mouro de “conquista pacífica” de povos e raças, a assimilação e a adaptação ecológica e sociocultural, a capacidade de confraternização com africanos, ameríndios e asiáticos, o dom para amar as mulheres, a importância e preservação da língua portuguesa são alguns adjetivos positivos do povo português difundidos por Freyre no lusotropicalismo. No trecho a seguir, constatamos as marcas de Portugal deixadas nos países africanos, segundo Freyre:

Não são terras violadas ou conquistadas à força bruta, mas docemente assimiladas; Ali a presença não significa ausência, muito menos a morte de África; Não porque a sua organização esteja baseada na força, mas precisamente porque não está baseada nela e sim no amor (CASTELO, 2010, p. 22-24, trecho de falas de Freyre em visitas a Angola e Moçambique em 1951 a 1952).

É possível, nesses trechos, perceber que segundo o autor a colonização portuguesa foi benigna nos países africanos como Angola e Moçambique. Na Conferência realizada na Universidade de Coimbra, em 1952, Freyre é enfático ao falar de suas viagens e sobre o lusotropicalismo.

Na verdade, creio ter encontrado nessa viagem a expressão que me faltava para caracterizar aquele tipo de civilização lusitana que, vitoriosa nos trópicos, constitui hoje toda uma civilização em fase ainda de expansão; e que, embora mal identificada pelo professor Arnold Toynbee, em sua obra monumental sobre as civilizações, é decerto, entre as civilizações modernas, uma das mais cheias de possibilidades e virtudes. **Essa expressão – lusotropical – parece corresponder ao fato de vir a expansão lusitana na África, na Ásia, na América, manifestando evidente pendor, da parte do português, pela aclimação como que voluptuosa e não apenas interessada em áreas tropicais ou em terras quentes. Onde não se pode falar em tropicalismo moderno sem se destacar a ação do português como pioneiro de modernas civilizações tropicais: aquelas em que a valores e sangue tropicais juntam-se, em novas combinações, valores e sangue europeus. O caso da Índia portuguesa. O caso do Brasil.** O caso das províncias portuguesas na África, onde as mesmas combinações, com outras substâncias, mas sob formas sociologicamente idênticas, começam a afirmar-se (FREYRE, 2013, p.172, grifos nossos).

Nessa longa citação de Freyre, nos deparamos com sua perspectiva a respeito do lusotropicalismo. Enfatiza as vantagens da colonização portuguesa nos

vários continentes, as características tropicais desse povo no sentido de harmonizar-se com o clima e outros povos na cultura, no aspecto biológico, e isto seria a chave para a modernidade, para a civilização.

Tropicalismo. Lusotropicalismo. Velha antecipação portuguesa da ideia que hoje se aviva entre nórdicos, homens de estudo e homens de ação, quer na Europa, quer nos Estados Unidos, de que o trópico é espaço fisicamente adequado ao desenvolvimento de civilizações predominantemente europeias, em suas formas ou equivalentes das europeias, em sua capacidade de desenvolvimento técnico e intelectual. De que do trópico pode a civilização europeia, hoje em crise, assimilar valores de cultura e de raça que revigorem para, em novas combinações de formas – tanto formas de homens como de convivência humana – e através de novos portadores dessas combinações, continuar a ser a civilização hibridamente vigorosa, viva e criadora; e não curiosidade de museu (FREYRE, 2013, p. 179)

Esta visão colonialista, no entanto, foi bastante criticada no Continente Africano, pois desde a II Guerra Mundial vinham se gestando movimentos anticoloniais e de libertação nacional em diversos países da África. Fica evidente a posição de Freyre sobre a independência de países africanos no trecho de sua fala pronunciada em 1952, numa reunião em Porto – Portugal – com escritores, artistas e homens de ciência:

Na Angola, procurou-me um dia certo estudante de seus vinte anos- pálido, ardente, romântico, como tantos de nós aos vinte anos- para perguntar-me: “Não lhe parece que chegou o momento de a Angola separar-se da República portuguesa, como o Brasil no século passado separou-se da monarquia lusitana?”. Respondi que não: que chegará o momento de o Brasil reaproximar-se, como nunca, de Portugal; e Portugal do Brasil. É a minha convicção cada dia mais profunda: a de que todos os Portugais devem, como nunca, ser um só Portugal; e este Portugal unido, quase uma só comunidade supranacional com um Brasil que no coração, no espírito, no principal da cultura, continua português. (FREYRE, 2013, p. 248).

A posição de Freyre foi questionada, principalmente por intelectuais e militantes do movimento pan-africanista. Na Angola, por exemplo, Mário Pinto de Andrade<sup>34</sup>, membro do movimento, se contrapôs ao lusotropicalismo de Freyre, afirmando que este foi utilizado pelo regime de Salazar para garantir a legitimidade colonialista em territórios colonizados, fortalecendo assim a política de segregação e assimilação. Sobre isso, ressalta que:

---

<sup>34</sup> Ensaísta e ativista político angolano. Fundador e primeiro presidente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

Segregação e assimilação são formas políticas através das quais a colonização garante os seus privilégios contra a legítima vitalidade dos povos colonizados. Trata-se de manter uma barreira entre os níveis de vida das duas populações e de evitar que a direção político-econômica seja disputada contra o europeu. Contudo, a assimilação e a segregação assumem formas diversas segundas características históricas, demográficas e econômicas do complexo colonial [...] Portugal é demasiado pobre pela sua demografia e recursos metropolitanos para que a segregação possa obter resultados nas suas colônias da África a não ser pela limitação sistemática da ascensão social dos autóctones e pelo sacrifício de uma parte do branco. Os compromissos são difíceis de evitar nos meios pobres. “No Brasil e nas colônias africanas via-se por vezes o português aceitar cumprir tarefas que os outros europeus consideravam indignas de branco” (ANDRADE, 1985, p. 24).

Além de destacar o papel que cumpriu o lusotropicalismo, não sendo válido para explicar o Brasil e nem tampouco a África, neste sentido interpela as intenções de Freyre:

Freyre se recusa em ver o funcionamento do aparelho colonial como sendo antes de tudo uma empreitada econômica dirigida por um poder político. Essa recusa é a maior fraqueza da sua sociologia [...]. “No fundo, a mestiçagem foi largamente praticada no Brasil não em virtude de considerações morais ou visão política, mas por uma simples circunstância, o número extremamente reduzido de mulheres” (ANDRADE, 1995, p. 27 e 28).

Amílcar Cabral<sup>35</sup>, outra importante liderança de Guiné-Bissau, considerava a unidade nacional proposta pelo lusotropicalismo um mito:

[...] com o mito da “unidade nacional”, o que o colonialismo português pretende é povoar as nossas terras com europeus e transformar os nossos povos em minorias nacionais nos nossos países [...] sabemos que os nossos povos – balantas, são tomenses ou macondes, por exemplo, são distintos do povo português, seja ele minhoto ou alentejano, algarvio ou transmontano. Sabemos que os nossos países nunca foram, não são e nunca serão terra portuguesa (CABRAL, 1965, Manifesto do Movimento Anti-Colonialista, Discurso pronunciado na II Conferência da CONCP em 05/10/1965).

Freyre, com a ideia de unidade da nação portuguesa em outros continentes, lança propaganda de Portugal no exterior e com isso fortalece o governo ditatorial de Salazar. No entanto, Cabral (1965) é pontual ao esclarecer o que de fato estava ocorrendo em Guiné Bissau.

---

<sup>35</sup> Liderança, oriundo de Guiné-Bissau. Estudou Agronomia em Portugal e ao lado de Mário de Andrade e Agostinho Neto criaram um movimento antifascismo, contra a ditadura de Salazar. Em 1959 funda o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Foi assassinado em 1973. Após sua morte, se intensifica a luta armada em Guiné-Bissau, tornando-se independente nesse mesmo ano.

Toda a educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é apresentado como um ser superior e o africano como ser inferior. Os conquistadores coloniais são descritos como santos e heróis. As crianças adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a ter vergonha de serem africanas (CABRAL, 1965, Manifesto do Movimento Anti-Colonialista, Discurso pronunciado na II Conferência da CONCP em 05/10/1965).

Ou seja, o colonialismo, além de superexplorar a mão de obra africana, obteve lucros com a riqueza do continente africano. O lusotropicalismo foi um instrumento ideológico para diluir a identidade cultural africana e inculcar os valores da cultura dominante. As escolas, nesses países, cumpriram o papel de domesticar o povo africano, num contexto de crises e contradição do sistema colonialista.

Mário de Andrade, assim como N'Krumah (1967), ressaltam que só foi possível criar uma organização paralela ao governo português a partir de condições objetivas. Desta forma, destacam que no pós II Guerra Mundial, a revista "A Présence Africaine"<sup>36</sup>, do ponto de vista intelectual, foi um espaço importante para discutir a autonomia dos povos africanos na modernidade, contribuindo para o surgimento do Movimento de Negritude<sup>37</sup>. Posteriormente, este movimento citado pela autora teve expressiva atuação na libertação das colônias africanas. Com forte discurso de repúdio ao imperialismo e ao racismo, e com a conquista da soberania dos povos africanos, passou a ser a principal unidade africana e de projetos políticos nesses países (DOMINGUES, 2005).

Alguns ex-estudantes antilhanos tornaram-se administradores nas colônias africanas (como foi o caso de Paul N'Goma) ou optaram pela vida política, como foi o caso de Aimé Césaire, que se tornou deputado pela Martinica. Outros ex-estudantes africanos em Paris também optaram pelo ativismo político. Após a segunda Guerra Mundial, Senghor elegeu-se deputado pelo Senegal à Assembléia Nacional Francesa, Rabemananjara voltou para Madagascar e participou da revolta da ilha, N'Krumah dirigiu a luta pela libertação de Ghana, Apithy tornou-se ministro do Daomé e outros ainda fizeram carreira diplomática. Léopold Senghor, após a conquista da independência do Senegal em 1960, assumiu o poder desse país africano (DOMINGUES, 2005, p.10-11).

---

<sup>36</sup> Revista pan-africana de teor cultural, político e literário, publicada na França. Foi fundada por Alioune Diop em 1947. Influenciou fortemente o movimento pan-africanista na luta pela descolonização das antigas colônias francesas e no nascimento do Movimento da Negritude

<sup>37</sup> Segundo Domingues (2005, p. 2) este movimento idealizado fora da África, passou pelas Antilhas e Europa. Na França foi sistematizado, expandiu-se para a África negra e as Américas, chegando, inclusive, no Brasil.

Esse movimento anticolonialista se opôs frontalmente ao lusotropicalismo, sobretudo pela função ideológica que teve no Continente Africano. Foi também a base fundamental para a independência dos países africanos. Nota-se que as ideias de Freyre contribuíram para disseminar a benevolência da colonização portuguesa nos diversos continentes, por meio de seu lusotropicalismo. Conjectura-se que a ideia de democracia racial, apesar de se compreender que não surge com o autor, tem um significado político, é apresentada como uma solução para o problema racial no Brasil. Nesta direção apresenta-se o conteúdo da fala de Freyre que nos auxilia a entender os objetivos de seus estudos:

[...] Tenho procurado destacar em mais de um estudo, na solução brasileira dos problemas resultantes do contato de raças, seu contraste com outras soluções. E creio que a solução brasileira, em grande parte, se explica à luz da experiência, quer social, quer cultural, peculiar aos portugueses, como povo de transição entre Europa e África [...] A experiência de bicontinentalismo étnico e cultural que começava há séculos em Portugal tomou nova dimensão no Brasil: três raças e três culturas se fundem em condições que, de modo geral, são socialmente democráticas, ainda que até agora permitindo apenas um tipo ainda imperfeito de democracia social: imperfeito tanto na sua base econômica como nas suas formas políticas de expressão. Mas com todas as suas imperfeições, de base econômica e de formas políticas de convivência democrática, o Brasil impõe-se hoje como uma comunidade cuja experiência social pode servir de exemplo ou estímulo a outras comunidades modernas. Decerto não existe nenhuma outra comunidade moderna da complexidade étnica brasileira onde os problemas das relações sociais entre os homens de origens étnicas diversas estejam recebendo solução mais democrática ou mais cristã que na América portuguesa. E a experiência brasileira não indica que a miscigenação conduza à degeneração. (FREYRE, 2013, p. 128-129).

Nesta compreensão, o autor expressa que tanto o aspecto econômico como social do Brasil é imperfeito do ponto de vista da democracia, porém, a ideia de democracia sugerida por Freyre assenta-se no aspecto das relações étnico-raciais, por meio da disponibilidade do português em interagir com outros povos, originando um povo mestiço capaz de ascender socialmente. E continuando a sua perspectiva sobre o Brasil, afirma:

O Brasil é famoso por suas revoluções “brancas” ou pacíficas. A independência foi uma delas. E também por uma revolução pacífica é que ele se transforma em império – porque o Brasil, ao contrário dos outros países republicanos da América Latina, conservou-se até 1889 Império no meio de numerosas Repúblicas – em República. E a revolução que o transformou de uma nação escravagista em outra onde todo mundo devia nascer livre também foi pacífica. Tão pacífica como a que separou, depois, a Igreja do Estado, resolvendo assim suavemente um problema que tem sido fonte de muita discórdia em outros países latinos. Ainda quase pacífica

foi a Revolução de 1930, que favoreceu grande número de operários brasileiros das cidades com uma legislação social que, em teoria, se não sempre em prática, é uma das mais avançadas dos nossos dias. O Brasil, portanto, poderá revolucionar o problema de sua política de imigração sem que daí resulte nenhum constrangimento para os imigrantes nem para os brasileiros antigos. Há muito o que fazer ligado à colonização de terras não ocupadas nem por brasileiros nem ainda por imigrantes. A valorização do caboclo impõe-se como uma necessidade urgente. A do caboclo e a do homem rural pobre, descendente do branco, do ameríndio e ou de negro (FREYRE, 2015, p.146-147).

Ou seja, Freyre destaca passagens de fatos marcantes da história do Brasil, como o fim da escravidão e a chamada “Revolução de 1930” que segundo ele, aconteceram de forma pacífica, ordeira. Essa passividade, característica da composição populacional, é, para ele, símbolo da identidade do Brasil e de seu povo, sem que isso traga constrangimento a nenhum grupo populacional, podendo servir como modelo de inspiração para outros países. Há que se destacar também o seu vislumbre por uma política emigratória do país, um tipo ideal, capaz de trazer a comunhão entre os trabalhadores e imigrantes.

Oportuno destacar que a sua visão de mobilidade social – realizada por meio da mestiçagem, capaz de produzir a criatividade do povo, artistas, escritores e arquitetos – e a inclinação para a democracia tornaram o Brasil conhecido mundialmente. Do mesmo modo, é também importante frisar a sua análise sobre a escravidão “[...] A tendência geral do Brasil dos nossos dias é para considerar a escravidão um episódio já encerrado, com reflexo, apenas, na história da personalidade do brasileiro”. (FREYRE, 2013, p. 148).

Desse modo, entende-se que, para o autor, a escravidão não trouxe consequências, é um fato restrito ao passado, já superado, tudo isso para defender seu posicionamento em torno da visão do Brasil atual como um país inclinado à democracia étnica. Ao destacar a passividade da população brasileira em relação às mudanças políticas, bem como o destaque dado ao português na formação social do país, Freyre projeta uma visão colonialista, servindo para mistificar a realidade social e conseqüentemente contribuir para manter a opressão sobre a maioria da população, inculcando a ideia de submissão. Reforça também a ideia de “democracia” no sentido de equilíbrio, troca e assimilação cultural e biológica, não vinculando em nenhum momento esse conceito aos aspectos econômicos e sociais, motivo pelo qual recai

sobre o autor a responsabilidade de ser o disseminador do mito da democracia racial<sup>38</sup> à Freyre.

A democracia também teve destaque em Sérgio Buarque de Holanda (1936), no livro *Raízes do Brasil*, porém, ao expressar sobre a experiência desse regime político no país, realça que *“foi sempre um lamentável mal-entendido”* (HOLANDA, 2014, p.192), isto porque a chamada democracia foi apenas importada e acomodada onde foi possível nas práticas sociais pela aristocracia rural e semifeudal, afirma o autor.

Nesse sentido, a democracia é para ele meramente “fachada ou decoração interna”, o que prevaleceu foram os direitos e privilégios da classe dominante. Além disso, o autor informa que mesmo no sistema político não houve bases sociais para a democracia. Nesses moldes, a sociedade brasileira é caracterizada como pouco estruturada, prevalecendo o personalismo, o patrimonialismo e a violência, não estando definidos os limites entre o público e o privado e, do ponto de vista moral, há completa ausência de ética no trabalho, imperando o ócio. Este é o traço do Brasil caracterizado pelo autor.

Em relação a acontecimentos como a independência e conquistas liberais que se realizaram no processo político do país, Holanda é categórico em afirmar que a grande massa não participou, foi indiferente ou hostil, acolhendo esses episódios como um sobressalto. Isto porque os movimentos que lideraram tais reformas atuaram por meio de decreto e quase sempre de cima para baixo, a partir de interesses específicos e voltados aos valores coloniais. Dessa forma, constatamos sua análise incrédula sobre a “política democrática” no país.

Sua compreensão parte do exame crítico sobre a influência do colonialismo patriarcal e escravagista na estrutura política, econômica e social do país. Ao contrário de Freyre, Holanda (2014) teceu inúmeras críticas ao processo de colonização portuguesa no Brasil, bem como à herança desse colonialismo na organização social e política. Para ele, o português colonizador desde o país de origem, dependeu de si próprio, prática esta que estimulou o espírito aventureiro, uma espécie de

---

<sup>38</sup> Embora esta expressão não tenha sido usada literalmente por Freyre, a disseminação da ideia das relações raciais harmoniosa está presente no livro *Casa-Grande e Senzala*, como já mencionamos nesta seção. Freyre, em uma Conferência na Universidade do Estado da Indiana em 1944, usou a expressão “democracia étnica” ao se referir à catequese dos Jesuítas. Foi Charles Wagley, em 1952, na Introdução de uma série de estudos sobre relações raciais patrocinadas pela UNESCO, quem utilizou o termo para retratar o Brasil mundialmente. (GUIMARÃES, 1978).

“mentalidade moderna” naquele período que levou ao pioneirismo na navegação e, conseqüentemente, às “descobertas” e à adaptação na América.

Do ponto de vista negativo, o autor assinala algumas características deste povo, como o relaxamento organizacional, horror ao trabalho manual e perfil de nobreza. Ressalta, ainda, a perspicácia em estruturar a economia colonial no Brasil com base na escravidão indígena e africana, estrutura essa que possibilitou a introdução e estabilidade dos senhores de engenho e da família patriarcal como espécie de organismo completo de sociedade.

Nessa direção, Holanda menciona a primazia do português com o modelo de exploração latifundiária e monocultora em terreno fértil brasileiro, que transforma a grande propriedade rural em uma unidade produtora, restando apenas resolver o problema do trabalho, e isto se deu pela escravização dos povos indígenas e posteriormente dos africanos. Nas palavras do autor: a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais (HOLANDA, 2014, p.55).

Sobre as relações raciais desse período, o autor destaca que em conexão com as nações indígenas, soube se apropriar das técnicas agrícolas de produção dominadas pelos indígenas, diminuindo a distância e estabelecendo uma relação de caráter mais “protetor”, tutelar, fato que não ocorreu com os africanos.

Não cabia, nesse caso, modificar os rudes processos dos indígenas, ditados pela lei do menor esforço, uma vez, é claro, que se acomodassem às conveniências de produção em larga escala. Instrumentos sobretudo passivos, nossos colonos aclimaram-se facilmente, cedendo às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indelévels... A vida parece ter sido aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais e morais. Nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. Bem assentes no solo, não tinham exigências mentais muito grandes e o Céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir em seus negócios de cada dia (HOLANDA, 2014, p. 61).

Em relação aos negros, o autor diz que:

À influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios. Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial. (HOLANDA, 2014, p.71).



A partir dessa afirmação, é possível compreender que os negros na condição de escravizados não apresentavam resistência e a “contribuição” à sociedade brasileira é uma idiossincrasia representada pela “suavidade dengosa” que afetará no comportamento social dos brasileiros. Tal percepção retrata uma análise pouco cuidadosa sobre a condição dos negros no país. Expressa uma visão exótica sobre esta população, bem como não acentua nenhum destaque ao papel subversivo que estes tiveram durante todo o período colonial.

Fica explícito que, em seu entendimento, não houve participação popular nas mudanças políticas do país. Isto de certa forma reforça o altruísmo presente na historiografia oficial brasileira, que secundariza a história e luta dos povos dominados; a ideia de que povos indígenas e negros aceitaram passivamente a servidão, a incapacidade destes povos de entenderem a “política” ou mesmo o entendimento de que as mudanças políticas estiveram atreladas a interesses das elites brasileiras.

No Brasil, sempre foi uma camada miúda e muito exígua que decidiu. O povo sempre está inteiramente fora disso. As lutas, ou mudanças, são executadas por essa elite e em benefício dela, é óbvio. A grande massa navega adormecida, num estado letárgico, mas em certos momentos, de repente, pode irromper brutalmente. (HOLANDA, 1976, em entrevista à Revista Veja).

Nesta citação, evidentemente posterior às edições do livro *Raízes do Brasil*, Holanda destaca que as mudanças que operaram no Brasil foram conduzidas pelas elites e em favor de seus interesses. Resta-nos, portanto, indagar a que tipo de lutas e mudanças o autor se refere e, nesse contexto, o estado de letargia atribuído ao povo brasileiro.

Décio Freitas, no livro *“Escravos e Senhores de Escravos”* (1983), aborda a história das insurreições negras e desmistifica a teoria da submissão negra e indígena, qualificando-a como infundada. O autor aponta que nunca se deve esquecer que a escravidão não foi apenas de negros, mas também dos índios e que todos os países do “Novo Mundo” praticaram a escravidão indígena. Então, a propalada ideia de que os índios estiveram sob a tutela do colonizador é uma narrativa que minimiza a grave história de extermínio e escravidão vivida por esses povos. Neste aspecto, assinala Freitas (1983, p. 9):

Todos os países do Novo Mundo conheceram a escravidão indígena, porém o Brasil a todos excedeu no número de autóctones caçados, exterminados e escravizados. Bem entendido, o holocausto indígena não se compara nem de longe ao dos africanos, mas, ainda assim, quase um milhão de índios sucumbiram, direta ou indiretamente, no processo de escravidão. Não foi senão na metade do século XVII que o cativo indígena acabou legalmente no Brasil: nisso, também, fomos o último país do Novo Mundo.

O Brasil assinalou o recorde americano no tráfico de escravos, importando perto de 40% do total de nove milhões e quinhentos mil negros trazidos do Novo Mundo: nove vezes mais que os Estados Unidos (6%) e bem mais que o dobro da América Hispânica (18%), do Caribe inglês (17%) e do Caribe francês (17%). O Brasil foi o último país independente a abolir legalmente o tráfico. Cuba e Porto Rico, últimos mercados compradores de negros do Novo Mundo, permaneceram colônias da Espanha. Suprimiram ainda assim a escravidão antes que o Brasil (1888) (FREITAS, 1983, p. 9):

Com isto, Freitas torna evidente que para o Brasil a formação social escravagista foi um marco entre os países do Novo Mundo.

Nenhum outro país teve sua história tão modelada e condicionada pelo escravismo, em todos os aspectos econômico, social e cultural. Pode dizer-se que a escravatura delineou o perfil histórico do Brasil e produziu a matriz de sua configuração social (FREITAS, 1983, p.9).

Retomando os aspectos apontados por Holanda em *Raízes do Brasil*, verificamos que a presença portuguesa no Brasil, em comparação com a holandesa, tem para o autor aspectos de positividade no que se refere à convivência com as nações indígenas e população negra.

Ao contrário do que sucedeu com os holandeses, o português entrou em contato íntimo e frequente com a população de cor. Mais do que nenhum outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso. Tornava-se negro, segundo expressão consagrada da costa da África (HOLANDA, 2014, p. 75-76).

A língua portuguesa e a religião católica são citadas como acessíveis aos povos colonizados. Idioma perfeitamente familiar, serviu como língua de domínio geral e seu emprego, por exemplo, nos sermões católicos permitiu a catequização dos indígenas, contribuindo para a integração. Estes aspectos, somados à ausência de orgulho de raça por parte do português, são apresentados pelo autor como vantagens da colonização e que favoreceram a mestiçagem no país.

Como resultado de tudo isso, a mestiçagem que representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical não constituiu, na América portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi,

em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua (HOLANDA, 2014, p.77).

A mestiçagem é, nessa lógica, um fenômeno normal que teve à frente a habilidade do português, a partir da relação que estabeleceu com outros povos, construindo uma nova organização social fora de seu país de origem. Freyre ao se referir ao desenvolvimento da vida urbana nas cidades, considerou-a progresso anormal e prematura, pois para ele o português não tinha preocupações com este aspecto. Seu mundo estava restrito à vida rural da sociedade patriarcal agrária, não tinha pretensões de construir cidades, esta visão se fez presente em várias etapas da formação do Estado brasileiro.

No decorrer do desenvolvimento do país, se configuram dois mundos, o arcaico e o moderno, contudo a marca é a da vida rural, cujos valores e práticas estão assentados no colonialismo. O autor também destaca algumas mudanças como o desenvolvimento das cidades, que passam a ter autonomia em relação ao mundo rural, o crescimento do café e a manutenção da economia de subsistência. É nesse sentido que o autor entende que a revolução brasileira é um processo demorado.

Aspectos como a abolição da escravatura, Proclamação da República e outros acontecimentos foram longos processos de uma “revolução lenta”, segundo o autor. Marcaram a queda do sistema latifundiário, mas o Estado brasileiro permanece impondo as velhas formas do modelo do passado, caracterizadas pelo Estado autoritário e povo pacífico. Isto leva ao surgimento de uma elite política prática que não está interessada nos problemas reais do povo e da nação.

Estes aspectos marcaram fortemente o país e constituem, na visão de Holanda (2014), a origem dos problemas nacionais. Nesta direção, o Brasil terá muito o que desenvolver. Na busca de responder às transformações que operam no país, principalmente na fase de transição do período de latifúndio patriarcal para o desenvolvimento industrial capitalista, é que Holanda constrói suas ideias de identidade nacional, discute o papel do Estado e da participação política da população brasileira, bem como os desafios da nação. É neste contexto situado que surge o seu mais famoso conceito – do homem cordial, ou melhor, da cordialidade brasileira.

Já disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, a virtude tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter do brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e

fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes passam a significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (HOLANDA, 2014, p. 176).

Para Holanda, a grande contribuição do país em relação à civilidade é a cordialidade, traço tipicamente brasileiro. Essa cordialidade é descrita no capítulo cinco do livro intitulado “Homem Cordial”, em que o autor descreve de certa forma o traço psicológico do brasileiro – afetuoso, emotivo, generoso, que cria intimidade, dominado pelo coração e não pela razão. Segundo o autor, o brasileiro não é polido, tendo em vista que está distante de ter noção ritualista de vida, sendo cordial e colocando sempre o privado acima de tudo.

Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário de polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no homem cordial [...] além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções (HOLANDA, 2014, p. 176-177).

Em sua análise, o homem cordial representa um tipo de visão sobre o papel político dos indivíduos. Nesta ordem, a cordialidade como marca do povo brasileiro é construída no contexto da família patriarcal, em relações estabelecidas de subserviência e submissão. Esta ordem familiar fincada na linhagem e no afeto tem dificuldade de se adaptar no tempo e no espaço de mudanças. Os interesses de ordem particular, ligados ao círculo familiar, são incompatíveis com a realidade da “nova” vida política. Nesta direção é que Holanda destaca o Estado em descontinuidade e até em oposição à família.

Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade. Há nesse fato um triunfo do geral para o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóteses, para falar como na filosofia alexandrina. A ordem familiar na sua ordem pura, é abolida por uma transcendência (HOLANDA, 2014, p. 169).

Ele também destaca alguns avanços modernos da indústria, produção em

grande escala, educação e pedagogia, criação de aparelhos de seguro e previdência social como exemplos de contradições entre o familiar e a ação estatal, ou seja, entre a necessidade de separar o público do privado. Apoiado em Weber o autor destaca as categorias patrimonialismo e burocracia, dois termos contraditórios que marcam o desenvolvimento do Estado brasileiro.

No Brasil, somente excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal”. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por exemplo, dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas anti-particularistas ((HOLANDA, 2014, p.175-176).

Toda essa transformação que opera na transição do colonialismo patriarcal para o capitalismo configura, para Holanda, a necessidade de mudanças políticas no país. É nessa direção que a cordialidade se apresenta como um símbolo da identidade brasileira, uma identidade em transição, necessária para a revolução brasileira. Essa identidade é a busca de compreensão sobre o povo brasileiro.

Na análise biológica e cultural de Freyre (2015), a elaboração sobre identidade deu-se a partir da perspectiva da mestiçagem positiva, enquanto para Holanda (2014), o sentido se refere ao homem cordial, resultado do processo de formação da população, consubstanciado numa sociedade patriarcal e escravagista. É também o papel político no contexto de mudanças sociais e econômicas que se desenvolveram a partir de 1930. Holanda, em entrevista à Revista Veja em 1976, expressou sua visão sobre o homem cordial.

Critica-se muito, mas poucos entenderam o verdadeiro sentido da expressão homem cordial. Quando falo cordial, não é no sentido de “cordiais saudações”, como Cassiano Ricardo o fez. A cordialidade com que caracterizei o brasileiro pode ocorrer mesmo em situações de confronto, fatos comuns em nossa história. Nesse sentido, ela tem sido incruenta. Tem havido muita discussão, recentemente, a respeito da História do Brasil, se ela é cruenta ou incruenta. Considero esse debate bizantino. É inegável, porém, que a independência, a proclamação da República e mesmo as revoluções de 1930 e 1964 se fizeram sem derramamento de sangue.

Portanto, a cordialidade continua valendo para a nossa História (HOLANDA, 1976).

Ou seja, a cordialidade refere-se à personalidade do povo brasileiro, mas também à história e seus embates, que nas palavras do estudioso, ocorreram sem derramamento de sangue, reportando-se à revolução de 1930 e à de 1964. Assim, o sentido de cordialidade pode ser entendido como caráter nacional do Brasil. O autor comenta que a proposição de síntese sobre a identidade nacional foi tema em obras como *Casa-Grande e Senzala* (Gilberto Freyre) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (Caio Prado Júnior), ambas produzidas na década de 1930.

Nessa entrevista, o próprio autor teceu críticas ao livro *Raízes do Brasil*, que, segundo ele foi superado e datado, não cabendo mais nenhuma nova edição. Holanda, estabelecendo o nexos com o livro, mas também respondendo de forma mais ampla às críticas em torno dos intelectuais brasileiros serem rotulados de ensaístas, por não darem solidez às suas interpretações teóricas, comenta: “*Não sou contra a ensaística ou a interpretação, mesmo hoje. Mas a pesquisa deve ser rigorosa e exaustiva. Senão, o resultado são apenas elucubrações, às vezes brilhantes, mas desvinculadas da realidade*” (Revista Veja, 1976).

Com esta fala, Holanda deixa evidente a preocupação com a necessidade de pesquisas aprofundadas sobre a realidade brasileira para além de ensaios, sob pena de não refletirem a realidade. Enfim, o autor tece algumas críticas em torno de seu livro, mas salvaguarda o tema da cordialidade para caracterizar a identidade nacional.

Busca-se, nesta seção, analisar as categorias *cordialidade* e *democracia racial* como expressão do caráter nacional brasileiro a partir de 1930, em um contexto de desenvolvimento do capitalismo industrial marcado por crises econômicas, políticas e sociais.

Neste sentido, procura-se apreender as relações raciais que se estabeleceram, as interpretações oferecidas sobre a nossa identidade nacional consubstanciadas por uma ideologia racial brasileira, a partir das ideias de passividade, harmonia entre os diversos grupamentos humanos formadores da população brasileira, bem como o paternalismo do colonizador e a mestiçagem como natural e positiva, símbolo maior de nossa construção social. Um exemplo a ser

seguido e a melhor contribuição a ser oferecida aos países que experimentaram regimes de segregação racial na visão dos teóricos estudados nesta seção.

### **2.3 Breve incursão sobre as pesquisas patrocinadas pela Unesco acerca da questão racial no Brasil**

Mencionamos anteriormente que as relações raciais no Brasil ganharam destaque internacional. Isto graças à popularização do livro *Casa Grande e Senzala*, uma interpretação da realidade brasileira sobre a questão da democracia étnica, cultural e social e as ideias de lusotropicalismo de Freyre, que fazem referência à positividade da colonização portuguesa no Brasil, na África e no Oriente. Tais ideias serviram de contraponto ao contexto de nazismo alemão e segregação racial experimentado nos Estados Unidos e a África do Sul.

O argumento de que no Brasil as diferentes raças haviam se confraternizado e que a miscigenação, obra da colonização portuguesa, e a positividade da cultura africana contribuíram para a construção de uma mestiçagem ideal, serviu para que a Organização das Nações Unidas -ONU se interessasse em analisar a especificidade da sociedade brasileira.

Nesta configuração, a ONU, criada em 1945, após a II Guerra Mundial, teve a incumbência de estabelecer a paz e cooperação entre os países através de um plano econômico e geopolítico. Para Rampinelli (2004, p.21) esse plano visava a “libertação de todas as tiranias e autogoverno para todas as nações”. As ideias de Freyre, neste contexto, tiveram grande aceitação. Não foi por acaso que com seu prestígio internacional, Freyre recebeu o convite pela Assembleia Nacional da ONU em 1954 para elaborar um relatório sobre o apartheid na África do Sul.

O documento contextualiza a política de segregação a partir da expansão da civilização europeia pelo globo que, segundo o intelectual, obedeceria a dois grandes traços: de um lado, o sistema colonial inglês e holandês e, de outro, o sistema colonial ibérico, cujo exemplo mais eloquente seria justamente o Brasil. Para Freyre, o mundo anglo-saxônico não reconhecia distinções entre civilização e raça ao acreditar que apenas os brancos eram capazes de viabilizar a civilização e o progresso; ao contrário dos ibéricos, para quem a civilização seria transmissível aos não europeus. Negros, índios e mestiços, quando se tornavam cristãos e católicos, integravam-se na vida comunitária, transformavam-se em espanhóis ou portugueses. A partir dessas premissas, Gilberto Freyre se mostrou cético quanto à possibilidade de coibir, pela força da lei, a discriminação racial, sugerindo como antídoto a mudança de hábitos e costumes. Ou seja, não seria o Estado democrático e igualitário que promoveria a mudança, mas uma cultura antropológicamente aberta – a qual

poderia ser fomentada por campanhas educativas –, segundo os moldes das sociedades latino-americanas (DÁVILA, 2010, p. 23-24).

Ao realizar o estudo proposto pela ONU, o autor distingue os tipos de colonização – inglesa e holandesa de um lado, e do outro a ibérica, para compreender as configurações das relações raciais nas colônias e o aspecto da civilidade. No primeiro grupo, a civilização só ocorrerá por obra do europeu, uma vez que nessas colônias fechadas, a aproximação com os não brancos se dá basicamente pela exploração do trabalho e conseqüentemente a civilidade só ocorre por obra do europeu. Já no segundo grupo, a civilização é uma possibilidade e pode ser transmitida pela aproximação dos não brancos com os europeus. Esta mediação acontece pela religião católica.

Freyre manifestou-se contrário à segregação na África do Sul, evidenciando que a cultura pode contribuir para mudar as práticas sociais. O autor também sugere campanhas educativas para ajustar as condutas humanas no âmbito das relações sociais. Nessa direção, o Brasil tornou-se referência de convivência harmônica entre os vários grupos humanos, um exemplo a ser seguido no mundo.

A ONU, como já foi mencionado, preocupada com as questões da paz mundial, criou um plano de trabalho e agências com a finalidade de atuar em assuntos específicos, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1946). Esta agência patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil no início do ano de 1950, com o objetivo de compreender os fatores que determinavam a positividade das relações raciais.

É comumente aceito que a imagem paradisíaca das interações étnico-raciais no Brasil foi o principal pré-requisito para transformar o país em objeto de interesse político e científico da Unesco. No entanto, uma investigação sobre os agentes e agências que estiveram envolvidos no processo de estruturação do leque de pesquisas desenvolvido no início dos anos 1950 revela uma complexa ação concertada que resultou no “projeto Unesco de relações raciais” (CHOR MAIO, 1999, p.11).

A Unesco definiu então como prioridade a adoção de medidas nas áreas de educação, ciência e cultura. Neste sentido, Chor Maio (1999) ressalta que esta agência, desde o início, teve como foco a regulação das relações sociais.

O propósito da Organização é contribuir para a paz e para a segurança, promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são



afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. 2. Para realizar este propósito, a Organização deverá: (a) Colaborar no trabalho de fazer avançar o conhecimento e o entendimento mútuos entre os povos, através de todos os meios de comunicação de massa, e com esse objetivo recomendar aqueles acordos internacionais que possam ser necessários para promover o livre fluxo de ideias, através da palavra e da imagem; (b) Oferecer impulso renovado à educação popular e disseminação da cultura. (CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1946, p. 2).

A partir dos objetivos propostos pela UNESCO, foram se delineando patrocínios de estudos sobre as relações sociais “positivas” do Brasil. O projeto, que de início tinha visão afirmativa sobre as práticas brasileiras, passou a questionar a propalada democracia racial, com o desenvolvimento da pesquisa *in loco* nos estados sediados.

Cabe destacar que em 1950 a UNESCO lança a Declaração sobre Raças, considerando importante definir e caracterizar um dos temas controversos e mal formulados pelas teorias raciais, que foi associado à intolerância, ao preconceito e à doutrina de desigualdade. Desta forma, a declaração da Unesco sobre raça define que:

Uma raça, biologicamente falando, pode, pois, definir-se como um grupo entre os que constituem a espécie *Homo sapiens*. Esses grupos são suscetíveis de cruzamentos. Porém, devido às barreiras que os mantiveram mais ou menos isolados no passado, apresentam eles certas diferenças físicas, fruto de particularidades de sua história biológica, representam variações sobre o mesmo tema.

Em resumo, a palavra “raça” designa um grupo ou uma população caracterizada por certas concentrações, relativas quanto à frequência e à distribuição, de genes ou de caracteres físicos que, no decorrer dos tempos, aparecem, variam e muitas vezes até desaparecem sob a influência de fatores de isolamento geográficos ou culturais. Cada grupo reflete de modo diferente as manifestações variáveis desses caracteres em populações diferentes. Sendo as nossas observações largamente afetadas pelos nossos preconceitos, somos levados a interpretar arbitrariamente e inexatamente toda variabilidade que se produz num grupo dado como uma diferença fundamental que o separa dos outros de modo decisivo (DECLARAÇÃO DAS RAÇAS DA UNESCO – 18 DE JULHO DE 1950).

Essa caracterização de raça foi assinada por pesquisadores ilustres de diferentes áreas de conhecimento e contribuiu para a compreensão do conceito de forma não arbitrária. Raça, então, foi associada à origem da espécie humana – *Homo sapiens*, neste sentido, o biológico ajuda a entender a raiz e a unidade entre os grupos humanos, bem como as particularidades de genes e fenótipos que na atualidade são

também são modificados pelo processo de miscigenação e por fatores geográficos e culturais. Seguindo esse raciocínio, a declaração da UNESCO conclui:

Os dados científicos de que dispomos no momento presente não corroboram a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam um fator de importância primordial entre as causas das diferenças entre as culturas e as obras da civilização dos diversos povos ou grupos étnicos. Ao contrário, ensinam eles que tais diferenças se explicam antes de tudo pela história cultural de cada grupo. Os fatores que desempenharam um papel preponderante na evolução intelectual do homem são a sua faculdade de aprender e a sua plasticidade. Essa dupla aptidão é o apanágio de todos os seres humanos. Constitui, de fato, um dos caracteres específicos do *Homo sapiens*. Jamais foi possível demonstrar de modo decisivo a existência de diferenças inatas de temperamento entre grupos humanos. Por outro lado, é certo que, seja qual for a natureza das diferenças inatas que possa haver entre os grupos, elas são em grande parte apagadas pelas diferenças individuais e pelas que derivam do meio.

Nem da personalidade nem do caráter dependem a raça. Em todos os grupos humanos encontram-se tipos muito variados de personalidade e de caráter, e não há razão para crer que certos grupos sejam mais favorecidos que outros nesse setor (DECLARAÇÃO DAS RAÇAS DA UNESCO (18 DE JULHO DE 1950).

Portanto, os aspectos psicológicos e morais não têm validade científica, não constituem perfis de determinados grupos étnicos e raciais, mas podem se apresentar em diferentes grupos. O Projeto da UNESCO no Brasil mobilizou a intelectualidade brasileira e estrangeiros. Contou com figuras de renome como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris, além de outros intelectuais envolvidos com a pesquisa dessa agência.

As pesquisas foram inicialmente pensadas para serem desenvolvidas no estado da Bahia, porém, por ter um universo particular que não contemplava a realidade de outras regionais, principalmente de São Paulo, que experimentava um processo de industrialização, urbanização e migração em desenvolvimento, foi acrescentado este estado, além de Pernambuco e Rio de Janeiro. Desta forma, foi composto um quadro sobre a realidade racial do Brasil a partir de diversos estados, conhecido como ciclo de pesquisa da UNESCO.

A Bahia já era velha conhecida da UNESCO pelas diversas pesquisas que havia realizado desde o século XIX. Vale destacar os programas sobre medicina nacional ligados à pesquisa sobre doenças tropicais, os estudos racialistas sobre o negro, de Nina Rodrigues, e também o Convênio Columbia University/Estado da Bahia (1949) sobre saneamento e educação de comunidades rurais próximas a Salvador,

planejada por Anísio Teixeira, na época Secretário de Educação e Saúde do Estado, que contou com a parceria do antropólogo Charles Wagley e Thales de Azevedo (CHOR MAIO, 1999).

MASSI (1989) ressalta que eventos realizados nesse estado como o II Congresso Afro-Brasileiro, com participação de antropólogos estrangeiros, dentre eles: Roger Bastide, Pierre Verger, Melville Herskovits, Franklin Frazier, Ruth Landes e Donald Pierson foram fundamentais para que o estado da Bahia se tornasse fonte de investigação e favorito na escolha da Unesco.

Somam-se a estes elementos o contingente populacional de negros, a cultura, e principalmente as diversas casas de cultos afro-brasileiros, que evidenciam o estado do Bahia como rico em manifestações culturais e acentuado processo de miscigenação, a ponto de a Bahia ser considerada, entre os anos de 1930 e 1940, “a grande metrópole negra brasileira”.

A Bahia, velha e histórica cidade brasileira, ainda preserva muito de suas antigas tradições. Suas igrejas, suas ruas estreitas, suas casas de estilo colonial, o aspecto de seus mercados, a indumentária das “baianas”, vendedoras de doces ou acarajés, a hospitalidade com que acolhe a família baiana, o ar simpático e as maneiras finas de sua gente e outros aspectos dessa bela cidade têm atraído numerosos escritores tanto nacionais como internacionais. Jornalistas a tem descrito, historiadores estudam-na há muito e antropologistas, interessados especialmente pela persistência por padrões culturais africanos, a escolheram como centro para suas pesquisas. Entre os últimos, Nina Rodrigues, Artur Ramos, Edison Carneiro[...] e outros estudaram o “candomblé da Bahia e a contribuição do negro à vida baiana. Entretanto, o aspecto mais interessante dessa cidade é a composição multirracial de sua população e o fato de que, num meio tradicional, indivíduos de diversas raças e de variados tipos físicos vivem em harmonia, sem muitas das discórdias e frustrações que caracterizam as relações interraciais em outras partes do mundo. Parece até que o ideal brasileiro de democracia racial em nenhuma parte se realiza como ali. Por conseguinte, é de surpreender que antropologistas e sociólogos pouca atenção tenha prestado a este assunto (WAGLEY, 1955, p. 7-8).

Para Wagley, o que chama a atenção no estado da Bahia é o aspecto “multirracial e harmônico” da população. Cabe destacar que esta ideia contida em Gilberto Freyre no livro Casa-Grande e Senzala na década de 1930 serviu, anos depois, para justificar os fins investigativos da UNESCO.

Chor Maio (1997, p. 97) acrescenta um outro aspecto do interesse da Unesco pelo estado da Bahia:

O interesse pela Bahia não se limitava ao imaginário racial positivo. No final dos anos 1940, o tema do desenvolvimento despontava no domínio do Ponto IV, uma política de modernização das áreas periféricas lançada pelo governo Truman nos albores da Guerra Fria (RIST, 2002). A partir do convênio celebrado entre a Universidade de Columbia e o Estado da Bahia, idealizado pelo educador Anísio Teixeira, em parceria com o antropólogo Charles Wagley e contando com a participação de Thales de Azevedo e do sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto, o projeto propunha um conjunto de investigações em comunidades do interior baiano com o fito de colher informações e análises capazes de servirem de instrumento de promoção da modernização em educação e saúde nas áreas rurais. Na visão de Wagley, o projeto tinha o propósito de: “investigar [...] a mudança cultural associada à introdução de tecnologia e ideologia ocidentais, concomitantemente a procedimentos administrativos complexos em área atrasada em que o processo está atualmente ocorrendo com rapidez” (CHOR MAIO, 1997, p. 97).

Este convênio “Columbia University/Estado da Bahia”, como já mencionamos, foi planejado por Anísio Teixeira, na época Secretário de Educação e Saúde da Bahia, para estudar comunidade em áreas rurais e desenvolver políticas públicas nas áreas da educação e saúde, bem como apoiar pesquisas científicas e acadêmicas. Este projeto contou com participação de vários intelectuais, do Governo do Estado da Bahia, da Columbia University e de outras organizações científicas brasileiras e norte-americanas, a exemplo da Viking Fund, Social Science Research Council, Dohert Foundation e o Instituto de Economia da Fundação Mauá/Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1984). Pode-se presumir que esta investigação constitui os primórdios das pesquisas da UNESCO no país.

Neste sentido, a pesquisa na Bahia contou com um plano de estudo organizado pelo médico e antropólogo Thales de Azevedo, resultando em um relatório da UNESCO e no livro “As Elites de Cor: um estudo de ascensão social”. Nessa pesquisa, o autor busca compreender a dinâmica da ascensão social dos não brancos, referenciando a aquisição de status e de prestígio. Para tanto, recorreu à metodologia da observação direta dos indivíduos em atividades culturais, profissionais, familiares, educacionais e culturais, além de estudos etnográficos e demográficos, entrevistas e coleta de opiniões.

O autor buscou investigar alguns aspectos tais como: tipos étnicos baianos, preconceito racial, crescimento da população e processos de mestiçagem, opiniões sobre não brancos, casamentos inter-raciais, canais de ascensão social na Bahia e o aspecto de cor no Brasil. A pesquisa ocorreu no ano de 1951. Nessa obra de Azevedo, constatamos algumas conclusões: A Bahia, para ele, é o melhor exemplo de harmonia racial no país. O autor, partindo da caracterização dos estudos já realizados por

Donald Pierson<sup>39</sup> em 1942 sobre a sociedade baiana, descreve-a como multicultural de classes e não de castas, significando que as “pessoas de cor”, termo utilizado em seu livro, adquirem status por suas qualidades e aptidões, competindo em pé de igualdade com os brancos.

Ele manifesta a opinião de que qualquer um pode ascender socialmente por meio de fortuna, méritos intelectuais, títulos profissionais ou pela combinação de todos os elementos juntos. Afirma ainda que a ascensão de uma “pessoa escura” ocorre com mais frequência individualmente do que em grupo. Considera também que desde a abolição os libertos prosperaram, apesar de entender que não houve, por parte do Estado, a destinação de benefícios diretamente. Para comprovar essa tese, o autor exemplifica que entre os negros e pardos acima de cinco anos de idade, a taxa de alfabetização aumentou, desse modo para os negros subiu mais de 50% e para os pardos mais de 60%.

A educação é para ele o principal canal de ascensão social e por onde os negros podem conseguir elevar seu status. Neste sentido a educação é entendida no sentido de boas maneiras e instrução. O apadrinhamento é um bom meio para a integração, diz o autor (AZEVEDO, 1955, p.198). Enfim, o autor conclui que no estado da Bahia as facilidades para ascensão estão aumentando.

O projeto da UNESCO sobre as relações raciais, como foi mencionado, indicou inicialmente a Bahia, contudo, diante da necessidade, ampliou-se o universo da pesquisa, incorporando os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, que participaram da pesquisa no período de 1951 a 1953.

Vários aspectos influenciaram na escolha e no desenvolvimento dos diversos projetos. De início, contribuiu a presença de uma tradição de estudos raciais, sobretudo na Bahia e em São Paulo. Acrescente-se a existência de centros de ensino e pesquisa, principalmente na cidade de São Paulo. Cabe lembrar que o Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco era dirigido por cientistas sociais (Alfred Métraux e Ruy Coelho) que tinham um razoável conhecimento dos estudos étnico-raciais realizados no Brasil. Não menos importante era a preocupação da agência internacional, a partir de 1950, com os processos de industrialização e seus impactos em regiões subdesenvolvidas. Dessa forma, pode-se compreender, em parte, a inclusão das pesquisas realizadas no Sudeste do Brasil. Convém observar também que prestígio intelectual, relações pessoais, elaboração de trabalhos anteriores e experiências internacionais foram determinantes nos estudos de caso. Roger Bastide conhecia Alfred Métraux e tinham uma série de afinidades intelectuais e projetos em comum.

---

<sup>39</sup> Seu Doutorado foi realizado na Universidade de Chicago, em 1939, tendo por tese “As relações raciais na Bahia”. Escreveu um livro em 1942 com o título: Brancos e Pretos na Bahia (estudo de contato racial).

Por sua vez, Wagley já investigava o Brasil desde o final dos anos 30. A presença de Costa Pinto na pesquisa da Unesco deve-se, em grande parte, às suas relações profissionais e pessoais com Arthur Ramos. No caso do Recife, a obra de Gilberto Freyre já havia alcançado reconhecimento internacional (CHOR MAIO, 1999, p.150).

Assim como a Bahia, o estado de São Paulo já realizava pesquisa sobre a questão negra antes do Projeto da Unesco. Neste aspecto, a Universidade de São Paulo (USP) elaborava investigação dirigida pelo francês Roger Bastide e Florestan Fernandes que envolvia, na época, outros pesquisadores a saber: Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queiróz, dentre outros.

A obra do sociólogo francês Roger Bastide realizada na Universidade de São Paulo, entre 1938 e 1954, é ao mesmo tempo extensa (mais de oitocentos trabalhos) e diversificada (religiões afro-brasileiras, religião em geral, psicanálise, sociologia das doenças mentais, crítica literária, poesia, relações raciais). O valor do trabalho levado a efeito por ele na USP recebe os mais altos elogios no Brasil e na França, embora neste último com menos amplitude. Entre suas obras, “As religiões africanas no Brasil” e “O candomblé na Bahia” são as de maior relevo – para alguns, esses são “seus dois grandes livros” (MOITA, 2005, p. 316) -, seguindo-se Imagens do Nordeste místico em branco e preto e muitas outras (CRUZ, 2006 p.70).

Fernandes (1996), no artigo “As Relações Raciais em São Paulo Reexaminadas” descrevem a importância de Bastide nesse contexto:

O mundo mental do negro e do mulato, esfera para cuja análise R. Bastide estava tão preparado, graças aos seus estudos anteriores sobre a poesia negra, o candomblé e a macumba, a psicanálise dos sonhos e o estudo dialético das linhas de cor na competição religiosa, sexual e amorosa, não é “descoberto” como um produto da síntese empírica. Ele surge como uma totalidade apreendida preliminarmente, que lança uma nova luz sobre as relações raciais cooperativas, competitivas e de conflito na sociedade brasileira (FERNANDES, 1996 p. 208).

Para Fernandes, a contribuição de Bastide no aspecto cultural da questão racial anteriormente ao projeto da UNESCO é em sua análise ampla e tem implicações, significados no modo ser do negro, na sua condição humana e enquanto sujeito e não como algo externo e contingencial. Ou seja, para ele Bastide lança um novo olhar sobre o negro no Brasil.

Essa percepção sobre Bastide com base em sua relação pessoal e acadêmica durante a sua passagem pela USP contribuiu para ele pessoalmente construir uma visão mais sistematizada sobre o tema racial. Nesse sentido, Fernandes comenta essa experiência.

**O trabalho que teve mais êxito naquela ocasião foi a pesquisa sobre folclore, em 1941**, no ano em que eu entrei para a Faculdade. A professora encarregada de orientar não soube orientar, eu que encontrei o meu caminho, eu que fiz a pesquisa e ela ainda ficou assustada, achava que eu não podia fazer um trabalho daqueles, que aquilo não era folclore. Foi o professor Bastide, depois, que reconheceu o valor do trabalho e quis publicar[...] o professor Roger Bastide, no primeiro semestre na cadeira dele, pedia que se fizessem dois trabalhos. **Um sobre folclore, uma pesquisa que depois acabou saindo em livro, Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**, um material que eu colhi, umas elaborações que eu fiz na ocasião e posteriormente. O segundo era um pequeno trabalho metodológico, "A crise causal na explicação sociológica"... Esta primeira fase se esgota praticamente com a pesquisa sobre relações raciais que eu fiz em colaboração com o professor Roger Bastide, em 51. Eu tive sorte porque acabei tendo uma ampla experiência de pesquisa. **Graças ao folclore, acumulei experiência concomitante com a pesquisa de reconstrução, de gabinete e em pesquisa de campo, material colhido com crianças, com adultos** ... (Florestan Fernandes, Histórias e Histórias: depoimento a Alfredo Bosi. Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn, 1995, p. 3-31 grifos nossos).

Nota-se nas palavras de Fernandes que sua experiência com a questão racial deu-se no universo acadêmico, a partir de temas culturais como folclore e etnia dos povos indígenas tupinambás<sup>40</sup>, apesar de serem estudos sistematizados e com rigor metodológico, consistiam em estudos específicos que lhe garantiram o status, conjuntamente com Bastide e Oracy Nogueira, junto à Unesco na direção dos trabalhos em São Paulo. Posteriormente, houve a unificação entre os planos de pesquisa da USP e o da Unesco.

Em São Paulo, enquanto Roger Bastide e Florestan Fernandes dedicavam-se às relações raciais na cidade de São Paulo, Oracy Nogueira analisou a comunidade de Itapetininga, que era objeto de seu estudo de pesquisa. A escola de São Paulo ficou conhecida nacionalmente. Naquele período, essas pesquisas contribuíram para elevar os quadros da USP e a área das ciências sociais nessa instituição e, dentro da UNESCO, esta escola teve papel destacado nas pesquisas do país. (CHOR MAIO, 1999).

Nenhum recurso financeiro; nenhum estímulo e nenhuma orientação para o trabalho organizado; nenhuma possibilidade de pesquisa em equipe. O padrão de pesquisa explorado consistia na aventura pessoal. Alguém mais arrojado lançava-se a uma investigação, sem contar com nada além do tempo que dispusesse do próprio lazer e de algumas sobras do próprio salário. Raramente caía do céu uma oportunidade promissora, como aconteceu com a pesquisa sobre as relações entre negros e brancos, suscitada pela UNESCO. (FERNANDES, 1975: 59).

---

<sup>40</sup> Assunto de sua Tese de Doutorado, intitulada "A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá" e defendida em 1951.

O patrocínio da Unesco no Brasil serviu para sistematizar a pesquisa e incentivar pesquisadores da USP, embora Fernandes, em 1996, no artigo sobre as relações raciais em São Paulo, aponte algumas falhas durante o processo da pesquisa:

A pesquisa, em suma, se fez de graça. O que é uma ironia, já que ela foi projetada e desenvolvida como uma das pesquisas mais complexas até então efetuadas entre nós... Paulo Duarte logrou obter um financiamento de oitenta contos da reitoria da USP, mas esse dinheiro foi aplicado no financiamento da publicação do nosso trabalho na revista Anhembi e do grosso volume que continha todos os resultados da investigação). Métraux compeliu R. Bastide a aceitar o encargo e este, por sua vez, induziu-me a entrar com ele na grande aventura, o que aceitei de maneira relutante. Esse acaso se revelaria, em seguida, a coisa mais importante que aconteceu em minha vida de sociólogo profissional e de militante socialista (FERNANDES, 1975, p. 210-211).

Ou seja, no início da pesquisa apareceram problemas de várias ordens – de fundo teórico, relacionado à existência ou não de manifestação de discriminação e preconceito e em relação à forma de encarar a situação concreta dos negros; de ordem técnica, quanto à definição dos responsáveis pela pesquisa em SP e à alocação de recursos para a pesquisa. Na opinião do autor, a investigação, pela complexidade que demandava, foi praticamente de graça, porém, destaca que foi o fato mais importante que ocorreu na sua vida.

Chor Maio (1999) enfatiza que o fato de a USP ter em seus quadros pesquisadores de outros países influenciou também quanto ao método e orientação nas investigações. Nesse sentido, é o paradigma francês que se sobressai como guia no projeto da Unesco em São Paulo. Os trabalhos abordaram as relações raciais tendo em vista o desenvolvimento das indústrias e a metropolização que ocorria em São Paulo. Sob a direção de Roger Bastide e Florestan Fernandes, os estudos se posicionaram contrários à ideia de democracia racial de Freyre, enfatizando que a questão negra no país conjuga as categorias raça e classe. Desta forma, destacaram os obstáculos que afetam a integração do negro na sociedade de classes.

Em São Paulo, a pesquisa, como vimos anteriormente, contou com vários colaboradores que também aprofundaram seus estudos na temática com perspectiva acadêmica. Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira e Octavio Ianni, por exemplo, estudaram a região Sul. Dos seus trabalhos, que são desdobramentos da pesquisa de Fernandes e Bastide, construíram dissertações que foram publicadas no livro “Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e



brancos numa comunidade do Brasil meridional (1960) e mais tarde produziram teses de doutoramento sobre Capitalismo e Escravidão do Brasil Meridional e o Paraná Escravocrata, respectivamente de Cardoso e Ianni. (RODRIGUES, 2009).

A pesquisa que deu início aos trabalhos da Unesco resultou na publicação “Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo” (UNESCO/ANHEMBI, 1955), uma espécie de ensaio sociológico sobre as raízes de preconceitos e manifestações raciais na capital paulista. Esta experiência está registrada na revista sob a direção de Bastide e Fernandes, contendo diversos ensaios, a saber: Do Escravo ao Cidadão: a Cor, Estrutura Social em Mudança e a Luta contra o Preconceito de Cor, de Florestan Fernandes; Manifestações do Preconceito de Cor e Efeito do Preconceito de Cor, de Roger Bastide; além dos títulos Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em relação com a Cor dos seus Colegas, de Virgínia Leone Bicudo; Pesquisas sobre as Atitudes de um Grupo de Escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor, de Aniela Meyer Ginsberg; e por fim os trabalhos de Oracy Nogueira: Relações Raciais no Município de Itapetininga, Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem.

Os resultados de nossas investigações, apresentados de modo tão sumário, patenteiam que a transição do regime escravocrata para o regime de classes não se operou com a mesma rapidez que a transformação do status político do negro. A medida legal abolicionista, promulgada sob o governo monarquista e consagrada pelo governo republicano que o substituiu em 1889, concedeu aos manumitidos direitos formais, o que levaria um dos paladinos do movimento abolicionista a afirmar que a Abolição se revelara um a ironia atroz. É que a transição precisava se operar como um processo histórico-social: o negro deveria antes ser assimilado à sociedade de classes, para depois ajustar-se às novas condições de trabalho e ao novo status econômico-político que adquirira na sociedade brasileira. Essa transição parece ter entrado em sua fase inicial em dias. A proletarianização dos indivíduos de cor e a integração concomitante de uma porção deles às classes médias marcam o fim de um período e o começo de uma nova era na história do negro na vida econômica de São Paulo. Estamos diante de um processo de recuperação econômica desse elemento, de sua reabsorção pelas condições materiais e morais de existência social vigentes contemporâneas na cidade (BASTIDE, 1955, p.59-60).

Esta citação de apresentação de Bastide no livro supracitado torna evidente que abordagem de análise se refere ao contexto do pós-abolição, que caracteriza como transição do regime escravagista para o regime de classes. Nesse sentido, a abolição é questionada por não garantir as mudanças substanciais à população negra, pelo contrário, deixou-a por sua própria conta, porém, há um processo econômico em curso que absorve os negros, proletarianando-os e

incorporando uma boa parte na classe média. Em nossa análise, representa de certa forma uma visão otimista sobre o advento da modernização capitalista.

No livro “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, Florestan Fernandes torna evidente seu posicionamento sobre algumas questões de fundo. Assim, destaca a colonização e a escravidão como traços da formação social brasileira e origem das desigualdades com base no patrimonialismo. É a raiz das desigualdades, uma deformação do regime de classes que tem cumprido o papel de segregar socialmente os negros. As relações raciais, nesse sentido, são assimétricas, portanto, um erro falar em democracia racial em termos freyrianos.

As transformações econômicas e sociais que operam no capitalismo, em função do desenvolvimento e acumulação capitalista no país, configuraram um regime de classes, desenvolvendo entre as classes atitudes e comportamentos diferenciados. Aos brancos, a ideia de superioridade moral e cultural, os privilégios, enquanto para os negros cabe a possibilidade de readaptação e superação das condições de marginalizados, dada a condição imposta pelo processo de industrialização e crescimento urbano.

Desta forma, compreender o “problema do negro” é uma questão de raça e classe, tanto o negro proletário quanto o branco proletário têm a mesma raiz de problema, afirma Fernandes (2006), para quem o regime de classes que se desenvolveu no país não rompeu com as estruturas do passado colonial e escravista. Desta forma, são várias as barreiras que dificultam a integração do negro: mercado de trabalho e competição desigual, sociedade subdesenvolvida, privilégios da classe dominante e priorização da força de trabalho imigrante, naquele momento em grande ascenso em São Paulo. Enfim, o autor conclui que há necessidades de políticas públicas para tirar os negros da marginalidade.

A competição surge como um circuito social estreito e confinado, que se aplica e regula as relações dos que se consideravam “iguais”, que se tratavam como Povo, mas excluía os diferentes estratos do povo propriamente dito da “sociedade civil” e dos processos histórico-sociais. Em consequência, a ordem social competitiva não desponta como a expressão do equilíbrio instável de diferentes camadas sociais em tensão legítima. Ela reconhece a pluralização das estruturas econômicas, sociais e políticas como

“fenômeno legal”. Todavia não a aceita como “fenômeno social” e, muito menos, como “fenômeno político”. Os que são excluídos do privilegiamento econômico, sociocultural e político também são excluídos do “valimento social” e do “valimento político”. Os excluídos são necessários para a existência do estilo de “dominação burguesa”, que se monta dessa maneira (FERNANDES, 2006 p. 92).

A pesquisa da Unesco no Rio de Janeiro, da mesma maneira que em São Paulo, nasceu da ideia de coletar dados raciais em cidades metropolitanas que desenvolviam, naquele período, acelerado processo de industrialização e urbanização.

Costa Pinto foi um dos responsáveis por essa etapa que resultou em um relatório e, posteriormente, no livro “O Negro no Rio de Janeiro” (1953). Convém ressaltar que Costa Pinto já havia participado do Projeto Columbia University/ Estado do Bahia ao qual prestou assessoria, entretanto, diferentemente da pesquisa de São Paulo que estava vinculada à USP, no Rio de Janeiro as pesquisas no campo das

Ciências Sociais estavam engatinhando, “*eram uma inspiração*” nas palavras do autor, existiam as pesquisas individuais de Artur Ramos e pouco desenvolvimento nas universidades (PINTO, 1989).

Assim, a pesquisa da Unesco foi estruturada em outra realidade. Nesse estado ocorriam intensos debates sobre a questão racial fora dos espaços acadêmicos, principalmente através do Teatro Experimental do Negro – TEN<sup>41</sup> que por sua vez tinha em seu quadro intelectuais como Nascimento e Guerreiro Ramos<sup>42</sup> fornecendo importantes contribuições teóricas sobre esse tema.

A título de informação, o TEN tinha diferentes linhas de atuação – a linha pedagógica oferecia a alfabetização de adultos e cultura geral aos seus membros não letrados; a artística e teatral visava formar um estilo dramatúrgico e representação teatral centrada na cultura africana e afro-brasileira; a atuação política e programática, na perspectiva de realizar estudos sobre o negro, a partir da sociologia militante, e fomentar a organização social de seus membros, a exemplo da Associação das

---

<sup>41</sup> O TEN surgiu em 1944 no Rio de Janeiro idealizado por Abdias Nascimento. Tinha por objetivo construir uma imagem positiva do negro e de sua cultura na educação, nas artes e nos meios de comunicação, através de um estilo dramatúrgico e estética afro. Participaram desse movimento o advogado Aguinaldo de Oliveira Camargo, o pintor Wilson Tibério, Teodorico Santos e José Herbel. Logo em seguida, foram acompanhados pelo militante negro Sebastião Rodrigues Alves, Claudiano Filho, Oscar Araújo, José da Silva, Antonio Barbosa, Arlinda Serafim, Ruth de Souza, Mariana Gonçalves, que trabalhavam como empregadas domésticas, Natalino Dionísio, entre outros. O corpo de atores era formado, inicialmente, por operários, empregados domésticos, moradores de favelas sem profissão definida e modestos funcionários públicos (NASCIMENTO, 2005).

<sup>42</sup> Sociólogo bastante conhecido. Atuou principalmente como técnico. Foi assessor do Presidente Getúlio Vargas no seu segundo governo. Diretor do Departamento de Sociologia do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB. Foi também diretor do Instituto Nacional do Negro, órgão da TEN em 1949. De 1963 a 1964, foi Deputado Federal até ter seus direitos cassados pelo Ato Institucional n.1 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001).

Empregadas e do Conselho Nacional de Mulheres, que se organizaram a partir da orientação da TEN. Esse movimento contava ainda com a linha da Comunicação, no qual publicou livros e edições do jornal “Quilombo” e a realização de eventos como a Semana do Negro.

Em 1950, o TEN realizou o I Congresso do Negro Brasileiro, que teve presença de sociólogos e antropólogos como Darcy Ribeiro, Roger Bastide, Guerreiro Ramos, Édison Carneiro e Costa Pinto (NASCIMENTO, 2005).

Realizou ainda o TEN o histórico I Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1950, cujo documentário está publicado no livro *O negro revoltado* (segunda edição da Nova Fronteira, 1982). A fim de atingir a alienação estética da sociedade convencional, um Concurso do Cristo Negro foi realizado sob a responsabilidade do sociólogo Guerreiro Ramos, no Rio de Janeiro, em 1955. Os concursos de beleza *Rainha das mulatas* e *Boneca de pixe* foram concebidos como instrumento pedagógico buscando realçar o tipo de beleza da mulher afro-brasileira e educar o gosto estético popular, pervertido pela pressão e consagração exclusiva de padrões brancos de beleza. O Instituto Nacional do Negro, a cargo do sociólogo Guerreiro Ramos, realizava nos seus seminários de grupo terapia um trabalho pioneiro de psicodrama, visando desenvolver uma terapia para a consciência dilacerada do negro vitimado pelo racismo (NASCIMENTO, 2005, p. 223).

O Congresso da TEN discutiu vários temas ligados à questão racial. Nos Anais desse Congresso, bem como no Livro “O Negro Revoltado”, de Abdias Nascimento (1968) contêm as recomendações e o entendimento sobre a questão racial no país. Neste sentido, a Declaração Final desse evento destaca que as causas atuais das dificuldades que os negros enfrentam estão vinculadas à abolição e à estrutura econômica e social.

“Os problemas do negro” representam, portanto, apenas uma particularidade do problema mais geral do povo brasileiro, sendo necessário um estudo histórico e sociológico dessa problemática. As recomendações sugerem a organização dos negros para enfrentamento das desigualdades, acesso à instrução e educação técnica, profissional e artística; atendimento à saúde bem como para o desenvolvimento de ações que oportunizem a igualdade.

Chama também a atenção da Unesco para que tenha um olhar sobre as experiências que diminuem os conflitos raciais no Brasil. Sugere que o governo brasileiro faça a defesa junto à Unesco para que examine os esforços do TEN e seus instrumentos destinados à integração racial, elevação da autoestima da população negra e luta contra a discriminação racial. Por fim, sugere que a Unesco organize um

Congresso Internacional de Relações de Raças. Cabe destacar que as ideias em torno da Unesco foram propostas por Guerreiro Ramos, principal questionador do caráter da pesquisa dessa agência da ONU no país. Para Costa Pinto, que participou como congressista, o evento foi de suma importância:

Foi-nos de grande utilidade a leitura das teses apresentadas ao Congresso Brasileiro do Negro, que vêm indicadas na bibliografia, especialmente aquelas escritas por negros que, mesmo quando apresentadas por intelectuais e como análises dos problemas, utilizamos sempre, em face do escopo deste estudo, como depoimentos – o que de resto é não somente legítimo mas também recomendável do ponto de vista da sociologia do conhecimento. Aproveitamos, do mesmo modo, artigos, discursos, conferências, ensaios, crônicas publicadas na imprensa negra ou não-negra do Rio de Janeiro, assim como notas, editoriais, comentários, clichês, legendas, slogans e até a publicidade comercial impressa nos jornais, procurando sempre descobrir as conotações existentes entre tudo o que flui da vida social do negro em todos os setores e o quadro estrutural dentro do qual ele está integrado na comunidade metropolitana ( PINTO, 1952, p. 38).

Estas considerações estão presentes na edição do livro “O Negro no Rio de Janeiro”, que foi o resultado de sua pesquisa na Unesco e evidenciam que o movimento negro exerceu influência no formato da pesquisa nesse estado. Desse modo, desde os primórdios da proposta de estudos da UNESCO, Guerreiro Ramos buscou influir politicamente nos destinos da pesquisa, empenhando-se para que esse órgão incorporasse os estudos do TEN e realizasse o Congresso Internacional de Relações de Raça, conforme expresso anteriormente.

Em sua análise, era importante que a pesquisa tivesse uma pauta de intervenção nas políticas públicas, com foco no aspecto sociológico e psicossocial e não apenas na descrição das relações raciais em perspectiva acadêmica.

Chor Maio (2005), ao comentar a posição de Guerreiro Ramos em relação à UNESCO, destaca que:

Guerreiro Ramos foi um crítico severo dos estudos elaborados pelos cientistas sociais envolvidos no “projeto Unesco de relações raciais”. Mediante as controvérsias em torno do “problema do negro”, do “negro como objeto de estudo”, Guerreiro Ramos desenvolveu nova leitura sobre o pensamento social brasileiro, inspirado em intelectuais que, desde a segunda metade do século XIX, vinham pensando o tema da incorporação de estratos sociais marginalizados à nação. Nesse período, em parte informado pela experiência do TEN, o sociólogo radicaliza sua perspectiva sobre o afazer sociológico, esboçando uma política para as ciências sociais no Brasil em prol da organização do trabalho de pesquisa em bases coletivas e subordinado a uma agenda política, em cujo interior assumia centralidade a questão do desenvolvimento nacional (CHOR MAIO, 2015, p. 3).

Embora apresente diferenças com relação ao direcionamento da pesquisa da UNESCO, Guerreiro Ramos não é contra a pesquisa em si. Sua posição minoritária entre os intelectuais não teve efeito nesse período, mas posteriormente, surgindo várias pesquisas em diversos campos, inclusive no ensino.

A despeito da derrota da proposta de Guerreiro Ramos, ela teve efeitos ao apontar a dimensão política da proposta da UNESCO, assim como a necessidade de diversificação do plano original. Desse modo, o desenvolvimento do projeto indicou a possibilidade de realização de um leque de pesquisas que surgiram a partir do conhecimento prévio de cientistas sociais da agência internacional, ampliado pelos contatos e sugestões de pesquisadores nacionais e estrangeiros com experiências diversas de ensino e pesquisa no Brasil e, por fim, como se verifica no Congresso do TEN, pela competição quanto à natureza do programa da Unesco (CHOR MAIO, 2015, p.88).

Chor Maio (2015) aponta a importância de Guerreiro Ramos nos debates acerca do tipo de pesquisa na Unesco, bem como destaca que intelectuais como Costa Pinto e Roger Bastide consideraram relevantes os aspectos por ele explorados e que tinham em comum a posição em torno da relevância de estudos sobre as relações raciais no Brasil patrocinados pela UNESCO.

Enfim, esse debate acabou por influenciar os resultados da pesquisa no Rio de Janeiro. No Relatório da Unesco e na produção do livro de Costa Pinto “O Negro no Rio de Janeiro[...]” aspectos como metodologia de pesquisa, tipo de abordagem, estudos afro-brasileiros, situação racial, demografia e composição étnica da população desse estado, análise de dados por grupos etários, cor, sexo, natalidade e morbidade estiveram presentes na pesquisa. Enquanto no Rio de Janeiro o foco da pesquisa centrou-se em aspectos sociais das relações raciais, destacando-se a desigualdade existente no país, em Pernambuco os estudos se concentraram na questão cultural. Chor Maio (1999) destaca a interferência direta de Gilberto Freyre junto à Unesco para incorporar seu estado no ciclo de pesquisa.

Desta forma, o autor salienta que a cidade de Recife entrou tardiamente nesses estudos. Freyre, figura conhecida internacionalmente por diversas publicações, especialmente pelo livro Casa Grande e Senzala, foi até cogitado para assumir a pesquisa em seu estado, contudo, em virtude do cargo de Deputado Federal que exercia no parlamento pela União Democrática Nacional – UDN, recusou a

indicação, assumindo a função o médico e antropólogo René Ribeiro, na época diretor do Instituto Joaquim Nabuco<sup>43</sup>.

Ribeiro, que desde a academia participou, como estudante de medicina, fez pesquisas sobre aspectos sociais de doenças mentais, posteriormente dedicou-se a estudos sobre delinquência juvenil, cultos afro-brasileiros, especializou-se em Antropologia sob a orientação de Melville Herskovits<sup>44</sup> nos anos de 1940, fez mestrado discutindo em sua tese os grupos de cultos de estudos afro-brasileiros de Recife, além de outras atividades acadêmicas em seu estado, portanto, um intelectual credenciado para tal função.

Chor Maio (2009) pontua que foi à frente do Instituto Joaquim Nabuco que Ribeiro passou a estreitar relações institucionais com a UNESCO e com isto foi convidado a produzir um estudo sobre a influência dos aspectos religiosos nas relações entre brancos e negros em Recife. O pesquisador investigou diferentes grupos religiosos como católicos, protestantes e setores de cultos africanos, buscando estabelecer a influência da religião na definição de padrões de relações raciais no Nordeste. A pesquisa de Ribeiro contribuiu segundo Chor Maio (2009) para:

Dar maior visibilidade ao Instituto Joaquim Nabuco e à preservação do legado de Gilberto Freyre. De algum modo, atualizou certas reflexões do mais consagrado sociólogo brasileiro à época, servindo de contraponto às críticas ao trabalho de Gilberto Freyre, que começavam a ser recorrentes no Sudeste do Brasil (CHOR MAIO, 1999, p.126).

A pesquisa da UNESCO em Recife, portanto teve forte influência de Freyre. Ribeiro que mantinha relações pessoais e institucionais com este sociólogo tratou também em sua investigação atrelar seus estudos às ideias desse autor, embora bastante questionadas.

---

<sup>43</sup> Fundada em 1949 é uma iniciativa de Gilberto Freyre em preservar o legado histórico-cultural de Joaquim Nabuco com ênfase nas regiões Norte e Nordeste. Está vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, sua sede fica em Recife – PE. O Instituto tinha como objetivo desenvolver pesquisas sociológicas sobre o padrão de vida dos trabalhadores rurais da região Nordeste, tendo em vista o melhoramento do nível social dessa população; Servir de "centro de treinamento em técnica de pesquisas sociológicas para estudantes de universidades e escolas superiores e técnicas do Nordeste (Fonte: O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social", in Boletim do Instituto Joaquim Nabuco, vol. 1, nº 1, 1952, p. 113).

<sup>44</sup> Melville Jean Herskovits foi um antropólogo americano que firmemente estabeleceu Estudos africanos e Estudos afro-americanos na academia americana. Entrevistador e Tradutor: Rodrigo Ramassote. In: Revista USP: Cadernos de Campo, n. 25, p. 343-364, São Paulo, 2016.

O sociólogo Donald Pierson, que teve papel decisivo no desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50, como professor e pesquisador da Escola Livre de Sociologia e Política, acaba por colocar em dúvida a natureza científica de algumas afirmações generalizantes presentes na obra. Em sua resenha à primeira edição norte-americana de *Casa-grande & senzala* (*The masters and the slaves*), Pierson faz duas críticas ao trabalho de Freyre: a permanência de alguns conceitos de fundo biológico, como o de "instinto econômico", prejudicando assim a análise sociológica do autor; e, em termos mais amplos, a tentativa de fazer do nordeste a representação do Brasil, quando, na verdade, existiriam "vários Brasis" (cf. Pierson, 1947, p. 609).

Neste sentido partiu assim como Freyre de abordagem colonialista, escravocrata e patriarcal no qual a identidade nacional foi construída com base na miscigenação entre os diversos povos sem conflitos raciais, centrado no luso tropicalismo. A existência da religião católica "tolerante" no país que soube respeitar as tradições das religiões dos povos indígenas e africanos contribuiu também para ethos nacional.

Se o projeto UNESCO, tal como realizado na Bahia, em São Paulo e no Rio de Janeiro, representou uma revolução paradigmática, tal como realizado em Pernambuco, por René Ribeiro em associação com Gilberto Freyre, representou uma contra-revolução (CHOR MAIO, 1999, p.129).

Para ele o problema a abolição da escravatura não promoveu mudanças substanciais, transformou apenas a sociedade de castas em sociedade de classes limitando a mobilidade social, restringindo a formação de uma classe média. "Apesar da ausência de barreiras explícitas à mobilidade social de negros e mulatos, ela ocorre de modo limitado, dadas as condições econômico-sociais vigentes" (RIBEIRO, 1956, p. 97).

Ribeiro aborda ainda os casamentos inter-raciais destacando que no período de 1940 a 1950 em Pernambuco ocorre seletividade de miscigenação, sem, no entanto, realizar-se a segregação racial. Isto ocorre, segundo ele, pelo fato de que no afã de preservar o status social das pessoas de classe média.

A tensão nos intercursos étnico-raciais adquire maior visibilidade na relação entre os sexos e nas estratégias de preservação do status social. Dessa maneira, a possibilidade de negros casarem-se com pessoas das classes média e alta é limitada devido à reação negativa desses estratos sociais. Cabe destacar que, também nas camadas populares, as interações raciais poderiam sofrer o interdito na medida em que, de algum modo, pudesse ameaçar o status social da família. No entanto, René Ribeiro retoma um aspecto singular no processo de miscigenação: trata-se da mancebia. Ela ofereceu, em especial, às mulheres não-brancas uma alternativa ao casamento cristão. (CHOR MAIO, 1999, p.124).



O autor também enfatiza que para Ribeiro (1956), o que opera no Nordeste é o preconceito de cor, associado à classe baixa, decorrente do passado escravagista, atribuído ao fato de os negros serem inferiorizados na estrutura social. Para Ribeiro o preconceito racial se realiza pelos setores médio e superior da sociedade, enquanto a miscigenação é um fator de compensação, que serve para atenuar os conflitos raciais, ao mesmo tempo em que “suaviza os atributos raciais negativos (CHOR MAIO, 1999).

Enfim, o ciclo de pesquisa da Unesco no Brasil estabeleceu novos caminhos para os estudos sobre as relações raciais no país, avançando quanto ao aspecto metodológico, possibilitando o acesso a dados sobre a situação racial no país em diferentes regiões e também inserindo a temática em várias dimensões de conhecimento.

Neste sentido, foi um divisor de águas no qual se sistematizou a questão racial para além dos aspectos cultural, folclórico e biológico sob os quais era anteriormente investigada, reforçando traços racistas da sociedade brasileira. Cabe destacar que situar o tema em contextos históricos, sociais e econômicos é fundamental para se compreender a totalidade e a inserção na realidade social concreta.

Embora percebendo estes pontos positivos sobre a pesquisa da UNESCO em Recife e na Bahia, respectivamente, Costa Pinto e Thales de Azevedo reafirmaram as ideias de Freyre em relação à cultura ibérica, o passado colonial patriarcal e escravagista, no qual relações raciais foram vistas pelo autor como harmônicas sem, no entanto, estabelecer o nexos com a estrutura injusta da sociedade e as necessidades da população negra. Os autores mantiveram a ideologia da democracia racial, justificando assim a exclusão social.

Da mesma forma comunga-se com as críticas realizadas às pesquisas de Florestan Fernandes e sua interpretação de que o preconceito racial e discriminação são heranças do passado tendendo a desaparecer com o desenvolvimento da industrialização capitalista, através da competição aberta, democrática e com estímulo de programas rápidos de mudança cultural e exercício de democracia para avançar nas relações raciais.

O mesmo ocorre em relação a Costa Pinto e Thales de Azevedo, que consideraram a mobilidade como um fator do pós-abolição, característica das

sociedades em desenvolvimento, embora, para o primeiro, esse fato possa ocasionar reações de setores dominantes por conta do preconceito racial. Estas perspectivas se assentam na crença do desenvolvimentismo, no processo de industrialização e modernização. Apesar das limitações, a crença nesta evolução focaliza a questão de classes e o desenvolvimento de uma classe média que terá outros contornos no processo de identidade racial e nacional.

### 3 O LUGAR DO NEGRO COMO SUJEITO HISTÓRICO E NA LUTA DE CLASSES

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, conforme observou-se nas seções anteriores, suscitou debates e uma série de reflexões na intelectualidade brasileira sobre a perspectiva de civilização, caráter da identidade brasileira e desenvolvimento econômico. Neste percurso, argumentos negativos foram sendo forjados sobre o futuro do Brasil, por conta das orientações das teorias raciais que viam na composição étnico-racial e no processo de miscigenação um atraso e uma degeneração da espécie humana. Posteriormente, a ideia de mestiçagem se tornou positiva aos olhos de Gilberto Freyre, que via a benevolência da colonização portuguesa.

Nesse aspecto, a democracia racial foi construída como símbolo da identidade brasileira. Cordialidade foi outro traço dado à nacionalidade. Esses símbolos, por um lado, reforçam o mito da passividade dos povos que construíram este país e de seus descendentes e, por outro, afirmam que os povos submetidos à opressão e exploração são alienados e estranhos à situação vivida, se configura, portanto, uma mentalidade paternalista e tutelar do negro numa sociedade representada pela ausência de conflitos e pela acomodação dos negros.

Também fizeram parte dessa incursão histórica as diversas pesquisas com a finalidade de estudar as relações raciais no Brasil patrocinadas pela Unesco. Nessas investigações evidenciou-se que a democracia racial da sociedade brasileira foi caracterizada como um mito por Fernandes, existindo de fato preconceitos e discriminações contra o negro nos diversos espaços sociais da vida humana, em diversas regiões do país.

Apontou-se nessas pesquisas a influência da cultura africana e afro-brasileira, uma espécie de multiculturalismo assimilacionista e a “integração racial” nos estados de Pernambuco e Bahia, demonstrado respectivamente nas pesquisas de René Ribeiro e Thales de Azevedo. Neste sentido, a mobilidade social dos negros foi analisada como defeituosa por conta dos efeitos da modernização e urbanização capitalista e não como herança do passado escravagista que estabelece o nexo com o capitalismo dependente. As pesquisas, nesses estados, estavam atreladas ao pensamento lusotropicalista de Freyre.

No Rio de Janeiro e em São Paulo as pesquisas sob o viés classista constataram que os negros foram tratados como “cidadãos de segunda classe”. Dessa

forma, o preconceito e a discriminação racial são manifestações presentes que, somadas aos privilégios da classe dominante, estabeleceram um sistema desigual e injusto que dificultou a elevação social dos negros.

Fernandes destacou que os negros encontraram muitos entraves para se integrar na sociedade de classes e que só a partir do intenso processo de industrialização e urbanização e após o declínio da imigração nos anos de 1950 é que os negros tiveram oportunidade relativa no mercado de trabalho. O autor chama esta fase de proletarização, ou seja, o “negro se proletarizou” e entrou finalmente na sociedade de classes, porém, os mecanismos de dominação tradicional se mantiveram, o que de certa forma tem impedido a ordem social competitiva justa. Ao final de sua pesquisa, o autor indicou a necessidade de os negros reforçarem suas críticas ao sistema, uma espécie de “protesto negro” para organizar a luta por políticas raciais. Também destaca a necessidade de um governo democrático que promova e oriente políticas de democracia racial capazes de superar as desigualdades raciais e possibilitar a ascensão social dos negros.

A perspectiva apontada pelo autor já sinaliza a necessidade de ações afirmativas, realizadas através de mediação entre movimento negro e governo democrático. Ressalta-se que a existência de um movimento negro propositivo, a exemplo da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro, com forte influência, segundo pesquisas da Unesco nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, contribuindo inclusive com coleta de informações, mas ficando de fora, ao final do relatório dessa agência capaz de contribuir com sugestões para o combate do racismo e a elaboração teórica de um quadro da realidade racial brasileira para além da academia.

Moura (1988), no livro *Sociologia do Negro Brasileiro*, destaca a importância das pesquisas da Unesco que, graças ao rigor científico e à nova ordenação teórico-metodológica, desenvolveram estudos sobre as particularidades da questão do negro na sociedade brasileira, tanto no aspecto econômico como nas questões atuais de mobilidade social e nas relações étnico-raciais.

Contudo, o autor não deixa de tecer críticas à tradição dos cientistas sociais que, em diversos estudos sobre a situação do negro, inspiram-se na base epistemológica colonialista e não expressam a realidade social concreta dos negros no país. São conceitos, explicações de correntes que em grande parte reproduzem preconceitos e não refletem os processos de seleção, bloqueios e estratégias

materializadas desde os grupos familiares, passando pela educação básica, universidade, mercado de trabalho e espaços profissionais em que preconceitos e discriminações, bem como mediações ideológicas pré-estabelecidas como a democracia racial, são fortemente utilizados para impedir a mobilidade social dos negros.

Ele destaca que na região Sul e Sudeste, tradicionalmente, no passado e no presente se processam mecanismos de “barragens étnicas” e se consolida uma estrutura social de privilégios aos não negros, isto em decorrência da competição selvagem imposta pelo capitalismo dependente. A discriminação se configura, portanto, como estratégia de seleção e bloqueio aos negros urbanos. O autor cita São Paulo, onde uma parcela ínfima de negros estão nas universidades e ocupam espaços burocráticos, enquanto um setor elevado forma uma “franja marginal”.

A grande massa negra que atualmente ocupa as favelas, invasões, cortiços, calçadas à noite, áreas de mendicância, pardieiros, prédios abandonados, albergues, aproveitadores de restos de comida, e por extensão os marginais, delinquentes, ladrões contra o patrimônio, baixas prostitutas, lumpens, desempregados, horistas de empresas multinacionais, catadores de lixo, lixeiros, domésticas, faxineiras, *margaridas*, desempregadas, alcoólatras, assaltantes, portadores das neuroses das grandes cidades, malandros e desinteressados no trabalho, encontra-se em estado de semi-anomia.

Essa grande massa negra — repetimos —, sistematicamente barrada socialmente, através de inúmeros mecanismos e subterfúgios estratégicos, colocada como o rescaldo de uma sociedade que já tem grandes franjas marginalizadas em consequência da sua estrutura de capitalismo dependente, é rejeitada e estigmatizada, inclusive por alguns grupos da classe média negra que não entram em contato com ela, não lhe transmitem identidade e consciência étnicas, finalmente não a aceitam como o centro nevrálgico do dilema racial no Brasil e, com isto, reproduzem uma ideologia que justifica vê-la como periférica, como o negativo do próprio problema do negro (MOURA, 1988, p.10).

Nas palavras de Moura, a questão do negro no Brasil deve ser vista dentro da dinâmica do processo social no modo de produção que produz e reproduz as relações sociais. Esta compreensão deve ser o ponto de referência do dilema racial brasileiro e deve contribuir para estabelecer o nexos entre o problema do negro e a estrutura da sociedade, inclusive para o setor médio negro, sob pena de reproduzir uma sociologia branca, que nas palavras do autor o termo branco aqui empregado não se refere a cor/raça/etnia, mas à epistemologia dos estudos sobre o tema racial, no qual se aplica um referencial branco onde os negros são apenas objeto de estudo, portanto, uma perspectiva alienada e imparcial do processo. Esta concepção foi introjetada inclusive pelos negros de classe média.

O problema do negro tem especificidades, particularidades e um nível de problemática muito mais profundo do que o do trabalhador branco. Mas, por outro lado, está a ele ligado porque não se poderá resolver o problema do negro, a sua discriminação, o preconceito contra ele, finalmente o racismo brasileiro, sem atentarmos que esse racismo não é epifenomênico, mas tem causas econômicas, sociais, históricas e ideológicas que alimentam o seu dinamismo atual [...] A articulação do problema étnico com o social e político é que alguns grupos negros não estão entendendo, ou procuram não entender para se beneficiarem de cargos burocráticos e espaços abertos para os membros qualificados de uma ínfima classe média branqueada (MOURA, 1988, p. 10-11).

Dito de outra forma, o problema do negro é profundo e não se esgota quando insere uns poucos negros de classe média em espaços sociais ou quando determinadas entidades negras ocupam espaços institucionais e de governo. O problema transcende os estudos descritivos sobre o negro e se insere na perspectiva de compreensão do fenômeno na totalidade, exigindo-se uma práxis engajada, preocupada permanentemente com a marginalidade, pobreza, discriminação que submeteram os negros neste país, em contraste com um seletivo grupo dominante, privilegiado e autoritário.

Ou seja, é preciso compreender a questão do negro num país pluriétnico, dividido em classes, com interesses antagônicos e inconciliáveis, marcado por desigualdades sociais, atravessado pela discriminação e opressão racial. Esta compreensão exige a transformação radical da sociedade, um verdadeiro projeto de democracia racial.

Nesta seção, busca-se discutir o papel do negro enquanto sujeito histórico e na luta de classes. Esse entendimento parte da ideia de que a história do negro no Brasil é a história de lutas, das rebeliões negras, organização de quilombos, resistência cultural e religiosa e outros, situando-se, portanto, como um sujeito político que tem seu destino traçado na estrutura social e faz de sua condição social oprimida e explorada no modo de produção capitalista sua forma de lidar contra a violência que lhe é imposta na perspectiva de sobrevivência. Nesta direção, valida-se o conceito marxista da lei da marcha da história da teoria de luta de classes para caracterizar nosso entendimento:

Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, lei segundo a qual todas as lutas históricas que se desenvolveram quer no domínio político, religioso, filosófico, quer em qualquer outro campo ideológico são, na realidade, apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por sua vez, condicionados pelo grau de

desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, que é determinado pelo seu precedente” (ENGELS, Friedrich. Prefácio à 3ª Edição Alemã de O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, 2000).

Nesta citação presente no livro de Marx, as lutas históricas que se desenvolvem em qualquer forma de domínio são expressões de lutas de classes e a existência de conflitos entre classes é condicionada pelo nível de desenvolvimento econômico, modo de produção e de troca, ou seja, a luta de classes é o centro da discussão para Marx.

No Livro “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” (2000), ainda que Marx aborde os acontecimentos revolucionários na França entre 1848 e 1851, o golpe de Estado, a nomeação de Napoleão III a imperador, dentre outros, está contida a teoria da luta de classes proposta pelo autor. Neste sentido, Marx (2000, p.15) destaca:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo. E justamente quando aparecem empenhados a revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nessas épocas de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tornandolhes emprestado os seus nomes, gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar, nessa linguagem emprestada, a nova cena da história universal (MARX, 2000, p. 15).

A partir desta citação é possível entender pela lei da história como se processa a luta de classes, como os interesses econômicos e políticos das classes são conflituosos e, por esse motivo, aceleram o descontentamento, gerando revoltas e insurreições. Seguindo essa lógica, deduz-se que os negros, na condição de escravizados e “cidadãos” de segunda classe, jamais ocuparam lugar de passividade diante da situação imposta. Esta posição apoia-se na observação feita por Moura (1987) sobre a contradição fundamental do escravismo:

[...] a estratificação dessa sociedade, na qual as duas classes fundamentais – senhores e escravos – se chocam, era criada pela contradição básica que determinava o nível de conflito. Em outras palavras, a classe dos escravos (oprimida) e a dos senhores de escravos (opressora/dominante) produziram a contradição fundamental. Essa realidade gerava a sua dinâmica nos seus níveis mais expressivos. Dessa forma, os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia.

Recorreram, por isso, a diversificadas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos. É dessa última forma de resistência que iremos nos ocupar. Ela representa uma forma contínua de os escravos protestarem contra o escravismo. Configura uma manifestação de luta de classes, para usarmos a expressão já universalmente reconhecida. (MOURA, 1987, p.10).

A contradição fundamental do sistema escravista apresenta interesses de classe inconciliáveis e gera extremos opostos: de um lado, os senhores donos da propriedade privada, de outro lado, os escravos, condicionados a objetos, peças do capital, não tendo nada a perder, a não ser resgatar a sua humanidade e, isto se fez através de luta e organização.

No Brasil, desde o início da escravidão que os negros africanos, transformados em escravos, começaram a organizar-se para sobreviverem e manterem os seus padrões tribais e culturais que a escravidão tentava destruir permanentemente. Desde os navios negreiros que eles, aproveitando-se das organizações iniciáticas existentes na África em grande número, procuravam reencontrar a sua condição humana. Mas o sistema escravista, como um todo compacto e fechado, não permitia que o escravo adquirisse consciência da sua situação social, fato que o impedia de formular uma ideologia capaz de desaliená-lo completamente. Por isto mesmo, começa a organizar grupos tópicos de diversos conteúdos para reencontrar-se como ser. Desta forma, os grupos sociais *específicos* negros foram criados pelos escravos, durante todo o transcurso do regime escravista e pelo negro livre, após a Abolição até os nossos dias. (MOURA, 1988, p.110-111).

Na citação de Moura (1988) observa-se a afirmação de que os negros, desde a condição de escravizados, lutaram pela sobrevivência para garantir sua humanidade, procurando estabelecer um elo, quer seja com as suas tradições culturais, quer seja por meio da criação de grupos específicos. Este é um traço deste grupo étnico que perdura até os dias de hoje. Um fato importante apresentado por Moura é a força repressora e ideológica que o sistema escravista utiliza para desumanizar os negros.

Neste aspecto, fica evidente que naquele período os negros não formavam uma classe social exatamente, pois estavam na condição de escravos, porém Moura, aprofundando o tema marxista, afirma que este tema é vasto e ao ser utilizado pela macrossociologia, ou seja, nos estudos dos processos amplos da sociedade: classes, governos, economia, ideologia, etc, torna-se válido e pode ser empregado para caracterizar os africanos escravizados como uma classe social que se contrapõe à classe dominante de senhores de engenho.

Para tanto, o autor trata do tema classes sociais, a partir da subdivisão do



conceito de classe em si e para si de Marx, aproximando-os dos conceitos de grupos específicos e diferenciados para demarcar sua posição e compreensão de como esse processo se realiza entre os negros, adquirindo a consciência social coletiva, ou seja, enquanto classe social:

A análise de classe pode ser vista desde a sua formação e emergência quando é apenas objeto na estrutura social, até a fase plena da sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe e somente em confronto e fricção com outras que se comprimem no espaço social pode reconhecer-se como específica, isto é, com objetivos próprios e independentes. A partir do nível de reconhecer-se *específica*, ela cria valores parciais próprios que funcionam como mantenedores dessa especificidade e, ao mesmo tempo, elabora uma ideologia que a dinamiza do ponto de vista da sociedade abrangente.

Quando a classe chega a esse ponto, a sua ideologia deverá ser tão globalizadora que refletirá os interesses mais gerais daqueles segmentos, camadas, grupos ou indivíduos que se encontram em um processo de desenvolvimento e se situam, da mesma forma que a classe que adquiriu consciência de si mesma, de um lado em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas e, de outro, em antagonismo com as relações de produção existentes (MOURA, 1988, p. 110).

Nestes termos, classes sociais têm historicidade. O processo se realiza inicialmente quando é apenas objeto na estrutura social e vai evoluindo, adquirindo consciência, se autoafirma, tornando-se independente, criando valores que se contrapõem aos dominantes e ao sistema que o oprime, refletindo interesses de sua coletividade, buscando formas de organização para a sua sobrevivência econômica, social e cultural.

Dito isto, Moura (1988) acrescenta diversas formas de resistência negra durante a escravidão no Brasil, também denominadas pelo autor de grupos específicos. São eles: grupos de lazer, religiosos, sociais, econômicos, resistência armada, musical, dentre outros. Cada um de acordo com objetivos propostos, ainda que em algumas dessas organizações, dado o espontaneísmo, não houvesse a pretensão de fundar algo sistematizado.

Ele também destaca que desde os navios negreiros havia formas de organização que foram estabelecidas ainda África. Os momentos de lazer, segundo o autor, cumpriam a tarefa de preservar as crenças, valores e padrões culturais da África. Havia organização com objetivo de obter alforrias, conseguir dinheiro para fazer sepultura e ainda aquelas com caráter de resistência, como as ocorridas nas senzalas e nos quilombos.

Os quilombos foram fortes símbolos de resistência negra. Alguns tiveram longa existência, como Palmares, que durou mais de sete décadas, dominando estradas e áreas territoriais com uma vasta população que chegou a trinta mil pessoas, formando forte exército e construindo novas relações sociais.

Cabe destacar que as experiências dos quilombos se estenderam de norte a sul do país, ou seja, do estado do Pará ao Rio Grande do Sul, além de organizarem os escravizados. O autor enfatiza que os africanos, desde o início, tiveram espírito associativo, característica que permanece no pós-abolição, por conta do peneiramento social a que foram submetidos.

Gomes (2015) destaca que entre os séculos XVI e XIX não só no Brasil, mas na América escravista, os escravos lutaram contra a opressão senhorial. Para ele, foram diversas as formas de lutas: insurreições urbanas, revoltas rurais, suicídios, assassinatos de feitores e proprietários, dentre outras, destacando os quilombos como “protesto coletivo” e importante movimento que se espalhou no país, causando forte impacto na economia daquela época.

Ele desmistifica, com base em estudos mais recentes, que os quilombos eram comunidades isoladas. Para ele, além da mobilidade, articulavam-se com vários setores da sociedade, e isto causava temor aos fazendeiros e autoridades da época. Para justificar a interação econômica e social dos quilombolas, o autor cita que estes desenvolveram uma economia baseada na produção agrícola e na criação de animais. Eles comercializavam o excedente de sua produção nos comércios locais. Por quilombos o autor destaca:

Torna-se difícil estabelecer tipologias adequada para os quilombolas, considerando a complexidade de suas experiências de formação que foram variadas no Brasil Escravagista e durante a pós-emancipação. De modo geral, coexistiram diversas formas de aquilombamentos: havia aqueles que procuravam constituir comunidades independentes com atividades camponesas integradas à economia local: existia o aquilombamento caracterizado pelo protesto reivindicatório dos escravos para com os seus senhores; e havia os pequenos grupos fugitivos que se dedicavam a razias e assaltos às fazendas e povoados próximos. Os quilombos caracterizados como espaços de formas de protesto reivindicatório foram constituídos por escravos pertencentes à mesma localidade ou fazenda; eram, na maioria das vezes, cativos de um mesmo fazendeiro, mantendo-se refugiados nas terras do seu próprio senhor. Estes aquilombamentos duravam meses ou até mesmo anos e, ainda, havia os que fugiam por dois ou três dias. Os aquilombados acabavam, por “apadrinhamento”, agenciando sua volta ao cativeiro, procurando sempre que possível reivindicar margens de autonomia. Mesmo com características diferentes, os quilombos mencionados podiam coexistir e se integrar em uma mesma área, em um determinado período (GOMES, 2015, 124-125).

Como se nota, Gomes (2015) não estabelece uma caracterização homogênea sobre os quilombos, mas apresenta várias formas sob as quais estes estavam organizados e os objetivos propostos. Para o autor, o que eles têm em comum é o fato de serem organizações de protesto reivindicatório que podiam conviver em determinada área e em um mesmo período. O Quilombo de Palmares é apontado pelo autor como um dos mais importantes. Assim como Moura (1988), destaca que a formação de quilombos para os escravizados tem como princípio engendrar um mundo onde pudessem viver sua plena liberdade, recriando sua cultura, valores. Ele também acrescenta a organização militar e as práticas econômicas que ali se desenvolveram como necessidade de sobrevivência.

Gomes acrescenta que um traço forte de Palmares foi a organização político-militar, vista como uma inteligente estratégia de defesa. Assim, o autor destaca que na região da Serra da Barriga, onde se encontrava Palmares, havia diversos quilombos que o integravam. Conseqüentemente, com o crescimento dessa organização, estendeu-se para os estados de Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, servindo de proteção, acampamento militar ou entreposto de trocas mercantis. Estabeleciam comunicação e poder centralizado no Quilombo de Macaco que era a sede de Palmares.

Nascimento (1980) dedica uma parte do livro *Quilombismo* para manifestar-se a respeito da experiência do Quilombo de Palmares, situando-o no contexto em que se desenvolveu. Neste sentido, o autor ressalta que por volta de 1590 se iniciaram as fugas e a construção desse quilombo, vindo a compor, anos depois, uma comunidade de cerca de trinta mil africanos revoltados. O autor denomina este quilombo de República de Palmares, igualando-o a um legítimo Estado Africano pela sua forma de organização social, econômica e política, bem como a uma produção agrícola diversificada, baseada no trabalho e na propriedade coletiva, diferente da monocultura do período colonial.

Destaca também que a área territorial ocupada por Palmares equivale a um terço do tamanho de Portugal e que, militarmente, os quilombolas eram qualificados na arte da guerra, a tal ponto que resistiram a 27 guerras impostas pelos portugueses e holandeses até serem dizimados, em 1695. De acordo com Nascimento (1980), Palmares existiu no período de 1595 a 1695, perfazendo 100 anos e sua existência colocou em xeque as instituições da época: o exército brasileiro, a Igreja Católica e o latifúndio.

Clovis Moura, em seu livro *Quilombos: resistência do escravismo* (1987) assim como Gomes destaca que onde existiu escravidão moderna existiram quilombos. Estes foram uma das formas de protesto negro contra a escravidão surgidos em várias partes da América, com denominações diferentes. Seja marronagem<sup>45</sup> entre os americanos ou quilombagem no Brasil, são movimentos que refletiram a contradição e negação do sistema escravista.

Sobre esses movimentos, o autor cita a revolução que se realizou no Haiti por escravizados, que pôs fim à escravidão e tornou o país independente da França. Por esse motivo, o Haiti foi a primeira nação independente do Caribe e a primeira república negra do mundo, expressando as lutas dos escravizados, que serviram de referencial de luta para o ativismo negro.

O autor também revela diferentes formas e proporções de organização dos escravizados nos países na América. No Brasil, os quilombos marcaram presença durante toda a escravidão e em toda a extensão territorial, segundo Moura (1987, p.13), por isso denomina esse movimento de quilombagem.

Em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo[...] onde quer que o trabalho escravo se estratificasse, surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas, quer pela sua ação militar, quer pelo rapto de escravos das fazendas, fato que constituía, pelo ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial. Dessa forma, se o aquilombamento não tinha um projeto de ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura (MOURA, 1987, p.14).

Moura destaca com isto a dinâmica da quilombagem na sociedade brasileira. Desgastou as forças produtivas escravistas, colocou em xeque a força militar do Estado e a produção agrícola. Não por acaso que os quilombos foram considerados pelo Estado um movimento banditista, um *velhacouto de bandidos*, nas palavras de Moura. Os exemplos citados pelo autor, tais como: ataques surpresa aos senhores e suas propriedades, assassinato de fazendeiros, expulsão de feitores e captura de escravos das fazendas, dão conta das ações realizadas pelos

---

<sup>45</sup> Os escravos fugidos em Cuba e na Colômbia. Palavra de origem incerta, há quem a atribua ao termo *cimarron*, designando, originalmente, aqueles animais, como porco, que de domésticos voltavam a ser selvagens.

escravizados, em confronto direto com o sistema escravagista. Isto gerava uma situação de insegurança e medo entre os senhores de fazenda e as elites.

Por outro lado, algumas ações do Estado como ferrar em brasa a testa do escravo com o “F” de fujão aos que fugissem ou fossem encontrados nos quilombos, as prisões, torturas, mutilações, execuções e mortes acirravam ainda mais os conflitos, estimulando a sublevação quilombola contra o aparelho repressor. Contra os quilombos se uniram a Igreja, os senhores de engenho, os bandeirantes, as estruturas do poder colonial, as tropas mercenárias, criminosos com promessa de liberdade e, finalmente, toda a estrutura escravista que não desejava a continuidade de Palmares, bem como setores cooptados através de promessas para destruírem a República (MOURA, 1987).

Com isto, em Palmares ampliou-se a rede de comunicação comercial pela troca de produtos com pequenos proprietários locais, bem como aumentou-se o poder militar para salvaguardar a vida de seus integrantes. As diversas investidas de repressão e aniquilação a esse quilombo, bem como a necessidade de organização social de sua população, fizeram com que se desenvolvesse uma forma de organização centralizada a que Moura denominou de República de Palmares. Trata-se de governo concentrado com base em uma monarquia eletiva, além de possuir uma estrutura de organização familiar, religiosa e econômica.

O fato desse quilombo subverter a ordem escravista, propondo outra forma de organização, gerou vários inimigos que não concebiam o seu avanço e desejavam a sua destruição a todo custo. Palmares, portanto, tornou-se inimigo público número uma das instituições escravagistas e das classes dominantes da época.

A sua destruição, o massacre da Serra da Barriga, quando os mercenários de Domingos Jorge Velho não perdoaram nem velhos nem crianças, o aprisionamento e a eliminação de seus habitantes e, finalmente, a tentativa de apagar-se da consciência histórica do povo esse feito heróico foram decorrência de sua grande importância social, política e cultural. Sua destruição foi, por isso mesmo festejada com as pompas de uma guerra vitoriosa (MOURA, 1987, p. 62).

Durante a sua existência, Palmares representou a capacidade de organização, resistência, poder militar e mobilização de uma população num contexto de regime fechado da sociedade escravagista. Foi, portanto, um espaço importante para que os negros resgassem sua humanidade, como foi dito algumas vezes neste capítulo. Destaca-se também que, além dos quilombos, outras formas de resistência

foram estruturadas, a exemplo da caracterização evidenciada por Édison Carneiro sobre as particularidades, finalidades e atuação dos negros nas lutas que se realizaram no país.

a) a revolta organizada, pela tomada do poder político, que encontrou sua expressão mais visível nos levantes dos negros malês (mulçumanos) na Bahia, entre 1807 a 1835; b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; c) a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificado por Palmares (CARNEIRO, apud MOURA, 1987, p.14).

Como se pode observar, a tomada do poder era o propósito em diversas lutas apresentadas por Carneiro, daí a ocorrência de levantes e insurreições armadas, indicando a existência de um projeto político dos negros. Nessa direção, toma-se o minucioso estudo de João José Reis (2003) sobre a Revolta dos Malês para demonstrar a intencionalidade de um dos principais levantes dirigido por escravos africanos, ocorrido em 1352 no Estado da Bahia.

De toda maneira, a revolta não foi um levante sem direção, um simples ato de desespero, mas sim um movimento político, no sentido de que tomar o governo constituía um dos principais objetivos dos rebeldes. Apesar de apoiados por africanos não-muçulmanos, que também entraram na luta, os malês foram os responsáveis por planejar e mobilizar os rebeldes. Suas reuniões — feitas nas casas de libertos, nas senzalas urbanas, nos cantos de trabalho — misturavam conspiração, rezas e aulas em que se exercitavam a recitação, a memorização e a escrita de passagens do Corão, o livro sagrado do islamismo. O próprio levante foi marcado para acontecer no final do mês sagrado do Ramadã, o mês do jejum dos muçulmanos. Os malês foram para as ruas guerrear usando um abadá branco, espécie de camisolão tipicamente muçulmano, além de também carregar em volta do pescoço e nos bolsos amuletos protetores, que eram cópias em papel de rezas e passagens do Corão dobradas e enfiadas em bolsinhas de couro ou pano. Esses amuletos eram confeccionados por mestres muçulmanos, muitos deles líderes da revolta, que teriam dado a seus seguidores suas bênçãos e a certeza da vitória. Cientes de que constituíam minoria na comunidade africana da Bahia, composta de escravos e libertos de diferentes grupos étnicos e religiosos, os malês não hesitaram em convidar escravos não muçulmanos para o levante. Neste sentido, a identidade e a solidariedade étnicas constituíram um outro fator de mobilização a entrar em jogo. De fato, identidade étnica e religiosa foi muito importante para deslançar o movimento (REIS, 2003, p. 6).

Essa longa citação de Reis evidencia que a Revolta de Malês foi um movimento conspirativo, previamente planejado com reuniões, utilização de rituais religiosos e mobilização. Esse movimento envolveu cerca de 600 homens para um percentual de 65.000 habitantes de Salvador, significando um número alto de

participantes que estavam revoltados com a escravidão, que atingia 40% da população dessa cidade, além da imposição do catolicismo.

A maioria era muçulmana e desejava o direito de manifestar sua religiosidade. Infelizmente, o levante foi traído e como consequência, diversas sentenças foram dirigidas aos conspiradores como prisões, açoites, deportação para África, pena de morte e execução.

Ilustra-se esse fato, por um lado, para ressaltar um importante movimento ocorrido no Brasil, o qual, como assinala Reis, não foi um levante sem direção, foi um movimento político que se opôs ao governo, revelando um processo de luta de classes, ao mesmo tempo em que desmistifica a ideia de que não houve organização dos negros no país. Por outro lado, visa reafirmar a posição de que a questão do negro no país reside na luta contra a opressão racial articulada contra o capital, que combina antirracismo e luta de classes.

Chiavenato (1988), no livro “As lutas do povo brasileiro: do ‘descobrimento’ a Canudos”, se propõe a interpretar algumas lutas que tiveram participação popular. Parte da ideia de que a historiografia oficial tem negado a participação do povo nas mudanças da sociedade, ao mesmo tempo em que delega aos ditos “heróis”, “santos” e “grandes homens” essa incumbência, introjetando no senso comum a ideia de que a política é para os “grandes”, de forma a manter o controle ideológico sobre a maioria da população.

Nesse livro, ainda que o autor não trate exatamente da participação do negro, enquanto uma fração da classe, mas da classe trabalhadora como um todo no exercício das lutas por demandas democráticas, cita algumas lutas que tiveram a participação do povo e o “jogo” de interesses dos dominantes. O autor classifica, então, as lutas da seguinte forma: as que tiveram participação popular, mas que não tinham como objetivo mudanças nas estruturas sociais, e as insurrecionais populares, que visaram a tomada de poder.

Do primeiro grupo o autor especifica: a Invasão Holandesa, que na sua observação foi uma luta dos estrangeiros que durou cerca de vinte anos, tendo um saldo de milhares de mortos; a Revolta de Beckman, uma luta da nobreza que para alguns historiadores foi uma tentativa de libertar o Maranhão de Portugal, porém para Chiavenato foi apenas uma forma de conseguir mão de obra escrava para terras dos senhores de engenho; a Guerra dos Emboabas, uma luta entre os estrangeiros contra os paulistas, nesse caso uma luta por ouro, que usou a tocaia e emboscada, matando

centenas de índios e escravos; a Guerra dos Mascates, uma luta dos comerciantes em Pernambuco por conta do desejo dos portugueses de fazer de Recife a capital de Olinda; a Inconfidência Mineira, intitulada por Chiavenato de “a luta dos poetas e ricos”. O principal líder, Tiradentes, que acabou sendo enforcado, era um proprietário de escravos. No segundo grupo, composto pelas lutas insurrecionais populares, o autor elenca a Balaiada no Maranhão, que culminou com a chacina de 12 mil pessoas pelo exército comandado por Caxias, equivalente a cerca de 1% da população maranhense; a Revolta dos Malês, sucedida na Bahia, pelos escravos de origem muçulmana insatisfeitos com a escravidão, imposição do catolicismo e discriminação contra os negros; a Cabanagem, tida por Chiavenato como único movimento popular em que o povo toma o poder, ocorrida no período de 1835 e 1840 na Província do Grão-Pará, uma guerra dos índios, mestiços, negros, comerciantes e fazendeiros contra o governo regencial para conquistar a independência da província.

Chiavenato menciona nesse grupo a Guerra de Canudos ou Mocambos, um movimento contra o latifúndio e a extrema miséria em que viviam as populações do Sertão Nordestino, ocorrido entre 1893 e 1897. Ele chama atenção para se desconfiar daqueles que dizem que o povo brasileiro é passivo e não luta, em suas palavras: “*este é o discurso do poder, subvertendo a história, que seria feita então pelos grandes homens e pelos heróis da pátria* (CHIAVENATO, 1988, p.116).

Por questão metodológica, optamos neste capítulo por apresentar um breve quadro teórico sobre o negro como sujeito histórico e agente da luta de classes. Nessa direção, não se tem como objetivo apresentar todas as lutas dentro de uma cronologia histórica, nem tampouco apresentá-las como detalhes de riqueza dos acontecimentos do contexto social, político e econômico, processo que demandaria tempo e rigor metodológico. Algumas lutas foram descritas nesta seção e criteriosamente selecionadas para compor um quadro explicativo, a partir do levantamento também seletivo de alguns estudiosos sobre o tema.

Assim, optou-se nesse estudo por abordar, ainda que de forma breve, o caráter e intencionalidades do movimento Quilombagem que, incorporado na dinâmica social, ultrapassou fronteiras do país, teve forte repercussão na América e até hoje serve como referência para o ativismo negro, uma espécie de orgulho negro, símbolo da luta contra a opressão do período colonial que mantém os nexos com a atualidade, seja no movimento político, seja enquanto um legado de experiência



histórica pela tomada de poder ou como um impulsionador das lutas atuais por demarcação e titulação de terras.

Nesse sentido, esta seção buscou revisitar a história do negro, não como cobaia sociológica, nas palavras de Moura (1988), nem tampouco invisibilizado pela historiografia oficial, mas como um sujeito histórico e de lutas.

### **3.1 Do Protesto Negro ao Movimento Social:** a ação mobilizadora, estratégias e mediação da questão negra na agenda política

Na seção anterior, buscou-se demonstrar que a passividade e cordialidade não foram características do negro diante do violento racismo praticado no país nos quase quatro séculos de escravidão e no pós-abolição. Diante disto é preciso investigar cada vez mais o racismo e suas consequências aos negros, bem como apurar as formas de protestos, resistência e lutas antirracistas desenvolvidas por este grupo étnico. Neste percurso, revisitaram-se estudos de Nascimento, Moura, Chiavenato, Reis e Gomes destacando-se a caracterização dos protestos, rebeliões, insurreições, revoltas e organização de quilombos como expressões de luta de classe com base na explicação marxista.

Buscou-se nesse estudo fazer uma caracterização de quilombos para além de um lugar de fugas, mas como um movimento internacional, haja vista que se desenvolveu em vários países da América com caracterização semelhante ao movimento de escravizados do Brasil no mesmo período, denominado por Moura de Quilombagem ou na visão de Nascimento- quilombismo.

Destacou-se a forma de organização social, econômica, política e militar, a expansão territorial e a comunicação/mobilização do Quilombo de Palmares, ou em outro termo, a República Palmarina, na visão dos autores supracitados anteriormente, no sentido de apreender o papel político deste quilombo na resistência e protesto negro.

A existência prologada de Palmares, resistindo a diversos ataques, nos dão a dimensão da importância desta organização, que desgastou sistema escravista e às suas instituições. Por outro lado, foi um movimento que se apresentou como um projeto alternativo de economia, organização social e militar.

Nesta seção, busca-se analisar a dinâmica do protesto negro reivindicatório, a organização, enquanto movimento social, pontuar algumas práticas

e ações no combate ao racismo e identificar as estratégias que influenciaram na agenda política e implementação de ações afirmativas no contexto brasileiro. Não se pretende neste capítulo realizar balanço da ação política do movimento negro. Pode até ser que em momentos pontuais, como do contexto da década de 1980, em que se fez a opção em mudar a ação, mobilizadora e pedagógica- popular por ocupação em espaços governamentais e de estruturas do Estado. Conjectura-se que a institucionalização do movimento tem levando-o ao distanciamento dos setores mais pauperizados e periféricos negros da sociedade.

Nosso objetivo centralmente é estabelecer a mediação das estratégias antirracistas do movimento negro e sua influência na implementação de políticas de ações afirmativas no país. Neste sentido, busca-se fazer uma breve incursão histórica, destacando-se momentos pontuais da trajetória do movimento negro, seguido de estratégias propostas na área de educação.

### **3.2 Protesto Negro Reivindicatório, Mobilização Social e Resistência:** breve incursão histórica do Ativismo Negro

Clóvis Moura (1983) no livro “Raízes do Protesto Negro faz uma importante afirmação:

O negro brasileiro sempre foi organizador. Durante o período no qual perdurou o regime escravista e, posteriormente, quando se iniciou- após a Abolição- o seu processo de marginalização, ele se manteve organizado, com organizações intermitentes, frágeis, e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes. A organização de quilombos, de confrarias religiosas, irmandades, dos cantos, na Bahia, de grupos afro-religiosos como o candomblé, terreiro de Xangô e mesmo umbanda, são exemplos mais significativos (MOURA, 1983, p. 47).

Com isto o autor deixa evidente que a organização sempre fez parte da vida coletiva dos negros no Brasil, sendo uma necessidade vital de sobrevivência. Buscou não perder de vista as suas raízes étnicas e culturais, mantendo-se em pé diante da situação de exploração, opressão e humilhação que lhe foi imposta.

Nessa trajetória, Moura faz um destaque especial à quilombagem, evidenciando Palmares como principal expressão de luta do período colonial, uma espécie de rebeldia permanente, que ao lado de outras formas de protestos, desequilibrou o sistema escravista.

Ele também aponta fortes organizações como Cabanagem, Balaiada e Revolução Praeira, que depois da independência, causaram instabilidade ao regime e Foram duramente reprimidas. A Cabanagem, para ilustrar, foi fortemente esmagada, chegou a um saldo de 40.000 mortos. As outras rebeliões foram também violentamente reprimidas com elevado número de mortos e punições aos insurgentes, aliás, é uma prática comum a penalização dos protestos negros pelo Estado brasileiro, governos e regime.

Um caso emblemático foi a revolta da Chibata, motivada pelos marinheiros negros por conta da ação da Marinha: castigos corporais, baixos soldos e situação degradante dos marinheiros negros. Esta rebelião teve como desfecho a expulsão de 2000 marinheiros, 11 fuzilamentos, centenas de presos, 17 morte por asfixias nas celas, 105 marinheiros jogados em seringais do Acre. A principal liderança, João Cândido<sup>46</sup> foi expulso da Marinha, passou 2 anos preso, transferido para um hospital psiquiátrico, retornando para a prisão após não comprovado nenhum distúrbio psicológico. Foi perseguido até o final de sua vida pela Marinha, em seus últimos dias de vida trabalhou como estivador.

Nessa direção, chega-se à conclusão de que no Brasil o sistema mantém uma estrutura de controle social e político sobre os negros, impõe repressão policial, tratando com violência as rebeliões e lutas. Enquadram aqueles que lutam e resistem em leis criminais, condenam sumariamente, encarceram, torturam, internam em manicômios, violam direitos.

Esta tem sido a ação dos órgãos repressivos do Estado. Criminalizam as diversas formas de resistência, tratando-as como movimento de delinquentes, loucos e baderneiros, enfim, há uma combinação na ação do Estado que unifica o aparato repressivo e ideológico para inspecionar os movimentos e quem luta.

O negro, por isso mesmo, é apresentado como um modelo de delinquente, da nossa sociedade. De zumbi a João Cândido, **nunca o negro foi julgado como preso político**, mas, sempre, como criminoso comum. A imagem do negro criminoso, bicho papão invocado pelas mães quando os filhos não querem dormir, tido como criminoso contumaz pelos órgãos de repressão, é uma constante no subconsciente do brasileiro. Essa imagem, esse símbolo, não passa de uma justificativa das classes dominantes no sentido de mantê-lo nas favelas, alagados, cortiços, pardieiros e invasões, de um lado, e, de outro, impedir que os trabalhadores engajados no processo de trabalho reivindiquem melhores condições de vida e distribuição de renda, porque há

---

<sup>46</sup> João Cândido: O Almirante Negro. Por Oscar Henrique Cardoso, Especial para o Portal Palmares. Consultado em 8 de maio de 2019.

permanentemente, uma massa de pressão marginalizada mantida pelo modelo nesse sentido (MOURA, 1983, p.26 grifos nossos).

Nesta citação de Moura evidencia a imagem construída do negro no país que tem por objetivo- situá-lo no lugar da submissão, bem como, vedar o seu direito de reivindicar melhores condições de vida. Fica nítido o racismo como estratégia que, além de não garantir os direitos mínimos, mantém uma estrutura desigual, um sistema punitivo, incluindo a criação de leis para controlar os negros. Contraditoriamente, esta situação coloca em questão a ideia da “democracia racial” no país, comprovando que não existe. Cumpre destacar que esta farsa ou mito, na linguagem do movimento negro, foi central para que esta organização ganhasse força, através de denúncias da prática de racismo na sociedade brasileira. Por outro lado, o Estado que tem atuado com muitas dificuldades no controle social e político dos negros, atua também por meio da cooptação, buscando incorporar as organizações sociais para que operem no âmbito governamental em serviços de caráter público e assistencialista. Setores do Movimento Negro têm aderindo a essa prática e com isto há uma institucionalização das organizações.

O Estado, portanto, atua com via de mão dupla, pela cooptação e a aprimoramento dos mecanismos administrativos e legislativo de controle repressivo das massas e do movimento. Paradoxalmente, com a crise do capitalismo, a burguesia nacional, subserviente ao imperialismo, entreguista do patrimônio público tem levado ao aumento da pauperização e superexploração dos negros, fato este que no cenário mundial tem trazido à tona a necessidade de enfrentamento dos setores oprimidos, ou seja, as condições objetivas e a luta pela sobrevivência tendem a puxar os negros para a participação política, uma tendência da luta de classes que no Brasil tem este grupo étnico como protagonista.

As organizações negras, ainda que tenham formato e objetivos diferenciados têm em comum o caráter de protesto, mobilização e resistência, por isso são vistas como um movimento político.

Todos os movimentos que desejam mudança social são movimentos políticos apesar do fato dos seus agentes coletivos não terem total consciência disto. O que vale e determina é o nível de consciência social de cada um e as propostas subsequentes para a mudança projetada. Mas todos se enquadram (com maior ou menor nível de consciência social) na proposta da transformação revolucionária (ou não) da sociedade (MOURA, 2000, p. 25).

A citação de Moura aponta outras características comuns para definir do que chama de movimento político- deseja mudar a sociedade, seus membros adquirirem um nível de consciência social, além de ter um projeto político definido. A partir disto, é possível inserir o Movimento Negro como movimento político que deseja a transformação da sociedade.

Na definição de Santos o Movimento Negro se constitui de todas as entidades organizadas por negros com qualquer finalidade de autodefesa física e cultural do negro. Daí inclui entidades de matriz africana, culturais, grupos assistenciais, artísticos, recreativos, políticos, de rebeldia, etc. (SANTOS, 1957). Esta visão ampla de Movimento presente em Moura (1988), Nascimento (1980) e Santos (2006) apresenta estreita correlação entre a sobrevivência cultural e biológica dos negros e sua organização social, política e cultural. Estes grupos se organizaram no contexto da escravidão e no pós-abolição.

Ivair Santos (2006, p.13) destaca a irmandade religiosa negra Nossa Senhora do Rosário que teve um importante papel contra a escravidão, sobreviveu depois da abolição, prestando assistência social, através de tratamento de saúde, ajuda financeira, pensões às viúvas, etc.

Moura aponta os quilombos, irmandades religiosas e imprensa negra em São Paulo como umas principais formas de organização do pós- abolição.

Não apenas em entidades religiosas o negro se organiza. Pouco depois da desapropriação da Igreja do Rosário começa o surto da imprensa negra independente, feita por homens de baixas posses como José Correia Leite, auxiliar de farmácia, Jayme Aguiar, pequeno funcionário e outros. O que caracterizou esses jornais foi o fato de viverem apenas dos escassos recursos de comunidade negra. A situação desses órgãos é de semi-penúria, não tinham anunciantes e a venda avulsa não compensava. José Correia Leite ao descrever o nascimento dessa imprensa, assim depõe: “ A comunidade negra em São Paulo vivia- como uma minoria que era- com as suas entidades e seus clubes. Por isto tinha necessidade de ter um veículo de informação dos acontecimentos sociais que tinham na comunidade, porque o negro tinha a sua comunidade: uma série de sociedade recreativa e sociedades culturais. Como é natural, a imprensa branca não ia cuidar de dar informações sobre as atividades que essa comunidade tinha. Daí surge a imprensa negra. Havia também nossos literatos, nossos poetas que queriam publicizar os seus trabalhos e essa imprensa fazia essa função: de servir de meio de comunicação (MOURA, 1983, p. 149).

Assim, a imprensa negra que nasce em São Paulo tem como propósito: informar a comunidade negra dos acontecimentos culturais e sociais, bem como comunicar trabalhos de poetas e literatos. Os primeiros jornais: O Xauter (1918), o

Bandeirante (1919), o Menelik (1915), o Alfinete (1918), o Tamoio (1920) surgiram com o propósito descrito anteriormente – divulgar os acontecimentos sociais e literatura, depois se tornaram instrumentos de reivindicação social por conta do preconceito racial nesse estado. Moura destaca que os jornais Clarim da Alvorada (1929) e o Menelik (1915) tiveram grande repercussão no meio negro.

Em perspectiva ampla, Domingues (2007) descreve as organizações negras no cenário nacional em contexto da República (1889-2000):

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical”. Pinto computou a existência de 123 associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937. Já Muller encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre, de 1889 a 1920, e Loner, 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. Havia associações formadas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas (DOMINGUES, 2007, p. 103-104).

Os estudos de Domingues deixam perceptível que em vários estados da federação no contexto da República houve organização negra de diferentes propósitos. Por outro lado, o próprio nome da maioria das entidades reflete o problema da incorporação dos negros à sociedade de classes, talvez esse debate seja o principal nesse contexto. Representam também alternativas utilizadas pelos negros, recém libertos, para sua socialização, tão necessária num ambiente hostil das relações raciais do pós- abolição em que todo o tipo de marginalização foi imposta aos negros.

A década de 1930 é apontada por Moura (1983, p.154) como de “*deflagração de ofensiva ideológica dos negros em São Paulo através de seus órgãos de imprensa*”. É neste contexto que surge a Frente Negra Brasileira- FNB (1931), que agregou diversas entidades negras, inclusive fora de São Paulo, nos estados de

Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo. Teve em sua filiação mais de vinte mil negros, uma organização de massas. As mulheres negras participavam ativamente, organizavam bailes, festivais artísticos, construíam cruzadas femininas (DOMINGUES, 2007, p.106)

Essa organização era composta por um grande conselho, constituído por 20 membros (chefe, secretário, conselho auxiliar, cabos distritais da Capital), organização paramilitar( milícia frente negrina), uma imprensa, jornal “ A voz da Raça”, mantinha escola, grupo musical, time de futebol, serviço jurídico, médico e odontológico, além de oferecer formação política aos seus membros. Em 1936 a FNB transformou-se em partido político, sobrevivendo até ser fechada durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Moura (1983) destaca que:

Sua ideologia, mais articulada do que a dos grupos negros que a precederam, era fundamentalmente nos valores vigentes de ascensão social, acreditando que o negro venceria à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis das ciências, das artes e da literatura. Cabia, também, à Frente Negra orientar os seus membros, pois o negro, segundo os seus dirigentes, desde a Abolição vinha se ressentindo de “melhores noções de instrução e educação”. Essa ideologia era praticamente a plataforma do partido político (MOURA, 1983, p.154).

Para Domingues, a FNB era uma organização de massas e esse foi um dos motivos de se transformar em partido político, pretendendo acumular os votos dos negros. Esta organização foi fortemente influenciada pelo nazifascismo, na época em ascensão, e sua plataforma política foi marcada pela ideologia autoritária e ultranacionalista. Domingues comenta que Arlindo Veiga dos Santos<sup>47</sup>, uma das principais lideranças, expressava abertamente opiniões favoráveis a Mussolini e Hitler (DOMINGUES, 2007, p.107).

Conjectura-se que por ser um movimento de ação e ter uma composição ampla deve ter convivido em seu interior posições contrárias à ideologia totalitária defendida por Arlindo Santos, porém não foi encontrada nenhuma fonte acerca desse debate.

Na década de 1940, segundo Domingues, Moura e Santos não apareceram organizações negras expressivas. Era época de Estado Novo. Santos (2006) cita o surgimento das escolas de samba de São Paulo, porém estavam sob o controle do

---

<sup>47</sup> Arlindo Veiga dos Santos foi Presidente da FNB no período de 1931 a 1934.

Estado. Já Domingues destaca a União dos Homens de Cor- 1943 (UHC ou Uagacê), surgida em 1943, do Rio Grande do Sul com objetivo de estimular a ascensão social econômica e social dos negros e evidencia as estratégias do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944 por Abdias Nascimento.

A atuação dessa organização foi apresentada em seção anterior quando tratou-se das pesquisas da UNESCO no Brasil, de forma que aqui apenas destacam-se algumas contribuições a saber: a edição do jornal Quilombo, a promoção de curso de alfabetização de adultos, a organização do I Congresso do Negro Brasileiro, a defesa dos direitos civis dos negros e recomendação da criação de uma lei para criminalizar a prática do racismo no país.

Segue a reprodução literal dos propósitos da TEN de acordo com seus registros:

Nosso Programa: Trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico. Para atingir esses objetivos Quilombo propõe-se: 1) Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência; 2) Esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivo para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso; 3) Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares; 4) Combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição; 5) Pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1940 (IPEAFRO, Nosso Programa, Quilombo, dezembro de 1948, p.03).

A partir da década de 1950 com surgimento da Associação Cultural Negra-ACN em São Paulo, abriu-se um novo período para o Movimento Negro, através de atividades culturais: promoção de livros, revistas, conferências, peças teatrais com base em temas da negritude, a ACN conseguiu reunir um grande público.

Esse movimento, segundo Domingues, evitava a participação política mais direta, tinha atuação mais no âmbito cultural, porém, o cenário internacional de ascenso de luta negra por direitos civis nos Estados Unidos da América e África do Sul motivou seus integrantes a prestar solidariedade e promover atos públicos.

A década seguinte, 1960 vista por Santos (2006) “anos de chumbo”, referindo-se golpe militar de 1964 e à ditadura implantada no país, foi marcada pela



desarticulação não só do movimento negro, mas, de todas as organizações combativas, sejam elas sindicais, estudantis populares e partidos de esquerda.

Algumas iniciaram a atuação de forma clandestina, outras desapareceram. No caso do Movimento Negro, retoma sua reorganização no final da década de 1970, Domingues (2007, p.112) cita a existência de algumas iniciativas em São Paulo como o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN)- 1972; os jornais; *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), *Nagô* (1975); o Grupo Cultural Palmares (1971) no Rio Grande do Sul; e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976 no Rio de Janeiro, eram grupos difusos e específicos de luta negra, mas que não possuíam força política para enfrentar o regime ditatorial. Dessa forma, houve um refluxo do movimento e, só a partir de 1978 com a construção do Movimento Negro Unificado-MNU é que a organização social dos negros ganha expressividade novamente.

O MNU nasceu influenciado pelo contexto de lutas negras nos EUA com forte atuação de lideranças negras Rosa Parks, Martin Luther King, Malcolm X, o movimento Black Panthers; as lutas pela libertação dos países africanos, movimento Pan-Africanista, como atesta o documento a seguir:

As condições de vida do negro brasileiro e sua história, foi a base da criação do MNU, mas os fatos internacionais tiveram grande influência para seu surgimento luta pelos direitos civis nos EUA, a trajetória de vida de Martin Luther King, a forte influência de Malcolm X sobre juventude negra no mundo, a corajosa ação dos Panteras Negras. Fomos influenciados também pelas vigorosas lutas dos Movimentos de Ação Libertação Nacional em África, realizado pelo Movimento Pela Libertação da Angola- MPLA, Frente de Libertação de Moçambique- FRELIMO, Partido de Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde- PAIGC e outras. Ouvíamos com muito respeito os comentários sobre Patrice Lumumba, Kwame N'Krumah, Amílcar Cabral, Mondlane, Agostinho Neto, Samora Mochel. foi também bastante influenciados pelo Pan-Africanismo, que se ampliou para o mundo através de Congressos, principalmente, na própria Europa, nos tornando conhecidas figuras como Leopoldo Segnhor, Du Bois, Aimé Cesaire, Whole Soyinka e outros... Colocaram no bojo das discussões temas importantes como a participação histórica das mulheres negras em África e na Diáspora, na luta pela libertação do povo negro, a exploração sexual, social e econômica e a esterilização das mulheres negras como mais um mecanismo de extermínio do povo negro (Documento Caderno de Teses do XII Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado realizado nos dias 9,10,11 e 12 de abril de 1988 na Cidade de Salvador- BA, p.10-11, 1998).

Em São Paulo, em maio de 1978 houve grande agitação no mês de maio por conta de práticas de racismo<sup>48</sup>: quatro atletas negros foram impedidos de entrar

---

<sup>48</sup> Pormenorizando acasos de racismo que deflagraram a construção do MNU: Quatro garotos do time infantil de voleibol, do Clube de Regatas Tietê em São Paulo foram barrados pelo porteiro do clube pelo fato de serem negros. Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, foi preso acusado de roubar

no Clube de Regatas Tietê, a tortura e morte pela polícia de Robson Silveira da Luz, trabalhador negro e ainda o assassinato de Nilton Lourenço, um jovem negro operário, por um policial. Esses fatos culminaram com um ato público de várias entidades negras, uma ação organizada no dia 7 de julho de 1978, entrada do Teatro Municipal de São Paulo, reunindo mais de 3 mil pessoas, decidiram denunciar o racismo e construir o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR)<sup>49</sup>.

Entre as ações do movimento cita-se a unidade com outros setores oprimidos da sociedade, a estratégia de denunciar o racismo em suas diferentes manifestações, questionamento, denúncia da democracia racial, estabelecimento do 20 de Novembro como “Dia da Consciência Negra” em homenagem a Zumbi de Palmares em contraposição ao 13 de maio, dia da abolição sem reparações histórica, passando a ser dia de denúncia contra o racismo. Em seu Programa de criado em 1982 o MNU propõe:

Desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. Concomitante à reorganização das entidades negras, registrou-se a volta da imprensa negra. Alguns dos principais jornais desse período foram: SINBA (1977), Africu (1982), Nizinga (1984), no Rio de Janeiro; Jornegro (1978), 41 O Saci (1978), Abertura (1978), Vissungo (1979), em São Paulo; Pixaim (1979), em São José dos Campos/SP; Quilombo (1980), em Piracicaba/SP; Nêgo (1981), em Salvador/BA; Tição (1977), no Rio Grande do Sul, além da revista Ébano (1980), em São Paulo.

---

frutas numa feira, de volta de uma festa, tendo sido torturado no 44<sup>o</sup> Distrito Policial de Guaianases, zona leste de São Paulo, vindo a falecer em consequência às torturas. Estes foram os fatos imediatos que levaram negros da cidade de São Paulo a se reunir para dar as respostas aos atos racistas que humilhavam, prendiam, torturavam e matavam trabalhadores negros em todo o canto do país. (Documento Caderno de Teses do XII Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado realizado nos dias 9,10,11 e 12 de abril de 1988 na Cidade de Salvador- BA, p.8, 1988).

<sup>49</sup> Entidades construtoras do MNU em São Paulo: Atletas e Artistas Negros, Centro de Cultura e Arte Negra- CECAN, Grupo Afro- Latino América, Associação Brasil Jovem e Câmara do Comércio Afro-brasileira. Do Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa das Culturas Negras- IPCN, Sociedade de Intercâmbio Brasil África- SINBA, Centro de Estudos Brasil África; CEBA, Escola de Quilombos, Renascença Clube, Olorum Baba Min, Núcleo Negro Socialista, Prisioneiros da Casa de Detenção de São Paulo encaminharam um documento se integraram ao movimento e denunciando as condições desumanas em que viviam os presos. Os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia se integraram ao movimento (Documento Caderno de Teses do XII Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado realizado nos dias 9,10,11 e 12 de abril de 1988 na Cidade de Salvador- BA, p.9, 1988).

Cabe destacar que o MNU combinava as categorias raça e classe, denunciava o capitalismo, bem como se inspirou no socialismo, daí a influência de correntes marxista- trotskista em seu interior como aponta Domingues:

No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta anti- racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. A política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado: Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira. Entre 1977 e 1979, a Convergência Socialista publicou um jornal chamado *Versus* que destinava uma coluna, a “Afro-Latino América”, para o núcleo socialista negro escrever seus artigos conclamando à “guerra” revolucionária de combate ao racismo e ao capitalismo. Segundo Hanchard, as posturas táticas e ideológicas assumidas pela seção “Afro-Latino América” foram decisivas para o MNU e para o movimento em geral[...] (DOMINGUES, 2007, p. 112-113)

Como atesta Domingues, o MNU entende que existe uma estreita relação entre capitalismo e racismo, por isso há necessidade de sua destruição desse sistema. Ainda como estratégias de atuação defende no aspecto cultural a influência e intercâmbio da matriz cultural africana na sociedade brasileira, a solidariedade ao setor popular.

No âmbito de organização e estrutura o MNU conta desde sua fundação com a seguinte estrutura: Estatuto, Programa de Ação, Carta de Princípios. Cabe destacar que no plano de trabalho consta a ação de combate diário à discriminação racial e ao racismo. A atuação em diversos espaços- centros culturais, escolas de samba, universidades, sindicatos e partidos políticos (Documento Caderno de Teses do XII Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado realizado nos dias 9,10,11 e 12 de abril de 1988 na Cidade de Salvador- BA, 1988, p.10,).

No campo da educação busca a reavaliação a história do negro no país, igualdade de oportunidades no acesso aos conhecimentos e à escola, atenção diferenciada às crianças negras, por conta do racismo para combater estereótipos.

A década de 1980 foi um marco para o Movimento Negro. Fatos como cem anos da abolição da escravatura em 1988, a promulgação da Constituição,

denominada “cidadã”, nesse mesmo ano, possibilitaram às organizações negras levantar o debate acerca dos direitos civis dos negros não materializados na abolição.

Um reconhecimento importante na Constituição Federal foi o racismo enquadrado como “*crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei*” (Constituição Federal, 1988, artigo 5º, inciso XLII). Isto possibilitou denunciar e organizar uma campanha para punir a prática de racismo. Outro aspecto importante foi a garantia constitucional da titulação e demarcação dos territórios quilombolas e povos tradicionais.

Nestes termos, a ação do movimento negro gira também para a mobilização em torno do centenário da abolição da escravidão e os trezentos anos de imortalidade de Zumbi de Palmares. Na ocasião, com mais base em dados e informações sobre a situação do negro, depois anos de intenso estudos e acúmulo teórico que levaram a um diagnóstico das desigualdades raciais em diversos campos da vida humana, demonstrou-se a existência de racismo institucional.

Esse processo contribuiu para criar a imagem pública do movimento negro, que além de dinâmico tinha projeto para o país, foi esta postura que o fez se aproximar do Estado, objetivando influenciar na condução e implementação de políticas públicas. Desta forma, a ação de mobilização se deu em caráter nacional e estaduais das entidades negras, através de reuniões, encontros, marchas regionais e nacionais contra o racismo, etc. No Rio de Janeiro em 1988, por exemplo, foi organizada a Marcha Contra a Farsa da Abolição, reunindo milhares de pessoas, desconstruindo o feito e a indicação de Princesa Isabel como redentora. Maggie (1994) aponta a realização de mais de 1700 eventos sobre o Centenário da Abolição no ano de 1988.

No Maranhão, um fato inusitado ocorreu durante a realização do carnaval de 1988, o bloco Afro Akomabu foi impedido de sair às ruas pelas autoridades locais em função do protesto que realizaria no evento centenário da abolição.

13 de maio a nação nagô não faz festa não faz festa não em protesto ao dia que diz que o libertou e marginalizou, jogou na outra escravidão eu não vou festejar redentora que a história diz por aí redentora pra mim, foi Luiza Mahin, edro ivo, negro Cosme e o grande zumbi recusa nação nagô falso herói que a história quer te dar te lembra de heróis que a chibata, o chicote, tentaram sufocar. (Música de Tadeu de Obatalá para o Carnaval de 1988 do Bloco Afro Akomabu- Maranhão).

A música do cantor e compositor Tadeu de Obatalá se tornou um hino do movimento negro não só no Maranhão, mas no Brasil, uma espécie de protesto negro

sobre o 13 de maio. Outro marco das marchas foi a Marcha para Brasília em 1995 quando conseguiram mobilizar para Brasília cerca de 30 mil pessoas em memória ao Tricentenário de Zumbi. Ao contrário da proposta do Governo federal que desejava uma grande festa para congratular a democracia racial, a marcha denunciou o racismo e exigiu ao governo para implementação de políticas públicas.

Foi entregue um documento intitulado “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial” que reivindicava a democratização de informações; acesso ao mercado de trabalho; ingresso dos negros em todos os níveis de escolarização; acesso à saúde e moradia pública e outros, além de denunciar a violência, o genocídio da juventude negra, o feminicídio das mulheres negras, exclusão e racismo, exigência para que o Estado coibisse as práticas racistas. A seguir, alguns eixos do documento:

Implementação da Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União; Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras; Desenvolvimento de programa educacional de emergência para a eliminação do analfabetismo; Concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda para o acesso e conclusão do primeiro e segundo grau; Desenvolvimento de ações afirmativas para acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta (EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA ZUMBI, 1996, p. 24 e 25).

Desta forma, as marchas, enquanto manifestações de rua nesse período, demonstraram a capacidade de mobilização, visibilidade e forte presença do movimento negro na cena pública. Convém destacar que nas décadas de 1980 e 1990 surgem organizações negras Não-Governamentais (ONGs) como: Maria Mulher em Porto Alegre (1987), o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) do Rio de Janeiro (1989); Geledés em São Paulo (1988), Criola do Rio de Janeiro (1992). Desta forma, o Movimento Negro entra na pauta da agenda política nacional.

As ONGs passam a se constituir como estratégias de ativismo negro, mas nos movimentos sociais em geral apresentam-se como ativismo político, capturando dos movimentos emergentes pauta específica para desenvolver ações políticas nos processos econômicos e sociais com a comunidade. Funcionam com caráter técnico, educativo, profissional, obtêm recursos de instituições privadas e/ou do Estado para

o cumprimento de suas ações, enfim, passam a atuar na área das políticas públicas. Santos (2009) destaca que houve uma intensificação das Organizações Não-Governamentais no país nas décadas de 1980 e 1990, as ONGs de mulheres negras fazem parte deste crescimento.

Para ilustrar citamos uma das maiores ONGs do feminismo negro criado no Brasil- Geledés<sup>50</sup>, um instituto de mulheres negras criado em São Paulo para combater o racismo e sexismo. Esse grupo realizou diversas campanhas de combate ao racismo e com base nos direitos humanos tem atuado em diversas áreas – educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho, em pesquisa e políticas públicas.

Esta instituição desenvolveu projetos: SOS Racismo, prestação de serviços jurídicos gratuitos às vítimas de violência sexual e racismo em parceria com a Fundação Ford<sup>51</sup>; Projeto Rappers (1992-1998) em conjunto com as bandas de Rap; Curso em formato de palestras à distância de Promotoras Legais Populares, realizado junto com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Prefeitura de Itaquaquecetuba e da ONG Instituto de Cidadania Raízes que trata de temas como violência contra mulheres, saúde, tráfico de pessoas.

Também realizou concurso plano de aula com tema de estudos africanos, e a construção de um aplicativo de celular disponível destinado a vítimas de violência doméstica que aciona as redes de atendimento às vítimas- projeto PLP 2.0, projeto este vencedor do concurso lançado pela Google Brasil “Desafios de Impactos Sociais” na categoria popular.

A Geledés, portanto, realizou parceria com a Fundação Ford, Ministério da Justiça e na década de 1990 em parceria com a ONU participou de diversas atividades para sensibilizar e impulsionar governo e sociedade civil em torno dos problemas de exclusão social, bem como sobre a promoção de políticas públicas.

Ressalta-se, contudo, que as organizações governamentais não são as únicas formas de organização de mulheres negras, existem muitos coletivos com caráter diverso, a saber: de religiões de matriz africana, feministas negras, grupos

---

<sup>50</sup> Geledés deriva da palavra “gelede” que em iorubá, língua africana, significa sociedades secretas feminina.

<sup>51</sup> Segundo Telles (2002), a Ford é o maior suporte financeiro das organizações do movimento negro no Brasil e o maior apoio filantrópico das pesquisas sobre relações raciais, principalmente através de seus programas de direitos humanos. Outras fundações norte-americanas, incluindo MacArthur, Rockefeller e Kellogg, apóiam esta área em escala muito menor.

culturais, em partidos políticos, associações comunitárias, de universidades, etc. Alguns tem posição contrária ao vínculo estatal com ONGs, consideram que o movimento deve ter autonomia frente ao Estado, governos e partidos políticos, alguns buscam conduzir suas ações de forma autogestionária, enfim, estas questões não são homogêneas.

Além desse aspecto, a aproximação com o Estado não foi unicamente ação da entidade supracitada e tampouco aconteceu a partir desse período, apesar de que esta posição na atualidade faz parte da intenção da maioria das entidades negras. Desse modo, vale a pena citar a experiência da articulação desenvolvida durante o governo de Franco Montoro (PMDB) em 1984 em São Paulo com a criação do primeiro órgão governamental voltado para articular e implementar políticas públicas de combate à discriminação racial.

O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra foi criado numa época em que não existia ONG e OSCIP<sup>52</sup> com o intuito de desenvolver estudos sobre a população negra, diagnosticar os problemas no Estado de São Paulo para efetivar políticas públicas de inserção dos negros nos espaços econômico, cultural e político. Nesse órgão participaram do colegiado figuras conhecidas do ativismo negro: Milton Santos, geógrafo, Ademir Santos, atleta, Raquel Trindade, coreógrafa, filha do poeta e militante Solano Trindade, Hélio Santos, economista e Ivair Santos, sociólogo e ex-assessor especial da Secretaria Executiva Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e secretaria executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

Ivair Santos, no livro “O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo” aborda a construção do Conselho, desafios e dificuldades na sua implementação.

A proposta da criação do Conselho Estadual do Negro reavivou várias polêmicas, como a dúvida sobre sua criação, pois o governo estaria criando um órgão para tutelar os negros, cooptar as lideranças negras, como prêmio

---

<sup>52</sup> OSCIP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. São ONGS de iniciativa privada. A lei 9.790 de 23/03/99 (Lei do Terceiro Setor) prevê formas de contratações, convênios, parcerias entre o Estado às entidades, enquadradas como OSCIP, em todos os níveis de governo e órgãos públicos para realizar políticas públicas. A lei permite que as doações de empresas sejam descontadas em imposto de renda. As OSCIP possuem certificado emitido pelo poder público federal, exigência das normas de transparência administrativa.

de consolação para os negros, pois não tinham conseguido eleger nenhum candidato. Pejorativamente, o Conselho, chegou a ser batizado de “Funai dos negros”.

Acabou-se formando uma oposição ao Conselho, vinda de setores peemedebistas e petistas. Começou-se a falar nos perigos da institucionalização do movimento negro, e foram muitas as articulações para esvaziar o Conselho. O conflito no interior do Movimento Negro estava instalado, pois a criação do Conselho colocava fatos novos e não controlados pelo conjunto do movimento negro que apoiava o governador Montoro. A ideia do Conselho Negro foi totalmente inspirada na experiência exitosa do Conselho Estadual da Condição Feminina. Nunca foi demanda explícita do movimento negro que tinha apoiado a Campanha de Montoro (SANTOS, 2006, p.79-80)

Santos acentua as polêmicas que se realizaram no interior do movimento sobre a necessidade ou não de um conselho como órgão do governo, e a desconfiança por ser executado num governo do PMDB. Vale lembrar que Montoro foi eleito governador de São Paulo, por meio de eleições diretas, depois de vinte anos de militares no poder, foi, portanto, um governo de transição democrática (1983 a 1987). Foi um defensor da redemocratização do país mesmo sendo de direita. Durante seu governo houve diversas greves de professores e servidores públicos, período em que São Paulo tinha um alto índice de desemprego. Foi um governo que teve legitimidade por conta de ser eleito, exercendo gestão democrática, diferente de regimes autoritários.

Santos também aponta que houve mobilização contra a existência do Conselho pelo setor de esquerda sob a justificativa de não vinculação com o governo eleito e a institucionalização do movimento negro. Argumentava-se a necessidade de autonomia do movimento e que os representantes dos conselhos não representavam a população negra, mas sim seus interesses particulares. Setores do ativismo negro dentro da Igreja Católica recusaram-se a participar, mas segmentos dos evangélicos e de religião de matriz africana não só deram apoio como integraram o Conselho (SANTOS, 2006, p.96).

Não constituiu objetivo pesquisa aprofundar as polêmicas em torno da criação do Conselho de São Paulo, nem tampouco avaliar a sua prática, mas apenas pontuar o vínculo entre Estado e Movimento Negro. Com já foi mencionado foi uma ação pioneira, depois veio experiência no Rio de Janeiro com a criação da Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras no governo Leonel Brizola em 1991.

Santos destaca que o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo serviu de base para criação de



Conselhos nos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Piauí e capitais São Paulo, Belém, Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília.

Alguns personagens do governo ocuparam, posteriormente, ministérios, postos importantes nos poderes executivo e legislativo. Os problemas colocados naquele momento continuam sendo levantados por alguns deles ainda hoje, com muito mais informação e conhecimento da realidade brasileira (SANTOS, 2006, p.163).

Como se percebe a participação de lideranças negras no Conselho de São Paulo serviu também para consolidar carreira política para alguns ativistas negros em Ministérios e nos poderes executivos e legislativo. São alguns casos pontuais que centralmente ganha força na década de 1990, período em que o movimento se institucionaliza. Vale destacar que neste período a democracia estava consolidada no país, diferentemente do período da experiência com o Conselho da Comunidade Negra, como já mostrado anteriormente.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, instituído posteriormente em 1996. O foco deste GT foi incorporar a questão racial na agenda nacional.

Setores do movimento negro consideram uma vitória simbólica, vez que não passou de reconhecimento oficial, inclusive ressalta-se que, quanto à criação do GT ministerial, não houve proposta concreta. Enquanto isso no governo do PSDB, a situação da população negra era gritante, precarizava-se as condições de vida da população negra com a aplicação de políticas neoliberais, caracterizadas pela retirada de direitos sociais básicos e privatização de empresas públicas.

Cabia ao GT a tarefa de estabelecer a comunicação com os ministérios e entes estatais para materializar a política racial, contudo não dispunha de recursos próprios, assim como não foi criada uma equipe técnica para conduzir tais questões, tornando-se ineficiente.

Com a realização da III Conferência de Combate ao Racismo, intitulada “Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas”, organizada pela ONU em Durban, na África do Sul, em 2001, houve maior aproximação entre as entidades negras e o Estado. Foi a partir desta Conferência – a qual foi precedida de encontros, seminários, e de uma pré-conferência organizada pelo Itamaraty e Fundação Cultural Palmares, vinculada ao

Ministério da Cultura em conjunto com as entidades negras – que algumas políticas de ações afirmativas foram implementadas no país.

A Conferência aproximou ainda mais as entidades negras com o Estado. Foi a partir desta Conferência que algumas políticas de ações afirmativas foram implementadas no país.

### **3.3 Política de combate ao racismo: a educação como estratégia**

Na seção anterior, abordou-se o papel do movimento negro no enfrentamento ao racismo no país. A desmistificação da democracia racial, a reformulação do pensamento racial brasileiro e também e a exigência de políticas públicas para incorporar a população negra nos setores produtivos foram algumas estratégias utilizadas.

Viu-se de forma breve a educação como fator estratégico de combate ao racismo e seu papel como instrumento de apropriação da cultura, de mobilidade social ou ainda como reprodutora das relações de dominação. O debate acerca do papel da educação é histórico. Desde os quilombos buscou-se estabelecer elo com a cultura, religião e saberes de África. Na fase de movimento organizado, o foco foi resgatar a cultura, referências negras, dados censitários sobre a condição de vida da população e investigar sobre as relações raciais.

Salienta-se que na literatura sobre a questão negra e educação alguns estudos sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 enfatizaram no âmbito da escola a reprodução das relações de dominação, os estereótipos e preconceitos produzidos nessa instituição social. Citam-se nessa direção as pesquisas de Rosenberg (1979) que abordaram as discriminações étnico-raciais na literatura infanto juvenil; Pinto (1987) tratando da representação do negro no livro didático; Silva (1988) na mesma linha abordou o livro didático tratando dos estereótipos e preconceitos presentes nesses materiais; Leite (1975) investigou a cor do aluno e reação da professora na escola primária; a educação e as desigualdades raciais; Gonçalves (1985) pesquisou o silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação; Pereira (1987) ocupou-se em estudar a criança negra sua identidade étnica e socialização e Filgueira (1990) o preconceito racial na escola.

As pesquisas descritas se inserem num momento em que a escola, reprodutora das relações de dominação pelo viés racial fora do currículo escolar

aspecto que não fazia parte dos conhecimentos sistematizados, nem tampouco era considerado relevante para as pesquisas científicas, aliás a questão negra nem sequer era considerada como linha de pesquisa, a persistência nesses temas era de interesse individual, de militância e de pessoas mais identificadas com a temática. Na pedagogia, por exemplo a questão racial era enquadrada como currículo oculto.

Tais pesquisas foram fundamentais para desvelar o papel da educação e da escola, os mecanismos e processos que dificultam a permanência dos negros no sistema educacional que impossibilitaram a construção da identidade étnica dos alunos: livro, prática pedagógica, conteúdo didático, etc. Tudo isso concorreu para que o Movimento Negro denunciasse a inadequação dessa instituição no tratamento da questão racial e da diversidade cultural e étnica. Exigiu-se que a escola incorporasse em seus currículos valores culturais e históricos da África.

Além dessa exigência, algumas iniciativas foram desenvolvidas nesse sentido. Dentre elas, Santos (1987) destaca:

- 1- Realização de um programa de cooperação cultural entre Brasil e alguns países africanos para o desenvolvimento de estudos afrobrasileiros a serem dirigidos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) em 1974;
- 2- Solicitação ao MEC de inclusão da disciplina História da África nos currículos das escolas brasileiras (1978);
- 3- Criação de um Curso “Introdução aos Estudos da História e Culturas Africanas para professor da Educação básica, promovida pelo CEAO em 1982;
- 4- Inclusão, em 1985 da Disciplina “Introdução aos Estudos Africanos” nos currículos de Ensino Médio. As experiências descritas foram desenvolvidas no Estado da Bahia.
- 5- Decretação do Feriado do Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro em algumas cidades brasileiras;
- 6- Projeto Zumbi de Palmares (1983) para reconhecimento da cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro;
- 7- Curso Introdução da História da África para professores do Ensino Médio (1983) em Brasília;

- 8- Seminário promovido pela Fundação Carlos Chagas e Secretaria de Educação para pesquisas sobre o modelo ideológico transmitido pelo livro didático (São Paulo);
- 9- A Pedagogia Interétnica, voltada para o combate ao etnocentrismo e ao racismo veiculados no processo educacional;
- 10- Publicação do livro “A África na Escola Brasileira, organizado a partir do Encontro de Negros e Negras do Norte e Nordeste;
- 11- 11- Projeto Educativo do Ilê Ayê.

Convém destacar que as iniciativas descritas ocorreram antes da década de 1990, período em que no Sistema Escolar foi realizada Reforma Curricular em 1997, organizado num documento intitulado “Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN. que trouxe mudanças para o sistema educacional, nos níveis de ensino fundamental e médio.

Este documento estruturou o currículo da Educação Básica de todas as disciplinas e introduziu os Temas Transversais: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural, este último aborda a diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira como um traço da identidade nacional em várias dimensões: ética, jurídica, histórico-geográfica, sociológica e antropológica.

A Pluralidade Cultural é uma área de conhecimento com a finalidade de orientar professores e alunos a trabalharem a diversidade, é uma área que abrange o aspecto ético, pois pode ser vivenciado. É um conhecimento atitudinal, cognitivo e procedimental. Deverá ser trabalhado de maneira interdisciplinar. A escola deve vivenciar a pluralidade na forma de projetos pedagógicos desenvolvidas na escola (DURANS, 2002).

Apesar de considerar um avanço, a criação dos PCN em relação ao tema racial não foi suficiente, no âmbito das políticas educacionais a pluralidade cultural é de forma ampla, não trata da questão específica. Os conteúdos, como já foi mencionado, tratam de valores e atitudes a serem apreendidos de forma transversal. Temas como valorização das diversas culturas e etnias, atitude de empatia, solidariedade são centrais na organização dessa temática se assenta numa perspectiva humanística das relações raciais, sugerindo homogeneização das culturas e resgate da unidade nacional, diferente do movimento negro que tem

apontado para a construção de identidades específicas dentro de uma sociedade plural, portanto o Documento Pluralidade Cultural recebeu inúmeras críticas.

Não é possível simplesmente tolerar a forma como se configuram as relações étnico-raciais na atualidade, depois de uma experiência de quase quatro séculos de escravidão e 131 anos de abolição sem políticas de reparação em que o negro, sua cultura e seus valores foram tidos como primitivos, sem valor. Neste sentido o Movimento Negro ao longo desse processo denunciou a falta de políticas públicas para a população negra, fez pressão para que houvesse reformulação curricular e isto de certa forma contribuiu para aprovação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar.

Cumprido destacar que a obrigatoriedade dos Estudos Africanos no currículo é parte das políticas de reparação histórica, por isso a defesa do conhecimento específico, a história da África e dos afro-brasileiros, um legado de experiências civilizatórias em diversas áreas de conhecimento que contribuem enormemente para construir valores positivos entre a população negra, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso ao conhecimento à população em geral.

## **4 A QUESTÃO NEGRA NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO BRASILEIRO**

No capítulo anterior, abordou-se o papel do negro enquanto sujeito político na dinâmica da sociedade brasileira. As diversas formas de protestos e organização social do negro foram revisitadas e identificadas como expressões de luta de classes. Nessa incursão histórica, foram apresentadas algumas ações no combate ao racismo, as estratégias de resistência, mobilização e práticas educativas implementadas no sentido de preservar o legado cultural da África e como estas ações influenciaram na adoção de políticas de ações afirmativas pelo Estado brasileiro, sobretudo no campo da educação.

Busca-se, nesta seção, analisar as ações afirmativas na área da educação, com corte racial, desenvolvidas pelo Estado a fim de abstrair seu conteúdo político e social. Desta forma, delimitam-se as políticas de cotas, a lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais. No campo institucional, o marco de desenvolvimento das políticas de ações afirmativas no Brasil é destacado a partir da realização da Conferência Internacional sobre o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerância correlatas ocorrida em Durban-África do Sul no ano de 2001.

Nessa Conferência, do qual o Brasil foi signatário, houve acordo para que os países participantes, cerca de 153 nações, adotassem medidas para coibir o racismo. O país levou uma representação de quase 200 pessoas. Assim, o documento “Declaração e Plano de Ação de Durban-2001 contém os seguintes aspectos: questões gerais; origens, causas, formas e manifestações contemporâneas de racismo e discriminação racial; quem são as vítimas; medidas de prevenção, educação e proteção, estabelecimento de recursos e medidas eficazes de reparação em níveis nacional, regional e internacional; estratégias para alcançar a igualdade plena e efetiva, abrangendo a cooperação internacional e o fortalecimento das nações unidas e de outros mecanismos internacionais no combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e o programa de ação.

Insta os Estados a adotarem, implementarem ou fortalecerem a legislação nacional e as medidas administrativas que, expressa e especificamente, se oponham ao racismo e proíbam a discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata quer direta ou indiretamente, em todas as esferas da vida pública, de acordo com as obrigações observadas na Convenção

Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial assegurando-se de que suas reservas não sejam contrárias ao objeto e ao propósito da Convenção (Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, 2001. p.50)

Como se observa, o documento recomenda medidas específicas. Na verdade, princípios orientadores, espécie de propostas normativo-legais para a promoção da igualdade racial. Uma das áreas destacadas é a educação, demarcada como um direito, ao mesmo tempo enfatizada como um importante instrumento para combater as práticas de discriminação e formação de gerações para o convívio da diversidade.

Enfatizamos os vínculos entre o direito à educação e a luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e o papel essencial da educação, incluindo a educação em direitos humanos, e a educação que reconheça e que respeite a diversidade cultural, especialmente entre as crianças e os jovens na prevenção e na erradicação de todas as formas de intolerância e discriminação (Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas e Intolerância, 2001, p.30).

Não há no documento um aspecto que trate especificamente da provisão de recursos efetivos para viabilizar as ações, há, portanto, orientações amplas aos estados que também em articulação com instituições privadas, poderão implementar ações afirmativas. Desta forma, o combate ao racismo no documento tem mais um sentido de guia do que uma solução concreta a esta questão, evidenciando o caráter simbólico do documento.

Vale lembrar que nesse período a América Latina estava em convulsão. Várias lutas populares foram desencadeadas em diferentes países contra o domínio imperialista dos EUA, exigia-se a autonomia desses seus países frente à ação norte-americana, tanto no aspecto militar, quanto das políticas neoliberais. A preservação dos recursos naturais foi também pauta dessas mobilizações. Na Argentina, por exemplo, houve várias greves de piqueteiros contra o neoliberalismo; no Peru, as mobilizações eram contra a venda de empresas públicas; na Bolívia a luta era para não privatizar a água e o gás natural, enquanto entre as nações indígenas e camponesas o centro era o meio ambiente, a defesa dos rios, florestas, contra as multinacionais e o capitalismo. A luta das nações indígenas estendeu-se por vários países como México e Brasil (MACHADO, 2006).

Conjectura-se que este talvez seja um dos motivos para que a Conferência de Durban (2001) tenha se sido realizada nesse período e incorporado um tema

polêmico dentro de um contexto de ascenso de lutas internacionais e anti-imperialistas. Problemas da sociedade como o racismo foram pautas desse evento, que ao discutir o tema em cadeia mundial, gerou expectativas para que se apontassem saídas ao racismo e às suas formas de manifestação correlatas. Cumpre destacar que a Conferência de Durban fez parte de um ciclo de conferências<sup>53</sup> mundiais organizadas pela ONU na década de 1990 para tratar de temas globais como meio ambiente, direitos humanos, população, desenvolvimento social, situação da mulher, etc.

Por ter sido um evento internacional que contou com participação de representantes de governos, movimentos sociais, ONGS e personalidades, foi marcado por tensões e conflitos entre os interlocutores. Aliás, eventos e organizações com essa estrutura do tipo tripartite que envolve governos, representantes dos movimentos sociais e organizações não governamentais têm sido uma alternativa para a crise social, usada por organismos internacionais como a ONU em questões sociais, políticas e econômicas para resolver conflitos, buscando uma saída comum.

Temas como reparações históricas, o sionismo enquanto forma de racismo, a questão dos párias dalits da Índia foram questionados se entrariam na incorporação do documento final da Conferência de Durban. No evento, países árabes argumentavam sobre a importância de o sionismo ser incluído na categoria de racismo, afinal, com a criação do Estado de Israel, por recomendação da partilha da Palestina pela ONU em 1947, criou-se uma situação extremamente difícil para os palestinos: êxodo, expulsão e fugas de seus territórios, genocídio e constantes massacres. A criação forçada do Estado de Israel, com cerca de uma extensão territorial de 78% da área palestina para os israelitas, tem levado ao extermínio do povo palestino. A conferência seria um bom momento para que a ONU revisasse sua posição, bem como reparasse essa situação, contudo, o ponto foi retirado das discussões.

---

<sup>53</sup> Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993); Quarta Conferência Mundial das Mulheres em Beijing (1995), Cúpula Mundial para as Crianças (1990); Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994); Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (1995); Conferência sobre Assentamentos Humanos (Habitat 2, 1996); Cúpula Mundial da Alimentação (1996); Conferência Diplomática de Roma para o Estabelecimento de uma Corte Penal Internacional (1998).



Lindgren Alves (2002) lembra que nas conferências mundiais anteriores esse tema foi incorporado, pois identificava-se o sionismo como uma manifestação de racismo. O autor lembra que esta formulação esteve presente em documentos do Movimento dos Não-Alinhados de Argel<sup>54</sup> em 1973, repetido em resoluções e outros documentos da ONU por quase vinte anos, incorporado na Conferência de Copenhague sobre a Mulher em 1980.

Contudo, na Conferência de Durban 2001 esse tema não foi incorporado, causando grande celeuma. Países como Israel e EUA faziam pressão para que não passassem temas que fugissem a seus interesses. Segundo Lindgren Alves (2002), esses países se retiraram do evento. A conferência também fechou os olhos para a situação dos dalits, segmento da sociedade indiana que historicamente vive um *apartheid* social na Índia: moram nos lugares mais afastados e empobrecidos, ocupam os piores postos de trabalho, são humilhados, estuprados e torturados, barrados em templos e outros lugares onde se pratica a religião, enfim sofrem de muitas restrições.

Apesar dos esforços dos párias ou dalits e simpatizantes dessa causa em fazer manifestações durante o evento para a incorporação do tema, a delegação da Índia demarcava posição contrária, afirmando que a questão desse grupo se refere à questão de classe social e não caberia na conferência. A situação vivenciada por esses povos, tanto na Índia como na Palestina, coloca em evidência que, para além de problemas regionais ou questões religiosas, a falta de interesse do capitalismo e suas instituições imperialistas em resolver problemas como estes está diretamente ligada a interesses privados, de uma classe ou grupos que lucram com a opressão e exploração, portanto, o capitalismo se beneficia diretamente dessa situação.

É preciso compreender que não se trata apenas de conflitos entre os israelitas e palestinos, bem como não é algo natural a desigualdade social vivenciada pelos párias ou dalits. Esses e outros problemas regionais fazem parte da expressão das contradições capitalistas, ou seja, concentração, acumulação da produção capitalista e luta de classes. É necessário também entender que a criação do estado

---

<sup>54</sup> Esse movimento reúne em torno de 115 países que surgiu para manter uma posição neutra frente à guerra fria (EUA e URSS). Participam países como Egito, Índia, África dos Sul, China e Iugoslávia. Tem como pauta: direitos humanos, soberania, reconhecimento de todas as raças e igualdade de todas as nações, o do respeito e o direito de defender-se de cada nação (individual ou coletiva), solução pacífica de todos os conflitos internacionais, etc.

de Israel e a anexação dessa região é uma política que atende ao capitalismo, estando a serviço da burguesia israelita.

A questão regional é produto de redes de interação que apresentam relações de poder político e econômico em contextos de nação e em escala mundial, aliado a interesses de grupos e classes regionais dirigentes. O enfrentamento às condições impostas é também parte desse processo.

Marx (1889), ao analisar a situação de opressão da Irlanda decorrente da colonização inglesa, defende em suas teses o direito desse país de se emancipar da Inglaterra, bem como defende a autonomia<sup>55</sup> dos trabalhadores irlandeses frente à burguesia nacional. Ou seja, a autonomia dos povos frente às condições impostas é um princípio revolucionário e isto serve como orientação para os povos palestinos e demais povos que vivem a opressão. Enfim, para Marx “*Toda nação que oprime outra nação está a forjar as suas próprias cadeias*” (MARX, 1989, p. 117 e 118).

Voltando aos temas polêmicos na Conferência de Durban 2011, a questão das reparações históricas foi um dos temas mais questionados. Segundo Lindgren Alves (2002), a delegação africana exigia constar no documento as reparações históricas pela escravidão, bem como um pedido de perdão pelo colonialismo dos países europeus formalmente convertido com a suspensão do pagamento da dívida externa dos países africanos. Contudo, a suspensão da dívida não foi aceita, resultando apenas em um pedido formal de perdão.

Estes dois aspectos do debate têm implicações na implementação de políticas de ações afirmativas. Reparções históricas fazem parte da exigência reivindicatória do protesto negro pela prolongada existência da escravidão e do tráfico do povo africano, uma concreta materialização do racismo e um dos maiores crimes que o capitalismo cometeu.

O termo raça, não como categoria biológica, pois já foi comprovada a existência de uma única raça, a humana, mas enquanto categoria social e política, é utilizada, por exemplo, para obtenção de dados censitários em emprego, renda, acesso à educação, dentre outros, e permite diagnosticar a situação de desvantagem social vivida por populações negras e nações indígenas. Desse modo, raça é construção social, podendo ser utilizada para diversas finalidades.

---

<sup>55</sup> Ao contrário de constituir somente uma retórica, Marx e Engels levam uma resolução de apoio à luta do povo irlandês pela sua independência para ser aprovada na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

O questionamento se reparações e raça entram ou não num documento final de uma conferência que se propõe a discutir o racismo e a discriminação racial é improvável de se conceber, isto tem consequências graves como a interpretação de que o racismo não existe, além de implicações nas orientações no enfrentamento ao racismo. Um exemplo disso é a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial<sup>56</sup> em 2010, no Brasil, que retirou os termos raça, escravidão, cor e identidade negra do documento, sob a alegação de que são expressões inadequadas, arcaicas para uma “sociedade democrática.

Não foi por acaso que foram retiradas do documento reivindicações importantes como: cotas para negros nas universidades e serviço público, direitos dos quilombolas à titulação de terras, supressão do quesito cor no atendimento ao SUS, dentre outros. Acordo com o partido Democratas- DEM, partido com a maior banca ruralista, ligado ao agronegócio, que via seus interesses ameaçados pelo Estatuto da Igualdade Racial em sua forma original, resultou num estatuto esvaziado de conteúdo. Voltando à Conferência de Durban, no documento final, em determinados trechos, o termo *reparações* é substituído por *compensações*, levando a interpretar outro sentido das políticas sociais. O documento, baseado em consensos e negociações, não atacou a fundo o problema do racismo, como desejavam alguns participantes, por isso há quem diga que a conferência não terminou. Nessa ordem, a Conferência de Durban influenciou diretamente na implementação de políticas de ações afirmativas no Brasil e no mundo.

#### **4.1 As cotas raciais: as fronteiras entre a proposta e a implementação**

Convém destacar que, no Brasil, a orientação legal e normativa de coibir a prática de discriminação racial não foi iniciada com a Conferência de Durban, em 2001. A lei Afonso Arinos, criada em 1951, é a primeira lei de combate ao racismo no país, posteriormente, outras leis emergem como alguns artigos da Constituição de 1988 e a Lei nº 7.716, de 1989, conhecida como Lei Caó.

---

<sup>56</sup> O Estatuto da Igualdade Racial foi instituído a partir da Lei n. 12. 288, de 20 de julho de 2010. Nele estão contidas orientações gerais para combater as discriminações raciais, regras e princípios jurídicos para implementação de políticas públicas para a população negra. Cabe destacar que foi uma proposta do movimento social negro, encaminhada ao Senador Paim, tendo no parlamento a consigna de autoria desse parlamentar. O projeto original tramitou no congresso por mais de 10 anos até ser aprovado, com muitas mutilações.

A lei Afonso Arinos (1390/51) é resultado do lamentável episódio com a famosa bailarina norte-americana Katherine Dunhan, impedida de hospedar-se em um conhecido hotel de São Paulo pelo simples fato de ser negra. Este fato, de grande repercussão no país, foi o motivador da lei, que contém apenas 9 artigos, todos relacionados à violação de direitos da pessoa negra ocorridos em espaços públicos e privados.

A lei trata os casos de racismo ocorridos nessas esferas como contravenção penal, ou seja, são caracterizados como crimes de menor potencial ofensivo, sujeito a penas simples como prisões por período determinado de 3 meses a um ano e/ou pagamento de multas, valor previamente estabelecido na lei.

Pela ineficiência em tratar os diversos casos de discriminação racial, a lei foi alvo de críticas e seu proponente, Afonso Arinos, também foi censurado por ser membro de um partido liberal, conservador e de direita, a União Democrática Nacional- UDN.

Ressalta-se que parte dessa crítica se deve ao movimento social negro, que entende a inoperância da lei, bem como à necessidade de o país elaborar leis que oportunizem a igualdade social e implementem direitos humanos, já que em muitos países a luta por direitos civis tem sido uma reivindicação dos negros. Estas críticas e exigências ocupam espaço na Constituição de 1988, vindo as discussões em torno da discriminação racial a tomar outras dimensões.

Em várias seções da lei há menção a esse tema. Nesses termos, no título “dos princípios fundamentais” define-se como um dos objetivos do país a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação (Art. 3º, IV);

A lei repudia o terrorismo e o racismo (Art. 4º, VIII); considera a prática do racismo como crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão (Art. 5º, XLII); proíbe a diferença de salários, de exercícios de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (Art. 7º, Inciso XXX); define que o Estado deverá proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras (Art. 215, §1º); aponta sobre o tombamento dos documentos e sítios dos antigos quilombos (Art. 216; 5º) e reconhece o direito à titulação de terras aos remanescentes dos quilombos (Art. 68).

Enfim, a Constituição brasileira de 1988, em seus títulos e seções, destacou objetivos, princípios, direitos e deveres, direitos sociais, bem como a cultura

negra como parte do legado da civilização nacional. Avançou em muitos aspectos em relação à lei Afonso Arinos, sobretudo ao caracterizar o racismo como crime inafiançável, portanto, a punição nesse caso tem mais rigor, o crime não prescreve, tendo o acusado, em todo o trâmite do processo, que responder as acusações em reclusão.

O Artigo 5º da Constituição, que trata desse tema, foi incorporado em 1989 pela Lei Caó, de autoria de Carlos Alberto Caó de Oliveira, ex-parlamentar falecido e militante do movimento negro. A lei contém 21 artigos, dentre os quais destacam-se:

Artigo 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Artigo 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos. (BRASIL, 1989)

Nos artigos supracitados da lei Caó, verifica-se que práticas de racismo serão punidas, portanto, um avanço no combate ao racismo no país, pelo menos em nível formal, contudo a tipificação do racismo como crime suscitou muitos debates, inclusive dos racistas que praticavam, de modo que não aceitavam a sentença, alegando que tinha cometido apenas injúria racial, ou seja, a prática de ofensa a honra daquela pessoa individualmente e não de seu grupo. Este enquadramento é menos grave, tem pena mais leve- 1 a 3 anos de reclusão e pagamento de multa, item incorporado pela Lei 9.459/97 à lei Caó: “Art. 2º O art. 140 do Código Penal fica acrescido do seguinte parágrafo: "Art. 140<sup>57</sup>. Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem: Pena: reclusão de um a três anos e multa”.

Como se percebe, a incorporação desse item mudou a forma de tipificar ou mesmo na aplicabilidade da lei, sendo alvo de críticas de lideranças negras, por conta de que os responsáveis em aplicar a lei tem enquadrado os casos de racismo como injúria racial, o que de certa forma diminui a ação penal, tornando insuficiente o combate a prática do racismo na sociedade brasileira.

---

<sup>57</sup> A título de informação, o Artigo 140 do Código Penal do Decreto Lei 2848/40 descreve a injúria como ofender alguém em sua dignidade, podendo não aplicar a pena em alguns casos:

I - Quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria; II - No caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Além do caráter punitivo, na década de 1990 e início dos anos de 2000 vários projetos foram apresentados no Congresso Nacional e se direcionaram para a implementação de ações afirmativas. Silva Júnior (2003) no texto “Ação Afirmativa para negros (as) nas Universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade” assinala que nesse período tramitavam no Congresso 130 projetos de lei sobre a questão racial. Dentre os mais relevantes destaca-se: o PL 650/99 de autoria do senador José Sarney, que previa a destinação de 20% de vagas nas universidades brasileiras e em concurso público; e o PL 3.198/00 do Estatuto da Igualdade Racial do então deputado Paulo Paim. O referido Estatuto foi aprovado somente em 2010 totalmente desfigurado de seu conteúdo original, como já foi mencionado.

As cotas são políticas de ação afirmativa que objetivam incorporar determinado segmento social nos espaços produtivos. Partem da necessidade de corrigir injustiças históricas e desigualdades sociais e econômicas. Neste sentido, vale lembrar algumas experiências de cotas desenvolvidas no país: a lei do boi, que em 1968 garantia o acesso às universidades aos filhos dos fazendeiros; a legislação eleitoral de 1995 que obriga os partidos políticos a terem um percentual de no mínimo 30% de mulheres em suas chapas, dentre outras. Desse modo, pode ser perceber diversos tipos e finalidades de cotas que servem para efetivar a igualdade de oportunidades de direitos, concretizando um objetivo constitucional.

As cotas contribuem também para a mudança de mentalidades, a exemplo das mulheres, que no caso de reserva de vagas em chapas para concorrer ao pleito eleitoral têm diminuído o preconceito contra elas na política. Outra ilustração é em relação aos negros norte-americanos, as cotas serviram para diminuir a invisibilidade, tendo ampliado o ingresso destes nas universidades em cargos públicos e na mídia, fortalecendo uma classe média e uma pequena burguesia negra.

As cotas raciais suscitaram fortes debates no país, sobretudo quando foram implementadas nas universidades brasileiras e no serviço público a ponto de se constituir diversas ações judiciais questionando a constitucionalidade do sistema de cotas raciais. Nessa ordem, a discussão chegou ao Supremo Tribunal Federal- STF, ganhando visibilidade pública através da mídia e de várias audiências abertas ao público promovidas pelo STF com juristas, especialistas em educação, entidades dos movimentos sociais, etc.

Destaca-se que o debate no STF decorre de ações ajuizadas pelo Partido Democratas (DEM) que apresentou a essa corte a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADC 186 (2009) contra a política de cotas na Universidade de Brasília – UNB. Esta universidade em nível federal foi a primeira a implementar o sistema, reservando um percentual de 20% das vagas para negros e pardos e 20% para estudantes de nações indígenas. Esse partido também entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 3239 – contra a regulamentação da titulação das terras quilombolas em 2004. Cabe destacar ainda o Recurso Extraordinário 597285 intermediado por estudantes do Rio Grande do Sul contestando as cotas raciais e de escola pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta instituição nos anos de 2013 a 2014 ofertou 30% das vagas, chegando no ano de 2015 com 40%.

Outras ações também foram ajuizadas nos estados, porém, depois da decisão do STF de tornar o sistema de cotas constitucional essas ações perderam validade, visto que esse órgão é a instância maior do poder judiciário brasileiro. Um aspecto que chama a atenção não é apenas o debate acerca da validade da constitucionalidade das cotas, mas sim os argumentos que vieram à tona ressurgindo argumentos com base nas teorias raciais já obsoletas, visões estereotipadas sobre o negro, o mito da democracia racial, enfim, várias caracterizações sobre o negro levando-nos a inferir que a questão negra está inconclusa, precisando aprofundar não apenas o debate, mas também a necessidade de exigir políticas públicas para esta população.

Durante a implementação das cotas e das as ações judiciais, posições contrárias e a favor foram publicizadas, vários segmentos da sociedade manifestaram-se sobre o sistema de cotas. Um exemplo emblemático foi o “Manifesto dos Cidadãos Anti-Racistas Contra as Leis Raciais” assinado por intelectuais, artistas, outros setores, instituições e a mídia que buscava influenciar a opinião pública.

Nessa direção, destaca-se o Manifesto, assinado por intelectuais, artistas, pesquisadores e empresários dentre eles: Agnaldo Silva (telenovelistas), Alba Zaluar (professora da UNICAMP), Caetano Veloso, Ferreira Gullar, José Arbex (jornalista e professor da PUC- SP), Yvone Maggie (Professora da UFRJ), Marcos Chor Maio (pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz) Peter Henry Fry (Professor da (UFRJ),

Reinaldo Azevedo (Jornalista), Renato Lessa (Professor da UFF) e outros que buscaram influenciar a decisão junto ao STF.

Esse manifesto destaca dentre outros aspectos o princípio da igualdade constitucional entre todos os membros de uma sociedade, aborda que a lei das cotas propõe tratar desigualmente os desiguais, aplicando para isto a justiça, nessa direção, discute-se que o vestibular não promove desigualdades, visto que as desigualdades estão presentes em vários espaços sociais, bem como a pobreza está presente também entre os brancos pobres. Alega que o acesso ao ensino superior, através do vestibular, não promove diferenças, apenas estabelece os meios de acesso segundo a capacidade de cada um. Argumenta que as cotas, além de não resolverem as desigualdades, desviam do problema que é mais profundo – a situação social e educacional brasileira.

Criticam o sistema de cotas da UNB e da UERJ ao utilizar o critério da autodeclaração racial e da inserção na universidade que, segundo o documento, tem menor número de pontos obtidos pelos alunos cotistas. Acredita que tudo isso gera privilégios. Apregoa que raça é um conceito biológico e que a cor da pele é apenas uma *“adaptação evolutiva aos níveis de radiação ultravioleta vigente e em diferentes áreas do mundo”*. Faz a defesa às múltiplas origens da formação do homem, ou seja, à diversidade, bem como faz críticas ao racismo com base no colonialismo europeu, porém, reafirma que o racismo enraíza-se na sociedade de várias maneiras, inclusive quando a lei transmite às pessoas que estas pertencem a determinado grupo racial, com seus direitos afetados por esse pertencimento.

O Manifesto está carregado de ideologias que vai desde o problema do negro à questão racial mais ampla de compreensão e justificativas da sociedade brasileira. Desse modo é visível no documento a produção da ideologia da mestiçagem:

Por certo existe preconceito racial e racismo no Brasil, mas o Brasil não é uma nação racista. Depois da Abolição, no lugar da regra da “gota de sangue única”, a nação brasileira elaborou uma identidade amparada na ideia antirracista de mestiçagem e produziu leis que criminalizam o racismo. Há sete décadas, a República não conhece movimentos racistas organizados ou expressões significativa de ódio racial. O preconceito de raça, acuado, refugiou-se em expressões oblíquas envergonhadas, temendo assomar à superfície. A condição subterrânea do preconceito é um atestado de que há algo de muito positivo na identidade nacional brasileira, não uma prova de nosso fracasso histórico (MANIFESTO: CENTO E TREZE CIDADÃOS ANTIRRACISTAS CONTRA AS LEIS RACIAIS, 2008).



Nessa lógica, os assinantes do documento até concordam que existem preconceito racial no país, mas fazem questão de enfatizar que o país não é racista. Para eles, as manifestações de racismo são práticas esporádicas, não existem segundo eles movimentos racistas organizados como nos EUA, além disso, o país buscou traçar um caminho para construir uma nação sem racismo, elaborando leis para coibir tal prática.

Cabe destacar que a mestiçagem, construída no país como signo da etnia brasileira e na crença do cruzamento entre os povos formadores da sociedade brasileira, demonstra um profundo desconhecimento de que a mestiçagem vai além de um fenômeno de fluxo de genes de intensidade e duração variável entre populações contrastadas biologicamente (MUNANGA, 1999) ou um aspecto de democratização da sociedade (FREYRE, 2013) é sobretudo uma construção ideológica, tendo implicações sociais e políticas e determinam a posição social dos diversos povos.

De fato, o Brasil não construiu um sistema explícito de separação racial, isto devido a impossibilidades práticas decorrente do peso numérico da população negra e nações indígenas no período colonial, no entanto, desenvolveu a crença de superioridade branca e inferioridade negra, presentes até hoje entre as elites.

No documento também se observa a defesa da igualdade constitucional para se contrapor às cotas raciais. Nesse caso, fundamentam-se na formalidade jurídica. Sabe-se que desde o período colonial, diversos mecanismos de exclusão em diferentes instituições sociais foram construídos para colocar os negros em situação de subalternidade. A educação escolar em seus vários níveis, sobretudo no ensino superior, tem demonstrado historicamente o seu caráter elitista e seletivo, seja quanto aos conhecimentos que transmite, seja no acesso e permanência aos bancos escolares.

A tão apregoada igualdade ao colocar que todos são iguais perante a lei tem um sentido formal. É um princípio liberal que impede que interesses de grupos específicos se sobreponha aos interesses coletivos e da sociedade, daí as cotas serem questionadas como inconstitucionais e gerar privilégios a determinados grupos.

O manifesto fortalece ainda a crença do discurso da meritocracia, apoiando-se na ideia de que os vestibulares promovem o acesso por meio da capacidade de cada, desta forma, ignoram a sociedade excessivamente competitiva, que não oferece oportunidades iguais e responsabiliza os indivíduos pelos seus

fracassos. Todavia não se vê no documento nenhuma crítica a esse critério excludente e liberal imposto como forma de inserção dos alunos nas universidades, nem tampouco, faz-se críticas ao caráter elitista dessas instituições.

A meritocracia foi usada pela primeira vez pelo sociólogo Michael Young em 1958 no seu livro “A ascensão da Meritocracia” no qual fez críticas ao sistema educacional da Inglaterra em alusão à orientação do uso de testes de inteligência- QI padronizado. Foi nos anos de 1960 em diante que essa ideologia ganhou materialidade passando a ser o principal instrumento de acesso aos serviços públicos e universidade, isso em decorrência da quantidade ínfima de vagas para um universo grande de pessoas, o que gera competição.

Não se questiona esse processo, que por si só já é excludente. O principal objetivo da meritocracia é legitimar a desigualdade por traz de um discurso da ascensão pelo talento e aptidão individual, reforçando, por outro lado, a ideia de que o fracasso é também mérito individual.

Ilustra-se também a forte campanha contra as cotas que buscaram influenciar a opinião pública, nesse caso, registra-se os vários artigos dos intelectuais supracitados no documento contra as cotas, matérias no telejornalismo, particularmente cita-se um dos livros mais lidos nesse período “Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor” (2006) de Kamel, diretor de jornalismo da Globo.

Nesse livro, resultado de uma coletânea de seus artigos de opinião publicizados desde 2003, o autor se opõe às cotas, argumentando que o tema racial não é um traço marcante da sociedade brasileira, visto que não há racismo institucionalizado, bem como não há barreiras de mobilidade social aos negros, o que existe é preconceito contra os pobres e concentração de renda que afetam, principalmente este agrupamento social.

O autor questiona o conceito de raça e identidade, sobretudo, baseada na cor da pele. Por tudo isso, o autor se contrapõe as cotas raciais e que o propósito delas é dividir, classificar a sociedade entre negros e brancos, instituindo, assim um sistema bicolor. Para resolver o problema da defasagem econômica e eliminar os preconceitos o autor propõe que se invista na educação.

As críticas do diretor da Globo foram dirigidas ao Movimento Negro acusando-o de promover o racismo, importando dos EUA um sistema bi racial ou bicolor, em suas palavras, que não era tradição do país de nação mestiça. Considera

a miscigenação um dos maiores patrimônios do país, enfim, as diversas opiniões desse autor são carregadas de estereótipos e preconceitos que não contribuem para o debate sobre a questão negra.

Desta forma, os argumentos contrários as cotas não são suficientes como vimos nesta seção alegam-se que são medidas injustas, inconstitucionais, não se atem ao mérito individual; a autodeclaração não é suficiente para determinar quem é negro no país de mestiços; que no critério de autodeclaração pode incorrer fraudes por aqueles que querem se beneficiar das cotas e que a inclusão pode rebaixar a qualidade do ensino e da educação.

Este debate deve ser encarado com profundidade em nossas estruturas educacionais e em todas as instâncias da sociedade para que se supere as visões de senso comum, estereotipadas e ético-moral, no qual questões polêmicas e históricas são no máximo toleradas e/ou respeitadas, mas trata-se uma questão complexa ligada a identidade, ao saber e ao poder, visto que, na construção histórica e social do país, as relações raciais são marcadas por profundas desigualdades e discriminações. É preciso, compreender a importância das políticas de ações afirmativas como medidas de reparações das desigualdades sócio- raciais históricas.

Como já foi mencionado nesta seção, um dos primeiros Estados da federação a adotar o sistema de cotas foi o Rio de Janeiro em 2001, através da Lei N.º 3.524/00, que garantia 50% das vagas nas universidades para estudantes das redes públicas municipais e estaduais de ensino, através da Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Posteriormente, outros estados foram aderindo a exemplo das universidades estaduais da Bahia, Mato Grosso do Sul, a Federal de Brasília em 2004, chegando a um total em 2007 de 51 instituições a adotarem o sistema de cotas.

Cumprir afirmar que nos primeiros anos de desenvolvimento dessa política pelas universidades não havia uma lei federal que tratasse especificamente dessa matéria, somente em 2002 com a lei 10.558/2002 quando se cria o Programa Diversidade na Universidade, a partir do Ministério da Educação. Esta lei foi elaborada com objetivo de implementar e avaliar as políticas de ações afirmativas no ensino superior. (SANTOS, 2002).

Já em 2004, o caráter das cotas se modifica. A parceria do governo é com as universidades privadas. A Lei 11.096/2005 cria o Programa Universidade para Todos – PROUNI, no governo Lula, cujo objetivo é permitir o acesso a bolsas de

estudos integrais ou parciais a estudantes negros, de nações indígenas, deficientes e de baixo poder aquisitivo nas universidades privadas. Como parte do acordo com as empresas que aderirem ao programa o governo garante a isenção de impostos. Com a ampliação de ofertas de vagas na educação superior para o setor privado, o governo federal transfere recursos públicos ao setor privado, esta é a principal crítica ao programa. Além disso é um programa assistencial que tem por intenção apenas o acesso, não há garantia de permanência dos alunos.

Em 2012 foi criada a Lei n. 12. 711 de 29 de agosto de 2012, no governo Dilma Rousseff, que determina aos Institutos Federais e as Universidades públicas reservas de vagas de no mínimo cinquenta por cento em seus cursos de graduação, ensino técnico e tecnológico. Neste percentual se distribuem por critérios alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, alunos com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, além dos critérios raciais, que neste caso específico, serão cotas proporcionais à porcentagem da população de cada grupo nos estados de acordo com o IBGE aos estudantes que se autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Para concorrer ao processo de cotas o aluno deve comprovar os critérios supracitados, nesse caso há um forte controle dos mecanismos dessas ações. Segundo Pereira (2014) os critérios utilizados nessas políticas carregam:

[...] vícios arcaicos e anacrônicos, como os constrangedores e vexatórios testes de meios (comprovação de pobreza), a fraude mania (mania de fraude em relação aos pobres), condicionalidades ou contrapartidas, como se o alvo da proteção tivesse alguma falta pessoal a expiar, e o estigma, rebaixado do status de cidadania (PEREIRA, p. 3, 2003).

Pereira (2003) destaca que estes critérios estigmatizam, rebaixam o status de “cidadania”, não são e nunca foram veículos de inclusão social, sendo o principal objetivo excluir e manter excluídos em seu lugar para aliviar os cofres públicos de despesas em áreas consideradas economicamente improdutivas.

Os eleitos à “inclusão”, por sua vez, são efetivamente tratados como faltosos, pois devem sujeitar os seus direitos básicos (acesso à escola, aos serviços de saúde, aos benefícios da assistência social) a regras contratuais que preveem contrapartidas dadas e cobradas por governantes, que são responsáveis pela manutenção da pobreza. Tem-se aí uma inversão perversa e arrogante de valores no campo da política social, que contradiz até mesmo a lógica contratual. Os pobres, que são *credores* de uma enorme dívida social acumulada, têm de oferecer contrapartida aos seus devedores,

quando estes se dispõem a saldar parcelas ínfimas dessa dívida (PEREIRA, 2003, p.3).

Ela também acrescenta que há mais riscos de fracassos e irracionalidades nessas políticas sociais, pois “transformam problemas estruturais em faltas morais que estigmatizam profundamente os seus portadores”; oferecem serviços de piores qualidades, tudo é racionalmente calculado, desqualificam-se as políticas sociais que funcionam como armadilha de pobreza, pois não liberam os pobres da situação de pobreza, ao contrário contribuem para o gradativo aumento desta (2003).

Outro aspecto considerado pela autora é a ausência de poder de pressão social das camadas mais pobres no processo de desenvolvimento dessas ações, as quais se limitam a obedecer aos critérios e ordens preestabelecidas. Estas discussões são fundamentais para análise das políticas sociais contemporâneas e devemos situá-las no contexto da sociedade neoliberal, bem como pela pressão dos movimentos sociais organizados para que não se perca de vista o que é verdadeiramente políticas públicas com corte social com vinculação direta às demandas da classe trabalhadora e não apenas centradas na visão do mercado capitalista.

Nesse acaso, as políticas específicas para a população negra são necessárias e prementes, tendo em vista o processo de formação da sociedade brasileira e o lugar que os negros têm assumido na subalternidade, na invisibilidade, na pobreza extrema. Esta medida, assim com as demais proposta de cotas no âmbito dos estados e na esfera federal, têm causado debates e não faltam críticas por aqueles que tem se posicionados contrários a essa medida, sobretudo quanto ao critério racial. Até os educadores mais críticos, sensíveis às cotas sociais têm negando a necessidade de cotas raciais. Comumente acreditam que a concretização de políticas universalistas, acabariam beneficiando os negros por extensão, simplesmente por fazerem parte da maioria dos excluídos da sociedade, porém as coisas não são bem assim.

Além das diversas críticas à política de cotas com corte racial, percebe-se nesse processo o esvaziamento dessa ação afirmativa. As duas últimas leis de cotas raciais- o PROUNI e a Lei 12.711/2012 esvaziaram o conteúdo dessa reivindicação. No caso do PROUNI, ampliou-se os investimentos para beneficiar principalmente o setor privado da educação, já a segunda, a lei 12.7111 ao ampliar as vagas insere

não apenas os estudantes negros, os de nação indígena e os deficientes, mas os alunos oriundos de escolas públicas e com renda inferior a um salário mínimo e meio, na maioria das vezes até se combina os critérios como no caso estudantes negros, oriundos de escola pública e ou com renda baixa, desvirtuando o que seria as políticas de ações afirmativas, enquanto medidas de reparações das desigualdades históricas vivenciadas pela população negra. Portanto, não se trata de privilégio, mas de direitos sociais.

Destaca-se também que o próprio esvaziamento do conteúdo das cotas está relacionado a questão orçamentária, não foi por acaso que se retirou do Estatuto da Igualdade Racial os artigos referentes a orçamento ligados à promoção dessa política, se não há recursos, não há como garantir tal política. Essa situação faz parte da orientação fiscal das políticas neoliberais que tem dirigido os governos para que implementem políticas de austeridade, combinada com conjunto de medidas de contenção de gastos, diminuição de investimentos nas áreas sociais e transferência do orçamento público para pagamento da dívida pública. Nessa direção as políticas públicas não passam de engodo, apesar de ser reivindicação histórica.

#### **4.2 A Lei 10.639/03 e As Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como políticas de ações afirmativas**

A Lei nº 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9.394/96 tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas da Educação Básica. A lei é composta por apenas dois artigos: 26 A (Título V, Capítulo II, Seção I), que determinam a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados; e o 79-B (Título VIII), que determina a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

Não obstante, com a aprovação da Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008), incluiu-se o seguinte termo no artigo 26 A “obrigatoriedade do estudo da História e Culturas Indígenas”.

Incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2003).

Esta Lei tem sua importância por discutir as contribuições dos africanos, dos povos e nações indígenas na construção do Brasil, sendo, portanto, necessário um estudo aprofundado que supere as visões distorcidas sobre estes povos e os reconduzam ao lugar da civilidade e de verdadeiros construtores deste país.

Para que estas leis fossem regulamentadas, foram instituídas as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, por meio da Resolução CNE/CP 01/2004. Desta forma, as diretrizes reconhecem que tanto a Lei 10.639 quanto a Lei 11.645 são políticas de combate ao racismo e do preconceito racial, caracterizadas como leis afirmativas.

As diretrizes contêm orientações que fundamentam e justificam as determinações do caráter normativo das leis supracitadas. O Documento ministerial toma as reparações, principal reivindicação do Movimento Negro, como justiça social e direitos econômicos, políticos e culturais. Para isto, sugere que o Estado adote providências para o ressarcimento aos danos causados. Esta promoção de ações está evidenciada na área da educação, por meio do acesso e permanência dos negros à educação escolarizada, bem como da criação de iniciativas de combate ao racismo.

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA, 2004, p.11).

Ainda na área de educação, propõe a adoção de políticas educacionais e estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, indicando, por exemplo, que estabelecimentos de ensino disponham de instalações e equipamentos adequados,

professores qualificados, dentre outras exigências. O documento define políticas de ações como:

Conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos,(2) bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001 (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, 2004, p.13).

O documento traz a categoria raça enquanto construção social não tendo absolutamente nenhuma relação com as pseudoteorias raciais do século XVIII centradas no aspecto biológico e hierarquização dos grupos humanos. Explicita que o termo é usado comumente nas relações sociais, para informar as características fenotípicas e na influência do lugar que ocupam os sujeitos na sociedade. Resgata ainda o sentido político do termo pelo Movimento Negro quando se refere à valorização do legado africano. Sobre o termo étnico diz que:

A expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, europeia e asiática (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, 14)

Sobre a diversidade não apenas biológica e cultural, mas apresentada em vários aspectos das relações sociais, modo de vida, diversas experiências de povos e grupos étnicos que convivem de maneira conflituosa, por conta da persistência das ideologias de superioridade europeia, das desigualdades e estereótipos racistas, sendo, portanto, necessário educar as relações sociais fazendo emergir sentimentos construídos a partir dessa situação de tensão.

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como



espaços democráticos e igualitários. Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, 15)

O texto traz ainda informações acerca da identidade negra, que não se limita às características físicas, é também uma decisão política, já que no Brasil essa construção é complexa, envolve também a desvalorização do negro e de sua cultura, por isso, um erro afirmar que o próprio negro se discrimina. A ação do movimento negro foi forjar positiva e politicamente essa identidade.

Ao apontar os equívocos disseminados na escola, o Documento cita a crença de que a questão negra não se limita a setores determinados como especialistas da área, movimento negro e o próprio negro, mas a todos os membros da sociedade. Destaca também que o racismo, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento não atingem somente os negros. Essas crenças podem ser desmistificadas com educação para superar esses equívocos, daí aponta a necessidade de construir estratégias educativas:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, p. 15)

As Diretrizes Curriculares determinam a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, isto implica que os sistemas de ensino deverão atuar com base nos fundamentos filosóficos, pedagógicos e nos princípios quais sejam: consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e de direitos, ações educativas de combate ao racismo e as discriminações que se desdobram em outros princípios para a sua materialidade em sala de aula.

O documento também destaca os órgãos normativos para adequar a legislação à realidade do sistema de ensino como os Conselhos de Educação nos

Estados, no Distrito Federal e nos Municípios em colaboração com entes federativos, a seus respectivos sistemas para o planejamento de ações, enfim, as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico- Raciais busca orientar com base em fundamentos legais, filosóficos, científicos e culturais para a efetivação dos Estudos Africanos e Afro-brasileiro como ação afirmativa (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, 26)

É inegável a importância da incorporação dessa temática no currículo da Educação Básica, de fato é uma ação afirmativa. Igualmente ao que ocorre com as cotas raciais, o momento de implementação dessas políticas foi marcado por redução de recursos para as políticas sociais. Soma-se a isto a opção política do governo federal em retirar recursos do orçamento para pagamento da dívida pública. É necessário também destacar que durante a aprovação da Lei 10.639/03, o então Presidente Lula vetou o parágrafo 3º, que estabelecia a participação do movimento negro nos cursos de capacitação para docentes, fato este lamentado por lideranças negras.

Com isto verificam-se entraves e a ineficiência do governo brasileiro em promover mudanças substanciais na estrutura da sociedade, vez que não há políticas públicas consistentes. As cotas raciais são medidas paliativas que não irão resolver os problemas sociais históricos no país, são medidas progressistas, que contribuirão para o acesso dos negros e demais setores historicamente excluídos à educação escolar nos diversos níveis, portanto, é um ato de reparação para com os negros, além de tornar as universidades e escolas pluriétnicas.

Destaca-se também que as políticas de ações afirmativas envolvem uma série de medidas para a promoção da igualdade racial como acesso a emprego e renda, transporte e moradia digna, saúde e educação pública, enfim, estabelece políticas públicas de inclusão social, no entanto até agora as ações desenvolvidas no país se limitam ao âmbito da educação escolar, seja pela cotas ou pela incorporação da questão negra no currículo.

As orientações para que a escola cumpra a tarefa de intervir em questões sociais e culturais como sua função social, faz emergir as relações étnico-raciais atravessadas por conflitos, convivendo no mesmo espaço alunos de diversas origens, diferentes costumes, formas de pensar e valores que contrastam com o padrão veiculados como hegemônicos na escola. Desta forma, as ações afirmativas refletem

as diferenças culturais, sociais e econômicas e obrigam o sistema educacional a se apresentar como relativizador de conflito social. Neste sentido, as escolas públicas brasileiras são transformadas em espaços inclusivos com a tarefa de valorizar as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais, bem como atender às necessidades educacionais de cada aluno.

A Lei 10.639/03 tem sua importância em discutir as contribuições dos africanos e dos seus descendentes para a construção da nação brasileira. É fundamental analisar as experiências dos estados e civilizações africanas, anterior aos quinhentos anos da expansão europeia, bem como compreender o escravismo mercantil europeu que utilizando-se de teorias racistas gerou a destruição de populações negras e a condicionou à ferramenta para gerar lucro.

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações, ao proporcionar acesso aos conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos igualitários. (Diretrizes Curriculares para educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2005, p.15).

Como também investigar os mecanismos genocidas utilizados pelo imperialismo ao longo dos anos para aniquilar a condição humana dos negros. Nesse âmbito, discutir os sistemas segregacionistas (apartheid), o subdesenvolvimento, as guerras, os massacres, etc. são necessários para se compreender a situação de miséria de muitos países africanos nos dias hoje. É preciso identificar as diversas formas de resistência e luta deste povo tanto na África como no Brasil, considerando-se as especificidades da África em todos os aspectos.

A escola não pode ser vista como redentora da humanidade. Os problemas sociais complexos com questão racial não podem ser atenuados. A escola é apenas mais uma instituição do Estado, que também reproduz as relações de dominação e o racismo. Ela deve ser uma das frentes de combate às práticas de discriminação, mas não a única, não basta apenas respeitar e valorizar a cultura africana e afro-brasileira e nem tampouco promover os sentimentos de corresponsabilidade pelos destinos da sociedade como se fosse uma simples transferência de responsabilidade para o campo da ética. É necessário identificar a responsabilidade do Estado brasileiro que tem privado os negros de acesso a bens materiais e culturais.

Nestes termos, é também necessário resgatar a experiência escravista da sociedade brasileira, que mesmo após a abolição não garantiu os direitos sociais mínimos, por isso, há uma dívida histórica para com esta população e não pode haver estratégia política efetiva de combate ao racismo sem uma profunda e ampla compreensão das diversas faces do racismo, que por um lado é fundada na estrutura desigual da sociedade capitalista, por outro lado e em circunstâncias conjunturais com a inoperância de diversos governos com limitadas políticas sociais que não resolvem a situação da população negra ou a ausência delas, aumentando as mazelas sociais.

Algumas pesquisas sobre a formação dos professores para a educação das relações étnico-raciais destacam que as preparações se dão no interior das escolas e maioria das vezes não possuem formação adequada, predominando apenas as orientações para a convivência harmônica entre os indivíduos.

Há também falta de material didático consistente e crítico que possa subsidiar professores e alunos a lidarem com a temática. Portanto, a Lei n.10.639 como instrumento de combate às discriminações precisa avançar para que, de fato, atinja os objetivos a que se propõe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a Questão Negra com base em narrativas dos intelectuais e movimento negro, capturando as interpretações de raça, racismo e relações étnico-raciais, bem como os seus desdobramentos ideológicos, políticos nos diferentes contextos da sociedade brasileira. A partir desta pesquisa, percebeu-se a centralidade do tema racial no país, suas particularidades e que se configura num problema nacional, pois envolve questões democráticas fundamentais não resolvidas pelo Estado brasileiro, portanto, não se trata de questões meramente específicas.

Trata-se de questão ligada à estrutura econômica e social do país, visto que a existência prolongada da escravidão contribuiu sobremaneira para o processo de acumulação de capital para a Europa, bem como para o enriquecimento de uma oligarquia agrária. Da mesma forma, o interesse da burguesia nacional em manter o sistema escravista, combinado à manutenção de seus privilégios com os interesses do imperialismo, fizeram com que esse sistema tivesse papel econômico e político durante toda colonização, passando pela República. Nesta ordem, à custa da superexploração do trabalho dos povos africanos e das nações indígenas, a escravidão esteve ligada ao latifúndio, a bens e serviços como a mineração, serviços urbanos e domésticos, pecuária, etc.

Na intenção de compreender essa dinâmica, buscou-se investigar a formação econômico-social do Brasil em interação com o contexto mundial. Nesta configuração, o país, enquanto periferia do sistema mundial na divisão internacional do trabalho, cumpre um papel subserviente, submetido a uma dinâmica de produção e circulação comandada pelos países europeus e EUA. Viu-se, neste estudo, que há uma polêmica entre os intelectuais clássicos sobre a caracterização da economia colonial do Estado brasileiro, esse debate polarizado entre o caráter feudal ou capitalista da sociedade tem consequências políticas na forma de interpretação o país e seu destino enquanto nação.

O caráter feudal, por exemplo, expressa a ideia do atraso, do arcaico. Ao localizar o Brasil a partir dessa configuração, compreende-se que está estagnado economicamente em comparação às grandes potências e para alcançar a fase de desenvolvimento econômico e tecnológico do capitalismo, precisa passar por uma revolução democrático-burguesa num processo de aliança que unifique a burguesia nacional e campesinato, operariado e demais setores contra o imperialismo. Esta

orientação está presente em correntes do stalinismo. No Brasil representado pelo PCB e PC do B e na literatura, essas ideias estão presentes em Nelson Werneck Sodré, sendo, portanto, a etapa histórica a ser realizada.

A tese capitalista rejeita essa caracteriza o argumentando que desde o início da coloniza o o país esteve associado ao mercado internacional com caráter dependente, ou seja, desenvolveu-se no Brasil um capitalismo mercantil, o qual serviu para sustentar a riqueza da metrópole, através de explora o de recursos naturais e de sua mão de obra. Esta tese está presente em Caio Prado Júnior, que nutria essa pol mica no interior do partido supracitado anteriormente.

Convém destacar que não se trata de um tema do interior desses partidos, mas um assunto presente entre a intelectualidade como foi descrito nesta pesquisa. Autores clássicos de nossa literatura como Celso Furtado, Octávio Ianni e Jacob Gorender trataram dessa temática. Laclau detectou que   um dos temas centrais formulados pelos autores que se dedicaram a estudar a estrutura econômica da América Latina no período colonial.

Este debate envolve temas correlatos como tipo de coloniza o do Brasil, o patrimonialismo, a estrutura de produ o, a escravidão, a rela o étnico-racial da popula o, o racismo, as perspectivas de desenvolvimento econômico, e outros, formando um conjunto de temas sobre a particularidade brasileira.

Nessa ordem, a perspectiva apontada por alguns desse intelectuais, como foi verificado, se assenta na ideia de que o país terá dificuldades de se constituir como na o por conta dos resquícios da escravidão, da dependência econômica ou ainda pela sua composi o étnico-racial do país, nesse caso, fundamentados na ideologia da superioridade europeia de desenvolvimento e de protótipo humano.

Em consequência disto, as análises sobre as na es indígenas e africanas são estigmatizadas, estereotipadas. Observou-se nesta pesquisa que a penetra o de teorias raciais no país com base na superioridade branca data do período de 1870 a 1830, servindo como aponta Schwarcz (1993) de laboratório racial para validar conceitos e modelos evolucionismo e determinismo.

Desta forma, grupos étnico-raciais foram utilizados como cobaias dessas pseudociências e serviram para justificar os critérios sociais diferenciados, atribuindo aos povos vítimas de violência e preconceitos a responsabilidade pelas dificuldades do país em se construir como na o. Gabinetau com seu determinismo racial e biológico, assim como o darwinismo social, o positivismo, o naturalismo tiveram

grande influência em ensaístas como Euclides da Cunha, Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Nina Rodrigues e outros, produzindo literaturas carregadas de preconceito. Não só isso, mas, nas diversas instituições sociais criadas nesse período como os estabelecimentos culturais e científicos: Museu Real e Nacional, bibliotecas, Imprensa Régia, Revistas de Archivos do Museu Nacional, Institutos Histórico e Geográfico, Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, enfim, superioridade racial, clima ideal e civilização foram responsáveis por criar uma “consciência nacional” e também analisar os problemas do país. Com base nas categorias raça, racismo e mestiçagem, a questão negra foi “cientificizada” numa hierarquização evolutiva da espécie humana e estabelecendo-se a desigualdade sócio-racial como natural.

Do ponto de vista político este debate teve implicações. Raça como categoria biológica para fins políticos foi substituída por mestiçagem, outrora vista como degeneração da espécie humana. No pós-abolição, mais precisamente a partir da década de 1930, passa a ser considerada como um dos maiores patrimônios da sociedade brasileira, símbolo da identidade nacional, que juntamente com a ideia de democracia racial e cordialidade do homem brasileiro, ajudaram a forjar ideologicamente a construção sobre o Brasil. Nessa ordem, tinha escapado do racismo, ao contrário de outros países como EUA e África do Sul que tinham políticas abertamente segregacionistas.

Essa construção, por um lado, ignora as lutas e resistências desses povos, não consegue captar a dinâmica política e social dos africanos e nações indígenas, e seus papéis históricos na luta de classes. Holanda, chega a concluir em sua tese que o traço da nossa composição étnico-racial é a cordialidade, enquanto Freyre acrescenta a democracia racial, caracterizando as relações raciais como democráticas, com base na confraternização entre os diversos grupos humanos formadores da sociedade brasileira. Em suas análises, tem como centralidade o português, descrito como inclinado para a vida tropical e para a miscibilidade. Desta forma, tais caracterizações serviram para construir a ideia de nação harmônica e isto estimulou a Unesco a patrocinar pesquisas sobre as relações raciais no país na década de 1950.

As pesquisas da Unesco nos estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco inauguram novas interpretações sobre a questão negra no país. Tendo à frente vários intelectuais como Florestan Fernandez, Oracy Nogueira Roger Bastide,

Charles Wagley, René Ribeiro, Thales de Azevedo, Marvin Harris e outros, contribuíram para desmistificar o mito da democracia racial tendo foco em diferentes aspectos das relações étnico-raciais. Em São Paulo, por exemplo em decorrência do processo de industrialização, buscaram analisar a integração do negro na sociedade de classes, na Bahia, além dos aspectos culturais e mobilidade social, principalmente na área da educação; no Rio de Janeiro, focalizaram-se os aspectos sociais das relações raciais como: dados sobre grupos etários, cor, sexo, natalidade e morbidade; em Pernambuco, os estudos abordaram a influência da religião e cultos afros na definição de padrões de relações sociais no nordeste.

O ciclo de pesquisa da Unesco, como comenta Chor Maio, contribuiu para elevar o quadro de pesquisadores da USP; a escola desta instituição, principalmente a área das Ciências Sociais, ficou conhecida nacionalmente; estabeleceram-se novos rumos de estudos e uma nova compreensão da questão negra no país.

Foi evidenciada a participação de setores do movimento negro no estado de São Paulo e Rio de Janeiro, a exemplo da TEN, que além de contribuição teórica acerca do tema recomendou à Unesco propostas de enfrentamento às desigualdades raciais.

Na perspectiva de apreender o problema do negro associado à estrutura da sociedade brasileira num processo dinâmico de interações dos sujeitos sociais, esta pesquisa analisou o papel que cumpriu as organizações negras no enfrentamento ao racismo como expressão de lutas de classes, assim, investigou-se o protesto negro na evolução do contexto histórico a partir do período da escravidão, tomando-se a quilombagem como organização político-militar mais importante no enfrentamento ao sistema escravocrata daquele período.

Além dos quilombos, apresentou-se um quadro das principais lutas e rebeliões ocorridas no país, tomando-se os estudos de Chiavenato (1988), exemplificou-se a Balaiada, a Revolta dos Malês e a Cabanagem, etc. Nesse percurso, discutiu-se também o papel do movimento negro, sua ação mobilizadora, estratégias e mediações na agenda política.

Para este estudo, fez-se um estudo teórico acerca da compreensão sobre o Movimento Negro, sua trajetória e formas de mobilização e a aproximação do Estado, tendo em vista a articulação e ações de políticas públicas para a questão racial. Nesse caso, ilustrou-se a experiência do Conselho de participação e



Desenvolvimento da Comunidade Negra em 1984, em São Paulo, que teve a participação de lideranças negras no governo de Franco Montoro- PMDB.

Destacou-se também as diversas iniciativas, principalmente na área de educação, entendida como área estratégica de formação e desenvolvimento da cultura africana e afro-brasileira. Desse modo, identificaram-se algumas propostas, a exemplo da pedagogia interétnica, voltada ao combate ao etnocentrismo e racismo no processo educacional; inclusão de disciplina Introdução aos Estudos Africanos em alguns estados e municípios; cursos e projetos de formação como do Bloco Afro Ilê Ayê e outros.

Pressupõe-se que tais experiências, bem como as mobilizações de massa, a exemplo da Marcha pelo tricentenário de Zumbi, e a Conferência de Durban 2001 foram aspectos influenciadores para a adoção de políticas de ação afirmativas pelo Estado brasileiro, sobretudo na área de educação. Nesta direção, analisou-se as políticas de cotas, a lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais de 2004 buscando apreender o conteúdo social e político dessas propostas.

Em relação as cotas raciais verificaram-se mudanças. Antes, um projeto ainda que limitado para corrigir as injustiças históricas e desigualdades, foram desvirtuadas de seu projeto inicial. Indicadas para serem realizadas em instituições públicas foram transformadas em bolsas de estudos parciais ou integrais pelo PROUNI sem preocupação com a permanência dos alunos. Transfere-se recursos públicos para as instituições privadas, eximindo-as de isenção fiscal.

A Lei 12.711/2012 que aparentemente ampliou as cotas para 50% que era inicialmente dirigida a deficientes físicos e estudantes de nações indígenas e negros foi estendida igualmente o direito aos estudantes oriundos de escolas públicas, com renda per capita de até um salário mínimo e meio, além de diluir as cotas raciais e para deficientes, obriga os alunos a apresentarem comprovantes, atestando o enquadramento nos critérios estipulados.

Estes critérios estigmatizam, pois deve-se declarar pobreza, desta forma rebaixam direitos e manter um controle rigoroso de quem entra no sistema escolar, com isto desqualificam as cotas raciais enquanto políticas sociais e fazem a inclusão do negro de forma desigual e combinada.

Os debates contra as cotas raciais, principalmente organizados pelos intelectuais e mídia, em busca de influenciar a opinião pública, foram carregados de

preconceitos, estereotiparam sobre o negro, achincalharam as políticas de cotas e com isto revelaram a face mais desprezível do racismo brasileiro. Contudo, o que nos chama atenção é que tais políticas se inserem num contexto limitado para adoção de políticas públicas, aliás, tem-se nesse contexto aplicado políticas neoliberais, que além de ações de austeridade, restringem direitos sociais conquistados, fazem cortes nas políticas públicas, sobretudo na área de educação e saúde, por outro lado, mantém intactos os pagamentos da dívida pública, retirando do orçamento público, daí um dos motivos de esvaziamento do conteúdo das políticas públicas que se tornam cada vez mais privadas.

Em relação a Lei 10.639/03 a supressão do item sobre a participação do movimento negro, bem como a retirada do Estatuto da Igualdade Racial de pontos importantes como a questão das cotas e orçamento para implementação da lei restringe ainda mais um direito constitucional, demonstrando com isto a fragilidade de garantia das questões democráticas no capitalismo.

Dessa forma, as políticas de ações afirmativas, através de cotas e da implementação da Lei 10.639/03, tem sua importância para trazer o debate acerca do direito, exigindo-se reparações históricas, bem como na adoção de políticas que promovam a igualdade racial. Inspiradas nas experiências dos EUA estão bem longe de comparação, a começar pelo papel que cumprem os dois países na divisão internacional do trabalho: o Brasil, como já mencionamos, é periferia do sistema mundial com função subserviente às grandes potências, se quer formou uma burguesia negra. Os negros no país são pauperizados, marginalizados, enquanto nos EUA, país imperialista, as cotas por lá foram mais amplas, deram visibilidades forjaram uma classe média e uma burguesia negra.

Neste sentido, a pesquisa não teve por objetivo apenas fazer abordagem das políticas de ações afirmativas, enquanto questão específica, pois elas em sucessivos governos vêm sendo reduzidas, destituídas de seu real valor para aliviar os cofres públicos de despesas com áreas para nós importantes e para eles improdutivas.

É importante destacar que o grupo que chegou ao poder, na figura do Presidente Bolsonaro, representa a fração mais atrasada e reacionária da burguesia brasileira, um grupo que expõe abertamente suas ideologias misógino e racista tem como centralidade de sua política a recolonização do país. Em relação à questão negra, não se encontra expresso em seu programa de governo e o pouco que se sabe

a respeito do tema é por meio de seus discursos contrários à ancestralidade negra, à identidade, às cotas e não se reconhece a dívida histórica, além de pronunciamentos baseados em senso comum, sem teor de científico ou mesmo diretriz programática. Contraditoriamente, neste cenário, o tema das opressões ganha conteúdo, passando a ser anti-imperialista, pois não se trata apenas de defesa a um direito específico, trata-se de posicionamento ao governo e projeto de recolonização, daí que a questão negra nesta pesquisa ser pensada como uma questão nacional. É preciso construir um projeto de nação verdadeiramente democrático.

Os autores pesquisados também têm analisado o lugar do negro na história e na sociedade. Não se tratou aqui tão somente de revisitar os clássicos do pensamento social, mas apresentar que os debates sobre a população negra e seu lugar no Brasil são centrais para a agenda intelectual dominante no território nacional. Mas um assunto em pauta até hoje nas academias, através de orientação dos quadros profissionais nas áreas humanas e sociais; na “esquerda” brasileira.

São essas ideias que serviram de fundamento ou serão questionadas quando da concepção e formulação das diferentes políticas públicas voltadas para a população negra no Brasil. Desse modo, a devida compreensão dos debates que se fez, especialmente, a partir de finais dos anos 1990 e, de modo mais acentuado, a partir dos anos 2000, no que tange às políticas públicas voltadas para a população negra, precisam considerar aquelas interpretações e suas reverberações para serem devidamente compreendidos.

Nesta ordem, discutiu-se que a questão negra presente na agenda das políticas públicas do Estado brasileiro, ainda que se caracterize como efetivação de políticas de ações afirmativas através das cotas raciais, Lei 10.639/03 e diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais, convém ressaltar que esse contexto atravessado pela fase imperialista em que se caracteriza pela concentração da produção, monopólios, domínio do capital financeiro, divisão internacional dos países no qual o Brasil está inserido como semi-colônia de grandes potências dos EUA.

Este é um corpus permanentemente revisitado. Nele, comumente se identificam paradigmas que, embora algumas vezes criticados, acabam sendo, em geral, reproduzidos pelos cientistas sociais, historiadores e demais pesquisadores interessados na chamada “questão racial” no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Orgs.). **Histórias do Movimento Negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.
- ALONSO, Angela. **O abolicionismo como movimento social**. Novos estudos. – CEBRAP, São Paulo, n. 100, p. 115-127, nov. 2014.
- ANDRADE, Mário de; REIS, Maria do Céu. **Ideologias da Libertação Nacional**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/Centro de Estudos Aricanos, 1985.
- ANDREWS, George Reid. Ação Afirmativa: um modelo para o Brasil? In: SOUZA, Jessé (Org.). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil- Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- ANDRADE, MÁRIO P. **Origens do Nacionalismo Africano**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- AZEVEDO, Thales de. **As Ciências Sociais na Bahia**. Salvador: Instituto de Ciências Sociais/Universidade da Bahia, 1964.
- AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional (1955) *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1955.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites- século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BASTIDE, Roger. Introdução. In: FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1955.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca básica de serviço social; v.2).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.
- BRASIL. Ministério Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira. Brasília: MEC/Conselho Nacional de Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana. Parecer CNE/CP, n 3, de 10 de março de 2004. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Lex: Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Lex: Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena". LEX: Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: Acesso em: 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Disponível em: Acesso em: 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Relatório do Comitê Nacional Para Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Durban, 31 de agosto a 7 de setembro de 2001.

CABRAL, Amílcar. **A Arma da Teoria**. Unidade e Luta, Vol I. Fundação Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde, 2013.

\_\_\_\_\_. **A prática revolucionária**. Unidade e Luta, Vol II. Fundação Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Arma da Teoria**. Unidade e Luta, Vol. I. Textos coordenados por Mário Pinto de Andrade, Lisboa: Seara Nova, 1978.

\_\_\_\_\_. **Guiné-Bissau: nação africana forjada na luta**. Lisboa. Nova Aurora, 1974.

\_\_\_\_\_. Manifesto do Movimento Anti-Colonialista, **Discurso pronunciado na II Conferência da CONCP** em 05/10/1965.

CADERNO DE TESES do XII Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado realizado nos dias 9,10,11 e 12 de abril de 1988 na Cidade de Salvador- BA,1998).

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. Universidade de São Paulo: Edusp, 1996.

CANDIDO, Antonio. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: Antonio Candido. (Org). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial no Brasil Colônia: os cristãos novos**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CASTELO, Cláudia. Prefácio à Presente Edição. In: FREYRE, Gilberto. **Um Brasileiro em Terras Portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Santa Catarina: Letras contemporâneas, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

CHIAVENATO, José Júlio. **As Lutas do Povo Negro Brasileiro: do "descobrimento" a Canudos**. São Paulo: Moderna, 1988.

\_\_\_\_\_. **As lutas do povo negro brasileiro: do "descobrimento" a Canudos**. São Paulo: Moderna, 1988.

CHOR MAIO, Marcos. A História do Projeto Unesco: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1997.

\_\_\_\_\_. Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais". *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 40, 1: 127-162, 1997. Costa Pinto e a crítica ao negro como espetáculo" (apresentação), in Luiz de Aguiar Costa Pinto, *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora da UFRJ 1998.

COSTA PINTO, L. A. **O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Companhia Editora Nacional; São Paulo: 1952.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: editora UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Da Senzala à Colônia**. 2. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas LTDA, 1982.

\_\_\_\_\_. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Difel, 1966.

CRUZ, Levy. Roger Bastide e a pesquisa da Unesco em São Paulo: introdução a uma crítica. **Estudos de Sociologia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 12, n. 2, p. 69-95, 2006

CRUZ, Manoel de Almeida. Pedagogia Interétnica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, N. 63, p. 74-76, nov. 1987.

D'ANDREA, Moema Selma. **A tradição re(des)coberta**: Gilberto Freyre e a literatura regionalista. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis, Rio de Janeiro: Guanabara. 1979.

\_\_\_\_\_. "Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira", *Relativizando*, uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o racismo à brasileira. In: Jessé Souza (Org.) **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, pp. 69-76.

\_\_\_\_\_. **Globalização e Identidade Nacional**: considerações a partir da Experiência Brasileira. Ensaio proferido em Seminário Internacional sobre Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização, promovido pela UNESCO, o Senior Board do Conselho Internacional de Ciências Sociais e o Conjunto Universitário Cândido Mendes. Realizado de 10 a 12 de abril de 1996, no Rio de Janeiro.

DÁVILA, Jerry. Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sulafricano. **História Social**: revista dos pós-graduandos em história da Unicamp, Campinas, n. 19, 2010, p. 135-150.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO DAS RAÇAS DA UNESCO – 18 DE JULHO DE 1950.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, A XENOFOBIA E FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA, realizada em Durban de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

DURANS, Claudicéa Alves. **O Negro e a Dinâmica das Relações Sócio-Raciais na Trajetória da Sociedade Brasileira**: reflexos no processo educacional. Dissertação de Mestrado em Educação, UFMA, 2002.

Estudos africanos e Estudos afro-americanos na academia americana. Entrevistador e Tradutor: Rodrigo Ramassote. In: **Revista USP**: Cadernos de Campo, n. 25, p. 343-364, São Paulo: 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na Sociedade de Classes** Volume I - 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978. Alves, José Augusto Lindgren Alves. São Paulo. Coleção Estudos Dirigidos por J. Guinsburg. Ed. Perspectiva S.s, 2005

FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios** . Petrópolis: Vozes, 1975

FERNANDES, Florestan. **As Relações Raciais em São Paulo Reexaminadas**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (40)- p. 2009-2015, 1996.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes, história e histórias: depoimento a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn". **Novos Estudos - Cebrap** , n. 42, São Paulo, pp. 3-31, 1995.

FIGUEIRA, Vera Moreira. O Preconceito Racial na Escola. **Estudos Afro- Asiáticos**. Rio de Janeiro. n. 18, p. 63-72, 1990.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. Edição Comemorativa 80 anos. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Regionalista**. Maceió: Ufal, 1976.

\_\_\_\_\_. **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75

FREYRE, Gilberto. **O Mundo que o Português Criou**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

FREITAS, Décio. **Escravos e Senhores de Escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONTANA, Mariucha (org.). **Projeto de Teses Programática**: o Brasil precisa de uma revolução socialista: teses programáticas. São Paulo: Sundermann, 2018.

FROTA- PESSOA, Oswaldo. Raça e Eugenia. In: **Raça e Diversidade**. Lilian Moritz Schwarcz, Renato da Silva (orgs.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciências: Edusp, 1996.



FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Lisboa. **Arquivo Amílcar Cabral. Manifesto do Movimento Anti-colonialista (MAC) no discurso pronunciado na II Conferência da CONCP em Dar-Es- Salaam, 05.10.1965**, Pasta 04336.001.001. 1965

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica Social**. 26<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

GOBERT, MÜLLER IN, VAZ., L.G.D. **Políticas Públicas. Revista Nova Atenas de Educação e Tecnologia**. Revista eletrônica do departamento Acadêmico de ciência, saúde, educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº 01, jan/jun/2007, p. 47.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, J. M. Notas sobre Multiculturalismo e Globalização. **Novamérica**. Rio de Janeiro: Abril/2002, n.77, p.10-13.

GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. **O Silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial**: um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série. Dissertação de Mestrado em Educação. Belo Horizonte, UFMG, 1985.

GONÇALVES, Luiz Alberto O.; SILVA, Petronilha B. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: n.15, p.134-158, 1998.

GONZALEZ, Lélia. 1982. O movimento negro na última década. *In*: Gonzalez, L. e Hasenbalg, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **Brasil em Preto e Branco**: o passado escravista que não passou. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000

GUIMARÃES, Antonio S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). São Paulo: Tempo Social, 2001.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *In*: **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Democracia é difícil. Entrevista concedida ao jornalista João Marcos Coelho. **Revista Veja**, 28 de janeiro de 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5.ed. São Paulo: Cortes, 2001.

IPEAFRO. A África na escola brasileira. Gabinete do Senador Abdias do Nascimento. Rio de Janeiro, 1991.

IPEAFRO. Nosso Programa. Quilombo, dezembro de 1948.

IPEAFRO. Teatro de Negros. Ecos e Comentários, **O Globo**, 17 de out. 1944.

JARDIM, Suzane. 12 Estereótipos Racistas dos EUA que você já viu mas não percebeu. **Revista Voyager**, 18 de Janeiro de 2018.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LACLAU, Ernesto. Feudalismo e Capitalismo na América Latina. In: **América Colonial: organização de Théo Santiago**. Rio de Janeiro, Palhas, 1975.

LACLAU, Ernesto. **Política e Ideologia na Teoria Marxista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. Lógica Forma/Lógica Dialética. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1991.

LÊNIN, Vladimir. A mulher hoje. In: MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. **Sobre a mulher**. São Paulo: Global, 1979. (Coleção bases, n. 17).

LINDGREN ALVES, José Augusto. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 2, p. 198-223, 2002

LOMBROSO, César. **O homem delinquente**. Porto Alegre: Rivardo Lens, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira **para o Progresso da Ciência**. Brasília: SBP, 2000.

MACHADO, Eliel. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p. 12-24, set. 2006.

MAESTRI, Mário. **1910: a Revolta dos Marinheiros**. Uma saga negra 3. ed. São Paulo: Global, 1982.

MAESTRI FILHO, Mário. **A servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. \_\_\_\_\_. **Cisnes negros: 1910: a revolta dos marinheiros contra a chibata**, São Paulo: Moderna, 1998.

MAGGIE, Yvone. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 149-16

MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue: história do pensamento racial. São Paulo, Contexto, 2009.

MAIO, Marcos Chor. **A História do Projeto Unesco: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil**, Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese Doutorado, 1997.

\_\_\_\_\_. O Projeto Unesco e Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 41 outubro, 1999.

**Manifesto** 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. 2012, p. 111- 113

MANIFESTO: Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais. **Época**, 2008. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR834666014,00.html>. Acesso em: 24 maio de 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **A Ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Editora Moraes, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuebach, B, Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Filosofia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Supervisão editorial Mariano Duayer: tradução, Mariano Duayer, Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. Organização e Introdução Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. 3. ed. Vol. 2. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Colonialismo**. Volumes I e II. São Paulo: Mandacaru, 1989.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 45, p. 48-61, março/maio 2000.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOVIMENTO DA NEGRITUDE: UMA BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA  
MEDIAÇÕES – *Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. 8.ed. São Paulo, 2005.

MOURA, Clóvis. Organizações Negras. p.143-171. In: SINGER, Paul & BRANT, Vinicius Caldeira (Org). *O povo em movimento*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: MG, Oficina de Livros LTDA, 1990.

\_\_\_\_\_. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **A Questão Da Diversidade e da Política de Reconhecimento das Diferenças**. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v. 4, n.1, Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior . IN: **O negro na universidade**: o direito a inclusão / Jairo Queiroz Pacheco, Maria Nilza da Silva (orgs.) Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 7-19.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Edusp, 1999.

MURARI, Luciana. “O Brasil ainda chega até cá: Euclides da Cunha dos sertões à Amazônia”. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v. 17, n.1, 1997, p. 219-236.

\_\_\_\_\_. **Brasil, Ficção Geográfica**: Ciência e nacionalidade no país d’os Sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

N’KRUMAH, K. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Negro Revoltado**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Quilombismo**: documentos da militância pan-americana. Vozes: Petrópolis, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Negro Revoltado**. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

\_\_\_\_\_. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In.: **Estudos Avançados**. Vol. 18. N.º 50. São Paulo: 2005, p. 209-224.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de marca e preconceito racial de origem. In: **Congresso Internacional de Americanistas**, 31, São Paulo. Anais. São Paulo: Anhembi, 1985, p. 409-434.

O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social", in **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco**, vol. 1, nº I, p. 113, 1952.

PAULO NETTO, P. Cinco notas a propósito da "questão social". **Revista Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREGALLI, E. **A América que os europeus encontraram**. 13. ed. São Paulo: Atual, 1994.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia** (estudo de contato racial). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. **Evolução política no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Política social**: temas & questões São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Porque Também sou Contra a Focalização das Políticas Sociais**. NEPPOS/ CEAM/ UNB, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In (organizadoras: Boschetti, I. et alli) **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PROGRAMA DE AÇÃO DO MNU. Aprovado no IX Congresso Nacional Belo Horizonte, 13 a 15/04/1990).

PROGRAMA DE AÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – 1982.

RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda**: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

REIS, Elisa P. **O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, 1988. p. 187.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos Malês em 1835. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

RIBEIRO, René. Religião e relações raciais. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/ Serviço de Documentação, 1956.

SACRISTÁN, José Gimeno. Currículo e Diversidade Cultural. In: **Territórios Contestados**: o currículo e os novos mapas culturais. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 82-98.

SAFIOTTI, Heleieth Iara B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAGRA, Alicia. **A Internacional**: um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

SANTOS, A. P. dos. Políticas de ação afirmativa: novo ingrediente na luta pela democratização do ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Ouro Preto. **Dissertação** (Mestrado em Educação Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, RJ, 2011.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**. São Paulo: Senac, 2003.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O Movimento Negro e o Estado (1983-1987)**: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo. CONE (Coordenadoria dos Assuntos da População Negra). Prefeitura de São Paulo, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. 1985. O Movimento Negro e a Crise Brasileira. In: **Política e Administração** (Rio de Janeiro) 2, no. 2 (Jul-Set 1985): 287-307.

SANTOS, Milton. **Geografia, marxismo e subdesenvolvimento**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 166 - 172, 2015.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade**: Ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Antipode, nº 1, vol. 9, jan./fev. 1977.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2005.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero: hermenêutica do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. Sílvio Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos. DOSSIÊ "História e literatura. Intelligere. **Revista de História Intelectual**. v. 2, n. 2 [3] USP, 2016

SCHWARCZ, Lilian Moriz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 187- 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENGHOR, Leopold; MADRIDEJOS, Mateo. Colonialismo, Neocolonialismo e Imperialismo: uma classificação teórica. In: SENHOR. Leopold e MADRIDEJOS, Mateo. **Teorias sobre o colonialismo**. Rio de Janeiro: Editora Salvat, 1979, p.19140.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Ação afirmativa para negros (as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade. In: SILVA, P. B. G;

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação Afirmativa**: percepções da “casa grande” e da “senzala”. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter (org.). São Carlos: EdUSCar, 2002.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003, p.101-14.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

\_\_\_\_\_. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gaphia, 1988.

\_\_\_\_\_. **Formação Histórica do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

SOUZA, Jessé. 2000. Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 38, dezembro de 2000, pp. 135-155.

SOUZA, Vanderlei S. de. A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). **Dissertação** (Mestrado em História), Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

Teatro Experimental do Negro. In.: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em:<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399330/teatro-experimental-donegro>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

TELES, Vera da Silva. **Questão Social**: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95.

TELLES, Edward. As Fundações Norte-Americanas e o Debate Racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**. vol.24 no.1 Rio de Janeiro, 2002.

TROTSKY, Leon. Balanços e Perspectivas. In TROTSKY, Leon. **A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2010.

WAGLER, Charles. Prefácio. In: AZEVEDO, Tales de Azevedo. **As elites de Cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Tradução Denise Bottman: prefácio Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.